



Universidade de Brasília – UnB
Faculdade de Educação – FE
Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE

**EDUCAÇÃO DO CAMPO E LUTA PELA TERRA NO CONTEXTO MATOPIBA:
UM ESTUDO DE CASO SOBRE O ACAMPAMENTO ZEQUINHA BARRETO, NO
OESTE BAIANO.**

Queina Lima da Silva

Brasília
Mar/2018

QUEINA LIMA DA SILVA

**EDUCAÇÃO DO CAMPO E LUTA PELA TERRA NO CONTEXTO MATOPIBA:
UM ESTUDO DE CASO SOBRE O ACAMPAMENTO ZEQUINHA BARRETO, NO
OESTE BAIANO.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre.
Linha de Pesquisa: Educação Ambiental e Educação do Campo.

Orientadora: Professora Doutora Ana Tereza Reis da Silva

Brasília

2018

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

La LIMA DA SILVA, QUEINA
EDUCAÇÃO DO CAMPO E LUTA PELA TERRA NO CONTEXTO
MATOPIBA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O ACAMPAMENTO ZEQUINHA
BARRETO, NO OESTE BAIANO / QUEINA LIMA DA SILVA; orientador
ANA TEREZA REIS DA SILVA. -- Brasília, 2018.
192 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Educação) --
Universidade de Brasília, 2018.

1. EDUCAÇÃO DO CAMPO. 2. LUTA PELA TERRA. 3. MATOPIBA.
4. AGROSTRATÉGIAS. 5. ESCOLA DO CAMPO. I. TEREZA REIS DA
SILVA, ANA , orient. II. Título.



Universidade de Brasília - UnB
Faculdade de Educação - FE
Programa de Pós-Graduação em Educação -PPGE

EDUCAÇÃO DO CAMPO E LUTA PELA TERRA NO CONTEXTO MATOPIBA:
UM ESTUDO DE CASO SOBRE O ACAMPAMENTO ZEQUINHA BARRETO, NO
OESTE BAIANO

QUEINA LIMA DA SILVA

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Ana Tereza Reis da Silva
Universidade de Brasília (FE/ TEF) – Presidente

Prof.^a Dr.^a Mônica Castagna Molina
Universidade de Brasília (FE/PPGE) – Membro Titular

Prof.^o Dr Juscelino Eudâmidas Bezerra
Universidade de Brasília – Membro Titular Externo

Prof.^a Dr.^a Maria Lídia Bueno Fernandes
Universidade de Brasília (FE/PPGE) – Membro Suplente

Brasília-DF, MAR/2018.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos camponeses e camponesas (indígenas, quilombolas, pescadores, extrativistas, meeiros...) enfim, a todos aqueles que lutam por terra, por direitos negados e que vivenciam todos os tipos de infortúnios e violência, mas mantém viva a esperança de viver do e no campo.

A todos os homens, mulheres, crianças e jovens do Acampamento Zequinha Barreto, pelas constantes lições de altruísmo, de respeito, humildade, solidariedade e humanidade. Pela alegria, acolhida e pelos ensinamentos: da luta por terra, por educação, da lida na terra e por fomentarem em mim a esperança de continuar lutando sempre, até realizar meus sonhos. Agradeço por terem me permitido colocar no papel a história de vocês, pois entendo que são vocês os verdadeiros escritores deste trabalho.

Aos meus avós maternos e paternos, e a minha avó do coração Adélia Queiroz, camponeses expropriados, que, por não terem terra, não puderam continuar no campo. Além dos demais infortúnios, também não tiveram garantido seu direito de estudar, pois infelizmente não havia escolas neste espaço. Entretanto, sabiam que a educação era um tesouro incalculável que não poderia ser subtraído, deste modo, colocaram todos os seus filhos e filhas na escola, pois acreditavam que somente ela poderia transformar suas vidas. Assim foram sem saber meus primeiros educadores e incentivadores para estudar e não interromper nunca esta linda jornada pelo saber. Minha gratidão por todos os ensinamentos de retidão de caráter, de simplicidade, sinceridade e amor.

AGRADECIMENTOS

A Deus por fazer por mim o inimaginável, por me capacitar, me sustentar, ensinar e me testar para se certificar que tenho apreendido, por ter me permitido chegar até aqui e ter feito muito mais do que pedi e pensava.

A minha família pelas orações e incentivo nas batalhas da vida. Em especial a minha mãe, pelo imenso amor e por todos os ensinamentos e ao meu pai por ser homem honrado, trabalhador e ter me ensinado a ser responsável e justa.

A minha irmã por me ensinar a acreditar na bondade do ser humano, me incentivar a viver com leveza e simplicidade e por ter me dado os melhores presentes, meus sobrinhos. Eles trouxeram mais luz aos meus dias.

Ao meu amor por todo o companheirismo, confiança em meu potencial, pelas suas lições de humildade, de persistência, de simplicidade, enfim de amor à vida, as pessoas e por me fazer sentir tão especial e amada.

À Cleonice, companheira de sonhos e de lutas. Obrigada pela mão sempre estendida.

Aos companheiros e companheiras do Acampamento Zequinha Barreto, por todos os abraços, olhares carinhosos, por terem partilhado seus saberes de maneira tão generosa, por terem revigorado em mim a esperança no ser humano e na vida. Minha imensa gratidão. Sem vocês este trabalho não se tornaria realidade.

A minha orientadora Ana Tereza Reis da Silva, pelo carinho, por ter acreditado em meu potencial, pela partilha de saberes, por ter extraído e exigido o melhor de mim e assim ter feito eu ir além do que imaginava.

À Universidade de Brasília, em especial ao Programa de Pós-Graduação em Educação-PPGE pela acolhida, pelos aprendizados obtidos. Meu agradecimento aos docentes e funcionários.

Aos meus colegas de mestrado, que se tornaram amigos para toda a vida: Darliane, Lenilda, Andrea, Heron, Roger. Meu profundo carinho pela confiança, generosidade, pelos momentos de repreensão carregados de amor, por revigorarem minhas energias e não terem me deixado desistir.

À professora Mônica Molina por todo o carinho, pelos saberes compartilhados e pela calorosa acolhida de seus orientandos: Maura, Marcelinho, Serginho, Simone, JJ,

Márcia, Cássia e demais. Minha profunda gratidão a vocês que me mantiveram firmes na caminhada.

Ao professor Juscelino por sua simplicidade, leveza e valiosas contribuições na construção deste trabalho.

Aos meus amigos e amigas, aqui representados por Uiraci Pereira Lima, por sua doçura, pela sua mão sempre estendida e seu olhar verdadeiro e carinhoso.

À Jaciara, que além de sua amizade, me emprestou sua família, Dona Marly e Janaina e assim me deu um lar em Brasília. Meu sincero agradecimento, vocês são surreais. É inacreditável a generosidade de vocês!

Aos docentes da Universidade do Estado da Bahia- UNEB, campus IX- Barreiras, agradeço a generosidade e humildade de terem me apresentado e inserido no mundo da pesquisa científica, em especial: Nilza Martins, Adelson Ferreira e Ana Jovina.

Aos professores da Universidade Federal do Oeste Baiano- UFOB, de maneira particular: Anatólia DeJane por ser minha incentivadora e Paulo Baqueiro pela colaboração no desenvolvimento deste trabalho.

À Agência 10envolvimento em nome do coordenador Martin pelas histórias compartilhadas e por sua luta em prol dos camponeses e pela diminuição das injustiças sociais.

Aos integrantes do Movimento Sem-terra de todo o país em especial ao companheiro Siquara e os dirigentes da região oeste, todo o meu respeito pela luta empreendida.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro durante o mestrado.

Lutadores de terra

Peço licença para falar
Sou agricultor
Mas não tenho terra
Para plantar
E a gestão
Não quer me ajudar
Somos um povo marginalizado,
Sem assistência da gestão
A energia que aqui usamos
Não é de última geração.
Apesar das dificuldades
Construímos uma escola
Pois acreditamos que ler e escrever
Um dia nos dará vitória.
Encerro por aqui
O meu relato
Na certeza de que leiam
E mudem esse retrato
Retrato cruel
De um povo fiel
Que com muita luta
E garra
Lutam por um pedaço de terra enraizada

Feito com base nos relatos dos moradores

Elaborado por Sabrina de Sá

RESUMO:

O tema desta dissertação é a Educação do Campo em contextos de luta pela terra. A pesquisa constitui um estudo de caso sobre o papel desempenhado pela Educação do Campo no processo de resistência e luta pela terra na comunidade Acampamento Zequinha Barreto, situada no município de Barreiras-Ba. Para tanto, o estudo analisa de forma articulada os seguintes aspectos: efeitos ambientais e sociais do avanço das agroestratégias sobre os meios de produção material e simbólica da vida; estratégias acionadas pela comunidade para garantir a permanência na terra; lugar da escola na vida da comunidade e o seu papel pedagógico e político no processo de resistência. Para a coleta de dados foram utilizados: entrevista semiestruturada; observação das dinâmicas sociais cotidianas; roda de conversa; análise documental e diário de campo. Dentre os interlocutores que participaram da pesquisa estão: moradores da comunidade, Coordenador da Agência 10envolvimento, professor da Universidade Federal do Oeste Baiano e a docente que atuou na escola da comunidade. Com base nos dados levantados e nas análises empreendidas, é possível afirmar que as agroestratégias potencializadas pela fronteira agrícola do MATOPIBA, têm imprimido mudanças substanciais às dinâmicas social e espacial do município de Barreiras, o que se observa pelo flagrante aumento das desigualdades sociais e pelos impactos socioambientais – muitos deles irreversíveis, como é o caso da diminuição das reservas hídricas e a extinção de espécies da fauna e flora do cerrado. A crescente degradação socioambiental compromete os modos de vida da população do campo, cuja sobrevivência e permanência no território dependem da sustentabilidade do cerrado. Não obstante, a pesquisa indica que, mesmo diante de condições adversas e provisórias e mesmo desassistida pelo Estado, a comunidade Zequinha Barreto tem logrado resistir e cultivar a terra por meio de estratégias comunitárias, diversificadas e criativas. A escola tem papel central nesse processo, pois é nela que se materializam importantes dimensões da vida: é onde adultos, crianças e jovens aprendem e ensinam a ler e escrever a palavra e o mundo; onde a lida com a terra e sua função social convertem-se em temas geradores que animam o ato de aprender e de ensinar; é o lugar do encontro comunitário, das festividades e da mobilização política. É também por meio da escola que a comunidade torna-se visível para o Estado. Portanto, ela é, a um só tempo, uma importante ferramenta de resistência, de formação política e de capacitação da comunidade para a produção material e simbólica da vida. Contudo, a recente nucleação da escola pelo poder local tem incidido de forma negativa sobre a capacidade de articulação e mobilização da comunidade. Além disso, o deslocamento das crianças para outras escolas as submete a um processo de violência física e simbólica, com fortes relatos de racismo e discriminação, que desencadeiam processos de evasão escolar e até mesmo de abandono da terra por famílias do acampamento.

Palavras-chave: Educação do Campo, Luta pela terra, Camponeses, MATOPIBA, Agroestratégias, Escola do Campo.

ABSTRACT

The theme in this dissertation is Rural Education in contexts of struggle for land. The research constitutes a case study on the role played by the Rural Education in the process of resistance and struggle for land in the community *Acampamento Zequinha Barreto*, placed in the municipality of *Barreiras-Ba*. Thereunto, the study analyzes in articulated way the following aspects: environmental and social effects of the advance of agro-strategies on the material and symbolic means of production of life; strategies triggered by the community to ensure permanence on the land; the place of the school in the communities' life and its pedagogical and political role in the process of resistance. For data collection, the following instruments were used: semi-structured interview; observation of daily social dynamics; conversation circle; documental analysis and field journal. Among those who participate in the research are community residents, the coordinator of the agency *IOenvolvimento*, professor of the *Universidade Federal do Oeste Baiano* and the teacher who worked at the school in the community. Based on data surveyed and in the analyses performed is possible assert the agro-strategies developed by the agricultural frontier of *MATOPIBA* have printed substantial changes on the social and spatial dynamics of the municipality of *Barreiras*, what may be observed by the blatant increase of social unbalances and by the socio-environmental impacts – much of them irreversible ones, such as the case of decrease in water reserves and fauna and flora species extinction in Brazilian *cerrado*. The increasing socio-environmental degradation compromises the ways of life of population in the Field, whose surviving and permanence in territory depend on sustainability in *cerrado*. Notwithstanding, the research indicates that even before adverse and provisory conditions, and even so unattended by the State, the community *Zequinha Barreto* has achieved resistance and cultivated the land through community, diverse and creative strategies. The school plays a central role in this process, because it is inside it important dimensions of life are materialized: adults, children and youth learn and teach how to read and write the word and the world inside it; where dealing with the land and its social function become themes generator which cheer the act of learning and teaching; it is the pace for community meeting, for festivities and for political mobilization. Also through the school the community becomes visible for the State. Therefore, it is in a single time an important tool for resistance, political training and community qualification for material and symbolic production of life. However, the recent nucleation of the school by local power has focused negatively on the capacity for articulation and mobilization of the community. Furthermore, the children replacement for other schools has submitted them to a process of physical and symbolical violence with strong reports about racism and discrimination that has triggered school dropout processes and even so desertion of land by families of the *Acampamento Zequinha Barreto*.

Keywords: Rural Education, Struggle for the land, Peasants, *MATOPIBA*, Agro-strategies, Rural School.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de localização de Barreiras	61
Figura 2: Mapa da Região Produtiva do Agronegócio	65
Figura 3: Mapa do MATOPIBA	69
Figura 4: Rio Arrojado	81
Figura 5: Caminhada pública em Correntina	82
Figura 6: Audiência Pública (Águas para a vida, não para a morte)	83
Figura 7: Mapa da Evolução Territorial dos municípios de Barreiras e Luís Eduardo	85
Figura 8: Mapa de Localização do Acampamento Zequinha Barreto	97
Figura 9: Entrada do Acampamento Zequinha Barreto	98
Figura 10: Roda de Conversa e Acampamento do MST	109
Figura 11: Plantação da Mandioca	111
Figura 12: Produção da Farinha	113
Figura 13: Sistema de Abastecimento de Água do Acampamento	116
Figura 14: Participação das crianças na produção de farinha	119
Figura 15: Encontro das gerações na produção de tapioca	121
Figura 16: Cooperação familiar (avó e netos alimentando os porcos)	123
Figura 17: Produção de Artesanato no Acampamento	124
Figura 18: Escola 1º de Maio	137
Figura 19: Sala duplicada	162
Figura 20: Cartinhas dos estudantes do acampamento	169

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Conflitos no Campo na região oeste da Bahia	48
Quadro 2: Síntese dos Conflitos pela Água por Regiões e categorias-2016	80
Quadro 3- Escolas nucleadas no município de Barreiras	153

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

AIBA	Associação de agricultores e irrigantes da Bahia
ACETEBBA	Associação de Conselheiros Tutelares e ex-conselheiros do Estado da Bahia
ADM	Amaggi e LCD e Multigran
AI-5	Ato Institucional Número 5
APPS	Área de Preservação Permanente
ART	Artigo
BAMAPITO	Bahia, Maranhão, Piauí e Tocantins
BR	Brasil Rodovia
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CDA	Coordenadoria do Desenvolvimento Agrário
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
H.O	Hospital do Oeste
JIPE	Grupo de Inteligência Territorial e Estratégica
HÁ	Hectares
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto de Colonização e Reforma Agrária
INEMA	Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MAB	Movimento dos Atingidos pelas Barragens
MAPITO	Maranhão, Piauí e Tocantins
MATOPIBA	Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia

MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MST	Movimento Sem Terra
TEM	Ministério do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PDA-MATOIIBA	Plano de Desenvolvimento Agrícola
PEC	Projeto de Emenda Constitucional
PL	Projeto de Lei
PNATE	Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar
PPP	Projeto Político Pedagógico
PRONACAMPO	Programa Nacional de Educação do Campo
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
RPAs	Região Produtiva do Agronegócio
RPPNs	Reserva Particular do Patrimônio Natural
TCU	Tribunal de Contas da União
UDR	União Democrática Ruralista
UFOB	Universidade Federal do Oeste Baiano
UnB	Universidade de Brasília
UNEB	Universidade do Estado da Bahia

SUMÁRIO

PRIMEIRAS PALAVRAS: EIS, QUE HÁ RAÍZES PERDIDAS NO TRAJETO	17
<i>Reencontrando raízes</i>	17
<i>E em meio á busca de raízes, brota o problema da pesquisa</i>	22
<i>Entrelaçamento metodológico da pesquisa</i>	26
<i>Raízes metodológicas da pesquisa</i>	27
<i>Estrutura da dissertação</i>	35
CAPÍTULO I - RAÍZES DA CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA E DA LUTA PELA TERRA NO CAMPO BRASILEIRO	38
1- Germes da concentração fundiária no Brasil	38
2- Ramificações da concentração fundiária no Oeste Baiano	44
3- Raízes da resistência: a agricultura camponesa como estratégia contra-hegemônica a expansão do agronegócio	52
4- Agronegócio: semeando transgênicos, colhendo riquezas e proliferando uma cultura de morte	57
5- Sementes da transformação: Barreiras passa de cidade interiorana a “Região Produtiva do Agronegócio”	60
CAPÍTULO II - MATOPIBA: sementes da Prosperidade e da Ruína	68
1- Germes históricos e caracterização do território do MATOPIBA	68
2- Frutos amargos da expansão agrícola: as externalidades ambientais geradas pelo MATOPIBA	74
3- MATOPIBA: “território do desenvolvimento socioespacial e do progresso econômico”	84
CAPÍTULO III - SEMEANDO A RESISTÊNCIA: MODOS DE VIDA MATERIAL E IMATERIAL NO ACAMPAMENTO ZEQUINHA BARRETO	97
1- O enraizamento entre a formação do acampamento e a produção material e simbólica da vida	97
2- Cultivando o futuro: o papel da escola do acampamento	128
CAPÍTULO IV - DA LUTA PELA TERRA BROTA A RAIZ DA LUTA PELA EDUCAÇÃO	131
1- Frutos da mesma semente: a luta por terra e educação protagonizada pelos povos do campo	131
2- Eis que da luta brota a semente do futuro: a construção da Escola 1º de Maio	135
3- Colhendo os frutos da luta por Educação: a relevância da escola 1ºde Maio na vida dos moradores do Acampamento Zequinha Barreto	139

4- Raiz da mesma semente: o papel da Educação/Escola do Campo no processo de resistência e luta pela terra	146
5- Arrancando a raiz e impedindo o florescimento: processo de nucleação da escola 1º de Maio	150
6- Sementes que não florescerão: os impactos da nucleação para os educandos e o acampamento Zequinha Barreto	157
CONSIDERAÇÕES FINAIS: E DA BUSCA DE RAÍZES BROTAM OS FRUTOS DO TRABALHO	175
Bibliografia	182

PRIMEIRAS PALAVRAS: EIS, QUE HÁ RAÍZES PERDIDAS NO TRAJETO

Reencontrando raízes

Minha raiz com o campo foi fincada bem antes do meu nascimento, pois meus avós maternos e paternos são oriundos da zona rural do sertão baiano, viveram a dureza da seca, quando a pastagem se pinta de vermelho. Fase em que o gado fica “só pele e osso” e encontramos ao longo do caminho as carcaças dos animais que não resistem e sucumbem a falta de pasto para se alimentar, momento em que somente a palma e o umbuzeiro resistem a escassez de chuvas.

E é neste período de privação que muitos moradores do campo, migram em busca de “uma vida melhor”, com estudo para os filhos, com abundância de alimentos, estes são alguns dos sonhos perpassados no imaginário dos camponeses e camponesas. Outros nordestinos saem do campo já vítimas do processo de expropriação, liderado pelo capital agrário, conforme assertiva de Martins (1982): “muita gente tem pouca terra para trabalhar e pouca gente tem o controle de muita terra, nem sempre utilizada para o bem público” (p.39).

Isto é resultante da perversa concentração fundiária brasileira, na qual a terra é vista como mercadoria e não como um bem comum (MARTINS, 1982), tal lógica vitimou a meus avós e a outros tantos camponeses que por não terem terra pra plantar trabalhavam de meeiros ou vendiam diretamente sua força de trabalho em busca do sustento da família, e que em troca de seu labor recebiam muito menos do que mereciam, pois a maior parte do dinheiro obtido com a venda da produção ficava para o proprietário da terra.

Assim, diante de uma vida árdua, das mãos calejadas, da privação de alimentos, da humilhação e exploração vivenciada é que meus tios paternos e maternos nem quiseram aprender a lidar com a terra, se resignaram e saíram do campo. Meu pai também adotou a mesma perspectiva. Lembro-me de ouvi-lo dizer que acompanhava seu pai no trabalho agrícola, mas que nunca teve jeito e nem vontade de ser um agricultor e que virou o cozinheiro da equipe que davam dias de trabalho em fazendas distantes da localidade onde moravam, pois estava cada dia mais difícil arrumar terras para desenvolver a atividade agrícola.

Por tantas dificuldades meus parentes foram pouco a pouco deixando o campo e indo “tentar a vida na capital”, escolheram São Paulo e Salvador como epicentros desta

jornada e por lá ficaram não voltando mais para o distrito de Paraíso e Itatiaia, onde ficaram seus pais que como seus filhos também deixaram o meio rural. Meus tios e meu pai retornavam, ocasionalmente, no período de férias, com o propósito de rever seus parentes, “se fartar” com as comidas e desfrutar da paz existente nas cidadezinhas de interior da Bahia.

Foi nessa busca de oportunidades que meus parentes cortaram suas raízes com o campo e fincaram laços com a cidade, e as memórias e tradições que tinham foram se apagando dia após dia. Nunca foi contado para mim, minha irmã e primos, qual a origem de nossos avós, não narram um “causo” típico do campo ou nos ensinaram alguma brincadeira ou música que nos fizesse encontrar uma sementinha que seja do meio rural e nos aguçasse então a curiosidade em querer saber mais acerca da origem de nossos ancestrais. Houve, desta forma, um apagamento dos traços histórico-culturais camponeses construídos e vivenciados pelos nossos antepassados e demos lugar a cultura hegemônica postulada e trazida por outrem. Vivenciamos, portanto, o que Walsh (2012) postula como a colonialidade do saber, na qual o conhecimento científico é legitimado em detrimento dos saberes tradicionais construídos a partir da empiria e sabedoria popular, tais conhecimentos foram desprezados e esquecidos pelos meus avós, tios, pais e por mim.

Deste modo fui impedida de conhecer a cultura camponesa, de saber desde cedo lidar com a terra e desenvolver uma relação intrínseca com o meio rural, por isso passei anos apartada. Cresci pensando que meus parentes sempre moraram na cidade, causava-me estranheza ver meu avô colher melancia, não o via plantar, e nem sequer sabia ser ele lavrador, para mim era um senhor aposentado. Na inocência dos meus cinco anos não entendia que aquelas melancias eram “a paga” do trabalho de diarista de meu avô materno que semeava e colhia em terras alheias. Era difícil saber, pois ele não falava de seu passado e nem quis me ensinar como lavrar a terra, creio que desejava outros caminhos para mim, pois ele e minha avó não se alfabetizaram, mas colocaram todos os filhos com muito esforço para estudar na cidade, pois no campo não havia escolas. Para percorrer as “léguas de distância que os separavam do ambiente educativo, iam diretamente montados em animais ou de carroça”, todo este esforço valeu a pena, todos conforme vontade dos pais se alfabetizaram. Foi com orgulho que ouvi de minha avó que “o saber era uma herança que ninguém tirava, pois era algo nosso, particular”, não podia ser subtraído por ninguém, ela tinha muita tristeza de não ter aprendido a ler, tinha uma inteligência matemática e espacial impressionante.

Tanto minha avó, como tantos outros moradores do campo não frequentaram a escola, devido à inexistência desta instituição no meio rural, posto que no imaginário de muitos governantes para mexer com a terra não é necessário escolarização. Em decorrência disso, os índices de analfabetismo no campo sempre foram maiores que na cidade e a população campestre foi quase sempre privada de seu direito de ter acesso à educação escolarizada.

Entretanto, desde a década de 1980, e como fruto de mobilizações populares, houve avanços no que tange o acesso a escolas e escolarização. Segundo Vendramini “os movimentos sociais levantam a bandeira da reforma agrária, propõem a redistribuição de terras e de riquezas, ocupam áreas consideradas improdutivas, exigem trabalho e escola para seus filhos” (p.127). Essa luta protagonizada pelos MST pressionou o governo a voltar os olhos para a Educação do Campo e a partir disso, construir e implementar escolas no meio rural, formular políticas públicas que abarcasse a questão da formação docente para atuação nas escolas do campo. Em virtude disto, a disciplina Educação do Campo foi incorporada aos currículos da licenciatura em pedagogia do país. Neste sentido, foi no âmbito da graduação na Universidade do Estado da Bahia-campus IX no município de Barreiras-BA que se deu meu primeiro contato com este segmento educacional.

O estudo desse componente, atrelado, por natureza, às lutas dos Movimentos Sociais, possibilitou o conhecimento do histórico, dos desafios e das demandas que o permeiam. A partir de atividades de campo, como visita a escolas família agrícola e palestras ministradas por militantes do MST, identifiquei-me com a Educação do Campo e durante a licenciatura, realizei monitoria de ensino durante dois semestres, e desde então, comecei a realizar pesquisas; participei e organizei eventos que tinham como foco de temáticas concernentes à disciplina.

Mal sabia eu que minha identificação com o campo não era algo novo, estava na realidade restabelecendo um vínculo extirpado pelos meus parentes que foram empurrados para a cidade pela falta de terra, trabalho e estudo no meio rural. Desde então sempre estive refletindo acerca da Educação do Campo e no ano de 2014 participei de um processo seletivo pela prefeitura de Barreiras, logrei aprovação e fui convidada pelo Secretário da Educação do município a compor a equipe de coordenadores da Educação do Campo, proposta esta prontamente aceita. Iniciava a partir daquele momento, minha imersão no meio rural. Posto que tinha a teoria, mas não a prática, tal atividade exigiu de mim um esforço hercúleo, tendo em vista que não há no

município uma proposta curricular forjada tendo como base os princípios da Educação do Campo. Tínhamos, portanto, uma educação no campo, mas não do campo.

Diante disto, tive muitas vicissitudes na minha atividade profissional com as escolas do campo organizadas pelo regime de multisseriação, pois defendia a construção de uma proposta pedagógica para este segmento educacional e tentava desenvolver estratégias junto aos docentes para tecermos uma educação que oportunizasse a escolarização e a formação humana dos educandos. Neste intuito sofri resistência de docentes e da secretaria de educação, que não entendia a necessidade de uma educação diferenciada para os povos do campo. E por isso pensavam que deveriam trabalhar com a mesma proposta pedagógica idealizada para o meio urbano, pensando estarem oferecendo o “melhor para os educandos do campo”.

Tal ideário, levava a uma proposta descontextualizada e gerava um conflito pois, a Educação do Campo se pauta em uma proposta pedagógica específica e diferenciada ajustadas às demandas dos diversos povos do campo, e a Secretaria de Educação não possibilitava a construção de propostas diferenciadas para o trabalho em classes multisseriadas, que se constitui na junção de alunos de diferentes níveis de aprendizagem (normalmente agrupadas em “séries”) em uma mesma classe, sob a responsabilidade de um único professor” (ROCHA e HAGE 2010, p.35). Este tipo de organização escolar por si só já demanda um outro tipo de proposta pedagógica, posto que o docente assume educandos com diferentes estágios de aprendizagem, isto exige do educador formação para lidar com esta diversidade. E este profissional é constantemente desafiado, tanto na administração do tempo, como na elaboração da sua prática pedagógica, pois ele tem que dar conta de vários planos de aula e uma turma de, no mínimo, vinte alunos que precisam ter sua formação assegurada pelo docente.

Tal situação me angustiava sobremaneira. Comecei a refletir e propor mudanças no que tangia o diário escolar e propus aos docentes trabalhar de forma interdisciplinar, por entender que esta seria uma possibilidade que encaminharia outro tipo de prática pedagógica que traria benefícios para os educandos e docentes, permitiria sairmos do ensino livresco e tradicional que não vinha oportunizando a aprendizagem qualificada aos educandos.

Mesmo com tantos desafios e limitações continuei a desenvolver minha atividade profissional e isto me propiciou vivenciar as diversas formas de organização social das comunidades rurais, suas lutas por terra, por educação, pela efetivação de direitos. Nesta imersão percebi que dentre os membros das diversas comunidades

rurais, os que mais exigiam educação eram os moradores de acampamentos e assentamentos. Eles, em sua maioria, além de agricultores camponeses, são também militantes do MST, movimento social que ganhou o status de mais atuante na América Latina desde os anos 80, “se tornando referência, sendo identificado como um exemplo de luta e de organização a seguir, sempre que estiver em questão à conquista de direitos e a busca de dignidade para todos”. (CALDART, 2004, p.25-26).

Nestes termos o MST entende que a luta pela terra é também uma luta por acesso ao conhecimento, sendo, portanto necessário que “ocupemos o latifúndio do saber que sejam derrubadas as cercas do conhecimento que impedem a população do campo de se apropriar dos saberes socialmente produzidos” (ARROYO, 2012, p.33). Foi o reconhecimento da inseparabilidade dessas duas dimensões que levou os movimentos sociais de luta pela terra a reivindicarem também uma educação do campo e no campo. Uma educação contra-hegemônica que valorize seus modos de vida e seus saberes e que seja condizente com suas aspirações.

Por isso, a escola dentro do acampamento e assentamento tem importância vital, pois é parte da luta pela garantia de direitos negados aos sujeitos do campo. Devido a isso, é no espaço educativo que ocorrem as reuniões, festejos, as caravanas de saúde, além do processo de escolarização, que pra eles, assume uma dimensão não somente pedagógica, mas também política, posto que a educação oferecida aos povos do campo, deve ir além do ensino dos conteúdos curriculares, deve formar o sujeito para ser um cidadão emancipado e atuante. Ciente de seu papel enquanto ser social, enquanto agricultor camponês e militante social engajado na luta para diminuição das disparidades sociais existentes no país.

Nesses termos, entendi que a Educação do Campo tinha para esses povos papel formativo e ao mesmo tempo, era instrumento de luta para efetivação de direitos. Portanto, isso me dava à compreensão de que deveria continuar ali vivenciado e acompanhando as escolas do campo. Com o fim do ano letivo, tivemos uma pausa no trabalho e no ano seguinte soube pela coordenadora geral que assumiria a coordenação de outras escolas. Infelizmente deixei de acompanhar as escolas de acampamento e assentamento e fui para outras comunidades. A dicotomia entre a educação rural e urbana era evidente e a comunidade aceitava um processo educativo descontextualizado, que não oportunizava nem a escolarização, muito menos a formação política e humana dos educandos.

Tal situação se tornou insustentável e entendendo ser necessário maior alicerce epistemológico para conseguir desenvolver uma proposta pedagógica pensada com e para os educandos camponeses, resolvi participar da seleção de mestrado da Universidade de Brasília, na linha de Educação Ambiental e do Campo. Assim, no ano 2016 ingressei na pós-graduação da Faculdade de Educação da UnB e logo no primeiro semestre no cumprimento dos créditos teóricos, quando cursei a disciplina Fundamentos da Educação do Campo, conheci as bases teóricas que alicerçam este segmento educacional, bem como os processos de luta popular que envolvem terra e educação.

Ademais, as discussões no âmbito da disciplina Tópicos em Educação Ambiental- Estudos (De)coloniais em Educação: Saberes, Territórios e Diferença em muito contribuiu para a escolha do tema da pesquisa. Por meio das leituras e debates pude entender questões relativas às colonialidade do poder vivenciadas no Brasil, isto é, às heranças coloniais que estão diretamente ligadas à estrutura fundiária do nosso país que expropriou meus familiares e explora e viola direitos dos camponeses até os dias atuais.

Tais reflexões chamaram minha atenção para os efeitos da nova fronteira agrícola brasileira, o MATOPIBA, que avança sobre o oeste baiano, lugar de onde venho. Foi quando certas inquietações começaram a tomar relevo em meus estudos: De que forma o modelo hegemônico de produção e os empreendimentos agrícolas do MATOPIBA ameaçam os direitos territoriais da população que, tradicionalmente, vive da lida com a terra? Como a população que permanece em suas terras, tem logrado resistir ao avanço das agroestratégias? Qual o papel que a educação desempenha em tais contextos de resistência e luta e pela terra?

E em meio à busca de raízes, brota o problema de pesquisa...

O presente estudo tem, portanto, grande relevância para mim, pois possibilita fincar meus pés no campo novamente e ampliar meu conhecimento acerca do papel exercido pela educação nos processos de resistência e luta pela terra, empreendido pelas populações do campo. Entendo que este trabalho também permitirá como tantos outros, dar voz as populações que são expulsas de suas terras pela reprodução de um modelo fundiário baseado na concentração e na propriedade privada, inviabilizando a existência de vários segmentos de povos e populações tradicionais que entendem e vivem a terra como bem comum.

Enquanto os agricultores familiares lutam pelo direito de viver do e no campo, os latifundiários visam o lucro e as oportunidades de mercado. As disputas por terra decorrem, em grande medida, do tensionamento entre essas duas visões.

Neste sentido, de acordo com Fernandes (2013), os conflitos no campo brasileiro são históricos e estão longe de ter um fim: “Entramos o século XXI com a questão agrária ainda mais acirrada, propagando sua essência de desigualdade, dominação por subalternidade, expropriação e resistência” (p.30). Isso se deve a opção do Estado pelo modelo agroindustrial baseado na concentração de terra e na produção monocultural que impõe processos de violência psicológica e física às populações do campo. Para Porto *et al* (2015):

O uso de agroquímicos figura como instrumento de pressão sobre aqueles que disputam as terras com os fazendeiros, na maioria das vezes trabalhadores rurais sem terra. Jogados na água ou lançados intencionalmente por aviões, os agrotóxicos se tornam armas químicas nas mãos de pessoas inescrupulosas. (p.138)

Para o capitalismo agrário, a terra é um negócio, um meio de exploração dos recursos naturais e da força de trabalho, cujo objetivo máximo é o lucro financeiro. Em contrapartida, Molina (2004) afirma que: “o campo é espaço de vida e resistência, onde os camponeses lutam por acesso e permanência na terra e para edificar e garantir a natureza, o trabalho, a cultura e suas relações sociais”. Segundo a autora, a terra é, para os povos do campo, um bem comum. Comunidade e cultura que conferem sentido à sua existência, é lugar de vida e de sociabilidade.

Fruto de visões antagônicas, no que se refere à organização e à produção no campo, a disputa por terras tem se intensificado, como é possível verificar na mais recente fronteira agrícola do país: o Plano de Desenvolvimento MATOPIBA-PDA, criado pelo decreto presidencial nº 8.447/2015 (Brasil, 2015), que visa implementar políticas públicas de desenvolvimento econômico e sustentável voltadas para populações de áreas de cerrado dos Estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

Embora busque construir políticas públicas que levem ao desenvolvimento econômico e sustentável, o projeto tem gerado diversos conflitos devido as suas externalidades ambientais e sociais, contrapondo, deste modo os objetivos traçados.

Entre os diversos impactos que já se observam pode-se citar: a perda da cobertura vegetal, que provoca a perda de biodiversidade, o desequilíbrio dos solos e infertilidade; o uso intensivo de agrotóxicos que afetam a saúde dos trabalhadores do

campo, contaminam rios e lençóis freáticos e geram insegurança alimentar; a seca de rios e nascentes, provocada pelo uso de grandes volumes de água para a irrigação das lavouras. Como consequências sociais, tomem-se os elevados índices de violência física e simbólica e o abandono/venda de terras, atrelado às exíguas condições de sobrevivência e produção dos pequenos agricultores.

Contudo, se alguns sucumbem, outros resistem. A luta por efetivação de direitos, por meio das mais diversas estratégias, é uma forma de resistir ao imaginário social que transforma o campo e suas populações em sinônimo de atraso, empecilho ao desenvolvimento, portanto, fadado ao desaparecimento. Nestes termos, os povos do campo lutam por terra e educação e foi em meio as ocupações, os protestos e as vivências cotidianas que o MST idealizou uma Educação do Campo que, de acordo com Vendramini (2007),

reconhecesse a realidade de trabalhadores e trabalhadoras que têm resistido para continuar produzindo sua vida no espaço rural. E, especialmente, o reconhecimento de que esta realidade precisa ser alterada, tendo em vista a crescente pobreza, o desemprego, as grandes desigualdades sociais e as dificuldades de acesso às políticas públicas (saúde, educação, transporte, infra-estrutura etc.). Portanto, pensar um projeto de educação do campo pressupõe a sua sustentabilidade em termos econômicos, sociais e culturais (p.129).

Esse projeto educativo forjado pelo MST considera as especificidades do campo e de seus sujeitos e tem como horizonte forjar as condições de uma vida mais digna e garantir o direito de permanência em suas terras. Em outros termos, a Educação do Campo visa a emancipação e a permanência dos sujeitos, acreditando que eles são capazes de construir um projeto mais justo de sociedade.

Para garantir suas terras e as condições para desenvolver sua sociabilidade, esses segmentos têm resistido e feito enfrentamentos constantes contra o avanço da agricultura em larga escala que tem se expandido pelas áreas de cerrado. Entretanto, essa resistência tem sido ameaçada pelo acirramento da criminalização dos movimentos sociais instituída pelo golpe Político/Parlamentar/Jurídico, que visa segundo Cruzeiro e Viana (2016) “enquadrar os movimentos sociais nas organizações criminosas usando a Lei 12.850/2013 e pela Lei nº 13.260/2016 (anti-terrorismo), usada em franco desvio de sua essência para criminalizar as lideranças e ativistas” (p.181) e assim coibir as ações do movimento, tentando amedrontar e dirimir a capacidade de articulação e reação dos diversos povos do campo na busca por terra e territórios.

O golpe representa segundo Junior et al (2016):” o desmonte do Estado nacional e a mais efetiva dilapidação do patrimônio público, sobretudo dos bens naturais, desde o período colonizador Ibérico” (p.89) Uma das primeiras ações do governo que articulou o golpe foi aprovar a PEC¹ 55 popularmente conhecida como “PEC do fim do mundo”, que limita o orçamento público e reduz os gastos com saúde e educação pelo período de vinte anos.

Os mesmos autores mencionam que “derivadas da PEC 55 surge a PEC da previdência e a PEC da legislação trabalhista e da Previdência Rural”, que afeta sobremaneira o direito dos trabalhadores rurais, pois exige contribuição previdenciária de todo trabalhador (a) rural e aumenta os anos para a aposentadoria. Essas alterações na Previdência Rural compromete o direito dos camponeses e camponesas de gozar da sua aposentadoria, posto que o árduo trabalho no meio rural diminui as expectativas de vida desses sujeitos. Ademais a perda de direitos trabalhistas poderá contribuir para que tenhamos a retomada de trabalho análogo ao escravo, posto que o latifundiário não garantirá mais a saúde e segurança do trabalhador, colocando-os em situações sub-humanas, pois houve por meio desta PEC a retirada de direitos que garantiam condições dignas de trabalho. (JUNIOR *et al*, 2016).

Outra ação que afeta diretamente o desenvolvimento das produções agrícolas camponesas e a conquista de financiamento foi a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário- MDA. Nesta mesma lógica ocorreu a paralisação do programa de reforma agrária determinada pelo Tribunal de Contas da União-TCU, tal medida irá dificultar a redistribuição de terras para as populações camponesas, perpetuando assim, a concentração fundiária no campo brasileiro. (CRUZEIRO e VIANA, 2016).

Neste pacote de ações do governo articulador do golpe, houve, de acordo com Junior *et al* (2016): “o corte no orçamento geral dos órgãos de execução da política fundiária (INCRA) e indígena (FUNAI), ao ponto de impossibilitar o trabalho dessas instituições em processos de desapropriação ou homologação de terras” (p.91).

Para estes autores/as “no bojo do golpe político, a imprensa noticiou o interesse das grandes multinacionais reunidas com o alto escalão do “governo golpista” para o que chamaram de “privatização do Aquífero Guarani” (JUNIOR *ET AL*, 2016 p.94). O cenário político atual está alicerçado em uma política entreguista de concessão e venda

¹ Projeto de Emenda Constitucional.

do patrimônio público nacional para as multinacionais, o que se refletirá em aumento dos conflitos por água e até na escassez deste bem natural e perda de nossa soberania territorial.

Nesse contexto, pessoas alinhadas e comprometidas com os interesses do agronegócio ascenderam a postos que administram a política agrícola e agrária, com o propósito de impedir a aprovação de projetos que encaminhe a realização da reforma agrária. Geralmente, os nomeados pertencem “a bancada ruralista que conta com 207 deputados tendo poder decisório” e realizando ações antidemocráticas que visam a concretização da hegemonia capitalista na esfera política e no campo brasileiro. Para tal, tentam “impedir a demarcação de terras indígenas e quilombolas, destruir as possibilidades de realização da reforma agrária e, se possível, reverter as experiências já consolidadas”. (JUNIOR *et al*, 2016, p.90).

Tal conjuntura política revela o enfrentamento contra o desmonte do Estado de direitos, contra as ações neoliberais que atacam e prejudicam toda a sociedade brasileira e, sobretudo, os povos tradicionais do campo. É preciso lutar contra o capitalismo agrário, que transforma pessoas e natureza em mercadoria. Essa luta é maneira de tentar garantir aos camponeses o direito de desenvolver sua produção material e imaterial no campo brasileiro.

Entrelaçamento metodológico da pesquisa

É entendendo que somente o enfrentamento possibilitará a conquista de direitos, que dirigi meu olhar para o Acampamento Zequinha Barreto. A comunidade está localizada às margens da rodovia BR- 020, na altura do KM 34, município de Barreiras. No acampamento vivem atualmente 29 famílias em situação indefinida, posto que ainda não detêm a posse da terra. Nesta comunidade os agricultores camponeses ergueram a escola 1º de Maio, feita com madeirite e lona, que tem para eles importância vital.

Pelo exposto, a questão que se coloca é: *Qual o papel desempenhado pela Educação do Campo no processo de resistência e luta pela terra no contexto da fronteira agrícola do MATOPIBA?* Na tentativa de respondê-la, a pesquisa visa analisar o papel desempenhado pela Educação do Campo no processo de resistência e luta pela terra na comunidade Acampamento Zequinha Barreto. Os objetivos específicos estão assim formulados: Investigar os efeitos ambientais e sociais gerados pelo avanço das agroestratégias sobre a produção material e simbólica da vida na comunidade

Acampamento Zequinha Barreto. Identificar e analisar as estratégias de produção material e imaterial da existência acionadas pela comunidade, como mecanismos para garantir a permanência na terra. Observar e analisar o lugar da escola na vida cotidiana da comunidade e o seu papel pedagógico na formação política e no processo de resistência e luta pela terra.

Raízes metodológicas da Pesquisa

No desenvolvimento deste trabalho optei pelo estudo de caso, pois por meio dele imergi, com mais profundidade, no contexto, e assim consegui recolher dados empíricos extremamente significativos que me possibilitou vivenciar e compreender os modos de produção e reprodução da vida material e simbólica do acampamento. Recorri a outros instrumentos de pesquisa como a entrevista informal, construindo uma “prosa” entre conhecidos, para romper com a formalidade deste instrumento, e assim favorecer a livre exposição de informações por parte dos entrevistados.

Outra técnica de recolha de dados utilizada foi a roda de conversa, que me permitiu conseguir diferentes opiniões sobre os mais diversos assuntos. Na realização desta atividade com o grupo de crianças usei como suporte imagens para favorecer a exposição delas.

Utilizei também a participação observante, ela me permitiu vivenciar as “labutas” dos moradores do acampamento, aprender acerca de suas tradições, suas muitas histórias, consegui acessar saberes da lida com a terra, da militância social, da resistência, conhecimentos que não poderia apreender com o uso de outras técnicas de pesquisa. Assim, afirmo que meus olhos testemunharam a beleza e a dureza da vida cotidiana dos moradores do acampamento, seres humanos diversos que mesmo diante das vicissitudes se mantêm firmes como “bambu”, árvore típica do cerrado que enverga diante das tormentas, mas não tomba.

Os participantes da investigação tiveram suas identidades preservadas ao usarmos nomes fictícios e foram elencados em dois grupos: a) moradores do acampamento; b) sujeitos que não tem vínculo com a comunidade investigada, mas que tem desenvolvido estudos acerca do avanço do MATOPIBA na região oeste da Bahia.

Na composição do primeiro grupo que participou da entrevista informal, fizeram parte: Caio (dirigente do acampamento), Joaquim (coordenador de agricultura do acampamento), Carla (membro do núcleo de saúde do acampamento), Alice (uma das

primeiras moradoras da comunidade). Além deles, elenquei a professora que atuava na escola do acampamento e que continuou desenvolvendo suas funções, na escola pólo, após o processo de nucleação, por entender que ela forneceria informações significativas que me permitiria compreender como a escola era acionada pelos moradores do acampamento e o papel desta instituição dentro da comunidade.

Utilizei roda de conversa com 1) adultos e 2) crianças, os sujeitos do grupo 1 foram: Seu Rodrigo, Dona Alice, Seu Miguel, Lia, Seu Orlando, Dona Joana, Seu José, Rosana, Cátia, Anatália, Arlete, Carla, Seu Antônio, irmã Rosana, Diana e Zefinha das Petas. Compondo a segunda roda, participaram: Iasmim, Kelli, Jonas, Cíntia, Gisele, Pedro, Davi, Leandro, Alan, Micheli, Bernardo, Mauricio, Eduardo e Agnes.

O segundo grupo foi composto pelos seguintes interlocutores - sujeitos com os quais apliquei a entrevista informal elenquei os seguintes participantes: Juarez (coordenador da Agência 10envolvimento) e Rafael (professor da Universidade Federal do Oeste Baiano).

Houve algumas mudanças no que tange à escolha dos participantes da investigação, anteriormente havia estabelecido como critério de escolha nove moradores do acampamento, estes seriam previamente escolhidos e avisados da realização da roda de conversa. Entretanto, ao longo das observações, constatei que os moradores da comunidade se ocupavam realizando seus modos de produção material e simbólica da vida, fato que impossibilitaria a participação deles na atividade ou mudaria sua rotina. Assim julguei ser mais oportuno, aproveitar um dos momentos da produção de farinha, realizando esta atividade de maneira mais espontânea, havia percebido que este é um momento de encontro em que a “prosa” flui e, portanto, uma situação propícia para que os moradores do acampamento discorressem sobre os mais diversos assuntos.

Os participantes da primeira roda de conversa foram os moradores que estavam realizando a produção de farinha no mês de setembro de 2017. Já para a segunda roda elenquei os moradores que frequentaram a Educação de Jovens e Adultos da comunidade, pois entendi que eles forneceria informações basilares para responder aos objetivos do estudo.

Também são meus interlocutores na pesquisa, as crianças do acampamento, por estarem diretamente vinculadas ao acampamento e à escola forneceria dados significativos acerca do papel desta instituição para a formação humana e a escolarização dos moradores da comunidade.

Tendo citado os critérios de escolha dos participantes, passo a detalhar o passo a passo do estudo de caso. Realizei a primeira visita ao Acampamento Zequinha Barreto no mês de setembro de 2016. Nessa oportunidade, fiz uma entrevista do tipo informal para coletar informações gerais acerca da história do acampamento e sobre as estratégias de resistência e luta pela terra acionadas pelos agricultores familiares. Posto ser este o objetivo inicial de nossa investigação.

Para esta proposta não elaborei roteiro escrito, fiz questionamentos iniciais acerca da maneira como se deu a ocupação e o processo de luta pela terra, conflitos e dificuldades vivenciadas, tipos de atividades desenvolvidas no acampamento, perfil dos moradores, principais dificuldades, as estratégias de luta e resistência pela terra e o papel exercido pela escola dentro do acampamento.

Este diálogo-entrevista ocorreu na varanda da casa de uma moradora, e inicialmente tinha como participante somente Joaquim, o coordenador de agricultura do acampamento, que foi relatando de maneira livre o histórico do acampamento e das lutas vivenciadas. Para reconstruir suas memórias, recorreu várias vezes à ajuda de Carla, dona da residência que é membro do núcleo de saúde do acampamento e é também uma importante liderança feminina, por seu envolvimento nas mais diversas questões da comunidade. Pouco tempo depois de iniciar a entrevista percebi que ela havia se inserido na conversa, em decorrência disso, se tornou também participante da entrevista.

Pelos aspectos apresentados, o que inicialmente seria uma entrevista informal, se tornou na realidade “uma prosa vespertina”, regada á café, pois os dois participantes iam reconstruindo fragmentos de acontecimentos passados e presentes de maneira livre, tanto é que um questionava o outro para que a narrativa fosse a mais fiel possível. Abandonei a escrita e me detive somente na escuta dos retalhos de memória, tendo somente o cuidado de posicionar o aparelho celular bem próximo a eles para que o áudio daquela conversa tivesse a melhor qualidade possível, posto ser de uma riqueza impressionante, por estarem relatando fragmentos das muitas histórias vivenciadas em seu processo de resistência e luta pela terra. As informações coletadas se mostraram muito relevantes para a definição do foco do estudo, tendo em vista que na primeira visita de campo ainda não tínhamos o problema de pesquisa bem delimitado.

A segunda visita à comunidade aconteceu no mês de janeiro de 2017, e teve como objetivo coletar informações específicas acerca do papel exercido pela escola dentro do Acampamento Zequinha. Pretendia identificar como a escola é acionada pela

comunidade; se o currículo escolar contempla questões relativas à agricultura camponesa; se há vínculo entre a escola e o movimento social; se há participação dos moradores no processo de construção e implementação da escola, dentre outros aspectos.

Para essa atividade, elaborei um roteiro de entrevista e levei os termos de consentimento livre e esclarecido, que li e foi assinado pelas duas participantes da pesquisa. Informei que a entrevista seria gravada em um aparelho celular e que seus nomes seriam mantidos em sigilo. A entrevista foi realizada na mesma casa da visita anterior, por ser um espaço amplo, estar situado ao lado da escola e no caminho por onde passam os moradores para ir e vir da “lida da roça”.

Depois fui até a “roça” para procurar o coordenador de agricultura do acampamento, no entanto, este não se encontrava no acampamento nesta data. Então durante o trajeto de volta para a Agrovila, local onde ficam as casas dos moradores da comunidade, encontrei com Dona Alice, que é uma das primeiras habitantes do acampamento, e a convidei a participar da pesquisa. Pedi a Carla a varanda de sua casa para realizar a entrevista, li o termo de consentimento e então iniciei a prosa, de maneira bem livre para deixá-la à vontade para falar de suas vivências. Ao iniciar a entrevista, percebi que seria necessário refazer algumas perguntas, de modo a favorecer o entendimento da entrevistada, a fim de que ela pudesse emitir sua opinião compreendendo os questionamentos que haviam sido realizados.

Os dados obtidos com estas visitas de campo levaram a redimensionar o foco de investigação, e a partir daí, reestruturei o projeto. Retomei o cumprimento dos créditos teóricos e assim, agreguei mais fundamentação teórica acerca da temática, finalizada esta parte do curso, voltei, então, para a cidade de Barreiras, no mês de agosto de 2017, e então dei continuidade a realização do estudo de campo de maneira mais deliberada, sistemática e contínua.

Ao chegar neste município busquei os contatos de Juarez (coordenador da Agência 10envolvimento) e de Rafael (professor da Universidade Federal do Oeste Baiano) para agendarmos a realização da entrevista. Tive certa dificuldade em adquirir os contatos deles, isso se deu a mudança de local da sede da referida agência, o que nos levou a um processo de investigação até descobrimos sua localização. Mesmo já tendo a informação do local, não logrei êxito, tendo em vista, que o coordenador estava viajando, então expliquei o motivo da visita e deixei meu contato telefônico com a secretaria, que me forneceu o e-mail dele para que pudéssemos agendar a data da

realização da entrevista. Então enviei uma mensagem de e-mail falando do propósito da pesquisa, obtive resposta positiva, e então no dia 10 de agosto de 2017, entrevistei Juarez na sede da Agência 10envolvimento.

Ainda no mês de agosto fui à sede da Universidade Federal do Oeste Baiano em busca do professor Rafael, ele estava de férias, e deste modo, tive certa dificuldade em conseguir seu contato, ao ligar, ele prontamente atendeu a solicitação e agendou a entrevista para o dia 23 de agosto no campus da Universidade Federal do Oeste Baiano na cidade de Barreiras. Deste modo, realizei a atividade no departamento de geografia da referida instituição, o docente me indicou referenciais teóricos, colocou-se à disposição para o que se fizesse necessário e solicitou uma cópia da minha dissertação, agradei imensamente a colaboração.

Concomitante a realização das entrevistas estive no dia 04 de agosto na Secretaria de Educação de Barreiras solicitando permissão para realização da observação e desenvolvimento de roda de conversa na escola-núcleo Manoel Rocha Filho, pois, devido a nucleação da instituição escolar do acampamento, precisava agora de outra autorização para adentrar este outro espaço.

Este processo de nucleação modificou sobremaneira a ideia inicial de minha intervenção, ou seja, das rodas de conversa com as crianças do acampamento, tendo em vista, que a escola-núcleo abarca educandos de outras duas comunidades, alocados na Manoel Rocha e em anexo. Neste sentido, em visita ao anexo, acompanhei a aula ministrada pela antiga professora do acampamento e pela análise do caderno de planos verifiquei os conteúdos trabalhados.

Finalizada a aula do turno matutino, peguei uma carona no transporte escolar e vim para a escola-núcleo Manoel Rocha a fim de conversar com a diretora e verificar o turno que havia mais estudantes do acampamento, mesmo tendo esta informação, constatei à inviabilidade de realização da pesquisa na referida instituição escolar, pois não teria como agregar em uma mesma sala somente os estudantes do acampamento.

Durante a observação percebi que funcionavam em uma mesma sala duas turmas diferentes e em conversa com a diretora esta me confirmou e mencionou que novas salas estavam sendo construídas, mas que as obras haviam sido interrompidas. Devido a isso as crianças estavam apinhadas naquele espaço, que além de pequeno não tinha ventilação, fiquei imaginando como deviam estar sofrendo com o calor e me coloquei a pensar se estavam aprendendo naquelas condições. Lembrei ainda que o argumento usado para a nucleação foi a multisseriação, e eles queriam acabar com este sistema e,

entretanto, aquela organização se assemelhava ao modelo condenado que diferia por ser somente um docente o responsável pelas turmas que era composta por um quantitativo menor de estudantes.

Inferências a parte, o fato é que a nucleação me desafiou a reestruturar a intervenção que iria realizar com as crianças no ambiente educativo, deste modo, depois de refletir, decidi realizar as rodas de conversa aos sábados para contemplar todos os educandos, deixei esta atividade para o mês de outubro.

Tendo encaminhado esta questão realizei no dia 17 de agosto uma visita ao acampamento Zequinha Barreto e lá acompanhei o processo de produção da farinha, fiz diversos questionamentos acerca dos instrumentos utilizados e de como faziam aquele produto, anotei todas as informações obtidas no diário de campo e fiz o registro fotográfico utilizando o aparelho celular.

A segunda visita de campo ocorreu no dia 22 de agosto de 2017 ao chegar ao acampamento e percebendo a movimentação na casa de farinha me dirigi diretamente para lá, de longe observei irmã Rosana mais afastada próximo as “roças” fui ao seu encontro e então perguntei o que estava fazendo ela me informou que estava enterrando as manivas para replantar e passou então a relatar todo o processo.

Depois peguei o caminho de volta para a casa de farinha, cumprimento a todos e passei a observar o processo de produção da farinha, percebi que haviam improvisado uma cozinha no barraco próximo a casa de farinha e lá estava Carla, Jandira e Cátia fazendo o almoço, logo me oferecem um café e mencionam que hoje comeremos todos ali mesmo. Em seguida vejo Iasmim e Kelli (gêmeas) mexendo em vasilhas, próximo a prensa, então perguntei o que estão fazendo e elas informaram que estavam retirando a mandioca, fiquei encantada ao constatar que esses saberes têm sido assimilados e que elas formarão a nova geração de camponeses. Tratarei mais a fundo desta questão no capítulo 3.

Aproveitando o momento em que já estão em roda descascando a mandioca, inicio a roda de conversa, fazendo questionamentos acerca da vida deles, de sua ligação com o campo, depois passo a perguntar sobre o processo de ocupação da terra, escolha do nome do acampamento, as atividades desenvolvidas, os festejos e as dificuldades da vida na comunidade, cada um vai falando em outros momentos um complementa a fala do outro, consigo coletar relevantes informações, agradeço a contribuição deles e finalizo a atividade.

No dia 24 de agosto retornei para realizar a entrevista com Caio, o dirigente do acampamento, o encontrei na casa de farinha e então nos dirigimos ao local onde funcionava a escola. Lá chegando informei os objetivos e apresentei o termo de consentimento e em seguida iniciei a entrevista usando um aparelho celular, depois de finalizar este momento agradeço ao dirigente me colocando a disposição para quaisquer assuntos que dizem respeito ao acampamento, este então se mostra grato e se dispôs a colaborar no que fosse preciso.

Finalizada a entrevista, retomei a casa de farinha e ao saber que as crianças iriam ajudar sua avó a alimentar os porcos, resolvi acompanhá-las neste momento. Durante o caminho, vi alguns agricultores lavrando a terra, ao passar os cumprimentei, registrei o momento e seguimos para o chiqueiro onde vi o trabalho colaborativo que envolveu duas gerações.

Transcorrido o mês de agosto, procedi então às transcrições das entrevistas e retomei a visita de campo dia 13 de setembro de 2017, entrevistei Joaquim (coordenador de agricultura do acampamento) na casa de farinha e lá permaneci para acompanhar a produção da farinha.

No final do dia encontrei com a professora da comunidade retornando com os alunos da escola-núcleo Manoel Rocha e então novamente explanei para ela os motivos da pesquisa, pois no dia em que visitei a escola já havia mencionado e tentei agendar com ela uma data para entrevistá-la, ela então explicou que trabalhava o dia todo e que ao chegar ao acampamento não tinha mais clareza, pois já havia escurecido, então me informou que as quintas feiras fazia faculdade em Barreiras. Deste modo, solicitei seu telefone para marcarmos a entrevista e agradei a disponibilidade dela.

No dia seguinte fui até a Secretaria de Educação a fim de coletar informações oficiais acerca da implementação da escola do acampamento, fiz alguns questionamentos a Vivian (secretária do setor de Educação do Campo) esta procedeu a uma pesquisa documental e me deu as informações que solicitei, e constam no capítulo 4 desta dissertação. Neste mesmo dia entrei em contato com a professora a fim de agendar a entrevista, no entanto, mais uma vez ela me informou que estava com muitos trabalhos da faculdade e da escola, e não seria possível naquela semana.

Retornei a campo no dia 26 de setembro, cheguei ao acampamento e fui direto para a roça ver o momento em que arrancavam a mandioca, entretanto os camponeses já haviam realizado esta atividade por conta do sol forte e estavam realizando o trajeto de

volta, registrei esse momento e peguei o caminho de volta com eles para observar o momento em que iam descarregar os carrinhos e raspar a mandioca.

Neste dia havia poucas pessoas ajudando na produção de farinha, e então começo a observar que eles têm um jeito diferente de descascar a mandioca, um descasca até a metade da raiz e vai colocando em um espaço, onde outro termina o trabalho, então questiono o porquê de um iniciar e outro terminar de descascar a raiz. Seu Rodrigo, o responsável por finalizar o serviço, responde que é para sujar menos a raiz da mandioca e realizar o trabalho mais rápido, observo que ele tem a frente três blocos de concreto e então pergunto o motivo, ele diz *que “é pra apoiar na raspagem da mandioca, pois lá na região de Serrolândia (sertão baiano) ocorre a raspagem e não descasca da mandioca”*, por isso ao seu lado se formou uma montanha que a primeira vista se assemelhava a pó de serragem, ele me explica que a casca precisa ser retirada por completo para a farinha não amargar e ficar clarinha.

Continuo observando o processo de descasca da mandioca, os moradores levam toda a manhã nesta atividade, dão uma pausa para o almoço e depois retornam para então fazer a farinha, eu então decido ir até a casa de seu Rodrigo e ao chegar lá observo uma rede de um material diferente, ele então explica que é feita de sacos bag que guarda os grãos e diz que arma a rede perto da pista e que os caminhoneiros têm feito encomendas para ele. Complementa afirmando que já está ganhando um dinheirinho com esta atividade, leva-me para conhecer sua casa e tudo o que tem plantado em seu quintal, conversamos por longo tempo depois me despeço finalizando a observação daquele dia.

Antes de deixar o acampamento passo na casa de Carla e peço que ela avise as crianças que dia 07 de outubro eu farei uma oficina com elas no espaço onde funcionava a escola do acampamento. Na data marcada chego ao acampamento na companhia de uma amiga para que ela fizesse os registros fotográficos da atividade, e eu então pudesse fazer a oficina intitulada “Raízes Camponesas” com as crianças, para a qual elaborei um cartaz com várias imagens, umas encontradas em sites da internet e outras do acampamento, este recurso foi usado para favorecer a exposição das crianças acerca dos questionamentos que faria.

Coloquei as crianças em círculo, fixei o cartaz e então comecei a fazer questionamentos acerca das imagens que viam, da escola e os modos de vida do acampamento. Ao finalizar os questionamentos entrego papel, lápis de cor e cola

colorida para que fizessem desenhos retratando o dia a dia delas no acampamento, agradeço-as pela participação e aviso que irei retornar para fazer outra atividade.

Ainda neste dia, entrei em contato com Luana (professora que atuava na escola do acampamento e que continua trabalhando agora na escola-núcleo) e agendamos a entrevista para dia 13 de outubro de 2017, em uma panificadora na cidade de Barreiras.

O outro campo foi realizado no dia 21 de novembro, nesta data realizei a segunda roda de conversa com os adultos que frequentaram a Educação de Jovens e Adultos, esta atividade foi realizada na casa de Carla, inicialmente seria nas dependências onde funcionava a escola, no entanto, como as mulheres estavam descascando pequi para vender achei melhor não interferir no desenvolvimento daquela atividade e fazer a roda ali mesmo, enquanto elas realizavam seu trabalho fui fazendo os questionamentos que tinha como tema a escola do acampamento.

O último campo foi realizado dia 16 de dezembro, nesta oportunidade realizei a segunda roda de conversa com o tema: Educação/ Escola do Acampamento, tive como participantes dessa atividade as crianças, e solicitei que elas falassem como era a escola da comunidade, o que aprenderem nela, as festas que aconteciam, quando a escola foi fechada e por que, onde fica a outra escola e como chegam lá. Diante dos depoimentos das crianças, pedi que fizessem uma cartinha falando da escola, do acampamento e solicitando seu retorno.

Estrutura da dissertação

Este trabalho está organizado da seguinte maneira: introdução, quatro capítulos e as considerações finais.

O primeiro capítulo denominado **RAÍZES DA CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA E DA LUTA PELA TERRA NO CAMPO BRASILEIRO**, apresenta cinco seções: 1- Germes da concentração fundiária do Brasil; 2- Ramificações da concentração fundiária no Oeste Baiano; 3- Sementes da transformação: Barreiras passa de cidade interiorana a “Região Produtiva do Agronegócio”; 4- Agronegócio: Semeando transgênicos, colhendo riquezas e proliferando uma cultura de morte; 5- Raízes da resistência: a agricultura camponesa como estratégia contra-hegemônica a expansão do agronegócio do campo.

Nele trago marcos teóricos e históricos, acerca da concentração fundiária no Brasil e no oeste baiano, trato da resistência e luta pela terra empreendida pelos agricultores camponeses e povos tradicionais. E abordo as contradições entre a agricultura camponesa e o agronegócio.

O segundo capítulo, **MATOPIBA: SEMENTES DA PROSPERIDADE E DA RUÍNA**, está subdividido em 3 seções, a saber: 1- Germes históricos e caracterização do território MATOPIBA; 2- Frutos amargos da expansão agrícola: as externalidades ambientais geradas pelo MATOPIBA; 3- MATOPIBA: “território do desenvolvimento socioespacial e do progresso econômico?”.

Abordo os aspectos legais, histórico e objetivos deste projeto, as externalidades ambientais e sociais já identificadas e discutidas pelos teóricos e pelos sujeitos da pesquisa. Discorro sobre as implicações desta nova fronteira agrícola e das agroestratégias para a conquista, permanência e preservação do território por parte dos moradores da comunidade investigada.

O terceiro capítulo, **SEMEANDO A RESISTÊNCIA: MODOS DE VIDA MATERIAL E IMATERIAL NO ACAMPAMENTO ZEQUINHA BARRETO**, está dividido em 2 seções: 1- O enraizamento entre a formação do acampamento e a produção material e simbólica da vida; 2- Cultivando o futuro: o papel da Escola do acampamento. Nele, abordo o processo de ocupação da terra, a formação do acampamento Zequinha Barreto e traz um delineamento acerca do processo de produção da vida material e imaterial desta comunidade e do papel ocupado pela escola dentro deste espaço.

O quarto capítulo, **DA LUTA PELA TERRA BROTA A RAIZ DA LUTA PELA EDUCAÇÃO**, esta dividido em 6 seções: 1- Frutos da mesma semente: a luta por terra e educação protagonizada pelos povos do campo; 2 - Eis que da luta brota a semente do futuro a construção da escola 1º de Maio; 3 - Colhendo os frutos da luta por Educação: a relevância da escola 1º de Maio na vida dos moradores do Acampamento Zequinha Barreto; 4 - Raiz da mesma semente: o papel da Educação/Escola do Campo no processo de resistência e luta pela terra; 5 - Arrancando a raiz e impedindo o florescimento: processo de nucleação da Escola 1º de Maio; 6 - Sementes que não florescerão: os impactos da nucleação para os educandos e o acampamento Zequinha Barreto.

Nesse capítulo, discuto o histórico e o conceito da Educação do Campo. Tratamos da “peleja” por acesso a educação e escolas, empreendido pelos povos do

campo e pelo MST. Trato, por meio dos dados empíricos, como a escola é acionada pelos moradores e sua relevância dentro da comunidade, assim como abordo, de forma mais ampla, o papel da Educação do Campo no processo de resistência e luta pela terra. Por fim, analiso a nucleação (fechamento) da escola da comunidade Zequinha Barreto, apresentando relatos que evidenciam os impactos da nucleação sobre a capacidade de mobilização da comunidade e a produção material e simbólico da vida. Assim como, analiso o processo de violência a que as crianças do acampamento têm sido submetidas nas escolas para as quais foram transferidas.

Nas considerações finais, intitulada E DA BUSCA DE RAIZ BROTA OS FRUTOS DO TRABALHO, aponto os resultados provenientes do estudo e trazemos sugestões de temas para a realização de futuras pesquisas em torno da articulação entre a Educação do Campo, luta pela terra e sustentabilidade de povos e comunidades tradicionais.

CAPÍTULO I

Raízes da concentração fundiária e da luta pela terra no campo brasileiro

Este capítulo trata dos processos históricos da concentração fundiária no Brasil e da resistência e luta empreendida pelos camponeses para redemocratização do acesso e uso da terra. Aborda também os conflitos entre a agricultura camponesa e o agronegócio, mencionando a existência de dois projetos de campo distintos, tendo como pano de fundo a situação concreta da cidade de Barreiras, no estado da Bahia, região que tem se destacado, nacionalmente, pela expansão do agronegócio de grãos, com subsídios do governo federal. Na região acima citada, a expansão das agroestratégias têm significado a marginalização, a subordinação ao capital, ameaça de perda de terra e a desterritorialização dos camponeses.

Para tratar destas questões utilizo os seguintes autores: Martins (1982, 1983, 1985, 1998), Oliveira (1996) e Fernandes (2001, 2004, 2013, 2015); Haesbaert (2011); Porto et al (2016) e Junior et al (2016), Almeida (2010), Walsh (2012), Leite (2012), Guzmán e Molina (2013), Ploeng (2009). Mesmo tendo caráter mais teórico, aciono aqui, as narrativas de Caio (dirigente do acampamento), Juárez (coordenador da Agência 10envolvimento) e de Rafael (docente da Universidade Federal do Oeste Baiano) a fim de confirmar aquilo que encontrei na literatura especializada.

1. Germes da concentração fundiária do Brasil

O Brasil é um país com grande extensão territorial, elevado potencial hídrico, vasta biodiversidade e sociodiversidade de povos e culturas. Toda essa riqueza material e imaterial foi tomada dando início a colonização segundo Walsh (2012):

[...] es el patrón de poder que emerge en el contexto de la colonización europea en las Américas – ligado al capitalismo mundial y el control, dominación y subordinación de la población a través de la idea de raza –, que luego se naturaliza – en América Latina pero también en el planeta – como modelo de poder moderno y permanente (p.66).

Os colonizadores adotaram duas estratégias principais: a violência física e a disseminação da ideologia da superioridade de raça, a colonialidade do poder, que de acordo com Walsh (2012).

se refiere al establecimiento de un sistema de clasificación social basada en la categoría de “raza” como criterio fundamental para la distribución, dominación y explotación de la población mundial en los rangos, lugares y roles de la estructura capitalista-global del trabajo, categoría que – a la vez – altera todas las relaciones de dominación, incluyendo las de clase, género, sexualidad, etc. Este sistema de clasificación se fijó en la formación de una jerárquica y división identitaria racializada, con el blanco (europeo o europeizado, masculino) en la cima, seguido por los mestizos, y finalmente los indios y negros en los peldaños últimos, como identidades impuestas, homogéneas y negativas que pretendían eliminar las diferencias históricas, geográficas, socioculturales y lingüísticas entre pueblos originarios y de descendencia africana. Por servir los intereses tanto de la dominación social como de la explotación del trabajo bajo la hegemonía del capital, “la ‘racialización’ y la ‘capitalistización’ de las relaciones sociales de tal nuevo patrón de poder, y el ‘eurocentramiento’ del su control, están en la base misma de nuestros actuales problemas de identidad”, como país, “nación” y Estado (WALSH, 2012, p.67).

Tratava-se de impor aos colonizados a reconhecer sua “inferioridade” e aceitar a civilização, pois estes iam “livrá-los”, segundo Arroyo (2012), “da condição de sub-humanos, selvagens, sem lei, ilegais” (p.204).

Para tal, os colonizadores desterritorializaram os povos autóctones, ou seja, “excluíram, privaram e/ou precarizaram o acesso deles ao território enquanto recurso ou apropriação material e simbólica”. (HAESBAERT, 2011, p. 315). Os povos indígenas, então, se insurgiram e resistiram contra a dominação imposta pela coroa e assim foram vítimas de um verdadeiro genocídio, que se assentava na “ganância dos colonizadores”.

Para se territorializarem os colonizadores precisavam “retirar os entraves”, no caso, os povos indígenas que impediam a implementação da modernidade, e concentraram em suas mãos todas as terras brasileiras: Conforme Alentejano (2014):

a concentração fundiária é talvez a principal marca histórica do campo brasileiro. Inaugurada com o instrumento colonial das sesmarias, foi intensificada pela Lei de Terras de 1850 e se manteve intacta pelos sucessivos bloqueios impostos à Reforma Agrária na história do país (p.25)

Esta divisão fundiária iniciada pelo Regime de Sesmarias, que, segundo Martins (1982) “era racialmente seletivo, contemplando os homens de condição e de sangue limpo, mais do que senhores de terras, senhores de escravos” (p.71). Este modelo apregoava a hegemonia do branco, masculino e europeu, impossibilitando a aquisição de terras por índios e negros, pois estes eram considerados pertencentes a sub-raças.

Com o fim deste regime em 1822, tem-se o interregno, que viabilizou a posse de terras devolutas, promovendo certa desconcentração fundiária. Mesmo que superficial, isto se manteve até ano de 1850 quando foi promulgada a Lei de Terras que, de acordo

com Martins (1982): “instituiu no Brasil o cativo da terra - aqui as terras não eram e não são livres, mas cativas” (p.72).

A partir da Lei nº 601 de 1850, a aquisição de terras se fazia mediante compra da Coroa, assim, “os pobres e afrodescendentes, por falta de dinheiro, foram totalmente excluídos e entregues ao arbítrio do grande latifúndio” (BOFF, 2017, p.27), que a tal lei viabilizou que o capitalista passasse a ser o único detentor da terra, e a converte em: “terra de negócio”, que “pode ser comprada, vendida ou alugada” (Martins, 1983 p.163).

Isto não se restringiu somente ao domínio da propriedade, mas foi, historicamente, um fator que impossibilitou o acesso por parte da população aos recursos naturais e materiais.

No decorrer dos anos, a estrutura fundiária se manteve sem muitas alterações. Mesmo com a Proclamação da República, não houve a intenção de reparar essa dívida histórica que foi a negação da terra para os povos autóctones e para os diversos povos do campo. Nesse prisma Martins (1985) menciona que.

Com a proclamação da República, em 1889, as terras devolutas e as questões de terras passaram para a alçada dos governos estaduais. Essa decisão representou de fato um prêmio para as chamadas oligarquias regionais e a condição para a sustentação política do regime republicano, que entre outras bandeiras defendia a autonomia dos Estados. (...) as classes dominantes de cada estado podiam distribuir as terras públicas de acordo com seus interesses econômicos e políticos aos seus próprios membros, aos cabos eleitorais, clientes e protegidos (p.20).

Como tentativa de resolver este problema criou-se o primeiro plano de Reforma Agrária proposto em 1964, início do período de ditadura militar no país. Este documento foi elaborado por empresários e militares e não tinha o propósito de beneficiar os trabalhadores do campo, mas sim a burguesia e os militares. Contudo, de acordo com Machado (2010):

Como os conflitos passam a chamar a atenção dos militares, é através de uma política de ocupação de terras da Amazônia que eles acreditavam poder resolvê los. A estratégia dos militares em propor uma rigorosa distribuição de terras na Amazônia para acabar com os conflitos gerados no nordeste, motivados pela disputa da terra, significaria a ocupação dos chamados espaços vazios, que se tornariam grandes pólos de desenvolvimento econômico, com o envolvimento das forças armadas (p.80).

A estratégia usada pelos militares para atenuar o problema da estrutura fundiária do país, fracassou, acirrando-se os conflitos por terra envolvendo empresários agrícolas, agricultores nordestinos e indígenas.

Mesmo com o fim da ditadura, não foi formulado nenhum outro projeto que tivesse como tema a redistribuição de terras no país. Esta questão somente é retomada na Constituição de 1988, que em seu Art. 184 estabelecia:

Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

Se antes os trabalhadores rurais não tinham nenhuma possibilidade de adquirir terras, as determinações constantes nesta lei abrem agora a possibilidade de acesso a terras improdutivas. Contudo, o modelo agrícola industrial contribui para o predomínio do latifúndio. Segundo Fernandes (2013),

a maior parte das terras estão sob o domínio de grandes corporações nacionais e multinacionais. Estas empresas controlam as políticas de desenvolvimento da agricultura, ficando com a maior parte dos recursos do crédito agrícola, monopolizando os mercados em todas as escalas e dirigindo a produção de tecnologias destinadas à qualificação da produção agropecuária (p.93)

Tal ação legitima a moderna agricultura e favorece sua expansão, contribuindo assim, para a perpetuação da concentração fundiária e para a expulsão dos camponeses do meio rural.

Tentando reagir a este processo, os movimentos do campo então iniciam, a partir da década de 1960, as ocupações de terras improdutivas uma estratégia de mobilização social e política que tinha como intuito pressionar o Estado para que realizasse a redistribuição de terras.

Como fruto da mobilização social em 1969 ocorre a criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, este órgão seria responsável pela execução da política de Reforma Agrária. Entretanto, não houve muitos avanços no que tange à democratização do acesso a terra. Segundo Oliveira (1996): “[...] a redefinição da política fundiária em favor das grandes empresas capitalistas, geralmente empresas industriais, comerciais e bancárias, correspondeu a um grande crescimento da luta dos trabalhadores rurais pela terra, [...]” (p.23). Mesmo vivenciando a repressão dos

governos militares, os conflitos por terra aumentaram em grande parte das regiões do país, e estes envolviam agora, não somente os trabalhadores rurais, mas também os povos indígenas, cujas terras passaram a ser cooptadas pelo avanço da propriedade dos grandes fazendeiros e das corporações.

No tocante a sucessão do regime militar, temos os governos democráticos. Até o presente momento, nenhum dos planos de governo dos últimos três presidentes (Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff) conseguiram sanar a problemática da Reforma Agrária no Brasil. Desta feita, trago uma análise das ações tomadas em prol da desconcentração fundiária, a fim de verificar se houve mais avanços ou retrocessos no que tange a efetivação da Reforma Agrária no país.

O governo de Fernando Henrique adotou a política neoliberal, na qual a lógica era a privatização de diversos órgãos governamentais e a diminuição das responsabilidades sociais do Estado com vistas à redução de despesas. Deste modo esta gestão não tinha idealizado nenhum projeto que contemplasse a Reforma Agrária. Em virtude disso, os movimentos começaram a pressionar o governo para que realizasse a distribuição de terras, atrelada a esta forte articulação e clamor social, ocorreram atos de violência contra trabalhadores camponeses, como aponta Filho (2009):

Em agosto de 1995, com o massacre de Corumbiara, em Rondônia, e em 17 de abril de 1996, com o massacre de Eldorado dos Carajás, no sul do Pará, foram assassinados pela Polícia Militar (que atuava na defesa da propriedade privada) onze posseiros e dezenove trabalhadores sem-terra, e outros tantos foram torturados (p.256)

A pressão exercida pelos movimentos sociais teve êxito e o governo assentou em seu primeiro mandato (1994-1998) um total de 287.994 famílias, e na segunda gestão - período compreendido entre (1999-2002) - assentou 252.710 famílias. Em termos absolutos, é neste período que tivemos o maior índice de desapropriações de terras para fins de Reforma Agrária do país, isto representou um percentual de cerca de 540, 704 mil famílias assentadas entre os anos de 1995 a 2002 (INCRA/2016).

A gestão de Luiz Inácio da Silva investiu em projetos sociais de redistribuição de renda. Tal meta foi cumprida, pois milhares de brasileiros conseguiram melhorias em seus padrões de vida, passando a ter “poder de compra” que lhes permitiu adquirir bens que antes não podiam ter.

Se o governo Lula teve êxito neste projeto, isto não ocorreu com a questão da Reforma Agrária, em seus dois mandatos que abrangem os períodos (2003-2006) e (2007-2010) o número de famílias assentadas, segundo dados do INCRA (2016),

totalizou 614. 265. Este índice ficou muito aquém da expectativa dos camponeses e sem terra que vislumbram neste governo a chance de adquirirem a tão sonhada terra. Por adotar uma postura conciliativa, a gestão de Lula não entrou em confronto com o capital e assim realizou a Reforma Agrária não onerosa, “na qual as famílias são assentadas em terras públicas e não há desapropriação das terras improdutivas e àquelas que descumprem a legislação trabalhista ou ambiental” (FILHO, 2009, p.249).

Se levarmos esta questão supracitada em sua radicalidade podemos inferir e concordar com Alentejano (2017) que o governo Lula não realizou a Reforma Agrária, como consta em Lei, ao contrário, “esvaziou o sentido desta política” e apoiou a hegemonia do agronegócio, tendo em vista que este setor não teve nenhuma de suas terras desapropriadas para fins de Reforma Agrária, e assim a concentração fundiária se manteve no país.

A gestão de Dilma Rousseff (2011-2015), seguindo os passos do governo anterior, não conseguiu efetivar a política de Reforma Agrária. Conforme Cruzeiro e Viana (2017) “os índices apontam uma redução de 60, 4% na execução anual do Programa, que contemplou um total de 133.689 famílias, 26.738 a cada ano” (p.178). Os dados divulgados pelo INCRA/2016 demonstram que “os índices ficaram abaixo dos registrados até nos anos de 1994”, ou seja, é desta gestão o pior desempenho no que tange o quantitativo de assentamentos de Reforma Agrária realizados no país.

O processo de ruptura institucional em 2016 não nos permite dizer se o governo colocaria em pauta a questão da política de Reforma Agrária. Contudo a gestão de Michel Temer representa um retrocesso, posto que ele tem, por meio de diversas medidas, dificultado a demarcação de terras indígenas, quilombolas e de outros povos tradicionais, tem ainda incentivado a estrangeirização de terras e por meio de uma política entreguista negociado nosso solo e reservas hídricas.

Além de junto a bancada ruralista está aprovando diversas Medidas Provisórias, uma delas é a 759/2016 que dispõe acerca da titulação dos assentamentos após 10 anos, isso contribui para que as terras sejam alvo de investida dos empresários do setor agropecuário. Tal ação desresponsabiliza o governo de conceder créditos, formação agrícola e acompanhamento aos assentamentos de Reforma Agrária, os assentados terão que produzir, por conta própria, não sendo mais beneficiados com nenhuma política de incentivo à produção agrícola, isso os torna vulneráveis ao agronegócio.

Ademais tem desqualificado a luta pela terra por meio da criminalização dos movimentos sociais. Em virtude disso, os conflitos, as mortes e a violência no campo chegaram a índices alarmantes.

A desconcentração fundiária é ainda uma realidade distante para os povos do campo, pois esta esbarra diretamente nos interesses dos latifundiários que, sempre conseguem dificultar e impedir que a redistribuição de terras aconteça no país, mantendo a estrutura moderno-colonial no campo brasileiro que tem o latifúndio como seu alicerce.

2- Ramificações da concentração fundiária no Oeste Baiano

Na Bahia, assim como em outras regiões do país, as terras agricultáveis foram concentradas nas mãos de uma minoria, um grupo formado por empresários, fazendeiros, grileiros² e governo. As demais terras, localizadas em áreas de caatingas, não despertaram o interesse da oligarquia agrária baiana, pois estes sabiam que neste bioma predomina baixos índices de chuva e em certos períodos a escassez dela.

O latifúndio sabedor das dificuldades produtivas existentes nos solos do sertão e do bioma da região conhecida como “Além São Francisco”, não tinha o interesse em adquirir terras nestas áreas. Foi somente com a Revolução Verde em meados da década de 1960 e na segunda metade 1970, que cientistas e os latifundiários descobriram que estes solos, até então consideradas ruins e até improdutivo, poderiam ser agricultáveis. Para tal, bastava, irrigar o plantio, incorporar maquinários e usar adubos químicos.

Os terrenos planos e grandes extensões territoriais existentes nas áreas do cerrado do centro-oeste favoráveis a mecanização, foram preponderantes para o desenvolvimento da agricultura moderna. Associado a isto, tem-se os baixos preços das terras e os incentivos governamentais que tinham como propósito o povoamento das

² "grilagem de terras" técnica que consiste em colocar documentos forjados de posse de terra junto com grilos dentro de uma caixa a fim de que ação dos insetos desse uma aparência envelhecida aos documentos, garantindo assim sua “legitimidade”. Nestes termos a grilagem de terras pode ser entendida como toda ação ilegal que objetiva a transferência de terras públicas para o patrimônio de terceiros. Atualmente, a prática conta com as falhas nos sistemas de controles de terras brasileiros. A falta de um sistema único de registro de imóveis, que realize o cruzamento de dados de posse nas esferas municipais, estaduais e federal, e a falta de fiscalização sobre a titularidade de grandes propriedades facilitam a ação dos criminosos. Os "grileiros" usam registros em cartório de título de imóveis, em órgãos fundiários e na Receita Federal. Com o cruzamento de diferentes registros, a fraude ganha a aparência legal. (Informe da OXFAM /Brasil, de novembro de 2016).

áreas de cerrado e da Amazônia. A “Conquista do Oeste” foi iniciada na “Era Vargas”, mas se consolida com construção de Brasília “que pôs à disposição do capital, estradas, comunicações e energia para avançar sobre o Planalto Central brasileiro, estende-se, principalmente sobre os cerrados e, a partir daí, sobre a Amazônia” (PORTO-GONÇALVES ET AL, 2016, p.78).

Este projeto tinha o intuito de desenvolver o país e inseri-lo no que Immanuel Wallerstein intitula de “sistema-mundo capitalista moderno-colonial”. No final da década de 1970, e mais fortemente na década seguinte, houve a expansão da fronteira agrícola da soja rumo ao nordeste, principalmente nos cerrados baianos, visando tornar esta região competitiva na produção de grãos.

A modernização agrícola trouxe mudanças significativas na dinâmica geográfica, social, econômica e política da região. Em se tratando da ocupação territorial o professor Rafael menciona.

tem os dois momentos, o primeiro momento que vem desde o período colonial, que é um processo de ocupação mais lento, é um tipo de ocupação que acompanha o traçado dos rios e a economia de escala é a pecuária extensiva, no sistema mais ou menos feudal. Esse modelo se manteve por muito tempo, até aparecer as rodovias, na época de 40,50. Na segunda metade do século 20, lá para os anos 70, descobriu-se uma agricultura de escala, baseada principalmente na produção de soja, aqui na região e alguns municípios. A partir da década de 70, teve a migração dos sulistas, com incentivos diversos para a ocupação nessa região. Que já existiam pessoas morando. É mais ou menos isso, o processo de ocupação. (entrevista do professor Rafael, agosto de 2017)

Na descrição do professor Rafael, percebe-se que, no primeiro momento, a ocupação do cerrado era mais rarefeita, predominando a passagem natural, as atividades de subsistência e a presença de poucos vilarejos, habitados por povos tradicionais. Estes são de acordo Santos (2016):

Indígenas Xavantes, Tapuias, Karajás, Avá-Canoeiros, Krahôs, Xerentes, Xacriabás e muitos outros que foram dizimados antes mesmo de serem conhecidos. Muitos já eram nômades e exploravam o Cerrado através da caça e da coleta. Alguns já praticavam a agricultura de coivara, ou uma agricultura itinerante, de corte e queima e posterior pousio. Com o passar do tempo, aos indígenas foram se somando outros grupos: quilombolas, geraizeiros, vazanteiros, ribeirinhos, quebradeiras de coco, agricultores familiares, etc. – que convivem nesse bioma há várias gerações, praticando agricultura de subsistência e extrativismo vegetal (p.108)

Os povos tradicionais, antes os únicos habitantes do cerrado brasileiro, que viviam de maneira sustentável neste bioma, tiveram que lutar por terra e pela preservação da dimensão simbólica e material do seu território. Levando-os a “disputar

com os migrantes sulistas³ o direito a continuarem desenvolvendo seus modos de vida material e imaterial nas áreas de cerrado que ocupavam a muito tempo”. (HAESBAERT, 2011, P.74).

Essa apropriação das terras e do território não se deu sem conflitos, pois os “sulistas”³, atraídos pelas possibilidades de enriquecimento desta região, lançaram mão de diversas estratégias como a grilagem de terras e a violência física e psicológica. Surge, neste processo, o encontro colonial entre as comunidades tradicionais e os “gaúchos”⁴, que assumem aqui o papel de colonizador e tenta de todo modo retirar o direito de primazia da terra dos povos autóctones. Mais uma vez na história do nosso país os povos tradicionais são desterritorializados em prol da implementação do projeto de modernidade, na expansão do capitalismo no campo.

Ao optar pelo modelo agroindustrial, o governo brasileiro desconsidera como bem expressa o professor Rafael (2017), “*que já existiam pessoas morando aqui*” e legitima todas as ações tomadas pelo capitalismo agrário para se expandir nessa região. Contrapondo a tentativa de territorialização dos “sulistas”, os povos tradicionais se insurgem e resistem contra os processos de desterritorialização empreendido pelo capital. Resultante disso, Porto *et al* (2016) cita:

O Cerrado tem a segunda maior densidade de conflitos por terra, quando considerados os biomas. Entre 2000 e 2016, cerca de 24, 1% das localidades em que ocorrem conflitos por terra no Brasil estavam nos cerrados [...] ficando somente atrás da Mata Atlântica e da Amazônia (grifos nossos) (p.78).

Semelhante a Amazônia, o cerrado se tornou área de tensão territorial por agregar interesses conflitantes entre o capital representado, de um lado pelo agronegócio, de outro os camponeses, categoria que abarca: “ribeirinhos, comunidades de fecho de pasto, geraiseiros, extrativistas, posseiros, quebradeiras de coco babaçu, quilombolas, indígenas, agricultores familiares, dentre outros”, (CONSELHO EDITORIAL-HISTÓRIA SOCIAL DO CAMPESINATO NO BRASIL, 2009, p.11). Tornando estas regiões “fronts de guerra”, na defesa de seus interesses. Há ameaças constantes vindas, principalmente, do agronegócio, e na maior parte das vezes as “baixas”, ou seja, mortes, são dos camponeses. (PORTO *ET AL*, 2016. p.78).

³ Segundo Haesbaert (1997, p.16) os sulistas são: gaúchos, catarinenses, paranaenses e seus descendentes.

⁴ Termo cunhado pelos nordestinos para designar os migrantes do sul.

No caso específico do oeste baiano, é grande a incidência de conflitos por terra envolvendo camponeses, grileiros e latifundiários, as causas deste processo são descritas por Juarez quando menciona:

tudo remonta ao descaso que a passagem das terras públicas, do patrimônio público que na realidade, abrangia a maior parte dessas terras aqui dessa região em propriedade particular, ocorreu de uma maneira no mínimo duvidoso e na maioria das vezes abertamente fraudulento, então o pessoal se apropriou das terras devolutas aqui da região, principalmente nos gerais pela força do prestígio deles. Assim fazendo com que os oficiais dos cartórios as pessoas, essas pessoas assim que estavam competentes para fazer essas coisas, ou com dinheiro, ou com violência para se apropriar, e quando isso acontece uma vez, e não há reparo essa propriedade ela carrega um certo vício. Porque muitas vezes, pessoas que não tem nada a ver com a grilagem, compraram de boa-fé, mas na verdade situam o seu direito de propriedade, em um objeto que a princípio foi adquirido inadequadamente. Isso na nossa região é tão corriqueiro, tão bagunçado até hoje, que não sei se você sabe, tem o problema das terras fantasmas, que se você ver o registro de terras em São Desidério se você soma supera em duas ou três vezes o que realmente tem de terra e ainda assim, esse negocinho das terras ou assim você tem o problema de sobreposição na mesma fazenda na realidade estão em nome de várias pessoas, como donos. E vai ser muito muito difícil de consertar, talvez impossível, mas esse tipo de problema continua prejudicando justamente aquelas pessoas que não são proprietárias, mas tem uma posse geralmente regular dessas terras são as comunidades tradicionais que pela sua história são comprovadamente posseiros e tem o direito garantido pela constituição de serem respeitados no espaço onde trabalham e moram, não são proprietários porque pra serem proprietários precisam do documento e aí eles ‘pagaram o pato’ [...] se você me procura se isso existe hoje ainda? a tendência é mais antes, tem muitos problemas entre grandes proprietários, cada um dizendo a terra aqui é minha, agora as pequenas comunidades, hoje são as mais atingidas pelo fato que no cerrado as áreas foram realmente todas convertidas em áreas de plantio, de cultivo e é obrigatório de apresentar vinte por cento de sua propriedade como APP⁵, então as comunidades tradicionais que se situam via de regra são ainda trechos bastante intactos, aí tem muita cobiça nessas áreas para apresentar como reservas legais. (entrevista de Juarez, agosto de 2017)

A grilagem é um processo clássico no país, segundo Oliveira (1996), “junta-se à documentação para aquisição de terras “devolutas” dos estados, duas certidões sempre “negativas” da existência, naquela terra a ser titulada, de índios e/ou posseiros” (p.64). Tal atitude tem o propósito de burlar a Constituição de 1988 que em seu artigo 191: garante que “aquele que permaneça por cinco anos ininterruptos, sem oposição de área de terra, não superior a cinquenta hectares, produzindo, por meio do trabalho familiar, tendo moradia fixa teria então a propriedade da terra” (BRASIL, 1988).

5- Área de preservação permanente, sob os cuidados do proprietário das terras, este inclusive deve recompor a vegetação quando esta foi retirada (Grifos nossos, fonte: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2017)

Esta determinação que asseguraria a primazia da posse de terras para as comunidades tradicionais, não pode ser executada nas áreas de cerrado baiano, devido à concentração fundiária exercida por meio da grilagem. Deste modo, os posseiros, têm seu direito à terra escamoteado pela total cobertura dos poderes da república, tanto o Executivo, quanto o Legislativo e o Judiciário. Este último continua sendo o grande suporte para defender a propriedade (mesmo ilegítima) a favor dos ruralistas (JUNIOR ET AL, 2016, p.114).

Os posseiros resistem e lutam pela “terra de trabalho”, pois para eles o importante não é a propriedade, mas sim a possibilidade de desenvolver seu modo de vida no meio rural. Essa luta é compartilhada com os índios, quilombolas e os sem-terra contra a expansão do capitalismo no campo e os processos de desterritorialização.

Conforme Juarez, a investida do agronegócio contra as comunidades tradicionais tem avançado cada dia mais, pois as áreas mais preservadas estão sob os cuidados deste grupo que tem relações mais sustentáveis com o meio ambiente. As terras preservadas passam a ser cobiçadas pelos fazendeiros e empresários da agricultura em larga escala, posto que estes precisam ter áreas de preservação permanente e como este tipo de atividade provoca grande devastação ambiental, os latifundiários precisam, a todo custo, adquirir APPs para cumprir o que determina a legislação ambiental, a saída encontrada por eles é tomar as terras das comunidades tradicionais, usando tanto a grilagem, como a violência física e psicológica para expulsar os camponeses de seus territórios.

Todos estes fatores têm sido nodais para aumentar os conflitos por terra na região oeste, conforme demonstra a tabela abaixo;

Quadro 1- Conflitos no campo na região oeste da Bahia

CONFLITOS POR TERRA NA REGIÃO OESTE DA BAHIA (Território da Bacia do Rio Grande) ⁶				
Município (s)	Nome do conflito	Data	Famílias	Categoria
Baianópolis/Santa Maria da Vitória	Fecho de Pasto da Cortesia Arrodeador/Teles/Luis Martins/Porteira de Santa Cruz	31/12/2016	30	Camponeses de fecho de pasto
Barra/ Buritirama	Pé de Serra/Pageú/Bandara/Carro Quebrado/Tanquinho/Santeiro/Cachaça/Folha Larga/Caraíba/Grota/Olhos	30/04/2016	900	

⁶ Território da Bacia do Rio Grande composto por 14 municípios, a saber: Angical, Baianópolis, Buritirama, Catolândia, Cotegipe, Cristópolis, Formosa do Rio Preto, Luis Eduardo, Mansidão, Riachão das Neves, São Desidério, Santa Rita de Cássia e Wanderley. (Fonte: entrevista de Juarez, coordenador da agência 10envolvimento)

	d'água/Umburana/Arrodeio/Brejo de Vara/Cachoeira/ Jabira/Sucuruíu/Santa Rosa/Lagoa de Zé Pequeno/Cabeça da Vaca/Jatobazinho/Tanque Velho/ Volta d'Anta			
Barreiras	Faz. Dona Júlia 2/Acampamento Capitão Lamarca	15/07/2016	250	Sem Terra
Correntina	Capão do Modesto	31/08/2016		Camponeses de fecho de pasto
Correntina	Capão do Modesto	11/11/2016		Camponeses de fecho de pasto
Correntina	Capão do Modesto	29/11/2016	29	Camponeses de fecho de pasto
Correntina	Com. Vereda da Felicidade	14/08/2016	32	Camponeses de fecho de pasto
Correntina	Faz. Barra Velha/Grupo Mizote/Com.Ponte Velhas/Salobro/Remanso/ Pedra Branca/Pedrinhas/ Venço	31/12/2016	40	Camponeses de fecho de pasto
Formosa do Rio Preto	Veredas do Riacho Brejão	20/06/2016		Posseiros
Formosa do Rio Preto	Veredas do Riacho Brejão	21/06/2016	1	Posseiros
Santa Maria da Vitória	Aguado Poço de Dentro/Com. de Salobro e Outras	31/12/2016	30	Camponeses de fecho de pasto
Serrada Dourada	Larga da Porteira Santa Cruz	09/08/2016	92	Camponeses de fecho de pasto

(Fonte: livro Conflitos no campo Brasil 2016, reelaborado por Queina Lima da Silva)

Os dados da tabela nos dão uma dimensão dos conflitos por terra no oeste baiano, no entanto, estes não abarcam toda a realidade, pois nem todas as disputas são registradas, portanto os índices são bem superiores. Neste sentido, ao questionar o coordenador da agência 10envolvimento⁷, o senhor Juarez, quais os municípios com maior incidência de conflitos por terra, este mencionou.

Formosa do Rio Preto, São Desidério, Baianópolis também, na realidade talvez um pouco assim precipitado se você me pergunta se levantamos dados, não temos dados, temos apenas experiência, que a gente nota, de dinâmicas porque as nossas pernas não dá para mapear tudo. Mas, Formosa do Rio

⁷ A agência 10envolvimento é uma Organização não governamental que se coloca a contribuir para um desenvolvimento socialmente mais equilibrado e ambientalmente mais razoável aqui na Bacia do Rio Grande. (Entrevista, Juarez, 2017)

Preto é um caso mais sério tem haver também com a conduta das comarcas temos comarcas que deram mais atenção a esses tipos de questões, mas outras que a maior parte do tempo não tem juiz tem só suplente mora não sei onde aí tem um acúmulo de problemas fundiários e assim supondo que se não tem justiça é um convite para os trambiques continuarem. (entrevista de Juarez, agosto de 2017)

Isto é resultante de fraudes nos documentos de posse de terra feitos pelos cartórios, como é o caso Fazenda Estrondo, que mesmo não aparecendo na tabela é reconhecida como o maior caso de grilagem de terras do país, além de ser um caso concreto de perpetuação da concentração fundiária, de acordo com Santos (2016): “com 305 mil hectares de área (apenas 134 mil reconhecidos pelo Ministério Público Federal como legais)” (p.338). Em decorrência disso, este grupo agrícola foi incluído no chamado “Livro Branco da Grilagem de Terras” que visava “reverter ao Patrimônio Público, dezenas de milhões de hectares de terras ocupadas irregularmente por particulares”. Pela evidente grilagem de terras, “este Condomínio teve as matrículas bloqueadas em 2014 por recomendação do Conselho Nacional de Justiça que constatou ter ocorrido sobreposição de documentos de posse de terras” (SANTOS, 2016, p.338).

Além disso, está na “lista suja” do Ministério do Trabalho (MTE), tendo os créditos públicos e federais restritos, pois “foram comprovados, nas Fazendas Indiana e Austrália a existência de trabalho análogo ao escravo”. O empreendimento agrícola “desmatou cerca de 60 mil hectares sem licença ambiental, ou com autorizações de desmate fraudadas, inclusive, por funcionários do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) da regional de Barreiras”.

Esta corporação agrícola ainda é geradora de conflitos por terra entre os geraiseiros e os fazendeiros do agronegócio iniciado em 1970, quando houve a expansão da fronteira agrícola para os cerrados e perdura até hoje. Caio dirigente do Acampamento Zequinha Barreto, retrata essa disputa afirmando.

Lá o pessoal que mora lá dentro já é tá lá, guarda já impedindo eles de passar de fazer suas compras estão em uma comunidade pequena, mas, eles vivem ali, cresceu ali e hoje não pode sair, nem andar dentro da estrada que os fazendeiros está fechando as estradas e tomou conta achando que eles estão, querendo grilar as terras deles, ao contrário eles que estão querendo grilar as terras da comunidade. Em função disso tá vindo uma comissão, o ministério público pra acompanhar este processo dessa região aí. Mas aquela região é um conflito muito grande muita gente já foi presa, outras já foram já, naquela região, enfim. (Entrevista de Caio, agosto de 2017)

Por meio de tal relato ganha relevo a assertiva de Almeida (2010) quando menciona:

As ações de inconstitucionalidade, perpetradas no âmbito das agroestratégias, vêm inspiradas no propósito de impedir o livre acesso dos povos e comunidades tradicionais aos recursos naturais básicos, e não apenas

de limitar ou condicionar tal acesso. A médio prazo, tais ações resultarão em praticamente anular o reconhecimento institucional dos territórios quilombolas e indígenas. Traduzem um propósito de retirar da imobilização recursos naturais que são tornados objeto de compra e venda. Em outras palavras, o objetivo de anular os direitos territoriais pode ser lido como uma forma de se apropriar dessas terras para incorporá-las aos grandes empreendimentos ou de neutralizar os direitos étnicos, convertendo os membros destas comunidades em uma peça da engrenagem empresarial em gerir o que ela considera “desenvolvimento sustentável” (p.139)

As agroestratégias atacam os direitos de uso e posse de terra, por parte das comunidades e povos tradicionais, e retiram deles a possibilidade de continuarem desenvolvendo seus modos de vida material e imaterial, posto que seu bem viver é ameaçado pelo novo colonialismo empreendido pelo capitalismo agrário.

Considerando a complexidade deste tema e para maior aprofundamento, perguntei ao professor Rafael se os conflitos por terra eram frequentes na região e em quais municípios aconteciam com maior incidência. Obtivemos a seguinte resposta:

Em todos os municípios que acontecem o agronegócio, todos os municípios, Formosa do Rio Preto, Santa Rita De Cássia, um pouco menos, mais tem. Riachão das Neves, Luis Eduardo Magalhães, Barreiras, Correntina, São Desidério, todos eles, nós temos conflito. Agora, são conflitos velados, porque o agente vencedor, ele controla a mídia, consegue controlar determinados meios, para que as informações, não sejam difundidas. (Entrevista do professor Rafael, agosto de 2017).

Para o entrevistado, os conflitos por terra têm relação direta com a atividade agrícola em larga escala, posto que esta carece de grandes extensões territoriais, o que coloca em ação as agroestratégias que se centram em atos de violência física e psicológica que têm o propósito de expulsar ou fazer os camponeses venderem suas terras a preços módicos. Contudo, nem todos se sujeitam a essa investida.

Segundo Junior *et al* (2016, p.111) “[...] o ano de 2016 vai entrar para a história brasileira, como um dos mais violentos contra as populações do campo”. Foram registradas 61 mortes, o que representa um aumento de 22% em relação ao ano de 2015.

Isto tem relação direta com o contexto político no qual a lógica é retirar direitos dos trabalhadores, beneficiando assim, o grande capital. È no ano de 2016 que há a intensificação da criminalização dos movimentos sociais. Importante frisar que os movimentos sociais do campo, passam, agora, a responder judicialmente pelas ocupações e manifestações, temos uma “neo-ditadura” liderada pela bancada ruralista, que tem o intuito de desarticular o movimento social e garantir sua hegemonia no meio rural. Para tal, lançam mão das agroestratégias que segundo Almeida (2010).

[...] compõem uma complexa coalizão de interesses, agrupando figuras da mídia, como jornalistas, editorialistas e comentaristas regionais, que escrevem para um público amplo e difuso nas colunas de “opinião”, escandindo os efeitos da estrutura fundiária, exaltando as possibilidades do mercado de commodities e relativizando os efeitos das mudanças climáticas. Agrupam também professores universitários, economistas de renome, especialistas em implementação de políticas públicas, ONGs e grandes empreendedores com soluções pragmáticas e operacionais, pressionando as decisões políticas. (p.103).

Ao controlarem os meios de comunicação conseguem redimensionar a imagem negativa do agronegócio, minimizando os efeitos nefastos da moderna agricultura e disseminando a mesma “como uma medida salvacionista para resolver todos os problemas de abastecimento de gêneros alimentícios”. (ALMEIDA, 2010, p.102). Importante ressaltar que este tipo de atividade econômica está presente em tudo, que são eles os responsáveis pela nossa alimentação, que movimentam a economia, e que trazem o desenvolvimento do país.

Contrariando este discurso midiático de que o agronegócio promove somente o desenvolvimento e gera emprego e renda para o país, os autores aqui citados e os discursos dos nossos interlocutores, demonstram que a expansão do modelo agroindustrial nas áreas do cerrado tem promovido o retorno dos latifúndios, gerando conflitos por terra, a expropriação dos camponeses, e a devastação da fauna e flora. Segundo Santos (2016): “nenhum outro modelo agrícola promoveu tanta pobreza, desigualdade regional e degradação ambiental em tão pouco tempo no campo e nas cidades, quanto este que vivenciamos” (p.50).

Contrariando este modelo temos o campesinato, modelo mais sustentável, que visa a reprodução social e produção material no meio rural e é dele que tratamos na próxima seção.

3-Raízes da resistência: a agricultura camponesa como estratégia contra-hegemônica a expansão do agronegócio no campo

A agricultura camponesa agrega uma heterogeneidade de sujeitos que vive do e no campo praticando as mais diversas atividades, sejam elas o extrativismo, a pesca, o artesanato, e a agricultura. Uma das características principais do campesinato é o trabalho de base predominantemente familiar e com pouca incorporação de tecnologia e que produz mais para a subsistência, que vende o excedente, e que tem como prisma a sua produção e reprodução no meio rural. Dito isso, Fernandes (2001, p.29-30)

esclarece: que a agricultura camponesa é familiar, mas nem toda a agricultura familiar é camponesa, ou que todo camponês é agricultor familiar, mas nem todo agricultor familiar é camponês.

Não obstante a agricultura camponesa e familiar não são sinônimas, pois no segundo tipo há uma maior dependência da incorporação da força de trabalho não familiar, não que a camponesa não o faça, mas agrega menor quantitativo já que não produz em larga escala, pois seu mercado é o interno. Outra diferença é que na agricultura familiar há inclusão de máquinas e técnicas de plantio modernas, com vistas a aumentar a produtividade para que a produção seja negociada com os latifundiários que comercializam em circuitos maiores, para a exportação. Em outros termos a agricultura familiar se torna mais dependente do capitalismo enquanto a agricultura camponesa se autogestiona, decidindo sobre o que produzir e tendo autonomia para negociar o excedente de sua produção de maneiras variadas que não somente repassando isso para os grandes empresários do agronegócio.

O campesinato, “existe desde os primórdios da humanidade”. Para Fernandes (2001, p.5) “Em seu processo de formação, a organização do trabalho camponês realizou-se em diferentes tipos de sociedade: escravista, feudal, capitalista e socialista”. Tendo função residual, talvez por isso não tenha a devida valorização na produção de alimentos para a sobrevivência da humanidade. No que tange o conceito de campesinato, Gúzman e Molina (2013) expressam:

[...] é, mais que uma categoria histórica ou sujeito social, uma forma de manejar os recursos naturais vinculada aos agroecossistemas locais e específicos de cada zona, utilizando um conhecimento sobre tal entorno condicionado pelo nível tecnológico de cada momento histórico e o grau de apropriação de tal tecnologia, gerando-se assim distintos graus de “camponesidade”. (p.76)

A agricultura camponesa tem conseguido resistir às adversidades econômicas e políticas que tentam desestruturá-la e assim tem conseguido, por meio de sua empiria, desenvolver seus mais diversos modos de vida material e simbólica, de maneira integrada e na maioria das vezes tem uma relação que se assenta nos princípios do uso racional dos recursos naturais, pois dependem da manutenção da biodiversidade para continuarem sobrevivendo no campo. Relativizo ao mencionar que, mesmo tendo consciência desta interdependência, muitos camponeses têm cedido a lógica do capital e

perdido esta relação intrínseca com a natureza vendo-a somente como fins utilitárias, ao fazerem isso deixam de ser camponeses, pois segundo Ploeng (2009):

[...] a produção camponesa visa: a) a reprodução, a melhoria e a ampliação do capital ecológico; b) a produção de excedentes comercializáveis (por meio do uso do capital ecológico disponível); e c) a criação de redes e arranjos institucionais que permitam tanto a produção como sua reprodução. (p.20)

A agricultura camponesa assentada no acúmulo de saberes tradicionais considera os agrossistemas, pois tem como propósito principal garantir a produção de alimentos em quantidade e qualidade, para sobreviver e ainda alimentar grande quantitativo da população, conseguindo deste modo garantir a reprodução de sua família no meio rural.

Por reconhecer a existência desse grupo social ao longo dos momentos históricos, vários teóricos começam no século XIX a fazer formulações acerca da existência do campesinato no capitalismo. E formularam três paradigmas, apontados por Fernandes (2004): “do fim do campesinato”, neste predomina a ideia de que este modo de vida e trabalho agrícola seria extinto. Já a teoria “do fim do campesinato” entende a existência dos camponeses tendo como matriz de análise seus processos de resistência. O último postula a “metamorfose do campesinato”, ou seja, a transformação dos modos de vida e produção arcaicos do camponês pela adoção de novas técnicas agrícolas o que o traria sua modernização e este se tornaria um agricultor familiar (FERNANDES, 2004, p.17). O modelo predominante nos dias atuais é o do “Fim do Campesinato” segundo o mesmo teórico:

Nesse paradigma, há duas leituras sobre o campesinato. Primeiro que a renda capitalizada da terra quem destrói o campesinato, transformando parte em capitalista e outra em assalariado. Mas também, a leitura de que o campesinato deixaria de existir por sua inviabilidade quando comparado a uma agricultura capitalista, Fernandes (FERNANDES, 2004, p.17).

Tal teoria não se sustentou, pois, o campesinato continua resistindo aos tempos históricos e aos modelos econômicos não se desarticulou como postularam os teóricos. É claro que muitos sujeitos deixaram de ser camponeses, ao longo dos tempos, porque tiveram suas terras usurpadas pela grilagem ou venderam a preços irrisórios para os latifundiários. Devido à falta de créditos para investir na produção, não encontraram outra saída a não ser vender suas “roças” e ir para a cidade tentar a vida ou deixaram aquela região e se instalaram em outra buscando as condições de vida no meio rural, segundo Martins (1983): “[...] o nosso camponês não é um enraizado. Ao contrário, o camponês brasileiro é desenraizado, é migrante, é itinerante. A história dos camponeses-posseiros é uma história de perambulação” (p.17).

Assim, percebo que é também histórica a expropriação do campesinato pelo capitalismo, no entanto, os camponeses resistem a todo tipo de violência e negação de direitos, prova disso são as lutas por terras e território empreendidas contra os latifundiários e atualmente contra a hegemonia do agronegócio no meio rural que nega outras formas de vida que não seja a da acumulação de renda e riqueza nas mãos de uma minoria, que não seja a produção de “mais valia” usando a terra e as pessoas.

Ainda neste paradigma do fim do campesinato, os teóricos afirmam que os camponeses se tornariam assalariados, entretanto a moderna agricultura não incorpora grande contingente de trabalhadores, pois é altamente mecanizada. Os camponeses ao serem expropriados pelo agronegócio acabam aumentando as estatísticas de desempregados, na maioria das vezes pela falta de qualificação também não encontram colocação no mercado de trabalho nas cidades e devido a isto vão para informalidade, desenvolvendo trabalhos temporários sem nenhum vínculo empregatício, somente para conseguirem o mínimo que garanta sua sobrevivência nas cidades.

No que tange “ao fim do fim do campesinato” Fernandes (2004):

Entende que a destruição do campesinato pela sua diferenciação não determina o seu fim. É fato que o capital ao se apropriar da riqueza produzida pelo trabalho familiar camponês, por meio da renda capitalizada da terra, gera a diferenciação e a destruição do campesinato. Mas, igualmente, é fato que ao capital interessa a continuação desse processo para o seu próprio desenvolvimento. Em diferentes condições, a apropriação da renda capitalizada da terra é mais interessante ao capital do que o assalariamento. Por essa razão, os proprietários de terra e capitalistas oferecem suas terras em arrendamento aos camponeses ou oferecem condições para a produção nas propriedades camponesas (p.17).

Ao se apropriar da terra que pertencia ao camponês os empresários do agronegócio promovem sua desterritorialização, no entanto, o campesinato não sucumbe e consegue se reterritorializar quando arrenda a terra de outrem. O fato é que mesmo não tendo mais a posse da terra, conseguem se adaptar à nova condição de arrendatárias e por terem segundo Ploeng (2009):” cintos *de segurança* (p. ex., pluriatividade e multifuncionalidade) que lhes permitam continuar produzindo (e proteger sua base de recursos), mesmo sob condições de extrema dificuldade” (p.28).

Neste sentido o mesmo autor, menciona que “é enorme e indispensável sua contribuição para a produção de alimentos, a geração de emprego e renda, a sustentabilidade e o desenvolvimento de modo geral” (p.17). Face à prerrogativa do teórico, suponho que são os alimentos produzidos pela agricultura camponesa os que

podem suprir a demanda humana de alimentação. Já que como menciona Martins (1982):

A grande propriedade no Brasil tradicionalmente não tem interesse na produção de alimentos para o mercado interno, justamente chamada de “lavoura de pobre”, o grande fazendeiro prefere produzir para a exportação (p.41).

A agricultura camponesa sempre esteve invisível aos olhos da mídia e da população urbana, recebendo ao longo dos tempos palavras depreciativas como menciona Martins (1983): “caipira, caiçara, tabaréu, caboclo, rústicos, atrasados, ingênuos e inacessíveis, tolo, preguiçoso” (p.22). Eles, entretanto, são os verdadeiros responsáveis pela nossa alimentação. Tendo em vista, que o agronegócio se centra nas monoculturas, principalmente de grãos, e os alimentos que produzem são direcionados para a exportação, ou seja, para aqueles que realmente podem pagar, e caro, pois o intuito da agricultura em larga escala é a acumulação de renda não tendo preocupação nem interesse com a segurança e soberania alimentar da população.

O último paradigma postulado se apoia de certo modo nas representações negativas dadas ao campesinato, conforme Fernandes (2004):

O paradigma da metamorfose do campesinato surgiu na última década do século XX e é uma espécie de “terceira via” à questão do campesinato. Acredita no fim do campesinato, mas não no fim do trabalho familiar na agricultura. Desse modo utiliza o conceito de agricultor familiar como eufemismo do conceito de camponês. A partir de uma lógica dualista de atrasado e moderno, classifica o camponês como atrasado e o agricultor familiar como moderno. Essa lógica dualista é processual, pois o camponês para ser moderno precisa se metamorfosear em agricultor familiar. Esse processo de transformação do sujeito camponês em sujeito agricultor familiar sugere também uma mudança ideológica. O camponês metamorfoseado em agricultor familiar perde a sua história de resistência, fruto da sua pertinácia, e se torna um sujeito conformado com o processo de diferenciação que passa a ser um processo natural do capitalismo (p.18)

Nesta formulação a agricultura camponesa seria substituída pela agricultura familiar, pela incorporação de técnicas modernas de agricultura, esta classe deixaria o “atraso” e incorporaria mão de obra não familiar, se tornando então, dependente do mercado para adquirir insumos e sementes e produziria em maior quantidade para revender seus produtos para o capitalismo agrário, se tornaria, em outros termos, parceiro e fornecedores dos grandes empresários do agronegócio.

O paradigma de metamorfose do camponês em agricultor familiar também não se mostrou válido, pois a agricultura camponesa continua existindo enquanto classe

social e lutando por uma sociedade menos desigual e mais inclusiva, na qual ocorra a democratização do acesso a terra, para que mais pessoas possam ter acesso à terra e consigam viver do e no campo, tendo acesso aos bens naturais à renda e a educação, enfim tenham todas as condições para produzir e se reproduzir no campo.

4- Agronegócio: semeando transgênicos, colhendo riquezas e proliferando uma cultura de morte

O modelo agroindustrial alicerçado no uso indiscriminado de adubos sintéticos, herbicidas e sementes transgênicas para a produção de *commodities* e que tem como lógica a concentração de terra e renda foi “cunhado de agronegócio pelos professores norte-americanos John Davis e Ray Goldberg nos anos 1950, no âmbito da área de administração e marketing”. (LEITE, 2012, p.79). Esta palavra nasceu nos meios corporativos, depois foi ampliada passando então a abarcar outras atividades econômicas, que agregam tanto os serviços primários quanto os secundários.

Segundo Santos (2016), “no Brasil, o vocábulo *agribusiness* foi traduzido inicialmente, nos anos de 1980, pelas expressões agroindústria e complexo agroindustrial” (p.51). Evidenciando as novidades do novo modelo de agricultura brasileiro, que se assemelhava a uma indústria devido a uso intensivo de máquinas e a produção em larga escala.

Este termo se populariza com maior força em 1990 sendo usada nas mais diversas esferas, para, segundo Leite (2012) “referir-se ao conjunto de atividades que envolvem a produção e a distribuição de produtos agropecuários” (p.80). Para Fernandes (2013): “Agronegócio é uma palavra nova, da década de 1990, e é também uma construção ideológica para tentar mudar a imagem latifundista da agricultura capitalista, geralmente associada à exploração do trabalho, e a improdutividade dos latifúndios” (p.140).

Mesmo sendo uma palavra nova, este modelo agrícola tem todas as características do latifúndio. E faz jus ao nome por se tratar realmente de um negócio, pois “não estamos falando, apenas, de fazendas, mas de empresas do agronegócio; não tratamos somente de produtos agrícolas, mas de *commodities* e, não lidamos unicamente com agricultores, mas empresários” (SANTOS, 2016, p.53- grifos nossos). Ainda tratando de agronegócio Caldart (2015) menciona:

[...] E os conceitos que sustentam este modo (capitalista) de fazer agricultura, são basicamente os seguintes: *concentração da propriedade da terra* (que acompanha a concentração e centralização de capitais no mundo); *propriedade privada dos recursos naturais* (lembramos, por exemplo, que o agronegócio é também “hidronegócio”) *monoculturas*, *insumos sintéticos*, *uso de agrotóxicos*, *padronização alimentar*, *dependência da política de créditos*, *trabalho assalariado* (no caso do agronegócio brasileiro, trabalho superexplorado), *superexploração da natureza*” (p.10).

O agronegócio é um modelo perverso e excludente, que monopoliza tudo, terra, renda, além de explorar a terra e as pessoas em benefício próprio sem oportunizar que outras formas de agricultura e outros modos de vida se desenvolvam no meio rural, pois para exercer sua hegemonia promove o “divórcio dos camponeses com seu instrumento de trabalho que é a terra, as ferramentas, as máquinas, as matérias primas” (MARTINS, 1982, p.55).

Este modelo agrícola precisa de grandes extensões de terra, de sol e água para que seja garantida a alta produção, pois mesmo dispondo de moderna tecnologia não conseguiria desenvolver as monoculturas de grãos se não fossem os três elementos supracitados. Contribui para que, além dos conflitos por terra, termos na atualidade as disputas por água, “a Pegada Hídrica’ é reveladora: a produção de 1 kg de carne bovina consome 15.400litros, de 1 kg de cana-de-açúcar consome 1.800 litros, de 1 kg de soja consome 1.800 litros” (FERNANDES, 2015, p.112).

O setor agropecuário precisa de elevado volume de água e isso tem feito com que, este bem essencial para a sobrevivência das espécies, comece a entrar em escassez, tendo em vista, que os elevados volumes hídricos não são reaproveitados e sofrem por contaminação de agrotóxicos. Fernandes (2015) menciona:

70% da água potável vão para o agronegócio e a apenas 4% para o consumo humano. Enquanto o agronegócio a esbanja á vontade no desperdício e produção de mercadorias para acumulação de capital diversas pessoas não tem água para beber e muitos camponeses não dispõem de água para regar suas hortas caseiras. Estima-se que mais de 1 bilhão de pessoas estão privadas do direito à água potável no Planeta e 1,8 milhões de crianças morrem por ano em consequência de doenças advindas de água suja e saneamento inadequado. Em outubro de 2013, a ONU já advertia que em 2030 pelo menos 40% da humanidade sofrerá escassez de água (p.112).

A situação é preocupante, tanto ao desperdício e há uma possível mercantilização da água pelo agronegócio e a exiguidade de reservas hídricas potáveis. Pois por meio dos dados é possível inferir que existe uma má distribuição desse recurso natural, já que enquanto o agronegócio gasta altos volumes, muitas pessoas padecem por falta desse bem natural essencial na garantia da vida no planeta.

Ademais o agronegócio usa maciçamente os agrotóxicos nos plantios agrícolas visando somente o aumento da produção, e mesmo conhecendo os riscos do uso intensivo dessas substâncias para a saúde humana e a sustentabilidade dos ecossistemas, negligencia as consequências e ainda tem investido em pesquisas para criação de herbicidas mais potentes que combatam as pragas da lavoura. Na visão de Siqueira e Kruse (2008) existe a “possibilidade de ocorrência de anomalias congênitas, de câncer, de doenças mentais, de disfunção na reprodutividade humana relacionada ao uso de agrotóxicos” (p.585). Esse contato com os pesticidas pode se dar diretamente pela ingestão de água contaminada, pela respiração de ambientes contaminados ou mesmo pelo consumo de alimentos que tenham sido com eles pulverizados.

Além de investir maciçamente na pesquisa e plantios de sementes transgênicas, conforme Hadich *et al* (2015):

Em termos práticos os transgênicos representam, pelo menos, dois caminhos de redução da agrobiodiversidade nacional. De um lado pela concentração de mercado e de sementes, que se dá através do patenteamento das transgenias das sementes (Lei nº. 9279/96 - Lei de Propriedade Intelectual), e outros mecanismos de propriedade intelectual (Lei nº. 9456/97 – Lei de Proteção de Cultivares), que vão impondo uma reserva de mercado em favor das grandes indústrias sementeiras podendo chegar à criminalização de pequenos agricultores, povos indígenas e outros povos e comunidades tradicionais como propõe o Projeto de Lei 827/2015 em discussão na Câmara dos Deputados. E, de outro lado, através da contaminação (p. 179-180).

A transgenia representa riscos iminentes ao meio ambiente, porque seu cultivo pode afetar os ecossistemas e ameaçar a autonomia e soberania dos povos tradicionais, pois não possibilitará que eles cultivem por meio de sabedoria popular as “sementes crioulas”, obrigando-os a comprar as geneticamente modificadas, que podem representar riscos à saúde humana. É importante não esquecer que, segundo Hadich *et al* (2015), “quase totalidade dos transgênicos faz parte de um pacote tecnológico associado ao uso de agrotóxicos específicos” (p.182).

Para impor os transgênicos, o capitalismo agrário emprega o discurso de uma ameaça iminente de insegurança alimentar, segundo seus representantes, as populações, nacional e mundial, têm crescido anualmente em ritmo acelerado e devido a isso é preciso produzir mais e em menos tempo para alimentar esses indivíduos e garantir assim a segurança alimentar. No entanto, esse é um engodo, pois o agronegócio investe somente nas monoculturas e tem, por meio da concentração de terras, retirado dos agricultores familiares a possibilidade de desenvolver as policulturas. Tal fato

compromete a segurança e a soberania, já que o cidadão perdeu a autonomia e o direito de escolha dos alimentos que consome.

É preciso redemocratizar o acesso, uso da terra e da produção de alimentos. Isso pode garantir uma origem orgânica, além de possibilitar que nós, consumidores, optemos por não consumir os alimentos advindos de modificação genética.

Acredito que a soberania alimentar deve se sobrepôr aos interesses do agronegócio, pois, de acordo com Stedile e Carvalho (2012), ela:

promove o comércio transparente que garante não apenas renda digna para todos os povos, mas também os direitos dos consumidores de controlar sua própria alimentação e nutrição. Garante também que os direitos de acesso e gestão da terra, dos territórios, das águas, das sementes, do gado e da biodiversidade estejam nas mãos daqueles que produzem os alimentos. A soberania alimentar supõe novas relações sociais mais livres da opressão e das desigualdades entre os homens e mulheres, entre povos, entre grupos étnicos, entre classes sociais e entre gerações (p.721).

Para que seja diminuída as desigualdades no campo brasileiro é preciso desconcentrar o acesso e a propriedade dos recursos naturais como terra e água. E isso só será possível se disputarmos com o capitalismo agrário, e para tal, é preciso lutar e resistir contra a hegemonia que vem sendo imposta aos camponeses.

Evidenciado o avanço do agronegócio, tratamos na próxima seção do município de Barreiras o qual tem sido epicentro de transformações espaciais, econômicas, culturais e sociais decorrentes da modernização agrícola.

5- Sementes da transformação: Barreiras passa de cidade interiorana a “Região Produtiva do Agronegócio”

A história deste município é retratada pelo IBGE da seguinte forma: São João das Barreiras era um vilarejo pertencente ao município de Angical, e foi batizado com esse nome, pois havia grandes barreiras de pedras que impossibilitavam a navegação, principal forma de escoamento da produção de borracha e outros produtos necessários à subsistência. Seu povoamento iniciou-se em 1850, pelo barqueiro Plácido Barbosa que habitava em uma casinha junto ao porto, ocupando-se do recebimento e descarga das mercadorias que chegavam em barcas e que eram depois transportadas por tropas de animais para localidades vizinhas do estado de Goiás ou para Fadas da Ribeira. (Censo IBGE, 2010)

O crescimento deste lugarejo, que inicialmente era bastante lento, pois até 1880, contava-se 20 casebres de taipa ou adobe, no ano de 1891 foi emancipado, passando a

se chamar Barreiras. Geograficamente, localiza-se a cerca de 873 Km distante de Salvador e a 609 Km da capital do país, próxima do Estado do Tocantins e Piauí, conforme mapa abaixo:

Figura 1- Mapa de localização de Barreiras



Fonte: Queina Lima da Silva

Barreiras também faz parte da Mesorregião do Extremo Oeste Baiano, composta por 24 municípios e fica na microrregião de Barreiras, compõe também o território da Bacia do Rio Grande. Essa divisão em Territórios de Identidade segundo a (Associação de Conselheiros tutelares e ex-conselheiros do Estado da Bahia- aceteba, 2017) considera critérios ambientais, econômicos, sociais, culturais e políticos.

Por meio desta divisão em território de identidade, houve a tentativa de criação de uma nova federação o “Estado do São Francisco”, que de acordo com Borges e Araújo: “dar-se-ia com a união de três Territórios de Identidade (Velho Chico, Oeste Baiano e Bacia do Rio Corrente)”. Conforme os mesmos autores, “os argumentos são: político-econômicos e os de pertencimento e/ou identidade cultural”. De acordo com idealizador da proposta, que na época era o então deputado Oziel Oliveira, em entrevista ao jornal “A Tarde”, no ano de 2011: “a região desenvolveu, por razões econômicas e geográficas uma relação muito maior com os Estados fronteiriços de Brasília, Goiás e São Paulo do que com Salvador”. (BORGES E ARAÚJO, 2017).

Os argumentos escondem os reais motivos da criação de outro estado: as vantagens econômicas e políticas que, claro, beneficiariam os empresários do agronegócio, classe a que pertence o formulador da proposta.

As ideias separatistas são antigas, nas palavras de Borges e Araújo desde “1850 quando o deputado João Maurício Wanderley, o Barão de São Francisco (Barão de

Cotegipe), pediu oficialmente a criação da Província do São Francisco”. Todavia, a região oeste continuou integrada ao estado da Bahia gerando “recursos vultosos para o Estado através das agroindústrias” e não vem recebendo benefícios, pois continuam aleijadas de acesso a políticas e a acessibilidade devido à distância geográfica entre a região oeste e a capital baiana.

Este município é grande em extensão territorial, abarca uma área de 7. 538, 152 km², com uma estimativa populacional de 155,519 habitantes, segundo dados do IBGE/2016. E é uma região que vem crescendo em densidade demográfica devido a expansão da agricultura de larga escala pela migração de nordestinos vindos do sertão baiano e de sulistas que adquiriram grandes extensões de terras, incentivados por políticas do governo.

A migração de nordestinos vindos do semiárido baiano se deu em 1980 pela possibilidade de conquista da terra e colocação no mercado de trabalho propiciado pela expansão agrícola no “Eldorado da soja”. A realidade se mostraria bem diferente por dois fatores: primeiro a agricultura moderna não emprega grande contingente de trabalhadores, devido a alta mecanização, e segundo requer qualificação profissional e como grande parte destes migrantes eram camponeses que não tiveram acesso a estudo nem formação profissional, “eles acabam mesmo é alimentando as periferias miseráveis de cidades como Barreiras” (HAESBAERT, 1997, p.146).

Continuam na mesma condição de vulnerabilidade social que tinham em sua região, muitas vezes até piora, posto que no semiárido baiano tinham um teto para se abrigar e nesta nova região grande parte deles virou sem-terra e sem teto. O agronegócio se territorializa a custo da desterritorialização e da exploração dos agricultores camponeses, de acordo com Haesbaert (1997):

No oeste baiano a margem de ampliação do campesinato é mínima, como se tivesse sido congelada uma estrutura agrária perversa, a dos grandes latifundiários do semi-árido, frente à moderna concentração da terra promovida pelos novos empresários sulistas nos cerrados (p.146).

Quando o agronegócio não expropria os camponeses de suas terras e territórios, explora sua mão de obra pagando o mínimo possível, isto tem gerado o êxodo rural e esvaziado o campo, criando uma agricultura na qual predominam máquinas, e não pessoas. Em resistência a tal fato, os camponeses lutam pela terra, pelo direito de

continuar desenvolvendo seus modos de vida material e imaterial no campo e abrem brechas para serem reconhecidos como sujeitos de direitos de memória, de cultura.

Os nordestinos do semiárido baiano que migraram tendo o sonho de conquista da terra, ainda foram vítimas de discriminação social. O mesmo não ocorreu com os migrantes sulistas, que por disporem de capital, terra e saberes tecnológicos necessários ao desenvolvimento da moderna agricultura, foram considerados “superiores”. As representações dadas aos migrantes sulistas e nordestinos são díspares e carregadas de preconceito como afirma Haesbaert (1997):

“**gaúcho**: inteligência, trabalho, ambição, esperteza, agressividade, dureza, rigidez, conservadorismo, limpeza, ordem e o **baiano**: burrice, preguiça, festa, despreensão, ingenuidade, modéstia, meiguice, tolerância (com “ginga”, “arrodeios”), liberalidade, sujeira, desordem” (p.163).

As representações positivas dadas ao gaúcho deixam evidente os ranços deixados pelo período colonial, por serem descendentes de migrantes europeus e deterem poder econômico, ganharam “poder social e político”. Em contrapartida, os baianos, por descenderem dos índios e negros, foram considerados uma sub-classe e assim taxados de ‘ignorantes e incultos’ sendo vítimas da colonialidade do ser que, de acordo com Walsh (2012): “la que se ejerce por medio de la inferiorización, subalternización y deshumanización” (p.68). No imaginário dos sulistas, os nordestinos são sujeitos sem tradições, sem educação, sem ambição e nunca deixarão sua condição de subalternidade pois por serem” preguiçosos e ignorantes” nunca chegarão a condição de donos de terra.

Outra característica dada pelos sulistas aos nordestinos é a “burrice”, ou seja, são considerados sujeitos destituídos de conhecimentos, vivenciam a colonialidade do saber que segundo Walsh (2012):

el posicionamiento del eurocentrismo como orden exclusivo de razón, conocimiento y pensamiento, la que descarta y descalifica la existencia y viabilidad de otras racionalidades epistémicas y otros conocimientos que no sean los de los hombres blancos europeos o europeizados (p.67)

Há uma tendência a valorização da moderna agricultura em detrimento da agricultura tradicional, visto que os agricultores camponeses que viviam na região oeste sempre cultivaram a terra, entretanto não dominavam as “modernas técnicas agrícolas” e por isso os nativos foram intitulados de atrasados, por não terem desenvolvido o potencial agrícola dos solos. Ao passo que os sulistas ao trazerem “a modernidade”,

colocaram esta região em evidência fazendo esta passar de uma “região-problema” à “capital do agronegócio”.

Neste sentido, Barreiras, uma cidadezinha pacata e interiorana, passa por um vertiginoso crescimento demográfico, econômico, político e social, iniciado na década de 1980 com a expansão da fronteira agrícola para as áreas de cerrado que trouxe migrantes baianos, paranaenses, catarinenses e gaúchos. Este processo de globalização, incentivado pelo agronegócio, demandou a criação de novas estradas para escoamento da produção agrícola e a reconfiguração da cidade. Para tal os municípios se organizam, de modo a oferecer atividades para este setor, de acordo com Frederico (2011):

revenda de insumos químicos, mecânicos e biológicos; a prestação de consultorias agronômicas, logística, financeira e de mercado; o beneficiamento e processamento agroindustrial dos grãos; o armazenamento e transporte de insumos e produtos agrícolas; o fornecimento do crédito de investimento e custeio (via bancos e empresas privadas); e a comercialização dos grãos (via corretores e *tradings*) (p.9)

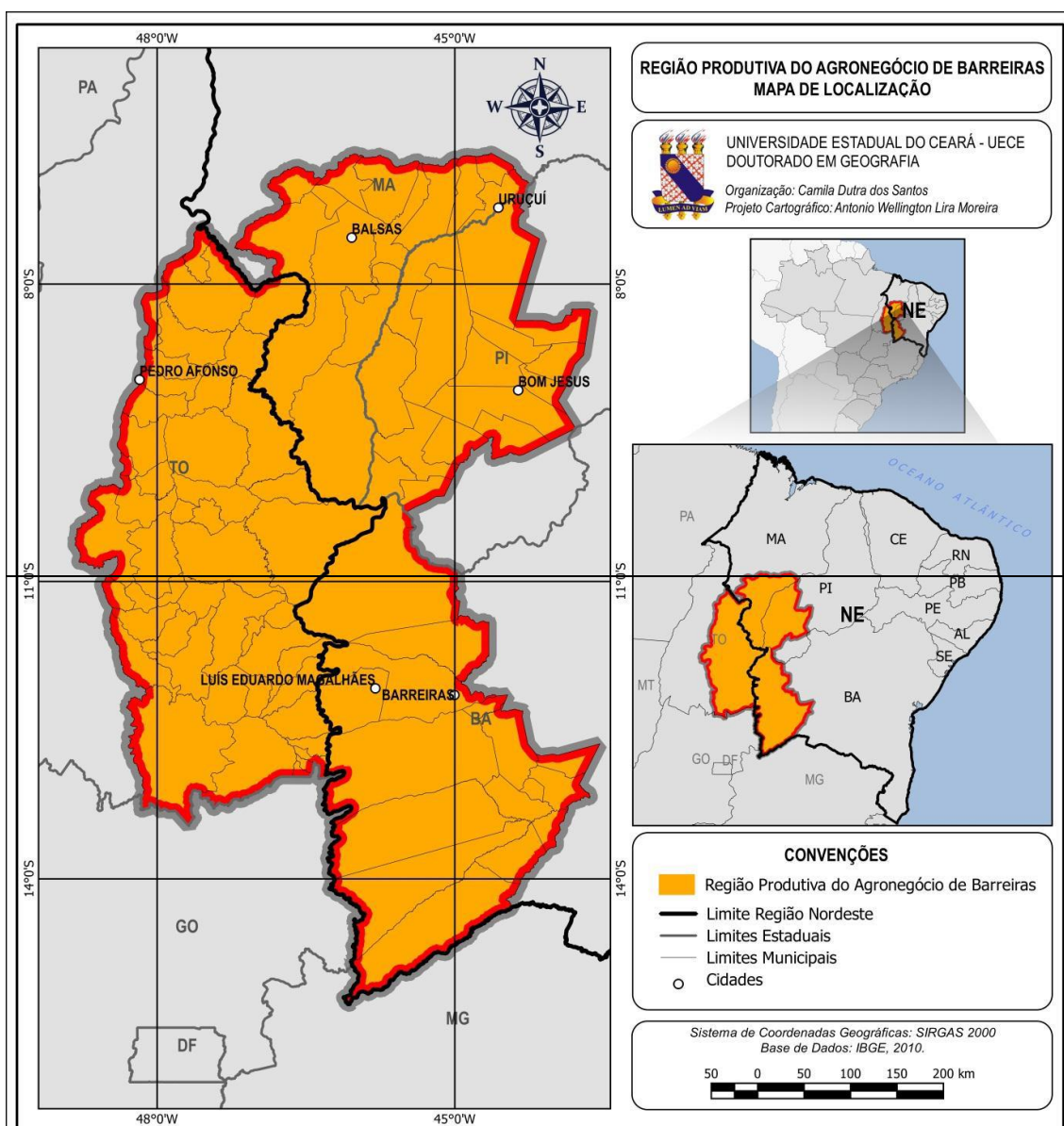
Tudo isso facilita o desenvolvimento da atividade agrícola e sua comercialização para os mercados nacionais e internacionais. Para Mondardo (2010): “Barreiras se caracteriza como o centro financeiro, comercial e gestor do agronegócio, e Luís Eduardo Magalhães como o centro da produção agrícola, sobretudo, para o mercado exterior” (p.16). Barreiras se torna, portanto, uma Região Produtiva do Agronegócio, segundo Elias (2015):

as RPAs seriam as áreas detentoras dos mais expressivos investimentos produtivos inerentes a este agronegócio, representando suas áreas mais competitivas. Desta forma são compostos tanto pelos espaços agrícolas como pelos espaços urbanos escolhidos para receber os mais sólidos investimentos privados e também públicos, formando os focos dinâmicos da economia e do território do agronegócio globalizado (p.27).

Ocorrem mudanças substanciais na dinâmica geográfica, social e política dessas regiões, haja vista que estes novos arranjos territoriais, estimulam a urbanização das cidades já existentes e a formação de outros municípios. Além de “intensificar as relações campo-cidade que passam a ser complementares”, e não mais opostas, posto que esta atividade agrícola moderna tanto precisa do campo - área dos plantios - quanto das cidades - circuitos comerciais - para compra de insumos, venda da produção, entre outros serviços necessários ao desenvolvimento do agronegócio globalizado, “comandado por grandes empresas nacionais e internacionais” (ELIAS, 2015, p.27-28).

É nesta relação de complementaridade entre o campo e a cidade que se gesta a Região Produtiva do Agronegócio de Barreiras, de acordo com Elias (2013) compreende: “as áreas de cerrado existentes (Oeste da Bahia, Sul do Piauí, Sul do Maranhão e Centro-leste do Tocantins)” (p.82) Este novo arranjo territorial foi denominado de MATOPIBA por meio de decreto presidencial em 2015. Entretanto, já existia desde a década de 1980 e foi concebido pelos sulistas que se territorializaram nestas regiões. Essa RPA centra sua economia na produção de grãos, principalmente soja, milho e algodão, dando centralidade à exportação de *commodities*.

Figura 2: Mapa da Região Produtiva do Agronegócio



Fonte: Base de dados: IBGE, 2010. Organização de Camila Dutra. Projeto Cartográfico de Wellington Lira Moreira, 2015.

Atualmente esta RPA tem sido comandada não somente por sulistas, mas também de acordo com Elias (2015), “de forma oligopsônica em especial pelas multinacionais Cargill e Bunge, e mais recentemente também pela ADM, Amaggi & LCD e Multigran, entre outros” (p.33). Deste modo, tem ocorrido, segundo Alentejano (2014): “a internalização da agricultura pela crescente compra de terras por empresas, fazendeiros e fundos financeiros estrangeiros” (p.30). Acerca desta questão Rafael mencionou:

já existem processos de estrangeirização, principalmente de capital coreano, chinês, enfim. Eu não saberia dimensionar, qual o tamanho desse risco, porque de fato não se sabe quantos hectares, estão na mão dessas pessoas, então a gente não sabe o tamanho desse problema. A gente sabe que o problema existe e que outras regiões do país, produtores de soja, o problema é gravíssimo e aqui está no início, mais hoje eu não sei dizer o tamanho do problema, porque não está claro, é uma informação que a gente não tem claramente, sobre quem são, quantos são, em que atuam, para onde está sendo a produção, a gente não sabe. (Entrevista de Rafael, agosto de 2017)

Tal afirmação é um alerta, pois a compra indiscriminada de terras brasileiras representa riscos para perda de nossas terras e território, o país pode em futuro próximo ser comandado por agentes externos. A narrativa de Juarez evidencia este processo de estrangeirização das terras quando menciona:

Então não é que o título de posse de terra é de um francês de um holandês, alemão ou um americano porque houve uma certa restrição por parte do INCRA nesse sentido por exemplo lá naquela região de Taguá pra dentro se estendendo aos municípios de Mansidão e Santa Rita a titularidade é em nome de uma empresa brasileira ela aparece como administradora de um fundo muito grande lá nos Estados Unidos. Então isso vem quando a gente fala da estrangeirização não é logo agora, que consta nos cartórios americanos, como proprietário das terras, mas o capital deles tem muito haver. O que agora o atual governo que tem a simpatia de abrir e facilitar a vinda dos estrangeiros. A lógica atrás é a seguinte os governos não tem dinheiro lembra o que falamos naquela discussão sobre o MATOPIBA e aí para guardar essas regiões igual o oeste baiano que realmente tem muita vontade de aumentar mais ainda o ramo do agronegócio isso demanda mais energia, isso demanda melhores estradas, demanda mais pontos tecnologias, mas quem vai financiar isso? O próprio governo tá muito escasso de recursos então à ideia e de financiar isso através de recursos estrangeiros através de fundos privados porque eles tem muito dinheiro e eles estão muito a fim de investir porque eles vem o retorno através de produção é muito grande, mas eles querem garantias e a ideia de liberalizar a aquisição de terras é mais como garantia sabe que o fundo depois sabe onde investiu ele injeta muito dinheiro, se o negócio deles se alguém furar aqui porque eles veem que a justiça não está funcionando muito. Mas as terras como garantia eles têm, então por isso tem essa pressão. E aí agora nesse governo, aliás nos governos Lula e Dilma avançou muito né. (Entrevista de Juarez, agosto de 2017)

Como bem afirma Juarez, este processo não irá acontecer de um dia para outro, ratificando isso Almeida (2010) afirma:

Empresas imobiliárias norte-americanas estariam intensificando atividades no Brasil pela aquisição de imóveis rurais destinados á pecuária, á sojicultora e ao setor sucroalcooleiro, como veremos adiante. Intérpretes desse novo processo de expansão das fronteiras agrícolas em terras africanas e sul-americanas destacam tais estratégias como uma nova forma de colonialismo, cognominada de “colonialismo verde” ou também “agroimperialismo”, que redefine o conceito de soberania. (p.113)

A estratégia das multinacionais é investir capital na moderna agricultura e caso não hajam retornos financeiros esperados eles “têm a terra como garantia” e como este recurso natural tem valor de mercado e o Brasil dispõe de todas as condições necessárias a produção agrícola como sol e água em abundância, estas empresas estrangeiras injetam capital, pois sabem da “riqueza” que estão acumulando em suas mãos e podem negociar os chamados “créditos de carbono”.

Diante disso, posso inferir que as terras da Região Produtiva do Agronegócio de Barreiras estão concentradas nas mãos de sulistas e de multinacionais. Em decorrência disso, segundo afirma Caio, dirigente do Acampamento Zequinha Barreto, “870 famílias ainda desabrigadas na região do Oeste nesta área de Luis Eduardo a Barreiras, desempregados, sem terra.” A afirmação do entrevistado demonstra a expropriação da terra vivenciada pelos camponeses em decorrência da expansão da fronteira agrícola. Acerca disso Arroyo (2012) menciona que “a terra ao expropriar exerce processo deformador e as lutas por terra se tornam matriz formadora” (p.97). Assim, para cada desterritorialização há também a reterritorialização dos camponeses em outras áreas ou nas mesmas de que foram expulsos, demonstrando deste modo que há sim outros projetos de campo onde há espaço para a produção e reprodução camponesa.

CAPÍTULO II

MATOPIBA: SEMENTES DA PROSPERIDADE E DA RUÍNA

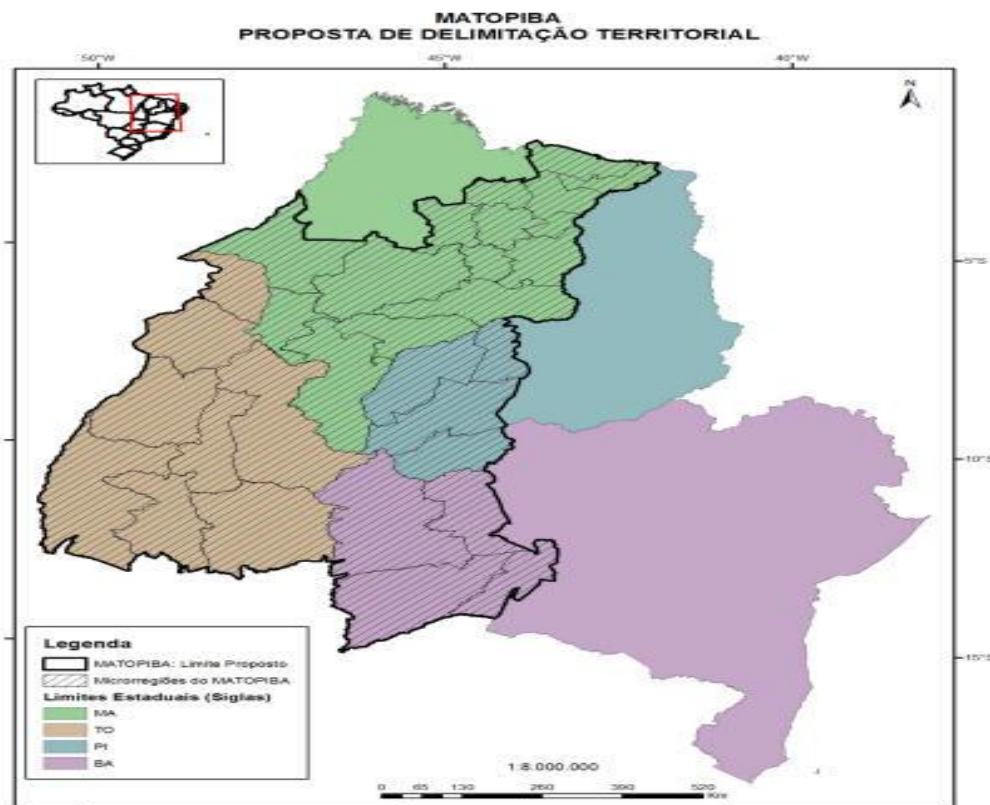
O texto que ora apresento, tem como foco a mais recente fronteira agrícola brasileira, criada por decreto presidencial. Início abordando os aspectos legais, histórico e os objetivos deste arranjo territorial. Em seguida trato das externalidades ambientais e sociais identificadas, documentadas e analisadas pela literatura especializada. Muitas das análises encontradas na literatura consultada são confirmadas pelos interlocutores da pesquisa. Apresento uma articulação mais intensa daquilo que tem sido dito sobre o MATOPIBA com as narrativas de Rafael (professor da Universidade Federal do Oeste Baiano), Juarez (coordenador da Agência 10envolvimento), Joaquim (coordenador de agricultura do Acampamento Zequinha Barreto) e participantes da primeira roda de conversa (Seu Rodrigo, Seu Miguel, Lia, Seu Orlando, Dona Joana, Seu José, Cátia, Arlete, Carla, Seu Antônio, irmã Rosana, Diana e Zefinha das Petas). E na última parte trato dos impactos decorrentes da modernização agrícola no que tange a conquista, permanência na terra, nos modos material e simbólico de vida, na preservação do território especificamente para os moradores do Acampamento Zequinha Barreto.

1- Germes históricos e caracterização do território do MATOPIBA

Considerada a mais recente fronteira agrícola do Brasil, inicialmente chamada, “de MAPITO” (PAULA JUNIOR, 2015) que, agregando o estado da Bahia, passou a ser conhecido como MAPITIBA nos idos dos anos 90” (p. 1) e BAMAPITO. Recentemente intitulada de MATOPIBA⁸. Todas dizem respeito ao acrônimo das iniciais dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia que se caracterizam pelo emprego de tecnologias modernas e de alta qualidade”, (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária- EMBRAPA, 2015)

⁸ Neste trabalho optamos pelo uso do termo MATOPIBA, por ser mais recente e por ser esta a nomenclatura usada no decreto presidencial nº 8447/2015.

Figura 3- Mapa MATOPIBA



(Fonte: EMBRAPA-Nota técnica- Delimitação MATOPIBA)

Este arranjo territorial foi forjado pela modernização agrícola que vem ocorrendo nas áreas de cerrado desde a década de 1970 quando o governo, por meio de diversos programas, incentivou o povoamento destas áreas para o desenvolvimento da agricultura em larga escala. Já que nesta região havia grande disponibilidade de terras mecanizáveis, a maior reserva de gás natural do país, grande diversidade de minérios, além de grande potencial hídrico. Segundo Magalhães e Miranda (2014):

São três as bacias hidrográficas no MATOPIBA: Bacia do Rio Tocantins (ocupando 43% da área do MATOPIBA), Bacia do Atlântico – Trecho Norte/Nordeste (com 40%) e Bacia do Rio São Francisco (com 17%) (Tabela 6 e Figura 8). Nestas Bacias correm os principais rios da região: Araguaia, Tocantins, São Francisco, Parnaíba, Itapicuru, Mearim, Gurupi e Pindaré. (p.21)

Outros fatores que favoreceram e tornaram esta região atrativa foram, o clima tropical com grande incidência de sol e os incentivos financeiros do governo. Este território se consolidou como polo da produção de grãos para a exportação.

Tais fatores contribuíram para a delimitação deste arranjo territorial feito por meio de análises elaboradas pelo Grupo de Inteligência Territorial Estratégica (GITE), concebido por meio de acordo entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) (MIRANDA *ET AL*, 2014, p.7). A região do MATOPIBA foi então delimitada e abarca segundo os mesmos autores:

[...] cerca de 324.326 estabelecimentos agrícolas que ocupam uma área de 33.929.100 ha, além de 46 unidades de conservação (8.334.679 ha), 35 terras indígenas (4.157.189 ha) e 781 assentamentos de reforma agrária e áreas quilombolas (3.033.085 ha) num total de 13.967.920 ha de áreas legalmente atribuídas, excluídas as sobreposições (MIRANDA *ET AL*, 2014 p.10).

Há predominância de áreas ocupadas com a agricultura em larga escala, o que significa concentração de terras e recursos naturais nas mãos dos empresários do setor agrícola, sendo as outras formas de ocupação e uso do solo menos recorrentes.

No tocante a esta demarcação, outros critérios foram utilizados, o primeiro deles foi às áreas de cerrado existente nos quatro estados supracitados, que abarcam, cerca de “91% do território (66.543.540,87 hectares). Contudo, devido sua extensão, engloba também remanescentes do bioma Amazônia (~7,3% ou 5.319.628,40 hectares) e Caatinga (~1,7% ou 1.203.107,22hectares) na noroeste e leste” (MAGALHÃES E MIRANDA, 2014, p. 4).

Outro critério de delimitação, apontado por Miranda *et al* (2014): “foi a dimensão socioeconômica, principalmente os dados relativos à produção agropecuária e florestal das pesquisas anuais do IBGE” (p.10). Ainda de acordo com o mesmo autor, foi considerado também “a infraestrutura, além dos dados sobre a malha viária e logística na região, foram utilizadas informações do banco de dados de monitoramento das obras do PAC sob coordenação do GITE”. Tais análises tiveram o propósito de verificar se esta região apresentava potencial agrícola e se dispunha de logística para escoar a produção.

Destarte a realização de todo este estudo feito pela EMBRAPA, em entrevista com o professor Rafael relatou:

A gente tem o domínio do agronegócio, ele está presente na última etapa da ocupação. Está presente no Oeste da Bahia, no Sul do Piauí, no Sul do Maranhão e praticamente em todo o estado do Tocantins. Os empresários que atuam no setor e as grandes cooperações são as mesmas e estão nos mesmos lugares. E ainda que não sejam todos, o *modus operandi* é o mesmo, então

eles têm redes de articulações, que são redes corporativas, redes racionais de reprodução econômica e isso meio que antecedeu a própria formação do MATOPIBA. Então já existia de fato um processo de regionalização econômica nesses 4 subespaços desses estados que eu citei, e aí aconteceu que em 2014, o estado brasileiro resolveu legitimar, a existência dessa regionalização, criando um arranjo territorial, por meio de um estudo realizado pela Embrapa, empregando um modelo teórico chamada, inteligência territorial, que não é muito conhecida no Brasil, foi aplicado exclusivamente no MATOPIBA. (Entrevista de Rafael, agosto de 2017).

Este arranjo territorial foi idealizado pelos empresários do setor agropecuário, o governo representado pela bancada ruralista somente legitimou, quando autorizou a realização do estudo e posteriormente instituiu o Plano de Desenvolvimento do MATOPIBA que visava aumentar a produção agrícola da região, as condições socioeconômicas das pessoas que ocupavam as áreas de cerrado, desenvolvendo projetos ou dando continuidade aos existentes, de modo a ampliar frentes de trabalho e diminuir as taxas de miséria social dos estados de abrangência.

Levando em consideração os propósitos supracitados, mas tentando ter uma visão mais abrangente que extrapolasse a determinação legal do decreto presidencial, solicitei que o coordenador da agência *10envolvimento*, Juarez, analisasse, a partir de suas leituras e engajamento nesta ONG os objetivos desta nova fronteira agrícola. Para ele:

Na realidade, pela conjunção da AIBA dá ainda pra quase dobrar a área de cultivo aqui, por causa de tecnologias que permitem assim estender a mais pra cá ainda um pouco a fronteira, segundo assim, mitigar os riscos climáticos através de uma forte expansão de projetos irrigados e isso é uma das nossas principais preocupações se isso é possível, mas eles afirmam que sim, e terceiro é impulsionar pelo menos o processamento primário das culturas para depois exportar daqui a soja crua. (Entrevista de Juarez, agosto de 2017).

Segundo o entrevistado, os objetivos de acordo com a visão da AIBA principal responsável por essa delimitação territorial, é a expansão da atividade agrícola. Na análise deles é possível dobrar a área produtiva. Entretanto, para isso terão que desmatar ainda mais, além de necessitarem de mais fontes energéticas no cultivo como, água e energia para a irrigação, tudo isso implica em impacto ambiental de diversas naturezas e eles não têm sido considerados, pois a lógica do capital é somente o lucro.

Ainda tratando dos objetivos do MATOPIBA o professor Rafael mencionou:

Na minha opinião, é garantir a solidariedade organizacional, que existem entre esses entes que atuam, esses agentes econômicos que atuam na região. Então é para garantir as condições, para que eles continuem reproduzindo as suas atividades, isso com o apoio cada vez mais intenso com estado, na medida em que o estado é fornecedor de infraestrutura e política de financiamento, então esse modelo de regionalização, meio que legitima a

atuação do estado em favor da iniciativa privada. (Entrevista de Rafael, agosto de 2017).

Constata-se que o agronegócio é realmente uma rede de atores nacionais e internacionais muito bem articulada que tem o único propósito de acumular renda, terra e recursos naturais, tendo a chancela do estado brasileiro que legitima este setor quando concede empréstimos vultosos para a ampliação da agricultura em larga escala, investe em melhorias da malha ferroviária para escoamento desta produção e quando instituiu o Plano de Desenvolvimento do MATOPIBA, que tem as seguintes diretrizes:

- I - Desenvolvimento e aumento da eficiência da infraestrutura logística relativa às atividades agrícolas e pecuárias;
- II - Apoio à inovação e ao desenvolvimento tecnológico voltados às atividades agrícolas e pecuárias; e
- III - Ampliação e fortalecimento da classe média no setor rural, por meio da implementação de instrumentos de mobilidade social que promovam a melhoria da renda, do emprego e da qualificação profissional de produtores rurais. (BRASIL, DECRETO 8447/2015)

A operacionalização das diretrizes do PDA-MATOPIBA pressupõe a cooperação de órgãos federais e setores privados e da sociedade civil (BRASIL, 2015) para tornar este projeto exequível.

Todas as diretrizes deste Plano de desenvolvimento são pensadas para um público específico, a classe média do setor rural, este é um núcleo formado por fazendeiros e empresários do agronegócio. Restando a população formada por agricultores, camponeses-familiares, povos tradicionais em sua diversidade, que habitam este espaço geográfico, sofrer com as consequências deste modelo econômico que exauri a terra, expropria as pessoas, eleva a pobreza material e vulnerabilidade social dos povos do campo.

É por terem este aval e financiamento do estado brasileiro que o capitalismo agrário vem se territorializando ainda mais nesta nova fronteira agrícola. Exemplo disso é a microrregião de Barreiras, lócus de nossa pesquisa. Nela há somente a valorização e o incentivo a moderna agricultura centrada na produção de grãos, um fato que comprava isso é que mesmo havendo pequenos produtores agrícolas, que plantam banana, manga, mamão, café e desenvolvem outras atividades como a piscicultura, são silenciados pela mídia e invisibilizados pela gestão pública local, pois eles se concentram em disseminar “as benesses” da produção de soja, milho e algodão.

Esta extrema valorização da agricultura moderna não permite que certas questões sejam sequer debatidas em esfera pública, talvez por isso é que este projeto da

região do MATOPIBA não foi discutido com a população que compõe este arranjo territorial. Incluindo aqui os moradores do Acampamento Zequinha Barreto, os quais demonstraram, em conversas informais, desconhecimento acerca da temática supracitada.

Assim, somente o dirigente do acampamento mencionou ter algum conhecimento sobre esta nova fronteira agrícola:

Já, assim na verdade, uma das metas do MST no Oeste é ir pra cima do MATOPIBA que pega aqui da região do Tocantins, Piauí e essa região aqui e uma das metas do MST não é confrontar com o agronegócio com o latifundiário é nós tentarmos debater sobre isso. (Entrevista de Caio, agosto de 2017).

Fica evidente que esta fronteira agrícola já tem sido debatida pelo MST e que eles já incorporam esta questão como uma de suas pautas de luta, pois entendem que é necessário ampliar o debate público e analisar cuidadosamente o que este arranjo territorial representa, de modo a entender melhor seus propósitos e possíveis consequências.

Ao que parece, não tendo o propósito aqui de generalizar esta questão, o debate acerca desta delimitação territorial ficou restrito ao domínio do agronegócio, do estado e da academia representada por pesquisadores que tem se debruçado acerca desta questão. Deste modo, solicitei a Juarez que explicasse quando iniciaram os debates acerca do MATOPIBA aqui no município de Barreiras.

Na realidade quem falou um pouco sobre ela foi a Aiba na realidade aplaudindo essa política. No ano passado o conceito MATOPIBA foi muito presente na Bahia Farm Show⁹ no ano passado foi muito forte, mas não lembro discussão disso não, a sociedade civil é muito fraca, não temos muita coisa nesse sentido. O que falta também, muito nesse sentido seria uma mídia crítica o que se projeta e começa equivocado, começa a se questionar. (Entrevista de Juarez, agosto de 2017).

O conhecimento acerca do MATOPIBA está centrado entre os latifundiários e empresários do agronegócio. Prova disso é a esfera onde este projeto foi amplamente divulgado, uma das maiores feiras de negócios ligadas à moderna agricultura. Este arranjo territorial foi divulgado como sendo a “salvação da lavoura”, somente

⁹ A Bahia Farm Show ocorre anualmente e é a maior vitrine do agronegócio do Norte e Nordeste do Brasil e hoje está entre as três maiores do país em volume de negócios. Dela fazem parte as maiores empresas de máquinas, implementos, insumos, aviação e serviços. [...] Esta feira também é palco de tomada de decisões para o setor, já que faz parte dos compromissos dos governantes, executivos públicos, CEOs de empresas, e muitos outros. Na edição de 2017, a feira atingiu a marca histórica de R\$ 1.531 bilhão em volumes de negócios. (Fonte: Site oficial da Bahia Farm Show).

evidenciando os aspectos positivos, ou seja, maior produção, aumento do Produto Interno Bruto, do número de empregos. Entretanto, suponho que nenhum dos aspectos negativos foram pontuados.

Ainda acerca da questão, o entrevistado criticou a ínfima participação da sociedade civil nas questões que direta ou indireta pode afetá-los. Atrelado a isso crítica a mídia como sendo um suporte que, ao invés de apontar os fatos como eles realmente são, tendem a tomar partido e sempre do lado dos capitalistas, são, portanto, parciais e disseminam informações que o capital hegemônico relata como sendo verdades absolutas.

O fato é que os debates em torno desta temática são ainda ínfimos, como pude comprovar durante a III Semana Científica do Departamento de Ciências Humanas- Formação Profissional e Trabalho: Saberes e Sentidos e I Simpósio Internacional Educação, Sociedade e Trabalho, realizado na Universidade do Estado da Bahia- UNEB- Campus IX Barreiras-Ba em setembro de 2016, o qual contou com a participação do professor Rafael, levando isso em consideração, pedimos que ele nos dissesse se havia um grupo que estudava este tema e em que momento essas discussões tomaram vulto na região. O entrevistado nos fez o seguinte relato:

Não, na verdade, aquele evento ele foi pontual, não existe nenhuma rede de pesquisadores, que pensam sobre isso. Eu tenho alguns colegas que são curiosos como eu, pelo tema. Inclusive eu tenho colega que atuou aqui, conosco aqui no curso de geografia, que foi para o Maranhão e a gente está tentando colaborar e ajudar em algumas coisas, mas enfim, a gente não tem conseguido sentar e conversar, então ainda é uma pesquisa pouco sistematizada. Na verdade, se você parar, para pensar na escala de tempo, a gente ainda está no olho do furacão. A lei é de 2014, nós estamos em 2017 e nada de concreto, talvez pela crise econômica, nada aconteceu ainda, de questão de materialização do MATOPIBA. (Entrevista de Rafael, agosto de 2015).

Este tema não tem tido a devida atenção por parte tanto da população, universidades e gestão pública local, pois acredito que, para além dos benefícios divulgados pela mídia e pelo agronegócio, é preciso também analisar os impactos ambientais e sociais gerados por este arranjo territorial e esta questão será por nós discutida na seção seguinte.

2- Frutos amargos da expansão agrícola: as externalidades ambientais geradas pelo MATOPIBA

A expansão agrícola no território do MATOPIBA tem gerado diversas mudanças espaciais que impactam diretamente o meio ambiente, segundo Campos (2015): “Percebe-se assim de imediato uma paisagem homogênea numa região onde dominava, até bem pouco tempo, a paisagem heterogênea característica dos cerrados” (p.189). Em outros termos, a agrobiodiversidade da vegetação, antes composta por buritizais, babaçus, pequis, e outras espécies nativas do bioma, além das policulturas, são substituídas dando lugar as monoculturas de soja, milho, algodão as quais abrangem cada dia áreas mais extensas.

Assim, para a expansão da moderna agricultura, grande parte da cobertura vegetal natural do cerrado foi retirada. Segundo Caio:

Os desmatamentos que vem degradando a região que pra produzir bem tem que desmatar, muitas vezes os meios ambientais facilitam pra eles pra garantir isso, isso tem acontecido não só aqui como no Anel da soja, na região de Formosa, enfim, eu acho que seria um debate maior público, mas, assim com uma linha, com uma lei mais severa em relação a isso, que mais se impacta com tudo isso são os pequenos que não tem conhecimento, ou tem mas não pode fazer nada pois o poder econômico e pessoal é pouco, enquanto os grandes proprietários tem muito poder financeiro e tem muitas influências políticas e jurídicas, tanto aqui como não outras regiões então isso dificulta a abertura de você debater. (Entrevista de Caio, agosto de 2017).

Com efeito, existe uma relação direta entre produtividade e desmatamento, pois para aumentar as áreas de cultivo o agronegócio avança sobre a vegetação do cerrado sem nenhuma fiscalização por parte dos órgãos ambientais. Não obstante, dados da tabela do “relatório do Programa do Monitoramento do Bioma Cerrado do MMA demonstra que entre os anos de 2009 - 2010 dos vinte municípios que tiveram os maiores índices de desmatamento no bioma cerrado 11 estão na região do MATOPIBA”. (BRASIL, Ministério do Meio ambiente, 2009, p.22).

Os dados do relatório demonstram que nesta região vem ocorrendo o desenvolvimento econômico predatório. Conforme Juarez, *“a devastação ambiental foi assim muito desequilibrada enquanto os grandes desmatavam tudo em cima, os órgãos controlavam se o “cabra”, faz uma roça de arroz em um brejo né, em um brejo não pode plantar”*. Infelizmente os órgãos ambientais e a gestão destes municípios deram respaldo para que toda essa devastação acontecesse. Por visar somente o lucro e a visibilidade trazida pelo agronegócio, o que ocasionou a vinda de empresas, bancos, faculdades.

Enquanto os latifundiários desmatam sem sofrerem nenhuma advertência, o pequeno produtor não tem a mesma sorte, pois é logo impedido de plantar em área de brejo. Esse é um exemplo eloquente de que, infelizmente, quem detém poder aquisitivo tem respaldo para agir da forma como lhe convier. Talvez a falta de terras ocasionada pela compra e grilagem, não ofereça outra saída para o pequeno agricultor a não ser plantar em áreas de brejo, para assim garantir sua sobrevivência e permanência no campo.

A expansão da agricultura em larga escala nas áreas de cerrado gera consequências danosas. Segundo Garcia e Filho (2017): “As estimativas indicam que 9,6 milhões de hectares do Matopiba necessitam de investimento imediato em gestão do solo para barrar a desertificação ou mesmo para recuperar essas áreas” (p.42). Isto se deve ao desmatamento indiscriminado e ao uso inadequado do solo pelos agricultores. Deste modo, o capitalismo agrário vem descumprindo a “determinação do Código Florestal que determina que sejam preservados 35% neste território que abarca concomitantemente o bioma cerrado de modo a seguir os limites impostos pela a Lei nº 12651 de 25 de maio de 2012”. (MAGALHÃES E MIRANDA, 2014, p.5).

O não cumprimento da referida lei gera outras externalidades ambientais, relatadas por Juarez:

Bem, a primeira que na realidade todo mundo nota e sabe, que a grande parte da biodiversidade do cerrado natural que já acabou. Isso as pessoas lembram às vezes só com nostalgia de um bichinho que nunca tinham visto tatu ou um outro tipo de peixe, ou certo tipo de abelha, certo tipo de planta que tinha aqui aliás às vezes não é totalmente extinto, mas é tão remoto que ninguém mais dá fé. (Entrevista de Juarez, agosto de 2017).

A sustentabilidade do cerrado tem sido ameaçada pela ação predatória dos fazendeiros e empresários do agronegócio, e essa degradação é perceptível pelos antigos moradores do oeste baiano. A este respeito Caio relata, “*os pequis daqui mesmo da região quase não tem mais foi tirado tudo que é uma questão cultural da região oeste, do Goiás pra cá*”. Isso demonstra estar ocorrendo a devastação deste bioma em prol do desenvolvimento econômico do país. Segundo o Ministério do Meio Ambiente (2017):

Estima-se que 20% das espécies nativas e endêmicas já não ocorram em áreas protegidas e que pelo menos 137 espécies de animais que ocorrem no Cerrado estão ameaçadas de extinção. Depois da Mata Atlântica, o Cerrado é o bioma brasileiro que mais sofreu alterações com a ocupação humana. Com a crescente pressão para a abertura de novas áreas, visando incrementar a produção de carne e grãos para exportação, tem havido um progressivo esgotamento dos recursos naturais da região. Nas três últimas décadas, o

Cerrado vem sendo degradado pela expansão da fronteira agrícola brasileira. Além disso, o bioma Cerrado é palco de uma exploração extremamente predatória de seu material lenhoso para produção de carvão. Apesar do reconhecimento de sua importância biológica, de todos os hotspots mundiais, o Cerrado é o que possui a menor porcentagem de áreas sobre proteção integral. O Bioma apresenta 8,21% de seu território legalmente protegido por unidades de conservação; desse total, 2,85% são unidades de conservação de proteção integral e 5,36% de unidades de conservação de uso sustentável, incluindo RPPNs (0,07%).

O impacto ambiental gerado pela moderna agricultura tem sido muito significativo e pode ser irreparável e pouco, ou nada, tem sido feito por parte dos órgãos ambientais e pelo agronegócio para mitigar os impactos ambientais no território do MATOPIBA.

Segundo Campos (2015): “grande parte dos brejos está secando e, por conseguinte, também boa parte dos buritizais, situação presenciada em buritizais de brejos existentes na comunidade quilombola Brejão dos Aipins” (p.193). Neste sentido confirmei o que é dito pelos autores ao exporem que quem mais sofre as externalidades ambientais geradas são as comunidades tradicionais, pois estes têm habitado este território por séculos e séculos e tem feito isso de maneira sustentável garantindo as condições materiais de sua sobrevivência. Entretanto, o seu bem viver tem sido ameaçado pelo uso intensivo de agrotóxicos e pela retirada da cobertura nativa do bioma cerrado.

Opta-se pelo desenvolvimento econômico em detrimento da sustentabilidade do ecossistema, e com isso coloca-se em risco a possibilidade de produção e reprodução da vida dos povos tradicionais, segundo Frigotto *et al* (2012): “se utilizam dos bens da natureza pelo trabalho e, assim, produzem meios de sobrevivência e conhecimento” (p.749). Desenvolvem, portanto, o trabalho em seu sentido ontológico, como o meio de produção de vida e sociabilidade. São estes povos, os responsáveis por descobrirem diversos medicamentos que curam vários tipos de enfermidades, entre elas a hipertensão. A base deste medicamento segundo Porto-Gonçalves (2015): “advém da rotina, substância química obtida da faveira, ainda hoje fonte de renda obtida nas chapadas por inúmeras famílias de extrativistas nos Cerrados do Goiás, do Piauí, do Tocantins, de Minas Gerais e do Maranhão” (p.92).

Toda esta diversidade biológica e simbólica é desconsiderada quando se legitima o avanço da agricultura em larga escala no território do MATOPIBA, pois ela gera perda da agrobiodiversidade deste bioma e a expropriação dos povos tradicionais.

Deste modo, Freire (2017) menciona: “a flora e fauna vem sendo dizimadas pelas queimadas provocadas pela forma de manejo adotada pelos agricultores na expansão de novas áreas de lavouras e pastagens” (p.9). Os efeitos desta prática são devastadores, empobrecimento do solo, morte de diversos animais silvestres, a perda de espécies vegetais, sem contar na elevada quantidade de dióxido de carbono que contribui para o aumento do efeito estufa na atmosfera.

O avanço da fronteira agrícola sobre o cerrado gera ainda, segundo Porto-Gonçalves (2015): “desequilíbrio hídrico (rios perenes que se tornam intermitentes ou, simplesmente, deixam de existir; enchentes e secas mais acentuadas) e, ainda, pela contaminação de rios e lagoas pelo uso de agrotóxicos” (p.90). Rafael complementa dizendo “*o agronegócio é sedento de água*”, e isto resulta de acordo com Mondardo (2010) em:

[...] uso demasiado dos recursos hídricos na região através dos sistemas de irrigação que garantem uma agricultura cada vez mais de precisão que, segundo os dados que recebemos da Assessoria de agronegócios da AIBA, são, no Oeste Baiano, estimados em aproximadamente 900 pivôs em funcionamento; considerando uma média de 100 hectares por pivô, isso equivale há uma área irrigada na região de 900.000 hectares (p.118)

“Os pivôs são verdadeiros sorvedouros de água”, não é sem motivo que diversas nascentes têm sido extintas. Estes dados mencionados pelo autor dizem respeito à parte oeste da Bahia. Há ainda que se considerar segundo Garcia e Filho (2017) que: “o Maranhão abriga a segunda maior área com sistemas de irrigação, 55 mil hectares (p.40)”.

Considerando estes dois estados, foi possível perceber que o número de pivôs é alto e este quantitativo ainda se eleva com as áreas de irrigações existentes no Piauí e Tocantins que também compõe o território do MATOPIBA. Acerca desta questão Caio citou que:

Os rios estão secando e os peixes a maioria tem época que morre tudo e secando também. A partir do momento que você abre os pivôs e abrange a produtividade a água resseca e fica fraca e os bichos de dentro do rio, ficam sem oxigênio pra sobreviver. Alguns córregos que geravam uma água que era minado pela terra hoje não existe mais tá seco, se você passar não tem mais isso, como você via lá umas piabinhas nadando então o impacto ambiental ela já vem há mais de dez anos aqui na região e agora com essa nova fronteira agrícola vai impactar ainda mais, nós já não temos água e essa água no lençol freático, pra você ter água tem que perfurar mais de 80 metros daqui uns dias não tem mais água na região. (Entrevista de Caio, agosto de 2017)

A fala do entrevistado alerta acerca de uma possível escassez de águas na região oeste. Conforme Garcia e Filho (2017): “a disponibilidade hídrica tem sido afetada pela mudança no uso das terras, pelo avanço da irrigação e pelas mudanças no regime de chuvas da região”. (p.47). Isto tem impactado sobremaneira as bacias hidrográficas existentes no bioma cerrado, segundo Juarez:

Aí você conhecendo bem o cerrado tão amplamente desmatado aí a recarga do aquífero alimentado pela água da chuva muita gente diz que é realmente perturbado porque a única explicação porque em determinadas regiões onde ninguém nunca mexeu na galeria e a cabeceira é vinte quilômetros como é que é isso. Mas a água não brota mais, então rebaixou o nível do aquífero, isso os defensores do agronegócio dizem a quantidade desse aquífero é tão abundante e as chuvas tem sido regulares, mas isso quase não interferiu que não tem problema, mas nós estamos convencidos que realmente estão impondo por interesses econômicos e negligenciando a razoabilidade ambiental. (Entrevista de Juarez, agosto de 2017).

O desaparecimento de diversas nascentes tem sido percebido pelos moradores do oeste baiano e isso tem sido consequência do desmatamento realizado pela expansão da agricultura moderna, esta ação impacta o aquífero Urucuia, devido à diminuição de sua vazão não consegue mais sustentar os rios e nascentes. Segundo Gaspar e Campos (2007):

O Sistema Aquífero Urucuia representa o principal manancial subterrâneo do oeste baiano. Sua importância estratégica remete-se, não somente pelas crescentes demandas de água, mas também pela sua função de regulador das vazões dos afluentes da margem esquerda do médio rio São Francisco; e pela alimentação de nascentes de tributários da margem direita do rio Tocantins, na borda ocidental da Serra Geral de Goiás. O sistema aquífero Urucuia se localiza principalmente na região do oeste do estado da Bahia, estendendo-se desde o extremo sul do Maranhão e Piauí e o extremo noroeste de Minas Gerais. (p.217)

Este aquífero tem importância vital por ser a fonte que abastece os rios e nascentes, não somente dos estados supracitados, mas, do Brasil inteiro e ainda se constitui, de acordo com Porto-Gonçalves (2015) “em uma das maiores reservas de água doce do mundo” (p.92). Sua relevância extrapola a dimensão territorial, posto que a água é um bem essencial a vida e este deve prevalecer aos interesses econômicos, pois a extinção dele pode custar nossas vidas.

É em defesa da vida que os conflitos socioambientais envolvendo a água têm aumentado no país, como demonstra o quadro abaixo:

Quadro 2- Síntese dos conflitos pela Água por Regiões e Categorias-2016

	Total de Conflitos	Total de Famílias	Barragens e açudes	Famílias	Uso e preservação	Famílias	Apropriação particular	Famílias
Norte	29	17.108	20	16.474	06	510	03	124
Nordeste	42	7.451	12	4.082	21	1.709	09	1.660
Centro-oeste	16	2.249						
	07	1.528	04	65	05	656		
Sudeste	80	15.120	12	3.475	68	11.645	-	-
Sul	05	2.543	03	2.405	02	11.645	-	-
Brasil	172	44.471	54	27.964	101	138	17	2.440

Fonte: CPT. Org.: Cosme, C. M. (refeito pela pesquisadora)

Os dados não contemplam toda a realidade brasileira, muitos conflitos nem sequer foram contabilizados. Entretanto, tem-se um número considerável de disputas por esse bem natural de uso comum, o Nordeste é a região com maiores índices é onde se localiza os três estados que compõem o MATOPIBA e o segundo lugar fica com a região norte que abarca o estado do Tocantins. Considerando isto podemos inferir que os conflitos têm relação com uma provável privatização das fontes hídricas realizadas pelo agronegócio e pelas hidrelétricas. Os parâmetros utilizados para elencar os conflitos foram selecionados da seguinte forma: “101 (58, 72%) uso e preservação; 54 (31, 40%) barragens e açudes e 17 (9,88%) apropriação particular” (COSME, 2016, p.127).

Lutando pela preservação da água é que os moradores do distrito de Rosário, município de Correntina no oeste baiano, protestaram no dia 02 de novembro de 2017 contra a retirada “de mais de 106 milhões de litros diários, suficientes para abastecer por dia mais de 6,6 mil cisternas domésticas de 16.000 litros na região do Semiárido”. Esta grande vazão de água vinha sendo retirada do rio Arrojado por adutoras da Fazenda Igarashi e Curitiba utilizada na irrigação dos plantios. Para se ter uma ideia, “a água consumida pela população de Correntina, aproximadamente 3 milhões de litros por dia, equivale a apenas 2,8% da vazão retirada pela referida fazenda do rio Arrojado”. (Comissão Pastoral da Terra-CPT-Nacional, novembro de 2017). Ou seja, o volume hídrico retirado pelas adutoras é muito superior ao consumo de toda uma cidade e isto vem ocasionando a diminuição do volume de água do rio, conforme a imagem abaixo.

Figura 4- Rio Arrojado



(Fonte: nota pública da CPT, novembro de 2017)

Esta manifestação em defesa do rio foi tomada por cerca de “500 a 1.000 moradores, estes ocuparam as dependências das fazendas supracitadas e quebraram instalações e pivôs, além de incendiaram tratores e alojamento” (CPT, novembro de 2017). O ato visto e noticiado como terrorismo pela TV Oeste, filiada da Rede Globo de Televisão e pelos empresários do agronegócio, é na verdade uma reação ao negligenciamento do Estado e órgãos ambientais que emitiram um outorga para a Fazenda Igarashi, por meio da “Portaria nº 9.159, de 27 de janeiro de 2015, dando a ela o direito de retirar do rio Arrojado uma vazão de 182.203 m³/dia, durante 14 horas/dia, para a irrigação de 2.539,21 há”.

Esta concessão de exploração de grande volume de água foi dada pelo Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – INEMA, desconsiderando todo o impacto ambiental decorrente desta ação. Por isso, esta reação radical dos moradores que perceberam que não tendo o respaldo dos órgãos ambientais, caberia a eles, os mais afetados, defender suas águas e seus recursos naturais contra a ação predatória do agronegócio.

Figura 5- Caminhada pública em Correntina



(Fonte: Queina Lima da Silva, dezembro de 2017)

As manifestações e denúncias dos moradores de Correntina contra a devastação ambiental da moderna agricultura vêm acontecendo já há alguns anos, não é uma ação isolada e pontual. Segundo a Comissão Pastoral da Terra-CPT (2017):

Em 2000, populares entupiram um canal que pretendia desviar as águas do mesmo rio Arrojado (*Imagem acima*) agora ameaçado pelas fazendas no distrito de Rosário. O canto fúnebre das “Alimentadeiras de Alma”, antiga tradição religiosa de rezar pelos mortos, passou a ser realizado para chamar a atenção para a morte das nascentes e rios às centenas na região. Romarias com milhares de pessoas vêm sendo feitas nos últimos anos em cidades da região em protesto contra a destruição dos Cerrados.

Há, portanto, uma reação às ações empreendidas pelo agronegócio que impactam o meio ambiente e colocam em risco as reservas hídricas, os bens naturais e a vida. Contudo, os embates entre os empresários do agronegócio e os moradores de Correntina não são somente pela água, mas também uma disputa por território, que já se arrasta por mais de trinta anos e “envolve a Fazenda Cabana Plus, e a Igarashi (ambas contidas na área que a ação discriminatória, realizada pela CDA-SEAGRI 2008/2009, afirma ser comprovado grilo)” (SOBRINHO, 2015, p.273).

Deste modo passei a acompanhar a luta dos moradores de Correntina em defesa de suas águas e então no dia 01 de dezembro de 2017 participei da audiência pública

que contou com a presença de diversos movimentos, entre eles: o Levante Popular, o Movimento dos Atingidos pelas Barragens-MAB, MST, Agência 10envolvimento, entre outras que também se somaram a luta em defesa das águas do cerrado. O tema da caminhada e da audiência pública foi: “Águas para a vida e não para morte”. Foi um momento muito rico em aprendizagens, pois por meio dele pude ouvir e sentir a dor daquelas pessoas que lutam pela preservação de suas terras, seu território, para ver seus filhos e netos terem o direito de acesso a água e às riquezas do cerrado.

Figura 6- Audiência Pública (Águas para a vida, não para a morte)



(Fonte: Queina Lima da Silva, dezembro de 2017)

A luta deles já começou a dá frutos, tendo em vista que Agência 10envolvimento juntamente com moradores de Barreiras e de outros municípios pediram a revisão de outorgas do Rio Corrente e Rio de Ondas, ocorreu, portanto, uma adesão ao movimento em prol da preservação do cerrado baiano.

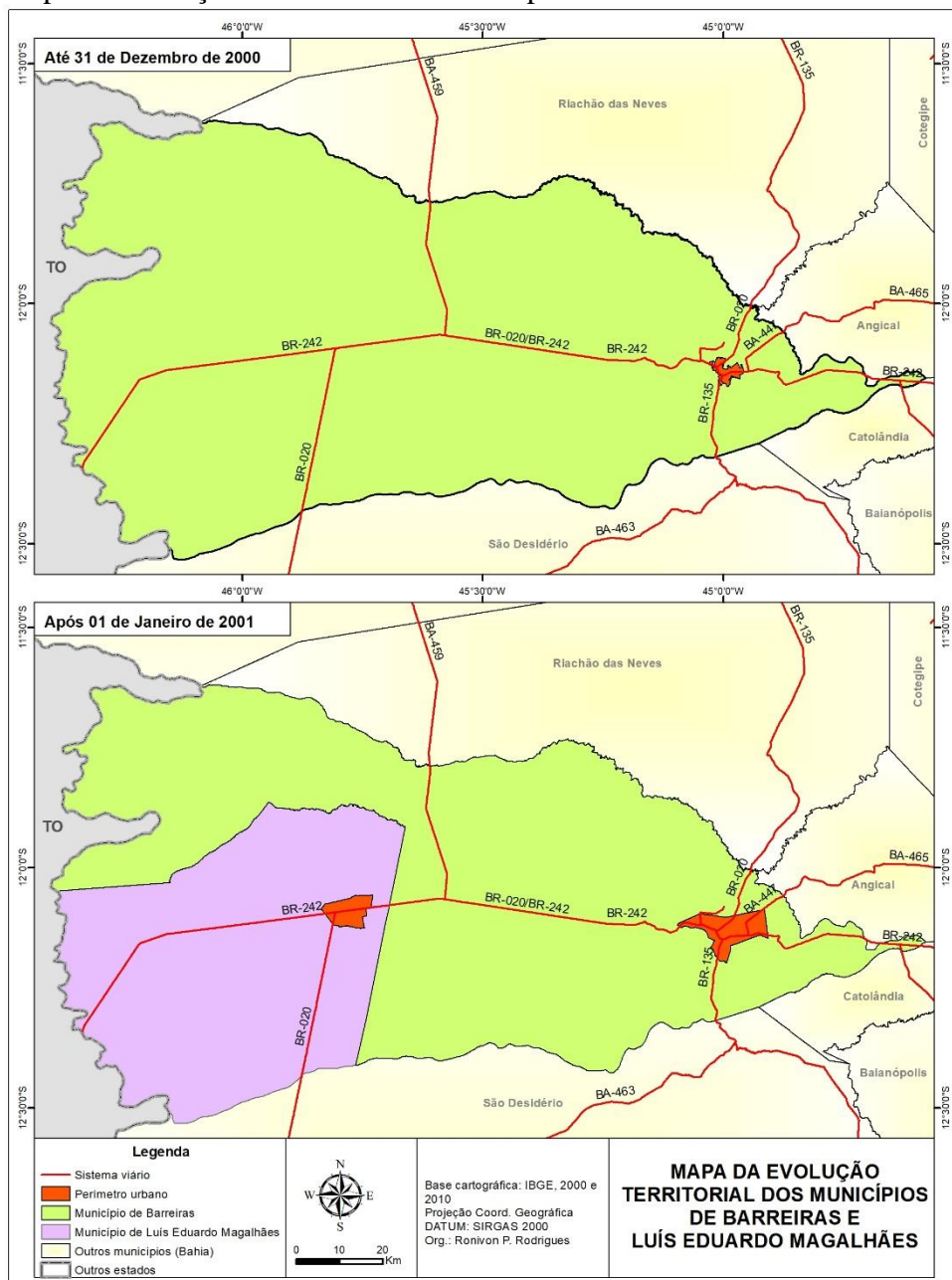
Outra conquista obtida foi o impedimento de retirada de água do Rio Arrojado pela Fazenda Igarashi até que o INEMA realize novas análises acerca dos impactos ambientais decorrentes desta ação. Há muito a se fazer ainda, mas os primeiros passos já estão sendo dados, e isto convoca outros camponeses, povos tradicionais e população como um todo a também lutarem em defesa de seu território.

3- MATOPIBA: “território do desenvolvimento socioespacial e do progresso econômico”?

A região do MATOPIBA, segundo Alves (2015): “caracterizou-se por um novo ordenamento territorial tanto do espaço agrícola quanto do urbano” (p.227). Decorrente do grande fluxo migratório principalmente de sulistas e nordestinos em direção a esta nova fronteira agrícola, deste modo à urbanização antes rarefeita nas áreas de cerrado até a década de 1980 cede lugar, “a núcleos urbanos que surgiram e/ou se consolidaram essencialmente pelo avanço da agricultura modernizada” (ALVES, 2015, p.237).

Assim surgem “as cidades do agronegócio”, espaços criados para atender a demanda da moderna agricultura, estes novos povoados passam a desempenhar papel nodal na produção de serviços e aumentam vertiginosamente sua população. Em virtude disso se emancipam, como ocorreu com o município de Luís Eduardo Magalhães, que até o ano 2000 se chamava Mimoso do Oeste e era distrito de Barreiras localizado no oeste baiano. (ALVES, 2015, p.237).

Figura 7- Mapa da Evolução Territorial dos municípios de Barreiras e Luís Eduardo



(Fonte: Base de dados: IBGE, 2010. Organização de Queina Lima. Projeto Cartográfico de Ronivon P. Rodrigues, janeiro de 2018).

Outros povoados também mudaram sua condição, como é o caso de Vila Rosário, pertencente à Correntina, que foi elevada a condição de distrito pela prefeitura atendendo à reivindicação dos moradores que entendiam que devido à contribuição dada para a arrecadação financeira do município deveriam ser beneficiados com mais investimentos para melhoramento da comunidade. Contudo a elevação do status não é oficial, tendo em vista que no site do IBGE ainda configura como vila.

A despeito disso, várias vilas e povoados surgiram e ainda surgem no território do MATOPIBA impulsionados pela expansão da moderna agricultura. Isto traz mudanças geográficas para o território que impactam o ambiente devido à grande retirada de cobertura vegetal natural para a formação destes núcleos urbanos.

Este crescimento vertiginoso do tecido urbano também oferece riscos à população que constrói em áreas de encosta ou espaços inadequados, que resultam em deslizamento de terra e desaparecimento de nascentes de rios, além de contribuir para a poluição de rios locais, devido ao lançamento de esgoto sem o tratamento adequado, pois na maioria destes, não há saneamento básico, nem de coleta de lixo.

Se existem bairros sem nenhuma infraestrutura, há aqueles que “nascem dotados de equipamentos urbanos que atendem a uma parcela dos novos moradores, aquele de posse das riquezas produzidas pela agricultura modernizada”. (ALVES, 2015, p.233).

Estes novos loteamentos geralmente são habitados pelos empresários do agronegócio, em sua maioria migrantes sulistas ou estrangeiros, que devido a seu poder aquisitivo pagam somas exorbitantes para ocuparem os centros das cidades e para terem a garantia de possuir vizinhos que pertencem ao mesmo estrato social. Deste modo, formam os chamados “bairros dos sulistas”, estes fogem dos padrões arquitetônicos da cidade e “a partir de então, as casas passam a ter outro formato, frequentemente construídas adotando uma disposição diferenciada em relação ao espaço da rua”. (ALVES, 2015, p. 235-236). Segundo Alves (2015).

[...] as residências da nova urbanização passam a ter recuos e na parte da frente são introduzidos os jardins particulares. Frequentemente, nesse novo estilo, as casas são cercadas com grade de ferro ou muradas, cuja conveniência no interior da residência se restringe ao âmbito dos familiares e dos amigos próximos. (p.236)

Esta nova urbanização é extremamente excludente, tendo em vista, sua arquitetura semelhante a “uma fortaleza” impede a sociabilidade com outros sujeitos que não sejam aqueles que têm o mesmo poder aquisitivo. Este novo tipo de construção traz impactos nos moldes de vida dos nordestinos para os quais “as calçadas e ruas eram lugares de encontro”. Desta feita as antigas tradições desaparecem em nome da modernidade e do suposto progresso trazido pelos sulistas e pela agricultura moderna.

Entretanto, esta pretensa modernização urbana é privilégio de um grupo seletivo, pois segundo Alves (2015): “A presença dos novos agentes econômicos no oeste baiano

resultou em ampliação da pobreza e um aumento da segregação espacial urbana” (p.246). Isto se deve à especulação imobiliária, que vendo as possibilidades de enriquecimento financeiro no território do MATOPIBA, aumentou o preço da terra tanto na cidade quanto no campo. Tirando da população com menor poder aquisitivo a possibilidade de residir nos centros urbanos, restando a estes ocupar as periferias da cidade, formando os “bairros pobres em cidades ricas, o “bairro dos baianos” em Luis Eduardo Magalhães. Ironia à parte, a cidade fica exatamente na Bahia, e os “baianos” tornaram-se estranhos em sua própria terra”. (CAMPOS, 2015, p.190).

Cabe salientar que este processo de desterritorialização tem ocorrido não somente em Luís Eduardo, mas em grande parte dos municípios que compõe o território do MATOPIBA e acomete os “baianos” compostos pelos agricultores, camponeses, posseiros, comunidades tradicionais. A narrativa de Caio é elucidativa: “*os pequenos estão sendo expulsos dessas comunidades para favorecer a agricultura do agronegócio*”. E não podendo mais permanecer no campo, vão para as cidades em busca de trabalho e oportunidade de vida.

E lá chegando formam os aglomerados urbanos com grande densidade populacional, sem nenhuma estrutura ou planejamento e totalmente desassistidos pelo poder público, este é um caso comum na cidade de Barreiras que desde a década de 1980 vem sendo lócus de mudanças espaciais em decorrência do surgimento de bairros periféricos como o: “Sombra da Tarde, São Sebastião, Santo Antônio, Castanheira, Loteamento Rio Grande etc.” (ALVES, 2015, p. 243).

A expansão da fronteira agrícola na região do MATOPIBA tem ocasionado processos de territorialização e desterritorialização, conforme relata o professor Rafael:

As duas coisas, porque de fato toda territorialização, de algum modo é geradora de desterritorialização, na medida em que um agente se consolida em um determinado espaço, onde ele se apropria e domina esse espaço, alguém vai ter que deixar esse espaço. Há uma grande desterritorialização, principalmente em comunidades camponesas e tradicionais. (Entrevista de Rafael, agosto de 2017).

Corroborando com a assertiva do entrevistado Haesbaert (1997) expõe que:

[...] a convivência da desterritorialização com a reterritorialização deve ser ressaltada não apenas pelo simples fato de que se trata de um mesmo processo, intrinsecamente ligado, mas também porque são dinâmicas que, em distintos níveis de domínio a cada momento coexistem de forma desigual conforme a dimensão social e a escala a que estivermos nos referindo. (p.257)

Tendo como base a afirmação de Rafael e a prerrogativa do autor, posso inferir que os sulistas, por terem poder aquisitivo e a chancela do poder público, têm conseguido se territorializar mais facilmente, para tal tem grilado terras, ou as adquirem a preços irrisórios se utilizando de pressão psicológica e física. Contudo, esta territorialização não se restringe a concentração fundiária, eles também têm conseguido impor sua cultura sobre os nordestinos, fazendo com que suas “tradições” sejam incorporadas e legitimadas pelos baianos que são as vítimas do processo de desterritorialização que segundo Haesbaert (1997):

[...] ocorre fragmentando os indivíduos, tanto pelo fato de desconectá-los em relação ao espaço e à natureza, destruindo seus marcos culturais de identidade, quanto pelo fato de atingir desigualmente e desarticular as dimensões econômica, política e cultural, fragilizando os movimentos sociais e tornando muito mais ambíguas as relações entre grupos e territórios. (p.258)

Por meio dessa assertiva constatei que esta fronteira agrícola tem tirado dos camponeses a terra e território usurpando deles as condições materiais e simbólicas de produzir e viver no campo. Infelizmente a desterritorialização é um processo histórico em nosso país, e afeta sempre aqueles sujeitos com menor poder aquisitivo. Segundo Arroyo (2012), “Na medida em que se decretam seus territórios como ilegais, inexistentes decreta-se a inexistência das bases de sua produção como humanos, culturais, sujeitos de memórias, valores, identidades coletivas” (p.203-204).

Contudo, é preciso mencionar que este processo de desenraizamento não se dá sem conflitos, como sinaliza Porto-Gonçalves (2016): “Nos Cerrados tem sido grande o envolvimento em conflitos das populações tradicionais, sobretudo de povos indígenas e comunidades quilombolas, camponesas e extrativistas” (p.79-80). Eles resistem ao avanço do agronegócio sobre suas terras e territórios.

Tentando evitar a reconcentração fundiária, pois entendem que isso dificultaria ainda mais a conquista de terras pelos camponeses e sem-terra, questão expressada por Caio em sua narrativa:

Vai sim, vai, porque já temos dificuldade aqui no oeste de conquista de terras. A vara agrária que existia na região, foi distinta pela própria UDR (União Democrática Ruralista) isso dificulta bastante o trabalho. O juiz que vinha apoiando e apaziguando os conflitos e hoje foi extinto da região oeste, hoje não se encontra mais e até a juíza foi colocada em outra comarca porque ela não poderia ficar em uma vara, em uma comarca que ela não tinha suporte e quem faz isso são os políticos, os filhos de grandes proprietários, uns por questão política e outros mesmo pela questão do agronegócio e em função disso, os pequenos vão continuar sofrendo, vão continuar sendo massacrados

sendo ameaçados de tirar suas terras, como tá lá no Estrondo sendo perseguido por grandes fazendeiros, e uma grande cidade¹⁰ sendo criada pela Coreia do Norte, em área agrícola, enfim.

A expansão da agricultura em larga escala tem dificultado a conquista de terra por parte dos camponeses. Deste modo é perceptível, que mesmo desconhecendo este arranjo territorial, os moradores do Acampamento Zequinha têm sido vítimas dele, pois há 7 anos aguardam que as terras da comunidade sejam divididas, esperam, como menciona Caio, somente “*uma canetada do juiz*”, este ato visto como simples, é protelado pelas agroestratégias. O controle exercido pelo agronegócio se dá pelo seu poder aquisitivo e grande representatividade da bancada ruralista no congresso nacional, devido a isso determinam os rumos políticos da região.

Neste sentido Junior *et al* (2016) menciona que “o avanço sobre os direitos dos camponeses e sem-terra se dá com total cobertura dos poderes da república, tanto o Executivo, quanto o Legislativo e o Judiciário” (p.114). O Estado ao optar pela moderna agricultura como modelo econômico do campo brasileiro, chancela as ações ilegítimas e truculentas do agronegócio contra “os pequenos” e assim mais uma vez os povos tradicionais perdem suas terras para o latifúndio. A este respeito Sobrinho (2015) menciona:

Muitos deles saíram em situação de desespero, e por desinformação, cederam às pressões dos grileiros, sem saber “se trinta metros é trinta hectares, e se trinta hectares é trinta mil hectares. Eles não têm conhecimento, então eles não venderam a terra, eles deram a terra. (p.301).

Este processo de grilagem de terras e compra a preços módicos decorrentes de processos de violência física e psicológica realizado pelo capitalismo agrário, altera os modos de vida dos povos tradicionais do cerrado. Segundo Juarez:

¹⁰ Esta suposta cidade coreana fica em uma fazenda chamada Santa Roza que se localiza depois do município de Formosa do Rio Preto, seguindo pela BR 135, cerca de 60 a 80 KM e faz divisa com a Fazenda Estrondo (caso de grilagem que citamos). Não há dados oficiais, acerca do quantitativo de sul-coreanos, segundo a prefeitura de Formosa são cerca de 300 moradores, outros afirmam que já vieram 500 coreanos. O fato é que esta cidade ou vila está com obras bastante adiantadas, na primeira etapa foram construídas 200 casas, com infraestrutura e materiais de primeira qualidade, como nos relataram. A estrutura deles é de independência, desenvolvem a agricultura orgânica e autossustentável e querem o máximo possível de área verde. Muitos afirmam que não se trata de uma cidade, mas sim, de uma seita religiosa, outros dizem que se trata de um caso típico de lavagem de dinheiro, empresários e presidente da Coreia do Sul estariam investindo na compra de terras brasileiras, outro argumento é que a constituição se deve a migração em decorrência da guerra entre as duas Coreias. O fato é que há muito mistério em torno desta “cidade”, e os brasileiros que trabalham neste espaço não residem lá, as 18: 00hs, todos deixam este local, retornando no dia seguinte, há também restrição de acesso e fotos. (Dados fornecidos pelos geográficos Maciel Viana e Ronivon P. Rodrigues).

As comunidades Geraiseiras, primeiro perderam espaço né eles tinham costume de considerar o Gerais como área comum onde soltavam o gado aí perderam as águas minguaram muitas dessas comunidades que tinham assim muito mais água, a água muito mais perto, hoje tem muito mais dificuldade de água. (Entrevista de Juarez, agosto de 2017).

Neste sentido as terras situadas no território do MATOPIBA, antes de uso coletivo, e consideradas de acordo com Campos (2015) “como uma terra sem dono, uma terra de ninguém” (p. 173), passam a partir da expansão da atividade agrícola a ser propriedade particular dos empresários do agronegócio. E em decorrência disso as populações tradicionais se veem impedidas de realizar o costume milenar das soltas, ou seja, o compartilhamento da terra, das águas, dos recursos naturais do cerrado. Então passam a não ter espaço para plantar, pois a maior parte das terras está sob o controle do agronegócio.

A moderna agricultura impede que existam “as chamadas terras de negros, as terras de índios, as terras de santo, as terras soltas, ou outras formas específicas”, nas quais predomina o uso comum do território. A perda desta tradição do uso compartilhado da terra provoca “alterações no modo de vida das populações tradicionais”. (CAMPOS, 2015, p. 168).

Uma dessas mudanças é a perda do senso de coletividade, pois muitos camponeses vendo o avanço da moderna agricultura sobre as terras, antes de uso comum, temendo a perda de seu território, passam a também se decretar proprietários e assim sucumbe a lógica de acumulação capitalista. Ocorrendo segundo Campos (2015): “um agravamento das relações sociais e de produção capitalista vão imprimindo um ritmo cada vez mais individualizante contrapondo ao coletivo”. (p.194). Ou seja, as pessoas passam a pensar somente em si mesmas e por isso, lutam somente em benefício próprio, isto fragiliza os movimentos sociais e fortalece o capitalismo agrário, que consegue desterritorializar mais facilmente os camponeses.

Além da perda do senso de coletividade, a expansão agrícola nos cerrados do Brasil provoca mudanças e perda de elementos culturais (como o reisado e o culto a religiões de origem africana) sendo substituídas pelas crenças evangélicas. Neste sentido Campos (2015) traz considerações elucidativas, quando menciona:

Tomemos como exemplo as comunidades quilombolas, como é o caso de Brejão do Aipins, em Redenção de Gurgueia, sul do Piauí. Há toda uma história cuja religiosidade, baseada nos preceitos do candomblé, está inserida em sua cultura. A alteração disto não significa mudança apenas em seus hábitos de religiosidade, mas alterações em seu próprio modo de vida. E isso tem sido comum em relação a populações tradicionais pelo Brasil afora,

independentemente de sua origem étnica ou localização geográfica. E tem, muitas vezes, servido como elemento dismantelador da unidade do grupo, da comunidade, á medida que muitos, em especial os mais jovens, começam a renegar sua própria cultura e absorver valores externos, que em geral são contrários aos seus valores culturais originais. Isso, por fim, corrói o coletivo presente na comunidade, e a insere a um mundo novo, que prioriza e fortalece o individual. (p.194)

O avanço da moderna agricultura no território do MATOPIBA ocasiona um verdadeiro “genocídio cultural”, pois leva os sujeitos a renegarem suas crenças e costumes e adotar a cultura do capitalismo agrário representada pelos “sulistas”. Uma história tão rica como a dos povos tradicionais deveria ser cultivada de geração em geração.

A destruição dos elementos culturais dos povos tradicionais do cerrado não tem se limitado a região do MATOPIBA, e isto tem relação direta com os processos de desterritorialização. Haja vista que os sujeitos não tendo mais o espaço para desenvolver seus modos de vida material e simbólica, migram para as cidades ou para outras regiões e perdem totalmente o sentimento de pertencimento. Ao migrarem, e não tendo qualificação profissional, veem sua situação social piorar, pois para se sustentar ocupam trabalhos informais ou se tornam pedintes.

É relevante mencionar que nem todos os camponeses migraram para a cidade, uma pequena parcela permanece no campo, entretanto por não terem mais os instrumentos de trabalho, uma parte deles se torna mão de obra do agronegócio, sendo submetidos a informalidade e a trabalhos análogos ao escravo. De acordo com Gonçalves (2016): “Nos últimos 10 anos os Estados do Tocantins, Maranhão e Bahia figuram entre os Estados que forneceram o maior contingente de trabalhadores libertos do trabalho escravo rural no Brasil” (p.5). Ainda neste sentido em 2016 foram registrados de acordo com dados da CPT (2016): “68 ocorrências de violações e irregularidades trabalhistas classificadas como análogas á escravidão, abrangendo 751 trabalhadores, sendo que destes menos de 544 foram resgatados pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social”. (WAGNER, 2016 p.2017).

Mesmo sendo um número bastante considerável, não retrata toda a realidade, pois há casos que não são denunciados e outros não são apuradas, isto se deve a corte de orçamento e a diminuição de agentes fiscalizadores. Estes dados podem diminuir drasticamente com a aprovação da “PL 432/2013 que tramita no Congresso Nacional, apoiada pela “bancada ruralista” reduzindo as hipóteses do que pode ser considerado trabalho escravo” (WAGNER, 2016, p.138). Isto já vem acontecendo em virtude da

vigência da nova lei trabalhista, a qual promove maior lucratividade por parte do contratante, submetendo os trabalhadores a condições degradantes.

Este processo de terceirização favorece ainda mais o agronegócio que já vinha se utilizando de mão de obra informal, devido à alta demanda de pessoas desempregadas no campo. Caio afirmou:

Agora chegou uma máquina em Luís Eduardo que ela sozinha em questão de duas horas ela colhe sozinha cerca de 10 mil hectares de terra, ela sozinha, um cara programa ela pelo computador em quantas áreas ela vai trabalhar põe o combustível, põe a antena solar e ela consegue distribuir pra toda a propriedade isso desempregou em torno de 100 pessoas ou mais. (Entrevista de Caio, agosto de 2017).

A expansão do agronegócio na região do MATOPIBA tem ocasionado o aumento nos índices de desemprego no campo e seu consequente esvaziamento. Conforme Juarez:

O espaço geográfico como é ocupado pelas pessoas mudou radicalmente se não evitar o campo nunca foi assim um campo com densidade com uma população, uma densidade populacional alta, mas a tendência é diminuir ainda mais, você tem a previsão igual a do interior de São Paulo, o campo não tem gente só máquina e lavoura e isso também tem consequências porque você coloca na realidade no lugar de um sociossistema puramente um agrossistema. (Entrevista de Juarez, agosto de 2017).

A assertiva do entrevistado denuncia o processo de êxodo rural imposto aos camponeses e povos tradicionais pela expansão da agricultura em larga escala. Segundo Porto-Gonçalves *et al* (2016):

Os Cerrados, principal área de expansão/invasão do agronegócio, está longe de ser um bioma que vê aumentar sua população rural. Ao contrário, no trato direto com a terra não se gera emprego, enfim, é uma agricultura sem agricultores (p.78)

Tal fator gera diversas consequências, entre elas um avassalamento das desigualdades sociais, ou seja, as condições sociais dos camponeses pioram, pois por não terem mais a terra se veem impossibilitados de produzir e se reproduzir no meio rural. Esta expulsão dos povos tradicionais do meio rural possibilita a hegemonia dos empresários do setor agrícola sobre o território do MATOPIBA e contribui para uma ameaça de insegurança e soberania alimentar, tendo em vista, que a moderna agricultura centrada nas monoculturas tem gerado, segundo Alentejano (2014):

[...] uma diminuição da “área destinada à produção de três alimentos básicos da dieta da população brasileira (arroz, feijão e mandioca) diminuiu quase 3 milhões de hectares entre 1990 e 2011”. (p.38). Se por um lado houve a diminuição do plantio de alimentos para a subsistência humana, ocorreu o aumento, entre 1990 e 2011, da soja que ultrapassou o milho em termos de área plantada, assumindo a condição de maior lavoura do país. (Grifos nossos, p.40).

É notório que tem ocorrido uma reprimarização da agricultura. O Brasil virou um grande exportador de grãos “in natura”, pensando somente na arrecadação econômica e desconsiderando a redução de áreas destinadas à produção de alimentos básicos a subsistência da população. A esse respeito o entrevistado Rafael afirma que essa fronteira agrícola representa uma ameaça para segurança e soberania alimentar. Para ele a conta é simples:

Nós produzimos *commodities* e não alimento, então a conta é simples. Enquanto o que nós produzimos, for considerado *commodities* e não se encontrar na nossa dieta alimentar, a gente corre o risco de ter terras altamente produtivas e pessoas passando fome, isso é fato (Entrevista de Rafael, agosto de 2017).

A moderna agricultura trará uma crise na produção alimentar que terá como externalidade social a fome da população. Contudo, isto não atingirá as camadas sociais com grande poder aquisitivo, pois estas podem pagar pelos alimentos, que devido a sua escassez e alta demanda, tendem a encarecer. Acerca desta perda de soberania Juarez relatou:

Essa soberania, sem dúvidas sobra muito pouco, os atores econômicos são tão poderosos né! Que em determinada hora não interessa plantar feijão apesar que a nação precisa, mas isso não é um negócio tão favorável como outra coisa e isso é um grande risco, e a qualidade só diminui que tudo isso é possível de fazer em escalas tão grande com uma tecnologia muito questionável com aplicação de muita coisa que exatamente não faz bem as pessoas e talvez o maior perigo também é essa elite rural ela se organiza politicamente também ela é muito representada no Brasil é uma democracia representativa mas a representatividade deste setor é proporcionalmente muita exagerada, mas por que conseguem isso? Porque estão no topo economicamente, talvez o maior perigo é isso (Entrevista de Juarez, agosto de 2017).

Isto se deve ao controle de terras, sementes e insumos pelos empresários do agronegócio e das multinacionais, eles decidem de maneira arbitrária o que será produzido no território brasileiro e como o capitalismo visa à acumulação financeira, optam, assim, pela produção de *commodities*, pois ela gera mais lucro.

Se por um lado, a moderna agricultura desconsidera o risco de insegurança alimentar ao produzir *commodities*, por outro lança mão das agroestratégias para propagar uma possível crise na produção de alimentos, usando como argumento o crescimento da população mundial e mencionando que somente a agricultura em larga escala pode produzir alimentos em quantidade e qualidade suficiente para alimentar as pessoas. Constata-se uma contradição na ação do capitalismo agrário, pois propagam que são os maiores produtores de alimentos, e na realidade produzem grãos que não servem de alimento humano, fato que contribui para a insegurança e perda de soberania alimentar.

Assim, tendo em vista as externalidades sociais apontadas ao longo desta seção, pedi que o professor Rafael discorresse acerca de uma possível potencialidade deste projeto e nos apontasse alguma potencialidade ou ponto positivo desse projeto. Ele afirmou:

Não vejo. Porque eu acho que é o aprofundamento das relações, com as quais lidamos hoje. Há todo um discurso nos estudos teóricos que foram realizados pela Embrapa, no intuito de afirmar a presença dos camponeses, dos pequenos produtores, dentro desse novo arranjo territorial, mas na prática não é o que se vê. A lei ela é pouco específica em alguns aspectos, onde ela não afirma quais são os benefícios que serão gerados para pequenos agricultores, quais são os benefícios a serem gerados para camponeses, não afirma nada nesse sentido (Entrevista de Rafael, agosto de 2017).

Ao contrário do que foi propagado, esta fronteira agrícola não trouxe melhoria nas condições socioeconômicas da população, pelo menos não dos camponeses e povos tradicionais. Os êxitos ficaram concentrados nas mãos dos empresários do agronegócio e deste modo às disparidades permanecem. Segundo Miranda (2014),

Do total de estabelecimentos: - 80% **são muito pobres** - Geraram apenas 5,22% da renda bruta da região - Estabelecimentos da classe muito pobre presentes em todos os 337 municípios; 14% **são pobres** e geraram 8,35 % da renda bruta da região Estabelecimentos da classe pobre presentes em 330 municípios;

Do total de estabelecimentos: - 5,79% **são classe média** - Geraram 26,74% da renda bruta da região - Capaz de se beneficiar de política agrícola de caráter geral - O grupo tem condições de caminhar por conta própria, com alguma ajuda, como tem feito até aqui;

Do total de estabelecimentos: - 1.020 (0,42%) **são classe rica** renda bruta mensal > 200 SM - Geraram 59,78% da renda bruta da região - Se fosse possível replicar este grupo de estabelecimentos: 1.707 gerariam toda a renda bruta de MATOPIBA. Enorme concentração na geração da renda (p.68)

Os camponeses e povos tradicionais que ocupam o território do MATOPIBA viram sua situação piorar, pois o avanço do agronegócio retirou a terra de muitos deles e

a possibilidade de continuarem vivendo do extrativismo, posto que a agricultura em larga escala tem privatizado o território do cerrado. Deste modo, as populações locais continuam “excluídos das benesses” proporcionadas por este empreendimento. Mesmo porque, a ação do poder público, que deveria minimizar os problemas sofridos por aquelas populações, pouco resolve” (CAMPOS, 2015, p. 195).

Nestes termos, perguntei a Caio se esta fronteira agrícola seria capaz de beneficiar socioeconomicamente os pequenos agricultores, o entrevistado mencionou:

Para nós não, não vai até porque que está sendo favorecido são os grandes proprietários e não os pequenos, os pequenos estão sendo expulsos dessas comunidades para favorecer a agricultura do agronegócio, se o projeto fosse nessa linha de fortalecer os pequenos agricultores, em uma linha como tinha que ser dava um avanço grande econômica e socialmente, mas tá sendo usada mais pra benefício dos grandes proprietários, agora mesmo na época da ministra de agricultura a Kátia Abreu ela investiu mais de 13 bilhões de reais só aqui na região do agronegócio, entre São Desidério, Luis Eduardo, Barreiras e Formosa e veio o que pra agricultura familiar 1 milhão, 2 milhões? São 13 bilhões que está sendo investido entre segurança pública, usando até a força pública pra proteger o latifúndio, o agronegócio, enquanto nós estamos com um processo pequeno na justiça só pra o juiz passar a caneta e liberar o processo enquanto ela passa a caneta de 13 bilhões para o agronegócio (Entrevista de Caio, agosto de 2017).

A assertiva do entrevistado deixa evidente que o projeto MATOPIBA não tem interesse em fortalecer a agricultura camponesa/familiar. Não obstante, investem elevados recursos financeiros para consolidar este arranjo territorial como um dos maiores produtores de grãos do país e assim aumentar a arrecadação do PIB e promover o enriquecimento dos empresários do agronegócio, entre eles a própria ministra da agricultura que formulou este projeto para disponibilizar recursos e infraestrutura para o avanço da agricultura em larga escala nas áreas de cerrado, beneficiando principalmente seu estado, o Tocantins.

Neste sentido ganha relevo a prerrogativa de Campos (2015) quando afirma que:

A questão é que, em nosso mundo atual, de domínio do capital, transformar não significa propriamente mudar para o benefício de todos. No geral, a transformação, muitas vezes definida pelo conceito de desenvolvimento, é ação e resultado, de interesses de classes sociais específicas, com interesses econômicos e/ou políticos bem definidos. Neste sentido, natureza, cultura, a própria sociedade, tornam-se objeto de mercantilização. (p.194)

Assim, o suposto “desenvolvimento socioeconômico” promovido pelo MATOPIBA favorece somente os empresários do agronegócio e as multinacionais que enriquecem a custo da devastação ambiental, da exploração da mão de obra dos

trabalhadores, da expropriação dos camponeses de suas terras e território e do acirramento das disparidades sociais. Segundo Miranda (2015): “O Matopiba é um arquipélago de ilhas de prosperidade, num mar de pobreza e miséria rural”.

CAPÍTULO III

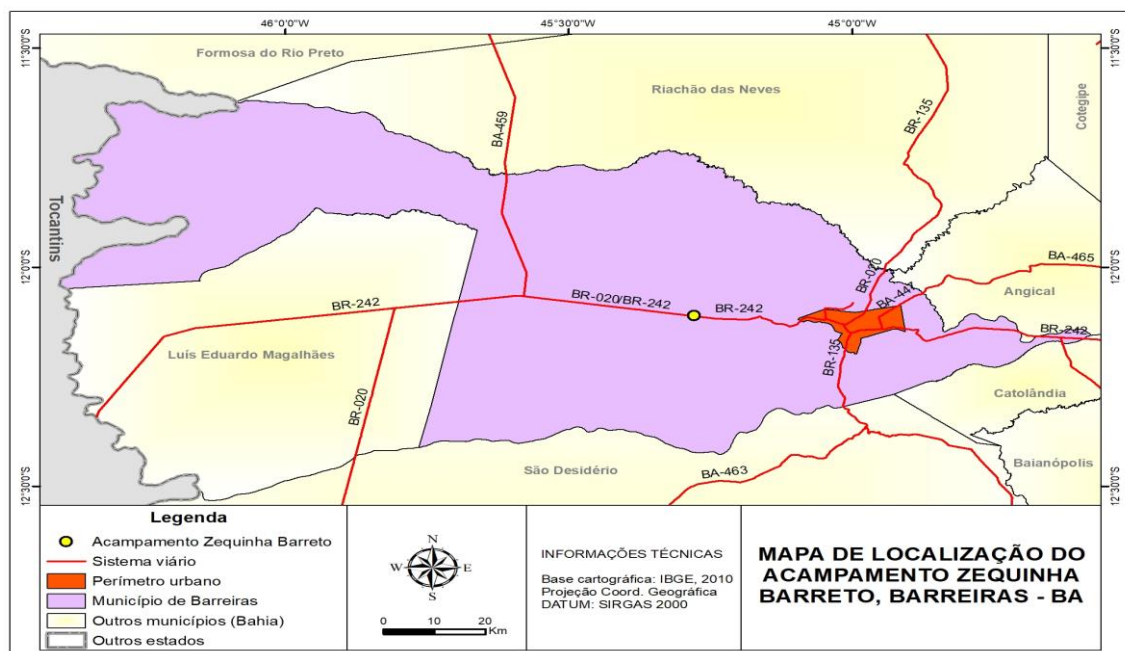
Semeando a resistência: Modos de vida material e imaterial no Acampamento Zequinha Barreto

Neste capítulo faço uma contextualização histórica do acampamento, mencionando como está organizado e discorro sobre as dificuldades vivenciadas pelos camponeses. Trato também das estratégias de produção material e simbólica da vida acionadas pelos moradores, com vistas à permanência na terra ocupada. E do papel ocupado pela escola nesta comunidade. Para tal, acionamos as narrativas dos moradores do acampamento em diálogo com o referencial teórico selecionado.

1. O enraizamento entre a formação do acampamento e a produção material e simbólica da vida

O lócus de nossa pesquisa é o Acampamento Zequinha Barreto, este se situa às margens da BR 020 que liga o município de Barreiras a capital do país, fica a 34 Km da sede e a 60 Km da cidade de Luís Eduardo. Esta comunidade está rodeada de fazendas do agronegócio, nos quais predomina a plantação de eucalipto e soja, eles então destoam por praticarem a agricultura camponesa.

Figura 8- Mapa de Localização do Acampamento Zequinha Barreto



(Fonte: Dados do IBGE. Projeto Cartográfico de Ronivon P. Rodrigues, abril de 2018).

No que tange o processo de escolha do nome da comunidade Carla faz a seguinte descrição:

Ah sim, fizemos uma reunião e uma assembleia no acampamento e aí como Zequinha Barreto foi um lutador e morreu pra defender o MST e a luta e nós do assentamento todos em geral e aí então nós decidimos colocar esse nome pra homenagear ele, porque ele foi um herói também. (Entrevista de Carla, fevereiro de 2017)

Há uma tendência dos acampamentos e assentamentos serem batizados com nomes de representantes do movimento Sem-Terra, eles que muito lutaram e deixaram um legado (seus ensinamentos) de coragem, coletividade e altruísmo, na caminhada em busca de terra e da garantia de direitos negados como escola e acesso a renda e bens naturais.

Figura 9- Entrada do Acampamento Zequinha Barreto



(fonte: Queina Lima da Silva)

Tal homenagem permite que o exemplo desses lutadores seja conhecido pelas novas gerações, como menciona Martins (2010): “a memória não é substituto do documento escrito, mas é reveladora de realidades que não estão registradas neste tipo de documento” (p.143). Ao escolher o nome de “heróis da vida real” os militantes do MST estão preservando as suas memórias, estão mantendo-os vivos.

Ainda acerca dos motivos que levaram a escolha do nome do acampamento, o dirigente Caio, citou: “*Sabia que nem a comunidade sabia do nome, sabia o porquê do nome Zequinha Barreto?*” E então faz o seguinte relato:

E aí eles não tinham conhecimento de quem era Zequinha Barreto, porque Zequinha Barreto e ficavam se perguntando. Mas, um militante que teve aqui ele apoiava achava importante esse nome, porque Zequinha Barreto era revolucionário era um militante que dava apoio a um ex- soldado do exército o Capitão Lamarca de Rio de Contas na época do regime militar 1975 por aí e ele veio aqui pra Bahia no interior de Brotas de Macaúbas na região do oeste e Zequinha Barreto era o cara que leva as informações pra ele, olha está acontecendo isso na cidade, olha chegou polícia, guarda lhe procurando e tal

e alimentava e trazia informações pra outros e ligava pra Salvador dizendo o que estava acontecendo era Zequinha Barreto e na infelicidade dele o exército encontrou os dois lá no esconderijo de Capitão Lamarca e acabou sendo assassinado pelo exército né (Entrevista de Caio, agosto de 2017)

Por meio do relato de Caio constatei que Zequinha Barreto teve um papel relevante, segundo Aicau (2017) “foi um líder operário durante a Ditadura Militar, torturado em São Paulo por liderar a greve da Cobrasma, em Osasco, em 1968. Com AI-5, no final de 1968, ele entra na clandestinidade”. E de acordo com o mesmo autor Zequinha e Capitão Lamarca seu companheiro vieram para Brotas de Macaúbas, mesmo assim continuaram lutando contra a ditadura militar e toda a repressão e violência que caracterizou este período. Entretanto, por meio de uma operação conhecida como Pajussara foram mortos em 17 de setembro 1971. Por sua lutarem, ganharam um memorial e estátua na cidade de Pintadas e a data de morte deles foi dada como feriado municipal. (AICAU, 2017).

Ainda tratando da mesma questão perguntei as crianças na oficina realizada no mês de outubro sobre os motivos que levaram a escolha do nome do acampamento e Kátia então levanta velozmente a mão e empolgada diz: “*tia eu sei, Zequinha Barreto foi uma pessoa que lutou muito pela terra e por isso colocaram o nome dele*”. As outras crianças ratificaram o que foi dito. Mesmo havendo alguns equívocos, as crianças demonstram já ter ouvido os motivos.

Acerca da mesma questão dona Alice, uma das moradoras mais antigas, disse, “*eu sei que o Acampamento é Zequinha Barreto, mas não sei porque*”. Além desta moradora não saber o que motivou a escolha do nome, Joaquim também disse que: “*não sabia responder quem sabe é compadre Caio se referindo ao dirigente do acampamento*”. Isto confirma, em parte, o que o dirigente mencionou acerca do desconhecimento dos acampados quanto as motivações que levaram a escolha do nome da comunidade.

Cabe mencionar que o nome MST é fruto da “reflexão profunda sobre o assunto, e assim aproveitamos o apelido pelo qual já éramos conhecidos pela sociedade”: “os sem-terra”. “Aprovamos por unanimidade o nome de Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra”. (STEDILE E FERNANDES, 2012)

Ao realizar a 1º oficina com as crianças havia uma imagem de um acampamento no qual constava uma bandeira do MST, elas de antemão reconheceram a bandeira como sendo do movimento e então perguntei o que aquela imagem representava,

Iasmim responde, *é o movimento das pessoas que lutam por terra*, pegando o gancho perguntei se sabiam por que a bandeira era vermelha. Cintia expõe que *é uma cor quente e que deve ser o sangue*. Mesmo desconhecendo o significado da cor ela fez uma analogia assertiva entre vermelho e o sangue, posto que este simboliza o sangue dos muitos militantes que tombaram lutando pela terra.

Como é sabido, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra tomou para si uma luta histórica que começou pela resistência dos povos autóctones que não admitiam perder suas terras e territórios para os colonizadores. Nesse sentido, Caldart (2004) menciona:

No Brasil, a luta pela terra e mais recentemente, a atuação do MST acabaram criando na língua portuguesa o vocábulo sem-terra com hífen, e com o uso do s na flexão de número (os “sem-terras”), indicando uma designação social para esta condição de ausência de propriedade ou de posse de terra de trabalho, e projetando, então, uma identidade coletiva (p.19)

A palavra “sem-terra” foi uma criação da sociedade carregada de uma conotação pejorativa, mas que foi positivamente assumida como identidade de uma classe social que luta por uma sociedade menos desigual.

O MST segundo Stedile e Fernandes (2012): “[...] nasceu como um movimento camponês, que tinha como bandeira as três reivindicações prioritárias: terra, reforma agrária e mudanças gerais na sociedade” (p.33). “o MST foi gestado em 1979, mas, só é fundado em janeiro de 1984 durante o I Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, com 80 representantes de 13 Estados” (STEDILE E FERNANDES 2012, p.46-47).

Isto demonstra que já existiam diversos movimentos espalhados pelo Brasil que vinham lutando contra o latifúndio e pela democratização do acesso à terra pelos camponeses. O termo “sem-terra”, trouxe visibilidade nacional e social, sendo retratados pela mídia como “invasores de terra, arruaceiros e desocupados”. Nestes mais de 30 anos de existência o MST tem conseguido realizar uma Reforma Agrária, mesmo que conservadora, e por meio disso tem garantido o acesso à terra e educação a muitas camponeses e camponesas.

Na luta pela terra o MST usa como estratégia as ocupações, segundo Junior et al (2017):

Ocupações e acampamentos são ações dos movimentos populares que lutam pela conquista da terra de que necessitam para trabalhar e sobreviver, ou pela

retomada de territórios dos quais foram expulsos e/ou historicamente esbulhados (p.111)

Ao ocupar os espaços o MST mostra que os muitos camponeses e camponesas existem, e por mais que se queira invisibilizá-los eles se fazem presentes e resistem aos constantes processos de negação a que são submetidos, por isso lutam pelos direitos que lhes foram surrupiados como terra, educação, enfim, buscam as condições para terem um digno e justo viver. Assim, as ocupações têm caráter de coletividade, imprime nas pessoas a solidariedade orgânica, pois todos buscam atingir os mesmos objetivos, isso provoca a união e a cooperação entre as pessoas.

Com o propósito de entender quando, e de que maneira se deu a ocupação da terra onde se localiza o acampamento Zequinha, questionei o coordenador de agricultura e este mencionou:

O desenrolado disso aqui foi o seguinte nos chegamos aqui, o proprietário dessas terras aqui que se dizia era o senhor Jose Bispo de Belém, que se dizia proprietário, então na época, quando surgiu essa ocupação aqui foi pedido por ele, porque ele queria vender as terras na época e então , como o MST estava procurando terra aqui para desapropriar para depois passar para o INCRA, nos ocupamos aqui no dia primeiro de maio de 2011 foi feito um termo de acomodado com o proprietário, que se dizia proprietário, aí nos ficamos né, aí nos foi correr atrás de documentos da terra e começou a ter aquele embalo um que se dizia dono da terra, aqui apresentou cinco donos, cada dono desse que chegava quando ia no fórum não existia documento e foi, ele próprio Maresia disse que tinha 33 mil hectares de terra, no final no desenrolar da coisa ele não tinha nem um hectare que dizer documentado né, a única pessoa que apareceu um documento na época foi o Paulo esqueci o sobrenome dele que o dono desse terreno do lado de lá foi o único que apareceu com o documento aqui, só que esse documento que ele apresentou só tinha 314 hectares nos tinha 62 pessoas na época quando foi aparecido o documento. (Entrevista de Joaquim, setembro 2016).

Conforme a afirmação do entrevistado, a terra foi ocupada por uma solicitação do proprietário que vislumbrou na constituição de uma “aliança entre ele e o movimento sem terra-MST” uma possibilidade de se desfazer de suas terras que julgava ser improdutivas, no entanto, o então dono não conseguiu comprovar por meio de documentação a posse dos hectares que afirmava ter, tal relato me leva a inferir que o Seu Cosme provavelmente deve ter grilado as terras e por isso não conseguiu comprovar a posse. Em virtude disso, diversos migrantes que vieram em busca da terra tiveram o sonho desfeito posto que a área comprovada em documentação por Paulo, era bem menor e não abrigaria tantas pessoas.

Por vislumbrar a possibilidade da conquista da terra o MST foi usado como mediador entre o latifundiário e o Estado. O proprietário da terra visava conseguir o

lucro econômico pela venda de sua propriedade enquanto militantes sociais e o movimento pensou que pudesse conseguir mais rapidamente a posse das terras. Neste sentido, para obter maiores informações sobre a ocupação interroguei o dirigente do acampamento sobre o processo de ocupação de terra, ele então afirmou:

Olha! Pelas informações que a gente obtém dentro do processo de luta pela terra aqui na região, o objetivo era agregar com eles para que a nossa terra seja reconhecida pela reforma agrária. O proprietário se dizia dono de 300 mil hectares, no documento, mas quando teve a execução judicial, a gente viu que não era nada disso, por isso que vieram muitos imigrantes na época e a gente começou a compreender que a área não suportava esse número de família. A demanda deles era só 30 famílias, que hoje é o que se encontra aqui na área. Mas o objetivo era assentar 1.000 mil pessoas nessa região aqui. de Barreiras (Entrevista de Caio, agosto de 2017).

O dirigente do acampamento fez um relato baseado no que lhe contaram na época, pois ele chegou alguns meses depois da ocupação das terras, para ajudar no processo de organização do acampamento. Houve um grande processo migratório para esta região que tinha como intuito a obtenção de terras. Acerca disso, Carla expõe:

veio gente de outros lugares outras regiões de Irecê, João Dourado, Luís Eduardo, Barreiras a maioria de Barreiras e inclusive eu que vim de Sergipe com meu esposo porque lá ele é operador de máquina e lá não tem o serviço dele, então vim, eh, com a expectativa de vida em Luis Eduardo porque ele é operador de máquinas. (Entrevista de Carla, outubro de 2016).

Grande parte dos migrantes citados vieram do semiárido nordestino expulsos, ou pela seca ou pelo latifúndio, e atraídos pelas possibilidades de emprego e terra para plantar e viver. Dito isso, de acordo com Oliveira (1990): “o camponês deve ser visto como um trabalhador que, mesmo expulso da terra, com frequência a ela retorna, ainda que para isso tenha que (e)migrar” (p.11).

Pela não comprovação da propriedade das terras muitos camponeses tiveram que novamente migrar, pois a área não assentaria o quantitativo de pessoas acampadas onde se localiza a comunidade. Assim aos muitos camponeses e sem-terra que não foram contemplados só restava resistir, ocupar outra área e lutar pela desapropriação.

Considerando os relatos acima, pude constatar que o processo de ocupação do acampamento não teve a mesma lógica dos outros, tendo em vista, que não houve conflitos com o suposto proprietário da terra, pois foi ele que procurou o movimento e sugeriu que ocupassem as terras, pois tinha interesse em vender.

Depois disso o MST, na época representado por Juca e Luana, então convidam pessoas em Barreiras para fazer parte da ocupação, afirmando a eles que a

documentação da terra seria rapidamente expedida. Esta informação se espalhou, conforme explicita dona Alice:

Minha vizinha disse vão dá terra ali pertinho no trinta, aí disse bora Alice pra lá? Eu disse rumbora, aí eu larguei tudo pra trás, casa com tudo e vim pra cá. E dona Luzia a veio também e tá até hoje (Roda de conversa, setembro de 2017)

Pelo sonho da terra dona Alice confia no que a vizinha lhe fala e então resolve se arriscar para conquistar um pedaço de terra e então renuncia a casa e tudo o que tinha na cidade, para viver no campo. O interessante é que ela não era agricultora, nunca tinha trabalhado com a terra como contou, seu marido que gostava do campo, sempre nutriu o desejo de viver neste perímetro. E ao saber pela esposa que poderia realizar este sonho, decidiu se integrar a ocupação levando consigo a família e um horizonte de esperança de viver do e no campo.

A decisão de deixar a cidade da família de dona Alice, encontra fundamento no relato de dona Joana que menciona:

A vida do campo é muito boa para a gente trabalhar, lutar né e conseguir o que a gente quer e tudo isso aí eu acho uma coisa importante, porque a gente tem roça, lá na cidade a gente não tinha roça, a gente vivia na cidade era uma vida atribulada né. Mas como aqui no campo é diferente né a gente planta mandioca, planta milho, planta feijão, planta andu, tem os plantios de cheiro verde, pra gente se alimentar, tem as galinhas caipiras que a gente cria para comer, pra vender, tudo isso aí é importante né na vida da gente, porque é uma coisa que lá fora a gente não tinha e tudo isso aqui a gente tem, porque nós somos um povo lutador, nós somos um povo que luta por uma coisa que gente quer conseguir né e a gente vai conseguir eu tenho certeza que a gente vai conseguir, porque quem luta vence (Depoimento de dona Joana, 2ª roda de conversa, novembro de 2017).

Como relatado por dona Joana, à vida na cidade é marcada por dificuldades e privações, principalmente para aquelas pessoas que não têm poder aquisitivo, pois tudo depende de dinheiro, para aluguel, para se alimentar, pagarem as contas. Já no campo, segundo seu Rodrigo: *“nós planta uma coisa e vai passando minha fia, não passa necessidade igual na cidade, aí [olha e me mostra seu quintal], planto um pouco de tudo, nós tem as dificuldades aqui tem, mas dez mil vezes aqui do que na cidade”*.

Por estes e outros motivos muitas pessoas se juntaram ao processo de ocupação, entre elas Carla que faz o seguinte relato:

tem que falar assim, eu vim de Sergipe com a expectativa de vida em Luis Eduardo, porque meu marido é operador de máquina então eu vim pra morar com ele aqui porque eu não ia ficar lá, fui trabalhar na fazenda com ele, morei lá, engravidei vim pra Luis Eduardo, depois de Luís Eduardo, Seu Pedro um amigo meu, conhecia José que era compadre, esse José e disse comadre, José vai abrir um acampamento bem ali pertinho, era bem pertinho de Luis Eduardo, eu nunca tinha vindo e eu quero que comadre vá, que com

seis meses a terra vai sair eu digo é mesmo, Seu Pedro? É comadre, bora, aí arrumei os meninos tudo cagão e vim pra o assentamento no dia primeiro de maio com a foice com a inchada e comecei a abrir esse eixão aí mais ele, mais Nego, mais Baiano o finado Mauricio filho de dona Maria e começamos a abrir o eixão, esse eixão todo foi nós que abriu, então nós ficou aqui com a expectativa de que seria seis meses, assim como trouxeram a gente, não só seu Pedro que disse a nós, na reunião que eu tive com José, na rua, lá no Santa Cruz, que José ia fazer a reunião lá viu, lá ela diz a nós que era com seis meses que a terra saia e tá com quase seis anos, mas é porque talvez nós entendeu mal né, ao invés de seis meses era seis anos, né seu Joaquim (Roda de conversa, outubro de 2017)

Percebi que a história dela é de migrações em busca de oportunidades de vida e trabalho, primeiro vem de Sergipe expulsa pela falta de emprego se estabelece em Luís Eduardo e junto com o marido arranja trabalho em fazendas do agronegócio. Mesmo estando empregada, ela ainda ansiava conseguir sua própria terra e por isso “não pensou duas vezes”, veio com os filhos e se estabeleceu no acampamento ajudando, como ela diz, a abrir o eixão, ou seja, a tirar a mata e então montar os barracos. Ainda segundo ela, seu marido continua trabalhando em fazendas, mas agora na região do Tocantins, porque como ainda não tem a posse da terra não podem desenvolver seus plantios e viver da venda deles, assim, para garantir o sustento, para os filhos não passarem necessidade porque o dinheiro conseguido com a venda de seus artesanatos, feijão, farinha e pequi não é o suficiente para alimentar a todos. Mencionou enfaticamente: “*assim que dividir as roças o marido vai deixar o trabalho e ajudar ela com o plantio assim como os filhos já ajudam*”.

Concluído o relato dela, pergunto quem mais soube da ocupação pelo José. Ele, que era um camponês engajado ao movimento social, residia e desenvolvia a articulação em Luís Eduardo, segundo Carla *ele trouxe muita gente para cá, ajudou muitas pessoas*. Os presentes então dizem que souberam por outras pessoas, Joaquim então começa a relatar:

eu vim pelo mesmo motivo foi até minha irmã Diana disse, Carla diz Diana a irmã chamou ele. Joaquim minha irmã falou lá no trinta tá tendo uma invasão de terra e o povo diz que e o pessoal vai dá lote pra todo mundo lá e eu não entendi nem o que era lote se era terra pra trabalhar ou se era lugar pra morar (Entrevista, Carla e Joaquim, setembro de 2016).

Mesmo não tendo muitas informações acerca da ocupação Joaquim resolveu arriscar, pois soube pela sua irmã militante do MST que iria dar terra para as pessoas e então pensou que de todo jeito seria bom, ter uma terra que fosse para fazer casa ou lote, tudo ajudava. Assim ganha relevo a prerrogativa de Stedile e Fernandes (2012) quando mencionam (2012): “a possibilidade de conquistar um pedaço de terra é o que motiva

uma família a ir para uma ocupação ou permanecer acampada por um período indeterminado (p.36)”

Vislumbrando a chance de conquistar um pedaço de terra é que Joaquim se integra a ocupação e relata que *“tinha um tempinho que tava fora da roça e me lembro que quando o povo falou que era roça me deu aquela vontade de vim e aí acabei vindo mesmo e acabei que tô aqui até hoje”*. Suas palavras demonstram toda a felicidade que ele teve quando soube que a terra que ganharia era para viver e plantar. Isso lhe permitiria retornar as suas raízes, restabelecer o vínculo perdido com o campo, pois como ele disse: *“nasci e me criei na roça e estava na cidade trabalhando com marcenaria, mas gosto mesmo é de lutar com roça”*.

Assim como ele, muitos camponeses e camponesas foram expulsos de suas terras pelo latifúndio e tiveram arrancadas suas raízes e só conseguem resistir e viver na cidade porque estão cotidianamente semeando em si mesmos a esperança de retornarem ao campo, foi por isso que os camponeses que residiam na cidade, ao saberem da ocupação, se agarram a esta oportunidade e estão já há sete anos semeando a terra de maneira árdua, sofrendo todos os infortúnios de viver em barracos de lona, privados de energia elétrica e acesso a outros serviços, mas se mantêm firmes, pois sabem que colherão os frutos de tanto sacrifício, este fruto é a terra.

Ademais seu Rodrigo diz: *tudo é melhor do que morar na cidade, prefiro mil vezes o campo, aqui a gente planta e vai passando com as coisas e lá não, se não tiver dinheiro não come, sem contar o sossego que temos aqui*. Mesmo com todas as dificuldades decorrentes da vida em um acampamento, seu Rodrigo deixa claro que não trocaria tudo o que tem aqui no campo pela vida na cidade, pois lá vivenciou somente privações e violência.

Ainda tratando da ocupação, os participantes da roda de conversa disseram que montaram o acampamento e cada um foi erguendo seu barraco e que ficaram aqui sem serem incomodados ou ameaçados pelo proprietário de terras ou pela polícia. Entretanto, todo este suposto sossego se perdeu com as ameaças de empresários do agronegócio, enfrentaram, então, a resistência dos vizinhos fazendeiros, pois segundo Seu Miguel *“eles não queriam ser vizinhos de sem-terra”*.

Confirmando o que foi dito pelo companheiro, Joaquim disse: *“os fazendeiros vieram com trator para derrubar os barracos, colocar tudo abaixo e colocar nós para fora”*. Diante deste relato pergunto se ocorreu conflito depois dessa ameaça, Joaquim responde que, *não, que conversamos e explicamos que aquele acampamento quem tinha*

pedido foi o próprio dono e que eles éramos trabalhadores só tinham família, gente de bem. Por meio das falas dos entrevistados fica evidente que os fazendeiros vizinhos tentaram amedrontar e expulsar os sem-terra e isto se deve, sobretudo, pelas representações negativas que são divulgadas pela mídia acerca deste movimento social que os denomina, na maioria das vezes, de modo pejorativo, tentando convencer que eles são violentos e desordeiros. Além de usarem frequentemente o termo “invasão” para denotar que os sem-terra tentam se apropriar de algo que não é seu quando ao contrário estão lutando pelo acesso a terras públicas ou aquelas improdutivas e o fazem tão e somente com o propósito de ter garantida a chance de produzir e viver no meio rural.

Contrariando as representações pejorativas Carla disse: *passamos dos cinco anos aqui de permanência sem nenhuma gravidade, sem nenhuma ocorrência dentro do acampamento, sem nenhum tipo de bar, sem nenhum tipo de jogos e sem nenhum tipo de baderna.* E Joaquim complementa a fala da amiga mencionando: *ocorrência graças a Deus aqui nunca teve,* e Carla diz: *nós nunca precisamos chamar a polícia aqui para nada, nos tem como provar em papel em audiência em visão como nos aqui nós somos pessoas trabalhadoras.* Nestes termos, as visões antes negativas foram substituídas, pois os moradores mostraram no dia a dia que eram pessoas honestas que lutavam pelo direito de semear, colher e viver no campo.

A fim de conhecer quem eram esses sem-terras, fui perguntando a um e outro em conversas informais se eles já eram agricultores e se eram vinculados ao MST. O resultado deste levantamento se expressa nestas falas: Lia diz *“eu toda vida mexi com roça, depois vim para a cidade e fique sendo doméstica,”* Joaquim afirma, *“eu nasci na roça me criei na roça sempre trabalhei com a roça, mas, estava morando na cidade e trabalhando com a carpintaria”.* Já Alice diz: *“não eu não, meu marido que gostava de mexer com roça”*, Carla expõe: *“eu sempre trabalhei com minha mãe na roça porque minha mãe mora na roça”.* Além deles seu Orlando demonstra que tem uma longa história de vínculo com a terra quando diz que *“já fez muita farinha na região de Piritiba onde morava e que lá trabalham é com molinete”.*

Por meio das narrativas consegui traçar o perfil dos camponeses inferindo que eles sempre tiveram alguma raiz com o campo, seja por terem nascido e se criado neste espaço, seja por ter familiares que eram agricultores camponeses, ou por ter contato com alguém que lida com a terra. Isto semeou neles o vínculo com o meio rural, e por isso, foram pouco a pouco aprendendo a mexer com a terra, a entender e respeitar seus

ciclos produtivos, enfim, alguns restabeleceram laços desfeitos e outros criaram laços com a terra e por isso resistem vivendo no acampamento, pois regam diariamente o sonho de conquistar o tão almejado pedacinho de “chão” para viver e plantar.

É por acreditarem que ganharão a terra que os camponeses permanecem acampados a tantos anos, vivenciando todos os infortúnios decorrentes deste tipo de comunidade, sendo a principal a insuficiência de água e falta de energia elétrica, fato comprovado pelo depoimento da professora Lorena quando afirma:

Uma das dificuldades é a água, que é a dificuldade maior. Quando o motor quebra, o gerador [da água]. Aí, quebra, fica dois meses [sem conserto] quando não tem condições de fazer a manutenção. Essa é uma das dificuldades maiores. A energia não passa ali... é negada àquela população, sendo que passa a rede próxima. E, até o momento, não tem energia. Só que eles veem, cada vez mais, debatendo em assembleias que a energia é um suporte para que venham a ter uma vida digna... trazer uma geladeira, ou algo assim... Mas não os impede de ter ainda essa vontade de adquirir a energia, que é *Luz para Todos* do Governo Federal, mas infelizmente ainda não existe. (Entrevista de Lorena, outubro de 2017).

Acredito que a maior dificuldade deles tem sido a negação do acesso à energia elétrica, como expressa a professora Lorena: *“Segundo os órgãos, é porque ali ainda não é um assentamento. E as casas precisam de uma construção... De casas com telhas... Para que não venha a ter curto-circuito”*. A condição de provisoriedade é o argumento usado pela Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia, este, entretanto é refutado pela entrevistada quando menciona: *“eu acredito que se colocassem em prática realizaria, porque em outras regionais que eu venho passando, encontram-se nesse estado [de acampamento]. E muitas, têm [energia]”*.

Assim como a professora, Seu Orlando me levou a inferir que a falta de energia elétrica não se deve a questão da construção precária das casas, é na realidade falta de vontade da Companhia elétrica e do poder público quando relatou:

a gente pede, faz reunião, tudo, aí direto essa energia vem, pensa que não vai chegar e o tempo vai passando. Aí diz agora tá certo que vem, aí no caminho tenho pra mim que ela se apaga (a energia), e a gente fica como no breu, tem uns que tem o motorzinho, outros dois tem placas solar e outros fica é na base da vela (Depoimento de Seu Orlando, roda de conversa, agosto de 2017).

A não disponibilização de energia elétrica descumpre uma política pública de âmbito nacional, o Programa Luz Para Todos, o qual visava disponibilizar o acesso a energia elétrica para todos os habitantes do país, estando estes na cidade ou no campo.

Por não terem acesso a este serviço público essencial, os moradores do acampamento ficam à margem da sociedade, segundo Lia afirmou na roda de conversa: *“a energia faz muita falta pra gente, que faz parte né e nós não temos ela, tem uma certa dificuldade da gente carregar um celular, ouvir um jornal, de ver os acompanhamentos, ouvir as notícias”*.

A falta de energia elétrica afeta não somente a vida dos moradores da comunidade, mas dificulta também o trabalho pedagógico:

Outra dificuldade também é a questão da energia, porque a criança ela tem que ter a questão não só da pedagogia, mas também um olhar, um estudo voltado a um vídeo, um DVD, no qual a gente tentava fazer isso através do motor. Então, mesmo assim, eles conseguiam ver os filmes deles, ouvir as músicas no momento das atividades [...]. Mas era um pouco dificultoso, porque, às vezes, o motor estava quebrado e queríamos fazer uma dinâmica diferente e não conseguia. Mas, deu para conciliar. (Entrevista da professora Lorena, outubro de 2017).

Isto impossibilita que as crianças acessem os recursos audiovisuais e até a tecnologia, dificultando assim, de certo modo, o trabalho pedagógico e privando os educandos de terem mais este suporte no processo ensino-aprendizagem. Esta negação se deve ao local onde moram, Segundo Aued e Vendramini (2012): *“Acampamentos são territórios de organização social e política que têm como marca as barracas de lona preta indicando a provisoriidade da situação”*. Provisoriidade que, muitas vezes, estende-se por longos anos, e que obriga os acampados a organizarem-se uma vez que às famílias ainda não é permitido plantar em maior escala ou estruturar moradia com saneamento (p.323).

Essa descrição feita pelas autoras se assemelha muito a realidade do Acampamento Zequinha Barreto organizado em agrovila, com casas próximas umas das outras, a escola no centro e as *“roças”* se situam em outro espaço. A comunidade da imagem usada no cartaz da roda de conversa segue basicamente a mesma estruturação do acampamento, e por isso foi reconhecido pelas crianças que mencionaram que parecia com o lugar onde moram.

Figura 10- Roda de Conversa e Acampamento do MST



(Fonte: Queina Lima e google imagens)

Ainda fazendo a análise da imagem Iasmim diz: “*só muda o telhado das casas que da imagem é de lona e das casas do acampamento é de telha*”. Cátia então levanta a mão pedindo para falar e menciona: “*parece o acampamento no início*”. Em seguida Cíntia explica o seguinte:

O acampamento fez sete anos esse ano e mudou muito porque no início os barracos eram iguais aquele da imagem, depois foi mudando, no início só tinha mato, depois que fomos cortando o mato e ajeitando até ficar como tá hoje. (Relato de Cíntia, oficina realizada em outubro de 2017).

O acampamento se torna uma marca do MST, e por isso as crianças reconheceram as similaridades entre a imagem e o local onde moram. Neste sentido, Caldart (2004) menciona: “um acampamento é uma verdadeira cidade de barracos de lona, com uma população que pode ser de centenas ou de milhares de pessoas, homens, mulheres, crianças”. Para Aued e Vendramini (2009): “o acampamento é o espaço em que as pessoas articuladas ao MST se encontram em situação provisória e de transição, reivindicando de forma organizada terra definitiva”. Nesta perspectiva Joaquim menciona:

Pelo motivo da gente ainda não ter cortado as terras pra cada quem saber o que é seu, onde é que é seu lugar de fazer seu plantio mesmo que fosse pouco né, mas aquela parte já sabia o que ia plantar ali e nós tem esse problema porque as vezes tem uma área aqui, vamos dizer que essa área aqui é sua né, aí esse ano tá essa área ai, você não tem como você investir de fazer plantio de frutas de coisa nessa área aqui porque no ano que vem pode ser que vai cortar as terras e essa área ai não vai ficar pra você, na medida ela já pode ficar pra outra pessoa, então fica as pessoas naquela confusão se investe, se não investe, se planta, se não planta (Entrevista, Joaquim, setembro de 2017)

A não definição da posse da terra impossibilita os camponeses de desenvolver seus plantios, pois por ainda não saberem onde será seu pedaço de terra não podem plantar em maior quantidade para vender o excedente e assim conseguir garantir o sustento e a reprodução de sua família. Joaquim lembra ainda, que *“tudo é provisório aqui, até nós somos provisórios a gente vive no sofrimento financeiramente.”* Diante dessa fala do entrevistado pergunto então se há alguma possibilidade de não ficarem nessa terra e irem para outra. Ele me dá a seguinte resposta: *“tudo existe sabe, mas na nossa cabeça os nossos lotes é aqui”*. Neste momento Miguel assente balançando a cabeça e diz, *“a gente só imagina que nossos lotes são aqui, mas tudo existe”*. Estas afirmações me fazem ver como os camponeses são corajosos, persistentes e sonhadores, mesmo não tendo garantia de obterem a terra onde residem, não sucumbem as dificuldades e vivem como se não tivesse a ameaça iminente de serem despejados do acampamento, como se já tivessem a posse da terra.

Tentando obter mais informações sobre isto, questionei o dirigente Caio se havia possibilidade de não ganharem estas áreas e ele afirmou: *“garantia tem, mais de 6 anos na área, já temos direito a posse de usucapião e não vamos abrir mão dessa área, isso ninguém tira de nós, também não vai sair fora dessa área de forma nenhuma”*. A este respeito a Constituição Federal de 1988 estabelece em seu Art. 191 o seguinte:

Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra, em zona rural, não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade.

Pela Constituição os camponeses que vivem no Acampamento Zequinha Barreto já têm direito à terra, pois já estão nesta área há sete anos e por meio de muito sacrifício têm conseguido, sem nenhum tipo de ajuda financeira, trabalhar a terra tornando-a produtiva como podemos comprovar pela imagem abaixo:

Figura 11- Plantação de Mandioca



(Fonte: Queina Lima da Silva)

No que tange o usucapião, Joaquim e Miguel ainda demonstram certo ceticismo e somente acreditam que a terra seja passada para eles quando o juiz “dê a canetada” como eles comentam. Neste sentido, Joaquim menciona:

você sabe que as coisas são imprevisíveis né, a justiça as vezes fala mais alto e ninguém sabe o que pode acontecer daqui pra frente porque até hoje nós não temos uma segurança pra dizer assim não a terra é nossa! Pode ser também que a gente fique aqui, as vezes pode não ficar, pode ir pra outro terreno e tudo pode acontecer é um jogo como é que se diga é um jogo político deles lá, nós estamos aqui só no aguardo estamos aguardando não tem outra coisa pra gente fazer né (Entrevista, Joaquim, setembro de 2017)

Segundo a leitura desses camponeses mesmo lutando e resistindo “ao calvário do acampamento” não tem ainda garantida a posse da terra, como afirma Joaquim tudo é regido por um jogo de interesses. Corroborando com isto Stedile e Fernandes (2012) mencionam:

todos nós continuamos a saber que a vitória e o sucesso de uma ocupação continua a depender da correlação de forças políticas locais e nacionais. Se de nosso lado conseguirmos fazer uma grande ocupação, com milhares de pessoas, isso se constitui numa força suficiente e importante. Se o latifundiário for influente, for político, tiver muita força, aumentam as dificuldades. (p.119)

Como bem expressa o autor, a pressão exercida pelo MST em busca de democratização do acesso à terra e da reforma agrária não são suficientes para garantir a posse da terra pelos muitos sem-terras organizados em acampamento. Posto que caso

haja interesse também do capitalismo agrário nas terras, a vontade deles e sua influência política e monetária prevalecem e assim os camponeses são despejados das áreas ocupadas, só restando a eles se reorganizarem e montar/ocupar outras terras até que o Estado faça uma reforma agrária, mesmo que conservadora.

Acredito que a luta entre os camponeses e o agronegócio é também uma luta de classes: de um lado os donos das terras, e do outro os sem-terra que buscam não somente a terra, mas a liberdade, ou seja, a possibilidade de viver do seu trabalho sem ser explorado pelo patrão. E é em busca dessa liberdade que os camponeses resistem a dominação do capital e mesmo diante de tantas dificuldades continuam vivendo acampados. Ainda neste sentido o acampamento, de acordo com Aued e Vendramini (2009):

È também o tempo de socialização das histórias de vida, do reeducar-se para a convivência coletiva onde todos possam por conflitos entre o individualismo e a solidariedade, num exercício de conviver com pessoas diferentes, porém semelhantes enquanto sem-terra. Do ponto de vista social, buscam algo comum: a terra e, por extensão, a dignidade enquanto ser humano.

Segundo essa perspectiva, o acampamento é um espaço educativo, pois desperta nas pessoas sentimentos perdidos como união, altruísmo, espírito de cooperação, ele permite a elas descobrir trajetórias de vida semelhantes e assim os laços se estreitam ainda mais e cria-se um coletivo organizado que luta por direitos negados. As características mencionadas se materializam no dia a dia, testemunhei por várias vezes um camponês chamar o outro *“cumpadre, cumadre vamos almoçar lá em casa, vamos dividir a farinha”*. Eu também fui convidada a almoçar na casa deles e não precisei levar minha marmita, em nenhum dos dias que fiquei no acampamento, porque nunca me faltaram convites para tomar café, almoçar e lanchar.

Percebi que mesmo tendo pouco, o pouco que tem é repartido com prazer e por um compromisso ético com a dignidade humana, pois cada um tem a tarefa de cuidar do outro. Desse modo, ouvi o seguinte diálogo entre Cátia e dizer Antônio que vinha chegando de Barreiras:

Cátia: *cumpadre vá em casa e volte pra almoçar com a gente.*
 Antônio: *não cumadre a comida não vai dá cheguei agora não fizeram contando comigo.*
 Cátia: *oxe cumpadre a gente coloca água no feijão e depois disse a mim disse Deus faz a comida render aqui todo dia como duas ou três pessoas e nunca ninguém fica com fome”.*

Diante disso ganha relevo a prerrogativa de Caldart (2004) quando menciona:

[...] um dos primeiros valores que se cultiva na situação de acampamento é do da solidariedade, exatamente o valor que fundamenta a ética comunitária. Solidarizar-se com o outro não é, nessa circunstância, uma intenção, mas uma necessidade prática: o alimento não é suficiente para todos, a repressão pode vir para todos, o vento pode destruir o barraco de muitos, a dúvida e a vontade de desistir de tudo pode chegar a uns quantos, ou a cada pessoa em algum momento; e o principal argumento da necessidade talvez seja o de que a vitória virá para todos, ou não virá para ninguém (p.179)

O acampamento é um espaço educativo, pois ele desenvolve nas pessoas unidade, tendo em vista que é somente pensando e agindo de maneira compartilhada que conseguirão ter sucesso neste processo de luta pela terra que empreendem vivendo em um acampamento. Assim também constatei, que quando um agricultor camponês vai a cidade ele não vai somente para resolver seus assuntos ou comprar mantimentos, ele também se ocupa de assuntos dos companheiros, trazendo um combustível para colocar no motor da casa do vizinho, trazendo encomendas, ou marcando consultas.

Outro exemplo dessa solidariedade é o cuidado que os camponeses têm com as crianças, vistas como responsabilidade do coletivo, todos educam e cuidam delas, e elas por saberem disso, respeitam e obedecem aos moradores do acampamento, tratando-os de tio e tia. As crianças do acampamento ajudam nas atividades, sendo ou não chamadas a colaborar, porque veem que um morador coopera com o outro, como acontece no processo de farinhada no qual todos ajudam a colher, rapar a mandioca e fazer farinha. A unidade e solidariedade podem ser comprovadas pelas imagens abaixo:

Figura 12- Produção da farinha



(Fonte: Queina Lima da Silva, setembro de 2017)

Esta imagem ilustra a ideia de unidade, todos trabalhando em prol de um mesmo objetivo: a subsistência e a conquista da terra. Observando este momento vi o quanto eram organizados, pois cada um dos camponeses se reversava e não faltava gente para raspar a mandioca, vi que irmã Rosana chegou cedo, depois foi cuidar do almoço e retornou mais tarde e vários dos camponeses fizeram como ela. Ajudaram em um período, depois foram realizar seus afazeres e voltaram mais tarde. Nestes termos, achei importante entender como o acampamento está organizado. Segundo Caio:

Nós hoje temos uma associação organizada, ela tem uma diretoria ampliada, mas alguns dos problemas diários, quem responde pelas questões internas é a coordenação também. O número geral, mais uns 4 km por 10. Tem 2 coordenadores em cada núcleo, tem um coordenador em cada rua, tem 4 coordenadores mais ali no fundo, mais cada núcleo de 10, vai se encontrar um setor de saúde, de formação, de gênero, de comunicação, de produção em massa e juventude, onde as pessoas tenham um outro setor de cada núcleo para discutir a melhoria no local onde eles vivem. Fazemos reunião todo mês, no segundo domingo do mês e discutimos a necessidade, a dificuldade e a forma que está resolvendo as coisas internas. (Entrevista de Caio, agosto de 2017)

Pela descrição do dirigente, constatamos que estes seguem todas as orientações dadas pelo MST no que tange a organização da comunidade. Conforme Caldart (2004):

A organização interna de um acampamento começa com a formação dos chamados núcleos de base, constituídos entre dez e trinta famílias e segundo o critério inicial de proximidade, geralmente a partir do município de procedência dos acampados. Através dos núcleos é organizada a divisão de tarefas necessários para garantir a vida diária do acampamento: alimentação, higiene, saúde, religião, educação, animação, finanças ... Quanto mais recentes e herdeiros da história dos acampamentos anteriores, mais dimensões aparecem como necessidade já no início de sua organização (p.177).

Além destes núcleos citados, no Acampamento Zequinha Barreto, temos o núcleo de agricultura, juventude e gênero. Em outros termos os núcleos são criados, como citou Caldart (2004), pela demanda da comunidade. Assim, ao entrevistar o coordenador de agricultura, quis entender como estava estruturado o núcleo da agricultura, pois esta é uma atividade nodal que garante o sustento de todos e contribui também para a permanência de cada um.

Joaquim então me diz que a tarefa dele é fazer os hectares que cada um dos camponeses querem para arar, “*de acordo com ele vem Rodrigo e diz eu quero uma tarefa, Jurema fala eu quero um vai seguindo não é nós começamos lá daquele final perto do arame lá aí esse ano eu vou querer mais meio hectare aí agora vai, esse ano eu já não quero meio hectare e aí vai*”. Seu papel é de um articulador tendo em vista que é tarefa dele separar a terra, contratar o trator, acompanhar o trabalho de aragem da terra, receber o dinheiro dos companheiros e pagar as diárias do trator. Joaquim então continua relatando como se dá o cultivo da terra.

individual que eu quero falar assim é assim, cultivar, plantar, a colheita, da colheita pra frente a gente já começa a fazer no coletivo, como você ver aí olha, chega a dona da mandioca bota aí daqui a pouco ela nem sabe que vem aquela quantidade dali a pouco já tá todo mundo e isso não custa um centavo pra ninguém, então hoje você faz pra mim, amanhã eu já faço pra seu Manoel e vai indo até o dia que termina, agora o plantio, pra cultivar a terra e até o plantio a gente ainda tá naquele meio de cada qual fazer o seu mas, as vezes quando um não tem condição nós junta tudo e vamos lá e faz. (Entrevista de Joaquim, setembro de 2017)

Por meio de seu relato entendo que a preparação e o cultivo da terra são feitos de maneira familiar e é somente a partir da colheita que o processo de fazer farinha que começam a ser feito de maneira forma comunitária. Em seu relato ele faz menção específica ao plantio da mandioca, os outros cultivos como feijão e andu não demandam o trabalho coletivo. No entanto, demonstra solidariedade quando menciona que, se um não tiver como cultivar a terra todos se juntam e fazem essa atividade, ao realizarem isso estão ajudando o companheiro a garantir seu sustento, desenvolvem a solidariedade e se doam pelo bem-estar do outro, esses valores brotam no dia a dia de um acampamento, talvez muitos nunca tivessem tido essa atitude de ajudar o outro sem pensar em receber nada em troca.

Ainda tratando das atribuições do núcleo de agricultura, pergunto se o sistema de distribuição de água do acampamento foi criado por essa equipe de trabalho e de onde vieram os recursos para a execução desse projeto. Joaquim então responde:

tudo com recurso próprio que nós fez, menos as caixas, nós compramos as mangueiras cada um comprou, esse sistema aí foi feito pela gente, foi bolado pela gente, pela gente mesmo, pelos companheiros, que foi pensando vamos fazer isso, teve uma orientação sempre tinha né, pela experiência, vamos fazer isso vamos? Mas como é que faz? É assim, assim, assim. Cada família, cada ramal desses aqui [e aponta pras ruas], as pessoas que mora nesse ramal comprou suas mangueiras até chegar, pegar aquela água da rede que vem da caixa e dali e vai distribuir para outras ruas e cada pessoa comprou suas mangueiras e pra puxar suas águas, cada um lote, os barracos que tem aqui, aí já tinha aquela caixa d’água ali, que aquela caixa ali [e aponta para o início

do acampamento] que aquela caixa ali a gente enchia ela e ficava pra o consumo (Entrevista, Joaquim, setembro de 2017)

O encanamento da água foi uma solução encontrada pelos próprios acampados, tendo em vista que frequentemente ficavam sem água no acampamento como eu pude acompanhar na época que era coordenadora da escola. Isto acontecia porque a água que abastece a comunidade vem de um poço artesiano e devido a pressão da água o motorzinho dava entrada de ar e quebrava, pois, tinha que jogar a água para uma caixa d'água que fica na frente do acampamento e também para as casas. Como menciona Joaquim neste sistema que *“fizemos enche as caixas, as caixas jogam muito bem pra lá porque elas têm cinco metros de altura né, dá pra distribuir bem e acabou aquele problema de quebra de motor, daí pra cá depois que nós colocamos essas caixas aí tá beleza”*.

Figura 13- Sistema de abastecimento de água do acampamento



(Fonte: Queina Lima, setembro de 2017)

Em conversas informais, principalmente com as mulheres, elas mencionaram que agora não ficam sem água depois dessas caixas e da encanação, mas que a água ainda não é suficiente, Dona Joana diz que, *“não tem como ter uma horta maior porque não tem água para molhar, o povo admira minha filha tudo que planto dá”*. O coordenador disse: *“aqui no acampamento precisava de mais um poço artesiano aí poderia desenvolver uma horta, mas também não podem esbanjar se não, não dá pra o consumo diário”*. Quanto a essa necessidade manifestada de ter mais um poço artesiano

o dirigente disse que por não terem condições financeiras não conseguem efetuar a perfuração, e por não ter água não ampliam a produção agrícola, porque o terreno até dava, mas como a terra é sequeiro só plantam aquilo que é resistente a seca. E Joaquim complementa dizendo:

a gente vem fazendo assim, olha se você planta mandioca você vai depender da chuva vai pedir a Deus aquela chuva pra que chova na data certa que é pra você ter uma colheita normal, quando a chuva as vezes não tem chuva na data certa, que você planta e diz daqui um mês vai ter chuva eu vou plantar agora aí você planta já esperando que a chuva venha naquela data que você estava esperando, acontece que aquela chuva não vem ela vai vir depois ou antes ou não vem mais na data que você esta esperando aí a colheita vai ser bem mais fraca porque não teve chuva e nós não temos água suficiente pra fazer irrigação, pra fazer a molhação dessas plantas então é por isso que a gente não pode esbanjar sabe quantidade de hectares para fazer plantio, porque nós além de ser o sequeiro nós não sabe quando a chuva vem nós não temos a água pra repor aquela data que não tá tendo a chuva (Entrevista, Joaquim, setembro 2017).

O solo sequeiro é típico do cerrado, e leva este nome porque não existem rios ou córregos que passem no terreno e eles também não são irrigados, ou seja, dependem inteiramente do regime de chuvas para plantarem, e mesmo assim, escolhem plantas mais resistentes à seca. Por isso o acampamento tem se centrado no plantio de três cultivos: mandioca, feijão de corda e andu. Outros camponeses plantam milho, abóbora, melancia. Estes se arriscam, pois, estes cultivos dependem mais de água, ou seja, a produção fica condicionada ao regime de chuva. Diante disso, a maioria dos agricultores opta por não investir em plantios que dependem de chuvas, como afirma Joaquim: *“pelo motivo de não ter chuva na data certa a gente não planta porque é perigoso a gente plantar e perde aquela planta, então pra resistência daqui é feijão de corda, é o andu, a própria mandioca”*.

Ainda tratando dos plantios desenvolvidos no acampamento, apresentei na oficina uma imagem de agricultores lavrando a terra com a enxada, então perguntei:

Queina: o que é preciso fazer primeiro para plantar?

Iasmim: *“tem que adubar a terra tia”*;

Queina: e vocês sabem plantar?

Todas as crianças: sim.

Queina: Que instrumentos usamos plantar.

Kátia: *“uma enxada”*.

Queina: Só usa a enxada?

Marcos: *“não tia, usa enxada, foice, cavador, facão”*.

Queina: E o que vocês plantam aqui no acampamento?

Todos e todas respondem: mandioca, feijão verde e milho, Julia complementa, andu.

Com vistas a adquirir mais informações acerca do conhecimento das crianças e envolvimento delas na lida com a terra. Estabeleci o seguinte dialogo:

Queina: me digam qual a época certa de arrancar a mandioca?

Kelli a: *quando o chão onde está à mandioca racha.*

Gabriel: *é quando fica grande, alta e o chão onde está a mandioca racha.*

Queina: e vocês sabem qual o ponto de arrancar o feijão?

Iasmim: *a bajem fica amarelada, madura, aí a gente arranca elas debulha e colocam no saquinho pra vender na barraca da minha mãe que fica ali na frente do acampamento.*

João: [levanta a mão] e diz, o ponto de arrancar o andu “*é quando a bagem fica seca*”.

Considerando as narrativas, constatei que as crianças participam ativamente de todas as atividades desenvolvidas no acampamento e por isso sabem tanto semear a terra, como plantar e colher é, portanto, um saber de experiência passado de geração em geração, este um caráter da agricultura camponesa, que se alicerça no trabalho familiar. Neste sentido Caldart (2004) menciona:

A luta pela terra feita pelo MST tem sido uma luta das famílias sem-terra. Isso traz uma implicação importante: a família combina, em si, diferentes gerações; á medida que as ações são feitas em família, isso quer dizer que o projeto educativo do MST não separa as gerações em tempos e lugares diferentes de formação. As principais vivências que formam os sem-terra são experimentadas pelas famílias inteiras, ou pelas diferentes gerações em conjunto, ainda que não necessariamente realizando as mesmas tarefas e nem pensando e sentindo as mesmas coisas (p.346).

Por não existir separação entre as gerações, as crianças já detêm saberes acerca da lida com a terra e se identificam como camponesas e sem-terras. Retratando esta identidade das crianças com a agricultura familiar, Joaquim menciona:

já existe criança que tá tão entendido que entende quase igual a gente, se você já vai fazer uma coisa ele já chega ali e interessa fazer se é na roça se é aqui , você pode olhar, até aqui na farinha, na colheita, você vê aqui na farinha , a Carla tem duas meninas aí olha, elas pega as vasilhas tira a tapioca ali como se fosse uma coisa que elas tivesse nascido fazendo aquilo ali, igual as vezes até um adulto que não sabem o que elas fazem ali então ali é como nós tamo falando ali então ali é como nós tamo falando ali é um interesse que já trouxe do interesse próprio que já trouxe, já tem da convivência. Elas aprendem com elas mesmas e vem e criam aquele interesse de fazer as coisas, não só elas tem outras crianças que fazem, as atividades que a gente faz aqui eles acompanha a mesma coisa, é como tem o dizer é as crianças camponesas, então as camponesas é que a gente vê que no futuro, amanhã elas já podem amanhã ou no futuro uma delas que tá falando.(Entrevista Joaquim, setembro de 2017).

O relato de Joaquim agregado às observações realizadas me possibilita inferir que estas crianças já são a nova geração de camponeses, isso é um elemento importantíssimo que garante a continuação dessa classe social, que mesmo sendo constantemente ameaçados, e até expropriados pelo capitalismo agrário, resistem pelo

direito de produzir e se reproduzir no meio rural. Pelos saberes que as crianças têm, elas possuem todas as condições de fazer esse enfrentamento contra o capital e lutar para continuar a viver no campo.

Nesta mesma linha, continuei questionando as crianças acerca das atividades desenvolvidas no acampamento, e se elas ajudam, apresentei a seguinte imagem:

Figura 14- Participação das crianças na produção de farinha.



(Produção de farinha: Fonte: Queina Lima, agosto de 2017)

Esta imagem foi registrada durante a observação, achei curioso o fato das crianças chegarem e logo irem embora, depois, conversando com Diana *ela me disse que na hora que foi pegar o café chamou as crianças para ajudarem*, elas então, se organizaram e juntas conseguiram puxar a lona com as mandiocas e colocaram todas em um único espaço, deixando a outra lona desocupada para colocação das mandiocas que seriam descascadas logo mais à tarde, fizeram isso rapidinho e fora embora porque ia se arrumar para irem para a escola.

Deste modo identifiquei que as crianças colaboram nas atividades do acampamento no turno em que não estudam, já têm o senso de responsabilidade e fazem isso com prazer, o que fica perceptível nos gestos delas, que não demonstram preguiça, mostram disposição. Na visão da sociedade capitalista, o ato praticado pelas crianças se caracterizaria como trabalho infantil, no entanto, de acordo com Caldart (2004): “na cultura Sem Terra, lugar de criança, por exemplo, não seja apenas a escola” (p.346).

Conforme a mesma autora, “Seu lugar é na escola, mas também nas ocupações, no trabalho, nas festas, nas marchas, no cotidiano do Movimento” (CALDART, 2004, p.346). Nesta perspectiva as crianças que vivem em um acampamento se educam e aprendem em outros espaços que não somente a escola.

Continuando a roda de conversa com as crianças. Pergunto:

Queina: vocês sabem o que tem e em uma casa de farinha e se sabiam fazer a farinha?

Todas: disseram que sim e

Kelli diz: *tem a forrageira que tritura a mandioca, os colchos pra colocar a massa, a prensa onde a massa é prensada e escorre toda a água para depois ir para os colchos, a peneira e o forno onde mexe com um rodo até ficar no ponto.*

Queina: Me digam e vocês gostam de fazer a farinha?

Todos respondem que sim.

Queina: Tem outra coisa que quero saber como é que vocês sabem que a farinha está boa?

Gabriel: *ei tia é assim a farinha tem que estalar.*

Iasmim: *tia tem que ficar um pozinho quando levanta, sobe o pozinho aí está boa de colocar nos sacos*” e João complementa “*a farinha fica torradinha, mais escura*”. (1ª Roda de conversa, outubro de 2017)

Ao ouvir esses relatos percebo que as crianças estão reproduzindo tudo o que escutam e veem os adultos fazerem, fico impressionada porque ao observar os camponeses em uma casa de farinha perguntei como eles sabiam o ponto da farinha, questionei Carlos que estava mexendo a massa e ele “*disse olha tem uns que joga para cima e vai vendo se tá boa. O certo mesmo é quando ela estala, tem que jogar na boca e aí se estalar pode tirar do forno e colocar nos sacos que tá boa*”. Este relato demonstra a importância dos saberes tradicionais, posto que as crianças aprenderam com os adultos e estes aprenderam com seus familiares ou mesmo no dia a dia, estes conhecimentos precisam ser valorizados e preservados.

Figura 15- Encontro das gerações na produção da tapioca



(Fonte: Queina Lima, agosto de 2017)

Além de terem aprendido a fazer farinha por meio da observação com os adultos, as crianças também sabem tirar tapioca, estas imagens demonstram bem isso, e no relato elas explicam como aprenderam e como fazem.

Ao ver as gêmeas Iasmim e Kelli próximo a casa de farinha, vou ao encontro delas e inicio esta prosa:

Queina: oi, tia vocês estão fazendo o quê?

Kelli e Iasmim: Estamos tirando tapioca

Queina: e como faz?

Keli e Iasmim: Espreme e mostra um balde, aí é a tapioca, só que ai ainda tem massa, ainda vai secar aí amanhã a gente vai tirar essa água daqui ô e lavar ela com um paninho fino e coar, lava ela, coar e colocar no balde, aqueles ali já está coado e aponta para um local onde se encontra vários baldes com tampa, e aí vai colocar no balde e aí ela vai secar e virar tapioca, quando secar já é a tapioca. Aqui ela vai grudando aqui olha e coloca a massa na mão para que eu veja, fica bem branquinha. Tá vendo na bacia aí é massa vem tia ver, a tapioca está no fundo essa água aqui o, a tapioca já soltou entendeu aí essa água aqui vai para o mato, ou seja, vai ser jogada fora, aí fica só a tapioca (Observação, agosto de 2017).

Esta observação me permitiu ver como a identidade de agricultor camponês já está impregnada nas meninas, é algo socialmente construído pela observação dos mais velhos, pela integração na vida comunitária. Por estas vivências diárias, elas estavam tirando a tapioca sozinhas enquanto as outras mulheres estavam preparando o almoço

em um barraco desabitado próximo a casa de farinha, só quando as meninas estavam terminando é que vieram para tirar a tapioca delas. Fiquei tão impressionada que elogiei as meninas e questionei “quem ensinou vocês?” Kelli diz “*Foi o povo, aí e [aponta] para as mulheres e minha mãe, eu via o povo tirando aqui e aí aprendi*”. Temos um exemplo claro de reprodução da identidade camponesa, essas meninas já podem dá continuidade ao trabalho agrícola quando seus pais e familiares não tiverem mais forças para lavrar a terra, isso permite que o campesinato se mantenha fazendo a contra-hegemonia ao agronegócio demonstrando que há outras formas de produzir e projetos de sociedade menos excludentes.

A produção de farinha tem sido de vital importância na garantia da subsistência dos moradores do acampamento, segundo Caio: “*faz 20,30,50 sacos e deixa 10 para comer, pra subsistência, dá pra viver né*”. Esta atividade tem ajudado muito na sobrevivência dos moradores da comunidade, mesmo assim não é ainda suficiente por isso complementam desenvolvendo outras atividades como a criação de bode, porcos, galinhas e a produção de artesanatos. Isso demonstra que o campesinato brasileiro se assenta na pluriatividade, por meio de atividades agrícolas e não-agrícolas, com vistas a garantir sua sobrevivência no meio rural.

Neste sentido, durante a realização da oficina, as crianças mencionaram que no acampamento existe bodes, cabras, porcos e galinhas, Lucas disse “*eu dou de comer para os porcos e cabras junto com minha vó*”.

Figura 16- Cooperação familiar (avó e netos alimentando os porcos)



(Fonte: Queina Lima, agosto de 2017)

Júlia diz que *“eu dou comida as galinhas igual na imagem que o homem está jogando comida no puleiro tia”*, ela fez referência a imagem que coloquei no cartaz em que um agricultor alimenta as galinhas. Gabriel também levanta a mão e diz *“tia aqui também tem jegue e eles trazem nas cangaias água e mandioca”*. Ele também fez referência a uma das imagens do cartaz em que aparece uma criança montada em um jegue, explica à sua maneira a forma que este animal é utilizado no acampamento.

A criação de animais como bode, galinha e cabra é mais para o consumo do que para a venda, vez e outra é que engordam um animal desse e vendem, geralmente prevenindo um caso de doença em que se faz necessário ter um dinheirinho guardado para se tratar.

Outra atividade desenvolvida no acampamento é a fabricação de biscoitos artesanais (petas, ginete e brevidade), apenas uma moradora faz estes produtos, é conhecida como *“Zefa das Petas”*, inclusive um dos motoristas da van que fui para o acampamento me falou, *que sempre para lá para pegar encomendas de petas para levar para Luís Eduardo*. Em conversa com dona Zefa, perguntei a ela como escoava a produção ela respondeu *“minha filha o povo já sabe que vendo peta e aí vem aqui e compra, mando nas vans as encomendas de Luís Eduardo e Barreiras e ainda vendo na feira de Barreiras na sexta e no sábado”*. Esta moradora tem conseguido sobreviver por

meio da venda de biscoitos, vi muita potencialidade nesta atividade e penso que este tipo de produção poderia ser ampliada no acampamento, pois há grande aceitação destes produtos tanto a nível local quanto regional, assim os acampados teriam uma fonte de renda fixa, pois esta é uma atividade contínua diferente da produção da mandioca.

Outro tipo de atividade desenvolvida no acampamento é o artesanato feito a partir de matérias primas do cerrado, tais como: palha de buriti, bambu, cabaças, sementes diversas. São feitos móveis, quadros, cestos, mandalas e chapéus. Conforme imagem abaixo:

Figura 17- produção de artesanato no acampamento



(Fonte: Queina Lima da Silva, outubro de 2017)

Ainda tratando desta questão, durante a oficina quando perguntei o que estavam estudando na escola Iasmim disse “*estamos estudando sobre o cerrado, os animais, as plantas como o buriti, o capim dourado, minha mãe usa a palha do buriti para fazer os artesanatos, o capim dourado não tem aqui, minha mãe vai pro mato, para chapada catar as coisas, e lá tem umas pedras bem altas eu já fui com ela*”. O relato dela demonstra que os camponeses dependem da sustentabilidade do cerrado, pois é delas que retiram as matérias primas para desenvolver seus artesanatos e sobrevivem dos frutos do cerrado, como é o caso das comunidades extrativistas.

As constantes queimadas e desmatamento ocorridas principalmente no território do MATOPIBA, segundo Junior, Wichinieski, Costa (2013, p.153) “afeta principalmente as comunidades tradicionais que dependem da biodiversidade do cerrado e sequer tem suas demandas históricas atendidas como a regularização de seus territórios”. Em virtude disso são eles que mais têm lutado contra a hegemonia do capitalismo agrário, com vistas a garantir a continuidade de seus modos de vida e continuarem em suas terras e territórios.

Além de tratar dos modos de vida materiais achamos relevante abordar os modos de produção simbólica dos camponeses do acampamento. Neste sentido questionamos os moradores quanto aos festejos da comunidade. Segundo Caio:

O aniversário do assentamento, primeiro de maio, São João, a partir do dia 23, 25 a gente faz, o foclore todo ano a gente pensa em alguma coisa e as datas comemorativas, como aniversário de algum membro das famílias, a gente faz alguma coisa para não ficar em branco, independente do que produz, fazemos a comemoração por fazerem parte da comunidade, fazemos uma surpresa uma coisa diferente para reanimar. A gente pensa em diversas místicas, uma forma diferente de resgatar, o princípio da ocupação, primeiro aniversário, e coisas que está acontecendo no dia a dia na nossa cidade. (Entrevista de Caio, agosto de 2017)

A comemoração do 1º de maio é o mais importante festejo, por meio dele, os moradores relembram a data de ocupação das terras onde fica o acampamento, para eles é carregada de simbologia, porque representa o primeiro passo dado na conquista da tão sonhada terra. O São João é um festejo tradicional dos nordestinos e acontece no mês de junho, todo o acampamento é arrumado com bandeirolas e as pessoas dançam quadrilha, forró e fazem comidas típicas (bolo, canjica, pamonha) todos têm como base principal o milho, que é também plantado na comunidade, essa é uma época de muita alegria para as pessoas da comunidade, “*tem muita fartura como disse seu José*”.

A respeito das manifestações artísticas e festejos da comunidade a professora Lorena relatou:

È feita em um processo que se dá com a junção da escola e comunidade, em conjunto, sendo que os próprios alunos, junto com uma orientação, produziam suas peças teatrais dentro da realidade camponesa, na qual eles estavam vivenciando. E aí transmitiam para os moradores e convidados, nas datas comemorativas como o primeiro de maio... Sempre tinha a mística cantando o hino, dando os gritos de ordem... E assim, dentro dessa realidade sim.

Semelhante depoimento é feito pelo coordenador de agricultura que mencionou:

ah sim isso aí é feito por nós mesmo, vamos fazer o festejo tal dia? Vamos, São João por acaso, primeiro de maio que esse ano o tempo tava tão perto que nós não conseguimos fazer, nós não fizemos o festejo do dia primeiro, nós não fizemos o festejo do São João, o motivo foi um só né, o motivo de quebradeira, nós sempre fizemos o São João, o Primeiro de Maio era as datas festivas nossa aqui parou por aí esse ano por falta de dinheiro. (Entrevista Joaquim, setembro de 2017).

O relato dele confirma o que foi dito pela professora quando menciona o envolvimento de toda a comunidade na produção dos festejos, é possível perceber em seu depoimento certa tristeza em não conseguir comemorar os 7 anos do acampamento e nem o São João, as duas festas principais da comunidade, devido as dificuldades financeiras. Apesar dos entraves, ponderamos ser necessário encontrar outras formas de comemorar que sejam menos onerosas, pois é preciso manter viva estas manifestações culturais dos acampados para que não se corra o risco de serem pouco a pouco deixadas de lados e até serem esquecidas.

Assim, ainda tratando da produção imaterial da vida a professora relatou:

Todas as datas comemorativas sempre tinham um diferencial a ser trabalhado... não só a escola, mas era toda a comunidade. Dia das Crianças não eram só os alunos da escola... eram todas as crianças do acampamento juntos, com os demais. Era todo mundo inserido, uma festa única. O que dava o diferencial é que era preparada pela escola, mas todos participavam.

Confirmando o que foi dito pela professora acerca dos festejos da comunidade durante a oficina Iasmim citou: tinha “*o dia das crianças, dia das mães, dias dos pais, São João e natal*”. E Gisele complementa:

Tinha sempre o dia das mães, dos pais e das crianças, mas que esse ano só vai ter dia das crianças na escola do 30, aqui não vai ter e não teve dia das mães e pais aqui depois que tiraram a escola. (relato de Gisele, durante a oficina, outubro de 2017).

O relato de Gisele, agregado ao da professora Lorena, que mencionou “*o diferencial é que eram preparadas pela escola, se referindo aos festejos*” demonstra que depois do fechamento da escola do acampamento eles deixaram de acontecer. Confirmando o que foi dito por Gisele e pela docente, pois, quando fui coordenadora no ano de 2014 da escola do acampamento constava nos planos de aula as datas comemorativas, nas quais a professora que também era moradora da comunidade mencionava que iria haver homenagens às mães, pais, festinha das crianças com distribuição de presentes que a docente arrecadava no comércio ou pedia a conhecidos. Estas comemorações

aconteciam geralmente nos sábados, sei disso, pois fui convidada pela docente para a festa de São João e dia das crianças.

Diante do depoimento de Gisele pude inferir que o fechamento da escola desarticulou e desanimou um pouco a comunidade e que pelo fato da professora não morar mais na comunidade não há ninguém que assume a função de articular e organizar os festejos, como ela mesma relatou, devido a isso, este ano não teve nenhum festejo.

Ainda tratando da produção simbólica da vida, perguntei a Caio se havia algum festejo religioso aqui na comunidade, como festa do divino e Reis, muito comuns na região. A este respeito ele comentou:

Aqui todo mundo tem direito de seguir a sua religião, catolicismo, cristianismo, católico, tem uma assembleia, uma pentecostal, o candomblé, entre outros, a gente não se opõe quanto à religião de cada um. Aqui tem pessoas de vários pensamentos, várias culturais e aí a gente junta o pensamento de cada um e organizamos para fazer o melhor (Entrevista de Caio, agosto de 2017).

Por meio de suas palavras constatei que no acampamento há o respeito à ideologia e denominações religiosas e costumes dos moradores, cada morador pode professar sua fé, isto ocorre por conta das bases do MST, um movimento por si só inclusivo que agrega camponeses e não camponeses e que não faz acepção de credos.

Outra manifestação simbólica vivida em sua essência pelos camponeses são as místicas, ela é tratada pelo MST como sendo “o tempero da luta ou a paixão que anima os militantes”. Segundo Caldart (2004): “mística quer dizer um sentimento muito forte que une as pessoas em torno de objetivos comuns, e que se manifesta naquele arrepio da alma que se materializou em choro” (p.209). A mística envolve gestos, palavras e mistério talvez por isso seja tão difícil ser conceituada. Ainda segundo a mesma autora:

[...] a mística também evoca a materialização (geralmente simbólica) desse sentimento na beleza da ambientação dos encontros, nas celebrações, na animação proporcionada pelo canto pela poesia, pela dança, pelas encenações de vivências que devem ser perpetuadas na memória, pelos gestos fortes, pelas homenagens solenes que se prestam a combatentes do povo; lembra os símbolos do Movimento, seus instrumentos de trabalho e de resistência, seus gritos de ordem, sua agitação, sua arte (p.209-210)

Infelizmente não testemunhei nenhum momento de mística no período que estive no acampamento, mas já vi místicas realizadas pelos moradores do acampamento

em eventos de Educação do Campo e Movimentos Sociais e pude vivenciar toda a magia proporcionada por essa atividade.

2- Cultivando o futuro: o papel da Escola do Acampamento

A escola do acampamento, segundo Carla, “*é o coração do acampamento*” e representa para os moradores a possibilidade de futuro, pois sabem que o acesso à educação, além de um direito constitucional, é necessário para instrumentalizá-los na luta pela efetivação de outros direitos que lhes foram negados ao longo do tempo. Consideram também que a educação tem o potencial de emancipá-los, pois, para eles a “escola é mais que escola” (Caldart, 2004), ou seja, tem função pedagógica e humana.

Deste modo a instituição escolar representa a única presença do Estado na comunidade e é, também, o local usado para reuniões, onde são debatidas questões ligadas ao acampamento e são formuladas as agendas de luta do movimento social. Além disso, de acordo com Lia:

a escola representa algo de muito especial pra gente, porque é dali que as crianças começou a aprender a estudar, a escrever, até mesmo as pessoas adultos muitos tiveram vantagem aí né, então eu acho que de qualquer forma a escola aqui seria um grande investimento, seria uma coisa ótima aqui. (Depoimento de Lia, roda de conversa, agosto de 2017)

Essa instituição tem, portanto, importância vital para os agricultores e devido a isso é que de acordo com a professora Lorena:

Ali, no momento em que foi feita à ocupação, o primeiro passo do movimento social, do movimento MST, é a construção da escola... seja ela itinerante ou permanente. De baixo de uma árvore... Primeiro passo: “as famílias entraram, vamos construir a escola”. Até mesmo para acomodar as crianças e que os pais possam dar continuidade ao seu trabalho. E ali foi uma junção, foi um processo tanto de quem estava acompanhando no início a comunidade e, após, entrou os municípios, com os contratos dos professores. E assim se deu. (Entrevista da professora Lorena, outubro de 2017).

O depoimento da professora se comprova na prerrogativa de Caldart (2004) que expressa:

a escola passou a fazer parte do cotidiano e das preocupações das famílias sem-terra, com maior ou menor intensidade, com significados diversos dependendo da própria trajetória de cada grupo mas, inegavelmente, já consolidada como sua marca cultural: acampamento e assentamento dos sem-terra do MST têm que ter escola, e de preferência que não seja uma escola qualquer, e a escola passou a ser vista como uma questão também política, quer dizer, como parte da estratégia de luta pela Reforma Agrária, vinculada

às preocupações gerais do Movimento com a formação de seus sujeitos. (p.225-226).

A preocupação do MST com a escola se deve a compreensão de que é esta instituição que oportuniza as crianças, jovens e adultos terem acesso aos saberes sistematizados de maneira ressignificada, permite que sejam diminuídos os índices de analfabetismo e baixo nível de escolaridade dos sujeitos do campo, permitindo a estes, ter uma escola e educação em suas terras que respeite suas tradições, que seja específica e que tenha um projeto voltado à realidade deles.

Neste sentido é que a escola 1º de Maio foi erguida pelos moradores em madeirite e lona e começou a funcionar, segundo relato de Aline, secretária do setor de Educação do Campo da Secretaria de Educação de Barreiras, “*em junho de 2012 e por terem iniciado as aulas neste período nem entraram no censo escolar*”. Ou seja, esta instituição escolar foi construída praticamente junto com o acampamento, posto que iniciou os trabalhos cerca de um mês depois. Percebe-se assim um imbricamento entre luta por terra e por educação.

Até o ano de 2016 a escola oferecia o ensino fundamental I, atendendo 16 crianças e também ofereceu até o ano de 2015 a Educação de Jovens e Adultos em uma turma com 8 estudantes, ambas organizadas pelo sistema de multisseriação, que mesmo não sendo uma organização ideal, segundo relatos dos pais de alunos da comunidade, era a maneira de garantir o acesso à educação para as crianças, jovens e adultos. Já que a gestão pública municipal argumentava que o baixo quantitativo de alunos inviabilizava a organização em anos/séries. Por trás desta justificativa estava o real motivo, a redução de custo com várias turmas e turnos.

No início de 2017, a Secretaria de educação do município de Barreiras anunciou, por meio da Portaria nº 002, a nucleação de 14 das 28 unidades escolares do campo que funcionavam em regime de multisseriação, dentre as quais a escola do acampamento Zequinha Barreto.

Cabe mencionar que a nucleação não foi debatida com as comunidades, pois não era interesse dos moradores do acampamento a retirada da escola, que para eles, é mais que um espaço de escolarização. Mesmo contando com infraestrutura precária, ela se constituía em um espaço de resistência e sociabilidade. Era o lugar onde eles discutem e planejavam suas estratégias, seus projetos comunitários, e reafirmavam a identidade de camponês. Este entendimento do papel da escola é corroborado por Caldart (2004) que menciona:

[...] a escola é um lugar fundamental de educação do povo, exatamente porque se constitui como um tempo e um espaço de processos socioculturais, que interferem significativamente na formação e no fortalecimento dos sujeitos sociais que dela participam. E se constitui assim muito mais pelas relações sociais que constrói em seu interior do que exatamente pelos conteúdos escolares que veicula, embora os conteúdos também participem desses processos, especialmente do que se refere á produção e á socialização. (p.91).

Considerando a relevância da escola do acampamento na formação política, humana e na construção de processos de resistência e luta pela terra é que faremos uma caracterização mais detalhada desta instituição no próximo capítulo, trazendo relatos acerca do papel desta instituição para os moradores da comunidade, também discutiremos como se deu a nucleação e abordaremos os impactos dele para os educandos e para a comunidade.

CAPÍTULO IV

DA LUTA PELA TERRA BROTA A RAIZ DA LUTA PELA EDUCAÇÃO

Neste capítulo abordo a Luta por Educação do Campo empreendida pelos povos que lá moram e pelo MST. Trato das bases epistemológicas deste segmento educacional e discorro sobre o papel da Educação/ escola do Campo no processo de resistência e luta pela terra, fazendo o entrelaçamento entre teoria e empiria. Para tal, abordo também como a escola do acampamento era acionada pelos moradores e a relevância dela dentro da comunidade. Trato ainda, do processo de nucleação da escola e enfatizo os impactos decorrentes do fechamento dela nos modos de vida dos moradores da comunidade.

Na escrita desta seção, utilizo as falas obtidas, por meio de entrevistas, realizadas com: Luma (professora) Joaquim (coordenador de agricultura do acampamento), Caio (dirigente do acampamento) e Carla (uma das moradoras mais antigas do acampamento). Trago também, o depoimento obtido por meio da roda de conversa com as ex-alunas da EJA da Escola Primeiro de Maio, são elas, a saber: irmã Rosana, Cátia, dona Joana e Anatólia. Dada a relevância da instituição escolar apontada pelas crianças durante a primeira e a segunda roda de conversa, trouxemos o depoimento de: Iasmim, Kelli, Jonas, Cíntia, Gisele, Pedro, Vinicius, Davi, Leandro, Alan, Micheli, Bernardo, Mauricio, Eduardo e Agnes.

Trago também, o depoimento obtido em conversas informais de Lia, Diana e Agenor, estes enfatizaram a relevância da escola dentro do acampamento e sinalizaram os impactos gerados pela nucleação.

1- Frutos da mesma semente: a luta por terra e educação protagonizada pelos povos do campo

Além da luta por terra, para desenvolver seus modos de vida, os diversos povos do campo também tiveram que lutar pelo direito à educação, pois tiveram negado seu acesso a escolarização. De acordo com Caldart (2012),

A Educação do Campo nomeia um fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizada pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas. Objetivo e sujeitos e remetem às questões do

trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses e os embates (de classe) entre projetos de campo e entre lógicas de agricultura que têm implicações no projeto de país e sociedade e nas concepções de política pública, de educação e de formação humana (p.257)

Em outros termos, o conceito de Educação do Campo é recente. Foi forjado pelos povos que vivem na zona rural e que compreenderam, ao longo do tempo, que precisavam de um projeto educativo que contemplasse suas demandas, que tratasse de sua cultura, tivesse relação com a vida e o trabalho nesse perímetro. Esse segmento educacional está alicerçado na tríade exposta por Molina (2012): “Campo, Políticas Públicas e Educação”. Esses três elementos são interdependentes e fundamentais para a implementação de escolas que levem em conta traços histórico-culturais, que permitam ao homem do campo ter acesso ao saber sistematizado, mas que também incorpore conteúdos relativos à vida e ao trabalho no campo.

De acordo com Caldart (2012), a Educação do Campo: “combina luta pela educação com luta pela terra, pela Reforma agrária, pelo direito ao trabalho, à cultura, à soberania alimentar, ao território” (p.261). Destarte, é contra hegemônica, pois reafirma e revigora uma concepção de educação de perspectiva emancipatória, vinculada a um projeto histórico, às lutas e à construção social e humana a longo prazo” (CALDART, 2012, p. 262).

Ademais, a Educação do Campo é fruto da mobilização de “famílias do MST, *“pelo direito à escola e pela possibilidade de uma escola que fizesse diferença ou tivesse realmente sentido em sua vida presente e futura (preocupação com os filhos)”*. (CALDART, 2000, p.25). Por ter sido forjada pelo movimento social, “reafirma a legitimidade da luta por políticas públicas específicas e por um projeto educativo próprio para os sujeitos que vivem e trabalham no campo” (VENDRAMINI, p.03).

Em decorrência dessa mudança na forma de conceber a Educação do campo, essa tipologia educacional passa, a partir da década de 1990, a ser foco de debates, pesquisas e formulação de políticas públicas que têm o intuito de equacionar a educação do campo com a urbana e, assim, reparar todo o atraso que a ela foi imposto. Arroyo (2004, p.6) afirma: “falar em política pública da educação do campo é equacionar novas posturas, novas estratégias, novas diretrizes e, sobretudo novas bases capazes de alicerçar o que o velho tratamento nunca garantiu”. Caldart expõe que (2004):

O nome ou expressão educação do campo já identifica também uma reflexão pedagógica que nasce das diversas práticas de educação desenvolvidas no campo e ou pelos sujeitos do campo. É uma reflexão que reconhece o campo como lugar onde não apenas se reproduz, mas também se produz pedagogia;

reflexão que desenha traços do que pode se constituir como um projeto de educação ou de formação dos sujeitos do campo (p.22)

Os povos do campo são capazes de produzir sua própria educação, vinculado à sua realidade, que reconheça e incorpore seus traços históricos culturais, suas contradições de classe, que trate da atualidade, que os forme com cidadãos e que os enraíze no campo.

È relevante mencionar que foi por meio da luta do Movimento Social que ocorreu a formulação de políticas públicas, para este segmento educacional, que, segundo Taffarel e Molina (2012) são elas: “o Programa Nacional de Educação na reforma agrária (PRONERA), Residência agrária, Licenciatura em Educação do Campo, entre outras, todas elas resultado de longos processos de negociação e disputa com o Estado” (p.573-574). Segundo as mesmas autoras, “o grande diferencial destas políticas reside não apenas na participação dos movimentos na sua concepção e na sua proposta de execução, mas, prioritariamente, nos objetivos formativos que as conduzem”. (TAFFAREL e MOLINA, 2012, p. 573-574). Dito de outro modo, em razão das pressões e reivindicações do movimento, o Estado se viu obrigado a atender as demandas dos camponeses por educação e assim foi garantido o acesso a educação básica e superior, o que representa uma elevação no que tange o nível de escolaridade dos povos do campo.

Dessa feita, é preciso, segundo Taffarel e Molina (2012), “vigilância constante e resistência a inúmeros ataques sofridos de diferentes frentes: dos latifundiários, dos capitalistas monopolistas, do agronegócio, da mídia capitalista e de setores do Estado” (p.575). É necessário, pois, lutar diariamente para que os direitos tão duramente conquistados não se percam.

Importante é também entender que a Educação do Campo representa uma estratégia política de luta por direitos essenciais, e tem sido o passo inicial pra conquista também do direito à terra, posto que a mesma nasce diretamente vinculada à luta por Reforma Agrária, em outros termos, pensa a construção de um novo projeto de campo, menos desigual, com maior oportunidade para as classes menos favorecidas, entre elas, principalmente, os sujeitos camponeses, que foram durante muito tempo, segregados e tiveram sua cidadania negada.

Face ao exposto, é possível inferir que a Educação do Campo tem potencial formativo na conquista de direitos, por isso ela é, em si mesma, contra-hegemônica, e

precisa continuar atrelada à luta por terra, pelo campo, como espaço de vida e resistência dos trabalhadores. Assim, conforme expõe Molina (2012):

é imprescindível a permanência do campo no centro dos processos formativos desses sujeitos e na elaboração de políticas públicas de Educação do Campo, com todas as tensões, contradições e disputas de projeto que isso significa. É também imprescindível garantir a sua materialidade de origem, pois, ao perder o vínculo com as lutas sociais do campo que a produziram, ela deixará de ser Educação do Campo. Ou seja, para continuar sendo contra-hegemônica, a Educação do Campo precisa manter o vínculo e o protagonismo dos sujeitos coletivos organizados, ser parte da luta da classe trabalhadora do campo (p.591)

Nessa lógica, o campo, como categoria, não pode ser deslocado da Educação do Campo, pois é sua materialidade e contradições que dão forma ao processo educativo; é por ele que se luta por educação, Reforma Agrária e políticas públicas que beneficiem esse espaço e seus habitantes. Portanto, é preciso disputar com o capitalismo a posse desse espaço de vida e trabalho, e atualmente é necessário também lutar contra a apropriação e perda do conceito de Educação do Campo, que tem sofrido forte investida “do polo do capital, representada pelos empresários do agronegócio”, neste intuito eles têm financiado diversos projetos de educação ambiental nas escolas do campo, tentando tirar as contradições deste tipo de educação e visando também superar a representação negativa de “destruidores da natureza frente aos camponeses”. (CALDART, 2015, p.1)

È preciso ainda, lutar para que a Educação do Campo continue atrelada às matrizes formativas que lhe deram origem, ou seja, a luta por outro projeto de campo, de sujeitos, de educação mais humana e libertadora. Para Caldart (2010), é preciso que:

[...] “a escola seja mais que uma escola”, no sentido de assumir-se como parte de uma totalidade formadora mais ampla, a vida, a luta por ela não cabe dentro de uma escola (mesmo que derrubadas suas paredes, suas cercas) e as lutas pedagógicas não substituem as lutas sociais e políticas mais amplas. Ainda que na pedagogia a vida não seja definida somente com palavras (p.83)

Compreende-se que uma escola que se pretenda realmente do campo não pode ser organizada como as instituições escolares tradicionais, ela precisa ter outro projeto educativo e outra organização, que questione e faça frente aos projetos educativos hegemônicos feitos para uma minoria que têm como propósito a subordinação e a formação de mão de obra. A escola do campo tem e precisa abarcar as contradições da sociedade de classes; trabalhar com as matrizes culturais dos povos do

campo; formar unilateral seus educandos, para que estes possam ser “lutadores e construtores do futuro” (PISTRAK, 2011).

È pensando em uma escola que tenha um projeto pedagógico de formação humana, que os moradores do acampamento Zequinha Barreto tomaram para si a luta pela educação de seus sujeitos. E é esta questão que abordaremos nas seções seguintes.

2- Eis que da luta brota a semente do futuro: a construção da Escola 1º de Maio

O sonho de construir a escola do acampamento nasceu junto com a ocupação no ano de 2011, como mencionou Carla, *“Tão logo abrimos o eixão, discutimos em assembleia onde seria a escola, porque acampamento do MST tem que ter escola”*. Semelhante narrativa é feita por irmã Rosana ao relatar:

Então assim logo que nós entramos no primeiro ano, no primeiro ano que nós entramos já teve escola pra crianças, aí depois pra nós aí eu agradeço muito a comunidade porque eu mesma não sabia nem assinar meu nome e hoje em dia eu assino a ATA e assino e vou mudar meus documentos tudinho porque eu aprendi aqui dentro da comunidade. Nessa escolinha daqui 1º de Maio (Depoimento de irmã Rosana, 2º roda de conversa, novembro).

Houve, de acordo com nossa interlocutora, a preocupação em oferecer educação, tanto para as crianças, quanto para os jovens e adultos, com vistas a assegurar acesso a este direito negado aos povos do campo. Nesse prisma Araújo e D’Agostini (2012) expõe:

Tendo a compreensão de que são os homens que fazem a história, os dirigentes do MST a cada conquista de terra criam como prioridade a escola, entendendo que este é um espaço de formação humana. A escola é um espaço de acesso da classe trabalhadora á informação e ao conhecimento científico. Sendo assim, a materialização da escola é de suma importância para o Movimento, é através dela que se encaminharão às gerações os objetivos referentes á educação na perspectiva do MST. (p.143)

É entendendo o relevante papel da educação na vida dos seres humanos para a transformação de suas condições sociais, que os moradores do acampamento se organizam para lutar por escola, de acordo com Diana:

Nós tinha a vontade de colocar a escola no acampamento, nós não tinha material, nós e os dirigentes já tinha feito assembleia, já tinham pedido a prefeitura e nada, aí nós ocupamos a prefeitura até que nós ouviram e mandaram o material para levantar a escola. (Depoimento de Diana, obtido por meio da participação observante).

Nessa mesma direção Luma afirma: “*eu sei que ainda fizeram uma atividade de ocupação dentro da Secretaria de Educação, para reivindicar. Eu sei de ocupações na qual eles vieram reivindicar a escola e a construção*”. Deste modo, os camponeses tiveram que ocupar a prefeitura local e reivindicar da gestão pública que cumprissem o disposto na Constituição Federal e LDBEN nº 9394/96 e garantissem educação para os moradores do acampamento. Nesta luta tiveram também que ocupar a escola. Para Caldart (2004):

[...] a expressão ocupar a escola constitui-se de dois significados fundamentais. Se é preciso ocupá-la é porque, tal como a terra de que foram arrancados, a escola também é um direito negado aos sem-terra, pela sua própria condição de trabalhadores do campo em uma sociedade cujo modelo de desenvolvimento pôde prescindir da escolarização do povo, especialmente desse que vive e trabalha no meio rural [...]

O segundo significado diz respeito á resistência e á produção no território ocupado. À medida que não foi pensada para se ver ocupada por um tipo de população como a dos sem-terra, a escola, de um modo geral, não se encontra preparada para recebê-los e, muito menos, atender aquela demanda de estudo e formação que justificaram essa decisão de ocupá-la. Daí que essa ocupação implique também um processo de transformação da escola, de modo a produzir nela uma proposta de educação que esteja em sintonia com seus novos sujeitos. (p.217-218)

A ocupação da escola, realizada pelo movimento social, em sentido amplo significa assumir para si a educação dos milhares de camponeses e sem-terra como pauta de luta para conseguir assegurar que este direito fosse efetivado. Para que fossem implementadas escolas em acampamento, assentamento, enfim, no campo, e que tivessem um projeto de educação voltado às tradições históricas dos camponeses, para que eles se reconhecessem como sujeitos de história/memória.

Tal ação teve resultado, segundo Caio, dirigente do acampamento: “*o município deu a contrapartida dele que foi a doação dos materiais, mas quem construiu foram os moradores*”. E prossegue, “*como eu te disse aqui tem carpinteiro, pedreiro e eles se uniram junto com a mão de obra dos ajudantes e construíram esse grande espaço*”. A este respeito Joaquim disse:

Essa escola é nossa, nós que construímos com o material doado pela prefeita, também foi só isso, as outras reformas nós que juntamos e compramos os materiais, porque se não, ia cair, mandamos vários orçamentos e nunca mais chegou nada aqui. (Entrevista de Joaquim, setembro de 2017)

Ao usar a palavra “nossa” o entrevistado demonstra que a escola foi assumida coletivamente pelos moradores do acampamento, e que ela simboliza a conquista de um

direito outrora negado “ao conjunto dos trabalhadores das cidades e do campo” (ARROYO, 2017, p.77). É por isso que demonstram tanto zelo e comprometimento, realizando reformas com recursos próprios para que a escola “continue de pé”, tendo em vista que (madeirite e lona) materiais usados em sua construção se deterioraram com a ação do sol e da chuva e assim são necessários constantes reparos. Mesmo sinalizando esta necessidade e enviando ofícios e levantamento de materiais necessários à reforma, não foram atendidos pelo poder público municipal, nem na reforma, muito menos na construção definitiva da escola.

Anterior a construção da escola, foi decidido em assembleia o local, segundo a professora Lorena “a escolha foi por um local que tivesse maior segurança, não tão próximo da pista... Porque eles fizeram na outra metade, para que ficasse mais distante da pista”. Ainda tratando dessa questão Caio mencionou: “a comunidade que se propôs um espaço em frente a uma BR, um espaço mais amplo e a comunidade sentou e avaliou que seria aqui o local” (apontando para o espaço onde estávamos). Agenor agrega outros elementos que ajudam a compreender esse processo: “escolhemos um lugar visível, pode ver minha filha que a escola fica bem no centro do acampamento era pra todo mundo ver logo a escola”. A imagem abaixo comprava o que foi dito:

Figura 18 Escola 1º de Maio



(Fonte: Queina Lima, agosto de 2016)

A narrativa de Carla é reveladora: “a escola é o cartão postal do acampamento”. Devido a isso foi logo construída, de acordo com Caio: “iniciamos a construção no final

de 2010 para 2011". Já a professora Luma afirmou: *"a escola funcionou de 2011 até 2016 eu cheguei em 2012 e logo me inseri como merendeira porque já tinham todos os professores, só no outro ano que passei a lecionar"*. Carla disse: *"a escola foi fundada se eu não me lembro foi em janeiro de 2012 se eu não me engano foi em janeiro de 2012"*. E dona Alice mencionou *"logo que nós ocupou a terra colocou a escola pros meninos estudar"*.

Por meio da memória coletiva é possível constatar que a escola foi construída algum tempo depois de montado o acampamento, corroborando com Carla, Vivian, secretária do setor de Educação do Campo, depois de consultar os arquivos citou:

A escola do acampamento começou a funcionar em junho de 2012, por isso eles nem entraram no censo escolar, a terra não foi reconhecida, eles não têm INCRA, deste modo a escola funcionava de maneira irregular e a prefeitura por questões burocráticas não pode emitir decretos e para emitir documentos escolheu a escola Manoel Rocha pela proximidade, por não ter a regulamentação da terra. (Relato de Vivian, setembro de 2017).

As informações demonstram que a escola do acampamento não pôde ser registrada e em decorrência disso, funcionava como anexo de outra unidade escolar. Destarte é preciso mencionar que esta informação não foi divulgada, por isso para todos os efeitos a escola 1º de Maio era regular e legalizada, entretanto ela sempre esteve atrelada a hoje escola- núcleo Manoel Rocha Filho. Neste sentido, inferi que esta foi a solução encontrada pela gestão pública municipal para atender as reivindicações por educação dos moradores do acampamento Zequinha Barreto, colocando esta escola na comunidade o gestor ganharia a empatia e, possivelmente, os votos dos acampados, "assim todos ganhariam", gestão pública e a comunidade.

A despeito das reais intenções da gestão pública, o fato é que a 1º Primeiro de Maio se tornou uma realidade para os moradores, que escolheram este nome segundo Carla:

Ah, porque, a gente ocupou o acampamento dia primeiro de maio de 2011 e aí então fizemos uma assembleia e a maioria decidiu junto com a coordenadora Marinalva, tia delia que é Adélia e todas as mães do acampamento e todos os alunos decidiu que seria esse nome escola primeiro de maio para ficar uma data comemorativa a ocupação do dia primeiro de maio, o dia que nós ocupou a área. (Entrevista de Carla, janeiro de 2017).

Depoimento semelhante é feito pela professora Luma quando expôs:

1º de Maio, porque foi nesse dia que eles fizeram a ocupação. Então a educação é inserida dentro do processo. Então nessa formação, a escola surgiu no *1º de Maio*. O dia da ocupação ficou como o dia da escola, como símbolo dentro do movimento, que é o dia do trabalhador. Então ficou ali, *1º de Maio*. (Entrevista de Luma, outubro de 2017)

Com efeito, é perceptível que tudo, para os militantes do movimento social, é carregado de simbologia, pois escolheram o dia 1º de maio (dia do trabalhador) já afirmando a identidade de classe social, para ocupar a terra e, depois, como um ato de reafirmação, colocaram este nome na escola para que esta data ficasse sempre marcada no calendário do acampamento como um momento de celebração entre a ocupação da terra e a conquista da escola, como bem exprimiu Luma, a luta por educação e terra são para eles processos indissociáveis.

Neste sentido ganha relevo a assertiva de Arroyo (2017) quando expõe:

A Educação do Campo reconhece o campo como formador e luta pelo direito a uma escola que incorpore essas pedagogias-matrizes formadoras que levam os trabalhadores, militantes desde crianças, adolescentes e jovens-adultos. Que incorpore, enriqueça os processos de formação escolar com os processos de produção da existência social como matrizes formadoras do ser humano. Outra escola, outra educação, outras matrizes pedagógicas de educação de jovens-adultos que reconheça e incorpore suas lutas por outro projeto de campo, de sociedade, outro projeto de humanidade. (p.83).

O movimento social combina à luta por terra com educação, pois entende o papel formador deste processo para que seja estabelecido e efetivado outro projeto de campo, no qual haja espaço para os camponeses produzirem e se reproduzirem no meio rural.

É acreditando no potencial formativo da Educação do Campo, que trago no próximo item alguns relatos acerca da relevância da escola do acampamento Zequinha Barreto na vida de seus moradores.

3- Colhendo os frutos da luta por Educação: a relevância da escola 1º de Maio na vida dos moradores do Acampamento Zequinha Barreto

A Escola Municipal 1º de Maio fruto da mobilização dos agricultores camponeses do acampamento Zequinha Barreto, e do entendimento de que dentro da comunidade deveria ter uma escola para que os moradores pudessem estudar, portanto tivesse acesso a esse direito constitucional.

Para tal, reivindicaram a construção da escola pelo poder público, ajudando a erguer esta instituição e sempre cuidando de sua manutenção, como menciona a professora Luma: “*os moradores entravam na área da limpeza, à questão do ambiente limpo, como capina... E o município entrava na área da alimentação... Na questão de*

dar o suporte às crianças”. Havia uma parceria entre a comunidade e a secretaria de educação no que tange a gestão da escola. Ainda segundo relato da professora:

Os pais e moradores da comunidade vinham dá palestra na escola, ensinar a lidar com a terra, ensinava os meninos a plantar, e acompanhava o desenvolvimento da planta, teve um projeto de compostagem com a ajuda do coordenador de agricultura. Tinha a coleta seletiva do lixo que envolvia os alunos e toda a comunidade. E até mesmo porque a gente tem o setor de formação. Este setor trabalha tanto a história do movimento social, quanto a luta camponesa e a questão da agricultura familiar. Então, os setores de formação, em parceria com o setor de educação, faziam esse processo. (Entrevista de Luma, outubro de 2017).

Ainda tratando da gestão da escola, Caio mencionou que *“era debatido, pelo menos pela coordenação do acampamento e quando vinha o coordenador pedagógico que orientava os pais, para discutir as necessidades da escola”*.

Os relatos demonstram que havia uma estreita ligação entre a escola com a comunidade, posto que eles participavam ativamente de tudo que dizia respeito a instituição, tanto a sua limpeza e conservação, quanto decisões deliberativas sobre outras questões, estas não foram mencionadas pelos participantes da pesquisa, mas podemos inferir que se tratavam de aspectos pedagógicos. Deste modo, questioneei a Luma (docente) acerca dos conteúdos curriculares ministrados por ela, se havia ligação com as matrizes históricos culturais dos camponeses, do movimento social e ela me fez o seguinte relato:

Como eu trabalhava dentro da área do movimento, a gente tenta interligar tanto o projeto do município, quanto do movimento, a educação do campo. Então a gente trabalha dentro dessa vivência. Sendo que, fazendo intervenções, né? Para que não viesse prejudicar os dois lados, que fosse trabalhado tanto a área da educação do movimento, quanto do município. (Entrevista de Luma, outubro de 2017).

Diante do depoimento dela, eu a interrogo novamente acerca da existência de um projeto político pedagógico-PPP da instituição escolar, ao passo que ela menciona não ter um PPP, que a secretaria só manda uma lista de conteúdos a serem trabalhados por unidade e ela, por iniciativa própria, insere alguns conteúdos ligados à vida do campo.

A iniciativa da docente se deve ao fato dela também ser integrante do movimento social e viver neste acampamento, por isso tem a consciência de que na atualidade, as contradições da sociedade de classes têm que adentrar o espaço educativo. Segundo Molina e Sá: “O principal fundamento do trabalho pedagógico deve ser a materialidade

da vida real dos educandos, a partir da qual se abre a possibilidade de ressignificar o conhecimento científico” (2012, p. 329). Concordamos com o posicionamento de Anjos, Silva e Molina (2017) quando afirmam:

A escola que pretenda contribuir na emancipação dos sujeitos tem que ultrapassar seus muros e se tornar um espaço de vida, no qual o trabalho, a cultura e a sociabilidade de seus sujeitos sejam constantemente valorizados e trabalhados em seu currículo escolar. (p.8)

Ainda a este respeito Freitas (2012) menciona:

[...] a nova escola deverá estar sempre na vida, na prática social, no trabalho socialmente útil, onde os sujeitos se constituem inclusive pela inserção nas lutas sociais e pela vivência das contradições, constituindo-se como sujeitos que se auto-organizam para intervir na construção do mundo. Neste processo, a escola será mais uma agência entre tantas outras. A escola do trabalho é a escola da vida, incluído aí o trabalho produtivo, quando adequado à idade da criança. (p.5)

Este novo modelo de escola parte da vida, e faz a interligação entre os conteúdos historicamente construídos e temas relacionados ao cotidiano. É esta imbricamento de saberes científicos com saberes da vida, que tem sido feita pela professora Luma, que expôs:

Então na hora da rodinha de conversa é onde a gente participa da realidade com eles.... Informando, trazendo um pouco da realidade dentro do movimento social, para que eles tivessem conhecimento... na hora dos cânticos, os hinos do movimento, implementando, trabalhando. Porque nesse momento é onde nós trabalhamos a questão da pedagogia do campo. E em relação aos conteúdos, a gente tenta seguir o que o município programou mesmo. Só a questão, às vezes, se tivessem algumas intervenções.... Mas não interferia, não. (Entrevista de Luma, outubro de 2017).

É perceptível o esforço de Luma em trabalhar os conteúdos ligados à vida do campo e ao movimento social, sem desprezar a lista de conteúdos curriculares enviados pela secretaria de educação. Para Caldart (2012): “Garantir a história do acampamento ou do assentamento como matéria de ensino pode ser um dos jeitos de fazer este elo, ajudando a enraizar as novas gerações na luta”. (p. 44). Isto se materializa no depoimento da estudante Kelli:

Aqui às vezes a tia Luma levava a gente pra casa de farinha, nas aulas de educação física levava a gente por isso aqui tudo, e aqui tinha a coleta do lixo, a tia Luma marcava o dia e aí a gente pegava umas sacolonas e aí todo mundo do acampamento e as crianças ia catando os lixos do assentamento. A gente ainda sai por isso aí tudo conhecendo as plantas do cerrado, fazia doce com os frutos do cerrado. E lá nessa outra escola não tem isso. (Depoimento de Kelli, 2º roda de conversa, dezembro de 2017).

São práticas pedagógicas como essa que rompem a visão fragmentada da escola tradicional e com o tempo-aula, criando outros tempos educativos, possibilitando aos educandos vivenciar a cultura e vida do campo, tanto na teoria quanto na prática, isso os oportuniza assumir a identidade camponesa, fomentar o sentimento de pertença ao meio rural, além de ajudar na formação de cidadãos críticos e emancipados. Nesta lógica Caio, expressa:

Olha, o papel da escola é fazer com que os filhos dos assentados, sentem no que é deles e entender que é através da escola que se torna um grande homem, um grande pensador e transmitir para outras pessoas na sociedade, por isso que brigamos para ter a escola aqui (Entrevista de Caio, agosto de 2017).

Nas palavras de Caio, a escola permite aos camponeses obter a terra. Deste modo, inferi que esta conquista ocorra, primeiro: porque uma instituição escolar dentro de um acampamento demonstra que tem crianças, jovens e adultos e que eles têm o direito à educação. Para Caio, a escola é um lugar privilegiado de formação humana.

Mesmo havendo uma tendência de considerar a escola o único e principal espaço de formação humana, há, todavia, outros espaços que cumprem esta função. (CALDART, 2004, p.90). Entretanto concordamos com Caldart (2004) quando afirma que:

[...] a escola é um lugar fundamental de educação do povo, exatamente porque se constitui como um tempo e um espaço de processos socioculturais, que interferem significativamente na formação e no fortalecimento dos sujeitos sociais que dela participam. E se constitui assim muito mais pelas relações sociais que constrói em seu interior do que exatamente pelos conteúdos escolares que veicula, embora os conteúdos também participem desses processos, especialmente do que se refere à produção e à socialização (CALDART, 2004, p.91).

Para que a escola cumpra sua função de formação humana é preciso que tenha um projeto político pedagógico voltado para o conjunto dos trabalhadores do campo, que trate das contradições de classe, considere os modos de vida material e imaterial de seus sujeitos e os ajude a lutar pela transformação da sociedade.

Há ainda que se considerar, que a escola é sim um espaço de escolarização, ou seja, acesso a conhecimentos sistematizados. Acerca disso Iasmim relatou: *“eu não sabia ler eu aprendi aqui e eu agradeço muito a professora por eu ter aprendido mesmo que é uma escola do campo e não tem essas coisas que outras escolas, mas foi aqui que eu aprendi ler”*.

A narrativa de Iasmim evidencia toda a representação negativa dada à escola do campo, pois predomina no imaginário que este é um tipo inferior de instituição escolar, “a escolinha isolada, de primeiras letras, escolinha cai não cai”. (Arroyo, 2004). E que por isso é normal que seja precarizada em sua estrutura física e pedagógica, nas palavras de Munarim (2010): “as escolas do campo são as escolas dos sem; sem biblioteca, sem laboratório de ciências, sem internet, sem informática e sem energia elétrica” (p.79).

Mesmo Iasmim reconhecendo que estudou nesta escola, tal como citada pelo autor, suas palavras deixam evidente que foi nela onde aprendeu a ler, portanto, não são os aparatos da escola urbana que fomentam a aprendizagem. Mas sim, uma escola que tenha um projeto educativo específico para os camponeses, no qual a prática pedagógica esteja baseada na dialogicidade, no estímulo a criatividade, no respeito aos tempos educativos de cada educando e as diferenças, sejam elas de qualquer natureza, que incorpore as contradições de classe, articulando saberes sistematicamente construídos com conteúdos ligados à realidade na qual está imersa, que ajude a formar seres humanos.

Outro fator preponderante é a atitude dos estudantes em se desafiar, em se ver como responsáveis pela sua aprendizagem e nesta empreitada ouvir e acolher as orientações do docente, que também é protagonista nesta relação ensino-aprendizagem. Neste sentido Kelli citou:

Irmã Rosana ela não sabia o nome dela, pois ela diz que pede bom, graças a Deus a tia Luma que ela aprendeu a escrever o nome dela aqui muita gente daqui aprendeu a escrever o nome nessa escola daqui, porque não sabia nem ler nem escrever e acho que eles queria estudar também pra eles aprender mais, Dona Joana não sabia ler, ela aprendeu a ler, ela não sabia escrever o nome dela, ela aprendeu a escrever. (Relato de Kelli, 2º roda de conversa, dezembro de 2017).

Complementando a fala da colega, Vinícius disse, “*essa escola daqui ensinava tudo*”. Os depoimentos demonstram que a escola do acampamento, tem dado formação humana tanto para os adultos quanto para as novas gerações. Isso permite reduzir os altos índices de analfabetismo e baixa escolaridade no campo, além de promover uma transformação na vida destes educandos, pois elevava os níveis de consciência deles, o instrumentando ainda mais para a luta social.

Considerando isto é que trazemos as falas de alguns destes estudantes citados, a fim de que eles mencionem a relevância desta instituição em suas vidas. Irmã Rosana disse:

Qual a importância dela na minha vida? minha filha é muito importante na minha vida, porque se eu aprendi ler e assinar meu nome hoje, pra me dá uma assinatura hoje foi através da escola aqui do campo aqui, porque na cidade eu não tive essa oportunidade que eu tive aqui no campo (Relato de irmã Rosana, 2º roda de conversa, novembro de 2017).

Seu depoimento, carregado de sentimento, deixa evidente o papel cumprido pela educação em sua vida, antes ela fazia “a leitura do mundo, agora também faz a leitura da palavra” (FREIRE, 2003, p.9) Freire (2003) expõe que “estes são processos indissociáveis que devem encaminhar os sujeitos ao pensar certo” (p.9). Esta inserção propiciada pela leitura tem grande valor para irmã Rosana, pois agora tem sua identidade divulgada, não é mais estigmatizada por um carimbo de “não escolarizada” em seus documentos.

A irmã Rosana e Cátia citaram, com muita tristeza, que dona Bela (moradora do acampamento já falecida) colega de escola e amiga delas, dizia que a maior satisfação e conquista de sua vida foi aprender a ler e escrever para tirar novos documentos. Ela era a estudante mais velha da turma da EJA e extremamente dedicada a seus estudos, lembrava que devido à vida dura da roça não pôde estudar na época da mocidade, mas que sempre manteve vivo este sonho e que concretizou através da escola do acampamento.

Este relato me emocionou profundamente porque na época que era coordenadora lembro-me de uma reunião na qual dona Bela falou que as aulas estavam muito boas o que estava dificultando era à vista (se referindo à visão cansada) e a questão da pouca iluminação da sala feita pelo motor a diesel, deste modo eu juntamente com a coordenação da EJA, anotamos a solicitação dela e tentamos conseguir junto a secretaria de saúde, exames oftalmológicos e óculos para os estudantes. Ao final da reunião lembro-me dela toda feliz dizendo que já podia assinar a ATA e que estava trocando os documentos.

A satisfação demonstrada por dona Bela em ter aprendido a ler e escrever é compartilhada por dona Joana quando relatou:

È, porque nós, mesmo que nós aprendeu um pouco, porque nós queria aprender mais né, porque esse pouco que nós aprendemos, quando eu cheguei aqui eu não sabia ler nem escrever, mas como essa escola aí, ela foi uma coisa muito importante na vida da gente né, pra trazer uma prosperidade pra gente porque agora a gente sabe ler, escrever sabe como sai, como entra, como pega um ônibus porque a gente olhava assim, eu pelo menos não sabia, olhava e só via letra, mas não sabia o que significava e agora eu já sei pra onde aquele ônibus vai, se por acaso eu for pegar o linha 2, eu já sei pra onde o linha 2 vai, vai pra Vila Brasil, vai pra Vila dos funcionários, aquele outro, o outro ônibus o linha 6, que vai pra o HO, pra Vila Rica, aí eu já sei tudo isso através da escola, foi uma coisa importante pra gente né, porque a gente

aprendeu muito, que nós né eu dediquei minha vida todinha aí né nessa escola pra mim aprender e queria mais e mais que ela tivesse aí né, que os professores tivessem aí pra nós ensinar mais e mais porque é uma coisa importante que além da gente ensinar para os professores e os professores pra gente, porque uma coisa que a gente sabe, a gente tem que ensinar para o outro né que não sabe porque as vezes eu já tenho uma experiência de uma coisa e o professor tem de outras, mas não sabe o que eu sei, porque de mim já passa pra ele e dela já passa pra mim né, já sabe fazer uma letra no quadro e eu já sei o significado daquela letra, tudo eu aprendi na escola, eu agradeço muito a Deus, a professora Luma, a Evilane que foram as educadoras que educou nós e mais e mais eu sou feliz por isso e meus filhos também e meus netos também, meus filhos agora estuda em Barreiras, mas sou grata a Deus e a esses professores de nos ajudar nessa dificuldade porque a gente não sabia né, porque eu fui criada também na roça, meu pai morreu ficou muitos filhos homens com a minha mãe que ficou viúva e nós foi que ficou e foi trabalhar pra criar os filhos pequenos de minha mãe, trabalhar, ajudar né, plantava capim, plantava milho, de tudo nós plantava na roça pra ajudar no mantimento, pra ter o mantimento pra se manter, pra comer, se alimentar e criar nossos irmãos pequenos e aí através disso eu vim morar em Barreiras, de Barreiras vim pra cá, olha onde eu tô, me casei em Barreiras e tô morando aqui nesse abençoado acampamento e tô feliz por isso. (Relato de dona Joana, 2º roda de conversa, novembro de 2017).

O depoimento de dona Joana demonstra que ela venceu a exclusão educacional que marca o campo brasileiro, e por meio disto viu sua vida transformada, pois segundo Freire (2017): “a palavra instaura o mundo do homem. A palavra como comportamento humano, significante do mundo, não designa apenas as coisas, transforma-as” (p.26). Assim, encontrou novas possibilidades, por meio de sua formação escolar e humana, conseguiu transformar suas condições sociais.

Esta transformação só foi possível porque dona Joana e os demais estudantes da escola do acampamento têm tido acesso a uma “educação problematizadora de caráter autenticamente reflexivo, que implica um constante desvelamento da realidade”. (FREIRE, 2017, p.97). E ao desvelarem o mundo, se libertam tornando-se, então, sujeitos emancipados que buscam, por meio da luta, a transformação da sociedade.

Ademais mencionou “*além da gente ensinar para os professores e os professores pra gente, porque uma coisa que a gente sabe, a gente tem que ensinar para o outro né que não sabe*”. Seu discurso demonstra que há uma troca de saberes. Portanto, entende que a aprendizagem é um processo dialógico, encontrando respaldo na assertiva Freire (2017) que afirma:

[...] o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos, assim se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos e em que os “argumentos de autoridade” já não valem. Em que, para ser-se, funcionalmente, autoridade, se necessita de estar sendo com as liberdades e não contra elas.

Já agora ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo. (p.95-96)

O relato de dona Joana, atrelado à prerrogativa do autor demonstram que a escola 1º de Maio, constituiu um processo de educação dialógico, no qual todos foram protagonistas, havia a valorização dos saberes escolares, de experiência e o respeito aos tempos educativos dos educandos, como relatou Anatália:

Eu era um pouco” ruda” pra aprender, foi muito difícil aprender as letras, até guardar tudo na cabeça, minha fia foi um trabalho, mas a professora Luma me ajudou, eu era a última a terminar o dever, e ela passava mais tarefa pra mim, aí tomava minha lição, eu devagar, aquela dificuldade de juntar as coisas, mas foi indo, foi indo até que eu aprendi a ler e escrever, ainda leio devagar, mas agora consigo ler um papel que me dão na rua, eu ando pela rua leio tudo, placa, tudo, e foi aí nessa escola que eu me alfabetizei. (Relato de Anatália, 2º roda de conversa, novembro de 2017).

É possível perceber que houve primeiro o reconhecimento por parte de Anatália de suas “dificuldades” e, depois, a atitude de assunção de sua aprendizagem. A este respeito Freire (2016) expõe que:

O educando precisa de se assumir como tal, mas assumir-se como educando significa reconhecer-se como sujeito que é capaz de conhecer e que quer conhecer em relação com outro sujeito igualmente capaz de conhecer, o educador e, entre os dois possibilitando a tarefa de ambos, o objeto de conhecimento. Ensinar e aprender são assim momentos de um processo maior – o de conhecer, que implica reconhecer. No fundo, o que quero dizer é que o educando se torna realmente educando quando e na medida em que conhece, ou vai conhecendo os conteúdos, os objetos cognoscíveis, e não na medida em que o educador vai depositando nele a descrição dos objetos, ou dos conteúdos. [...] Mais do que ser educando por causa de uma razão qualquer, o educando precisa tornar-se educando assumindo-se como sujeito cognoscente e não como incidência do discurso do educador (p.65)

Nesse prisma Anatália se esforçou até conhecer e aprender todos os conteúdos sistematizados necessários à sua alfabetização, para que assim pudesse conscientizar-se, e reconstruir criticamente o mundo a sua volta, podendo deixar para traz os anos de silenciamento e exclusão social que vivenciou. Isto só foi possível por meio da prática educativa dialógica na qual há uma relação de compromisso e co-laboração com vistas a favorecer o processo ensino-aprendizagem para juntos transformarem o mundo. (FREIRE, 2017, p.227).

4- Raiz da mesma semente: o papel da Educação/Escola do Campo no processo de resistência e luta pela terra

Segundo Arroyo (2017): “A luta pela terra é mais do que luta por terra. É luta libertadora, formadora. Nessa radicalidade de lutas, radicaliza-se o lutar por escola, por educação no campo, nos territórios indígenas, quilombolas” (p.81). O MST começou implantando as escolas itinerantes, estas, segundo Camini (2009), “nasceram a principio, em função das crianças não serem aceitas nos estabelecimentos públicos existentes nos municípios próximos aos acampamentos” (p.51). Elas acompanham o movimento e tem possibilitado a continuidade dos estudos para os acampados, depois passou a lutar pelas escolas permanentes. Nesse sentido Arroyo (2017) cita que:

A presença física da escola como espaço, organização, fortalece o direito a terra ocupada como a presença da escola itinerante fortalece os acampados em suas lutas pela terra. Igualmente a luta pela escola indígena ou quilombola fortalece a luta pelo fortalecimento dos territórios indígenas e quilombolas. (p.211).

A prerrogativa do autor é confirmada no relato de Arlete:

Quando pergunta, lá tem um colégio, tem gente que estuda, lá tem criança, tem tudo isso, então quando o cara chega então não pode sair porque como é que vai tirar uma escola, tirar as crianças da escola e vão para onde esse pessoal de uma hora para outra, então esse colégio faz parte da nossa permanência.

Ainda tratando do papel da escola na resistência e luta pela terra, irmã Rosana afirmou:

[...] porque através da escola a gente fazia as festas aí vinha os vereadores, vinha os prefeitos, vinha essas pessoas, então eles sempre estavam ajudando, eles falavam assim, que a gente estava de parabéns, eles davam voto de confiança pra gente, muita gente via a gente como um ladrão que tava invadindo a terra alheia, e aí depois que eles chegavam aqui, eles viam que não era do jeito que eles pensavam que as coisas eram diferente, então tudo era mais fácil com a escola. (Depoimento irmã Rosana, 2º roda de conversa, novembro de 2017).

Conforme relatos das participantes, a presença de uma escola na comunidade evidencia que há vida naquele espaço: crianças, jovens e adultos, e que eles precisam ser atendidos no seu direito de estudar, além de permitir a superação de visões negativas acerca dos camponeses sem-terra, posto que ao visitarem a escola conheciam também o acampamento, viam a resistência daquele povo, que mesmo em condições adversas, provisórias e improvisadas conseguiam desenvolver seus modos de vida material e simbólico. Neste sentido, Joaquim ressalta:

Essa escola ela como é que se diga ela é um pilar de segurança pra nós aqui, porque você sabe que um acampamento, assentamento se ele não tiver escola ele não tem segurança nenhuma tem que ter escola tem que ter o pessoal que trabalha ali tem que ter uma escola, tem que estudar porque se não nós não temos segurança nenhuma naquele lugar a segurança nossa aqui é esse colégio que nós mantém (Entrevista de Joaquim, agosto de 2016).

Corroborando com a fala de Joaquim, Diana cita que: “*a parte chave, mais segurativa da terra é a escola*”, a este respeito Santos (2012) expõe: “Os sujeitos coletivos, que lutam pela terra e pela educação, (entendendo que esta, além de um direito, é uma ferramenta importante em suas lutas de resistência aos processos de expansão do capital no campo”. Caio também compartilha dessa visão:

Olha, o primeiro passo, quando construímos o acampamento é a escola, seja ela em qualquer parte do país o primeiro passo é construir a escola, segundo é trabalhar com a saúde orgânica e natural, então tem o xarope, tem o remédio e tal então, isso já é o princípio do movimento é conseguir logo a escola, porque criar a criança fora da escola não é um interesse nosso. Mas nós que discute com o Estado com o município que tem que ter a escola, mas nossa resistência maior é para manter a família no campo, o primeiro passo é a escola, sem a educação, sem a saúde não há agricultura no campo.

As palavras do entrevistado evidenciam que a prioridade, depois da ocupação da terra, é com a educação. A este respeito Caldart (2004) menciona:

O MST assumiu a tarefa de garantir escola para os sem-terra pressionando as circunstâncias de uma luta feita em família, e que tinha como um de seus objetivos exatamente a reconstrução de comunidades no campo, com todas as dimensões da vida social que isso envolve, incluindo a presença das escolas. Passou a se preocupar a se ocupar mais detidamente com essa luta específica, e também com o que acontecia dentro das escolas conquistadas, á medida que foi definindo com mais clareza os contornos de sua organização, de sua identidade política cultural, e a abrangência de sua luta, onde então a formação das pessoas, a produção de novos seres humanos tornou-se um objetivo tão importante quanto à conquista da terra, e exigente de integralidade e de perspectiva histórica. (p.380)

Esta formação humana realizada pela escola tem sido primordial para instrumentalizar os sujeitos a lutar pela sua permanência na terra conquistada, conforme narrativa de Lia:

Muita gente que estava aqui lutando pela terra que às vezes tá lutando pela terra, mas não sabia nem assinar o nome hoje em dia já sabe, através dela aí aprenderam a assinar o nome, a ler alguma coisa, só não foi melhor porque não continuou não tá continuando. Esse ano passou em branco, não teve aula aí, os próprios alunos daqui tiveram que sair para ir estudar fora daqui isso já é uma desvantagem para gente porque invés de crescer de ter uma ajuda para a gente fez foi decair um pouco. (Relato de Lia, participação observante).

A escolarização e formação humana propiciada pela Educação do Campo permitiu aos educandos transformar suas vidas e agregar ainda mais elementos para lutarem pela reforma agrária. Confirmando isso Carla citou:

é porque nas aulas envolve muita coisa em questão da terra, da reforma agrária, então nossos alunos, se você chegar e perguntar a um aluno que estuda na rua o que é o hino do MST nenhum vai saber lhe responder e todos

daqui sabe cantar e sabe o que é reforma agrária e sabe o que é MST e sabe o que é a luta pela terra (Entrevista de Carla, janeiro de 2017).

Entende-se que a escola 1º de Maio tem oferecido escolarização e formação social para seus educandos. Deste modo, “pode contribuir para a formação de novas gerações de “intelectuais orgânicos” capazes de conduzir o protagonismo dos trabalhadores do campo em direção à consolidação de um processo social contra-hegemônico” (MOLINA E SÁ, 2012, p.327). Acerca desta questão Luma expôs:

A escola do campo já está dizendo que desenvolve esse processo porque a realidade dos educandos é a realidade da família deles, né? Então, eles estão ali. Eles sabem os direitos deles... Eles começam a estudar e começam a ter esse olhar que tem o direito. Então, o papel da escola é fundamental para que eles também tenham essa experiência, de querer lutar pelo espaço do campo. Porque no momento em que eles passam a vivenciar, a ter o conhecimento. Eles começam a desenvolver dentro de si aquela vontade de querer que, dentro do espaço deles, tenham esses dois tanto a escola, como a terra (Entrevista de Luma, outubro de 2017).

A narrativa da docente evidencia que “[...] educação não é mais apenas escolarização das crianças acampadas e assentadas que a formação também pode acontecer na escola”. (CALDART, 2004, p.280). Deste modo Caldart (2004) citou que “a escola passou a ser vista como uma questão também política, quer dizer, como parte da estratégia de luta pela Reforma Agrária, vinculada às preocupações gerais do Movimento com a formação de seus sujeitos” (p.225-226).

Ainda tratando desta questão Luma afirmou:

A escola ela está dentro da área. Então a educação do campo já se diz: é a dos pequenos agricultores, que vem lutando para que seus filhos não saiam do campo para ir para a cidade, sendo que dali ele pode ter o conhecimento... E dali [do campo] pode surgir uma oportunidade para eles. Então, dentro da educação do campo, o processo da resistência da terra, trabalha em conjunto. Ali dentro, daquela realidade, a escola tinha esse olhar (Entrevista de Luma, outubro de 2017).

Corroborando com esse argumento, Arroyo (2012) sustenta que, “educação/escola do campo é inseparável das lutas por reforma agrária” (p.244) e ainda lembra que:

lutar por terra, escola no campo para não migrar, para que os (as) filhos (as) permaneçam no lugar, enraizados na agricultura camponesa, ribeirinha, das florestas. Conotações tão próximas entre o direito ao lugar e a escola como lugar ou como condição para ficar e não migrar. (p.249)

Deste modo, a combinação da luta por terra e por educação são basilares para que os camponeses possam permanecer no campo e assim produzir e se reproduzir neste espaço.

5- Arrancando a raiz e impedindo o florescimento: processo de nucleação da Escola 1º de Maio

A Educação do Campo se fortaleceu nas últimas décadas possibilitando assim, que milhares de camponeses sejam educados em seus territórios, obtivemos muitas conquistas, como as Diretrizes Operacionais para as Escolas do Campo, o PRONACAMPO, a Licenciatura em Educação do Campo, o fortalecimento do próprio conceito deste segmento educacional e a Lei nº 12.960, de 27 de março de 2014, que altera o artigo 28 da LDBEN (9394/96), e coíbe o fechamento autoritário e abusivo de escolas do campo conforme expresso no parágrafo único da referida lei:

O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar. (NR) (Lei 12.960/ 2014).

Contudo, recentemente há uma ameaça iminente de perda destes avanços, devido “a atual política recessiva e de cortes orçamentários” (Taffarel e Munarim, 2015, p.45). Deste modo, segundo Freitas (2015): “Entre 2003 e 2011 já haviam sido fechadas 24.000 escolas. A contabilidade hoje é muito maior, [são mais de 30 mil](#)” (BLOG DO FREITAS, 2015). O ano que o autor se refere é 2015. Considerando os dados, vemos que o quantitativo de escolas fechadas só aumenta a cada ano.

No caso específico do município de Barreiras contabilizamos, por meio de pesquisa documental, o fechamento de 44 escolas do campo, sendo que destas, 14 foram nucleadas. Em números absolutos, o fechamento tem se sobreposto ao número de escolas implementadas no campo. Isto representa o avanço das agroestratégias, posto que a agricultura em larga escala é um modelo econômico que desterritorializa os sujeitos camponeses, que inviabiliza a existência de outras formas de vida e uso da terra. Logo o fechamento da escola é estratégico, pois promove o esvaziamento do meio rural, abrindo então espaço para a monopolização do capital neste nesse perímetro.

Importa frisar que o fechamento das escolas contraria a supracitada lei que determina que sejam analisadas a fundo as justificativas e estudados os impactos deste processo para as comunidades, todavia isto não foi considerado, tendo em vista que a

nucleação de escolas foi uma decisão tomada pela Secretaria Municipal de Educação sem uma consulta prévia às comunidades, conforme foi relatado por irmã Rosana:

Não, não teve essa conversa, quando foi no meio do ano a gente soube pelas meninas do MST elas já batiam no duro que não ia ter mais escola aqui num sabe, aí a Carla, as meninas, nós tudinho ainda foi combater, por que ia fechar a escola daqui? Porque escola se abre, não se fecha, uma vez veio a Mariana e veio elas aqui e a gente bateu o pé no toco, escola não se fecha, escola se abre, não tem necessidade nenhuma de vocês levarem nossos filhos daqui, pra essas meninas tá pra cima e pra baixo em escola não. E nossa escolinha vai continuar, aí elas ainda deixaram no meio do ano, aí quando foi no final do ano não teve jeito, aí entrou aí outro prefeito e foi quando fechou (Relato de irmã Rosana, 2º roda de conversa, novembro de 2017).

È possível perceber que houve anteriormente a intenção de fechar a escola, entretanto não se cumpriu devido à resistência dos moradores do acampamento. Contudo, no ano seguinte, por meio de um processo arbitrário, o fechamento ocorreu sem que houvesse debate com os moradores da comunidade acerca desta questão. Tal situação demonstra claramente que o Estado está comprometido em tirar “os entraves”, ou seja, os camponeses e assim legitimar a hegemonia do agronegócio no campo.

Deste modo, em contato com Mariana, ex-coordenadora, que é pertencente ao MST, ela me informou que recebeu uma ligação de um dos dirigentes do MST na região oeste e ele pediu que ela participasse naquele mesmo dia de uma reunião na Secretaria de Educação que tinha como pauta a nucleação da escola. Segundo Mariana: *“por mais que a gente falasse nada era levado em consideração, ela (secretaria de educação) tinha todos os argumentos para nuclear a escola, falou da precarização da estrutura, das péssimas condições da multisseriação tanto para os alunos quanto para os professores e se comprometeu a construir uma escola regional”*.

Todos os argumentos, tem o intuito de desviar a atenção para os reais motivos do fechamento e da nucleação de escolas, que são a desterritorialização dos sujeitos do campo com vistas a enaltecer, favorecer e legitimar a agicultura em larga escala no município, escamoteando outros modos de vida e produção no meio rural. Esse alinhamento estratégico entre os gestores municipais com o setor agrícola impossibilita aos camponeses reagir contra a perda de seus direitos, posto que como bem expressa Mariana, *“a falta de tempo para se preparar para uma reunião como aquela levou ao fechamento da escola”*.

Nesse prisma constata-se que a gestão pública municipal se muniu de argumentos para que a nucleação fosse aceita pela própria comunidade como sendo a melhor decisão a ser tomada. No entanto, seus argumentos não se sustentam pois, como

ênfatiza irmã Rosana: “*escola não se fecha, escola se abre*”. Dito de outro, os direitos devem ser ampliados e não retirados. Posto que o fechamento de uma escola representa, de certo modo, a perda de conquistas obtidas a custo de muito sofrimento, de privações, e até do sangue de muitos companheiros que tombaram na luta por terra, escola, ou quaisquer outros direitos negados aos povos do campo.

Esta consciência crítica que segundo Freire (2017) se constitui como consciência de mundo (p.20) é proveniente da luta social por terra e educação que faz os sujeitos entenderem o relevante papel da educação/escola na aquisição de direitos, na formação humana e na transformação social.

Ademais, o fechamento da escola evidencia uma estratégia ardil do Estado para coibir a elevação dos índices de consciência dos sujeitos camponeses, para desmobilizar a luta social. Tendo o propósito de desterritorialização os moradores do meio rural, promovendo assim seu esvaziamento para que o capital se hegemonize no campo. Ainda sobre isso, perguntei as crianças se souberam de alguma reunião que tratou do fechamento/ nucleação da escola, se explicaram a eles os motivos, Kelli relatou:

Porque o Zito falou por aí que está sendo prefeito ele está fechando a escola do campo tudo, aí por isso, por isso que está fechando a escola do campo tudo, e essa escola daqui poderia está aberta, porque aqui era uma escola da comunidade e aqui também era bom porque de noite era a EJA e o povo os mais velhos também estudava aqui a noite e a gente vinha pra cá e a professora dava tarefa pra gente e a gente sentava e ficava fazendo as tarefas juntos com os da EJA. (Relato de Kelli, 2º roda de conversa, dezembro de 2017)

Há elementos nodais na assertiva de Kelli, o primeiro deles é ênfatizar que “a escola poderia está aberta”, pois além de ser um espaço da comunidade, ou seja, de todos, ela vinha cumprindo sua função social que é garantir a aprendizagem da leitura e da escrita e humanizava os sujeitos, por meio de uma ação dialógica na qual estavam inseridos adultos-crianças-docente, para os quais a escola representava a “realização de um sonho”, a conquista de um direito negado e ainda propiciava a interação entre adultos e crianças. Segundo Caldart (2004):

È própria da escola garantir que aquela característica da pedagogia do MST, de não separar gerações nas vivências que constituem a formação dos sem-terra, seja temperada com o respeito às diferenças que existem entre os tempos de vida. (p.385).

Este encontro de gerações é extremamente educativo, pois permite a troca de saberes e a humanização dos educandos. Deste modo, a gestão pública municipal ao

instituir a nucleação desconsiderou as aprendizagens decorrentes da interação entre crianças e adultos e de maneira arbitrária. Segundo relatou Kelli “*o prefeito está falando por aí que está fechando a escola do campo tudo*”. Esta atitude é estratégica para esvaziar o campo, posto que as pessoas terão que novamente deixar este espaço em busca de educação. Citamos que o fechamento das escolas foi um ato deliberado sem consulta pública. Por meio do quadro abaixo é possível comprovar o que foi dito por Kelli, pois grande parte das escolas multisseriadas foram nucleadas.

Quadro 3- Nucleação de escolas multisseriadas

Nome da Escola nucleada	Escola-núcleo
Esc. Mun. Santa Lúcia	Esc. Mun. Adroaldo Fernandes Morais
Esc. Mun. São Pedro	Esc. Mun. Santa Luzia
Esc. Mun. Monteiro Lobato	
Esc. Mun. Nossa Senhora de Fátima	
Esc. Mun. 1º de Maio	Esc. Mun. Manoel Rocha Filho
Esc. Mun. Antônio Joaquim Albernaz	
Esc. Mun. Imaculada Conceição	Esc. Mun. Capitão Marcolino
Esc. Mun. Boa Sorte	Esc. Mun. Prof ^a Camerina Dias Melo
Esc. Mun. Lar Feliz	Esc. Mun. do Parque
Esc. Mun. São João	
Esc. Mun. Sagrado Coração de Maria	Esc. Mun. São João Riachinho
Esc. Mun. Santo Antônio	
Esc. Mun. SR dos Aflitos	
Esc. São José	Esc. Mun. de 1º grau Povoado do Tatu

(Fonte: Diário Oficial 2440 de 22 de fevereiro de 2014, reelaborado por Queina Lima da Silva)

Neste sentido, o processo de nucleação das escolas do campo de Barreiras foi instituído pela prefeitura em 21 de fevereiro por meio da portaria de número 009/2017 e Nº 002 de 22 de fevereiro (Diário Oficial, 2440/2017), este determina “a desativação temporária de algumas escolas do campo para reforma e ampliação, bem como a criação das escolas- núcleos na zona rural”. Deste modo, de acordo com o site oficial da prefeitura de Barreiras-Ba, o objetivo da Secretaria de Educação é:

È fazer intervenções estruturais nestas unidades escolares, que pelo fato de estarem na zona rural, não foram objeto de cuidado, zelo e responsabilidade pela gestão antecessora. Todas estas escolas necessitam urgentemente de reforma e ampliação para depois, serem devolvidas para à comunidade, com estrutura digna: classes seriadas e estratégias pedagógicas apropriadas para a educação do campo. (Diário oficial- 2440, 22 de fevereiro de 2017).

Os argumentos usados para instituir as escolas-núcleos são as precárias condições dos prédios escolares e a multisseriação. No documento consta:

O agrupamento de alunos de séries diferentes em uma única turma, acompanhados pelo mesmo professor, no mesmo horário de aula, ou multisseriação, é um sistema que, mesmo permitido pela Lei 9.394/96, denota precarização de qualidade no ensino. (Diário oficial- 2440, 22 de fevereiro de 2017).

Este argumento merece uma reflexão mais atenta, primeiro como o próprio documento aponta, a multisseriação é permitida pela LDBEN 9394/96, posto que o artigo Art. 23. Estabelece que:

A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar. (p.8).

Portanto, não há impedimento legal para este tipo de organização escolar, que são preponderantes em locais em que há baixa densidade populacional, a exemplo do meio rural e principalmente nas regiões Norte e Nordeste do país. Para muitos estudiosos, este tipo de organização escolar é visto como uma “anomalia do sistema”, que deveriam ser eliminadas.

A despeito das representações negativas as escolas multisseriadas têm resistido, deste modo segundo Rocha e Hage (2010, p.18): “no ano 2009 (...) o Censo Escolar indica a existência de 49.305 escolas exclusivamente multisseriadas no país, e um contingente expressivo de 1.214.800 de estudantes nela matriculados”. Nas palavras desses autores elas:

representam a única presença explícita do Estado, materializado como equipamento público capaz de assegurar às populações do campo uma formação plena como ser humano, que tem assegurado o direito de acessar conhecimentos, a cultura, os valores, a memória coletiva, as inovações do progresso tecnológico e os saberes do mundo do trabalho. (p.18)

Sendo assim, simbolizam a “mão do Estado” junto aos povos do campo e lhes permite pressionar o governo para disponibilizar condições dignas de vida no meio rural.

Ademais é por meio das escolas multisseriadas que crianças, jovens e adultos, principalmente do meio rural, têm tido acesso a educação. Como abordamos na seção anterior, foi em uma escola organizada pelo sistema de multisseriação que os adultos e as crianças residentes no Acampamento Zequinha Barreto se alfabetizaram.

Por sua vez discordamos do argumento usado de que este sistema denota “precarização de qualidade do ensino”, já que a aprendizagem dos alunos tem sido garantida. Deste modo, com vistas a compreender se o sistema seriado adotado em

2017 com o processo de nucleação tinha favorecido a aprendizagem dos estudantes, perguntei as crianças durante a segunda roda de conversa, se gostavam mais e aprenderam mais na escola do acampamento, no qual eram todos os estudantes juntos em uma sala, ou na nova escola que é só uma turma por sala. Maurício disse: aprendi mais aqui (se referindo à escola do acampamento, lócus da oficina), acerca da mesma questão Iasmim mencionou:

Aqui também porque quem ia passar para o quinto ano, nós estamos no quarto ano, aí o que a tia Luma passava para o quinto ano a gente já aprendia, aí a gente já ficava com as duas coisas na mente, aí hoje já tudo o que ela passava para o quinto ano a gente já aprendeu tudo o ano passado. (Relato de Iasmim, 2º roda de conversa, dezembro de 2017).

Destarte, o sistema multisseriado favoreceu o processo de aprendizagem dos educandos, fazendo com que eles já adquirissem conteúdos das séries/anos subsequentes. Isto refuta o argumento de precarização da qualidade do ensino, deste modo, acreditamos que a má qualidade da educação não esteja diretamente relacionada ao sistema multisseriado e sim, ao descaso com a educação dos povos do campo, posto que esta sempre foi tratada como um resíduo da educação urbana, recebendo “migalhas” com infraestrutura precária (somente uma sala de aula, uma cantiga e um banheiro), mobiliários, equipamentos e livros usados e docentes com formação mínima, já que no imaginário dos governantes “para os povos do campo não são necessárias muitas letras” (Arroyo, 2004).

Todos estes fatores combinados contribuem sobremaneira para a precariedade da qualidade do ensino e para os altos índices de repetência e reprovação, independentemente se é em uma escola do campo seriada ou multisseriada. Não obstante, no caso específico do acampamento, as precárias condições não foram obstáculos para a aprendizagem dos educandos. Contudo, devemos exigir infraestrutura digna, pois como ressalta Freire (1996) “o desrespeito a este espaço é uma ofensa aos educandos, aos educadores e à prática pedagógica” (p.66).

Outrossim, entendo que a multisseriação exige que o docente tenha uma formação específica para atuar nestas escolas, concordamos com Moura e Santos (2012) quando afirma que: “urge a necessidade de políticas públicas mais localizadas e um Projeto Político-Pedagógico que traduza a dinâmica da Educação do Campo e das classes multisseriadas” (p.72).

Nesta conjuntura ganha relevo a afirmação de Silva, Camargo e Paim, 2008:

Apesar das condições precárias, do escasso material, da formação que poderíamos considerar insuficientes de seus professores, em muitas delas acontece um trabalho de qualidade, com aprendizagem significativa por parte dos alunos. Um conjunto de fatores, tais como o compromisso com a comunidade, uma cultura compartilhada e a consciência política de alguns professores (aliada à busca de formação), parece desempenhar um papel importante nas escolas. (p.7).

O argumento da precarização da qualidade do ensino é na realidade uma falácia, que esconde a estratégia de desterritorialização, desarticulação da luta social e facilitação da apropriação de fundos públicos pelo setor privado aqui representados pelo transporte escolar. Para tal institui as escolas-núcleos, contrariando a Resolução nº 2 de 2008 que determina:

Art. 3º A Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental serão sempre oferecidos nas próprias comunidades rurais, evitando-se os processos de nucleação de escolas e de deslocamento das crianças. (Brasil, 2008, p.1)

A lógica da gestão pública tem sido inversa a que expressa o artigo, a cada ano aumenta o número de escolas fechadas ou nucleadas, alegando-se “a suposta contenção de gastos”, porque segundo argumentos dos Secretários de Educação o baixo quantitativo de estudantes em várias escolas do campo é muito oneroso, sendo portanto inevitável o processo de nucleação de escolas, o fechamento de muitas delas e o uso de transporte escolar que de acordo com eles, se torna mais viável aos cofres públicos. A justificativa não se sustenta, posto que segundo Ferreira e Brandão (2018):

Os estudos sobre os dados dos repasses federais apontam um aumento significativo nos repasses ao transporte escolar rural, contradizendo os governantes ao quererem reduzir gastos. Os dados demonstram “alto” custo por aluno quando transportados para as escolas urbanas, revelando falta de planejamento na gestão da educação e ou má intenção no uso ou desvio do dinheiro público por parte dos gestores. (p.10)

O argumento de contenção de gastos é falacioso, pretende-se conter a indignação e impedir que os moradores do campo reajam a este processo perverso de fechamento de escolas e descubra que esta é uma estratégia da gestão pública para desviar os fundos públicos da educação ou para repassá-los ao setor privado, aqui representado “por uma máfia do transporte escolar” que atende a interesses de governantes e ao capitalismo agrário que vê no fechamento da escola a possibilidade concreta de esvaziamento do meio rural, fato que favorece sua hegemonia neste perímetro.

Importante frisar o Programa Nacional de Transporte Escola, foi criado para repassar fundos aos estados e municípios com o intuito de oportunizar a continuidade das escolas do campo. Para Ferreira e Brandão (2018) “não justifica a continuidade do

fechamento de escolas no campo e a política do transporte escolar, visto que o valor passou de R\$ 56.885.545,80 milhões, em 2003, para R\$ 596,4 milhões em 2010”. (p.11). Opta-se pelo transporte escolar posto que este além de possibilitar o desvio de verbas, estimula a desterritorialização, pois as precárias condições do transporte e das estradas, os perigos existentes, as longas distâncias percorridas pelos estudantes diariamente estimula a migração para a cidade, deixando então o campo vazio e atendendo assim o desejo de hegemonia do capital no meio rural.

Diante dos dados citados fica evidenciado que todo o montante destinado ao transporte escolar, poderia ser aplicado para construção e ampliação de escolas do campo, evitando assim a desterritorialização dos sujeitos do campo. Entretanto a gestão pública municipal não tem interesse em diminuir os índices de analfabetismo no campo, nem aumentar os níveis de consciência dos camponeses, pois estariam os instrumentalizando para lutar e reivindicar por direitos negados e por meio disso fortaleceria suas comunidades e continuariam com suas raízes fincadas no campo.

Contrapondo isso, as gestões municipais tem adotado a política de nucleação de forma estratégica e mais uma vez tem negado aos sujeitos do campo o direito a educação do e no meio rural, estimulando assim a migração campo-cidade e favorecendo a hegemonia do agronegócio no meio rural.

6- Sementes que não florescerão: os impactos da nucleação para os educandos e o acampamento Zequinha Barreto

Como mencionei na seção anterior, a nucleação das escolas foi instituída sem um amplo debate com a comunidade, no caso específico do acampamento, os dirigentes foram chamados a participar de uma reunião na secretaria de educação sendo feita a seguinte proposta a eles, relatada pela professora Luma:

No primeiro momento, era a construção da escola. Ser construída a escola ali, porque já estava em um processo de cair mesmo à escola, né? Então ali precisaria de uma reforma. Como o tempo... Já estava para iniciar as aulas, o que alegaram é que não daria tempo.... Mas que os alunos fizessem essa junção, para depois ser construída a escola. Então, em acordo com a comunidade e a nova direção, é que fossem desmembradas [as crianças] para outras escolas até a construção da própria escola, ali dentro. Que poderia ser ali, ou então em um espaço que eles estavam visando, mas dentro de uma área que já era feita pelo movimento, a pedido do movimento. A construção de uma escola [...] como [escola] seriado, iniciamos a discussão para que fossem seriados... E seriado, ali, os educandos... Não dava para ser cada um em sua série. Até mesmo porque não tinha uma quantidade suficiente de

educando para ser seriado. Só que com esse debate, segundo a informação, com esse debate é que juntaria... fazia a divisão das escolas da reforma agrária, tanto do *Zequinha Barreto*, quanto a do *Rio de Pedra* e, aí sim... As outras áreas de reforma que ficam mais próximas, para ficar uma única escola. (Entrevista de Luma, outubro de 2017).

A gestão pública se comprometeu em construir uma escola, entretanto afirmou que como o ano letivo já estava para ser iniciado não conseguiriam executar a obra, ponderaram que aceitassem a nucleação, pois ergueriam uma escola específica para os projetos de assentamento de reforma agrária, juntando os estudantes do Acampamento Zequinha Barreto com os do Assentamento Santa Rita.

O acordo firmando entre os dirigentes do acampamento com a secretaria foi cumprido somente pela direção da comunidade, o ano de 2017 passou e não houve reforma ou construção. Segundo Caio: *“a população ficou revoltada em tirar a escola daqui não era na nossa gestão, objetivo nosso é que essa escola volte, vai ser uma briga tensa em nível regional e não local. Nós vamos brigar para que a escola volte para esse local”*. Confirmando a insatisfação citada pelo dirigente do acampamento, Iasmim mencionou:

E quando fechou essa escola aqui eu soube a notícia que a gente teria que estudar na outra escola eu falei para minha mãe que eu não ia estudar, mas eu tenho que estudar, se não eu ia ficar na quarta série, mas eu não queria estudar lá eu queria ficar aqui mesmo. (Depoimento de Iasmim, 2º roda de conversa, dezembro de 2017)

A nucleação desconsiderou a relevância da escola para a comunidade e os impactos que esta ação geraria como podemos perceber no desabafo de Caio:

Quem estava a frente na época desta negociação eram as meninas [outras pessoas do MST] e elas não deram essa importância (se referindo a escola) acho que não tinham o conhecimento, do que é a escola do que é a educação do campo, e acabaram tentando fazer o gosto de pessoas que nem sabe o que é o campo e o valor que o campo tem aí tiraram a nossa escola de nós (Entrevista de Caio, agosto de 2017).

È possível identificar, na assertiva de Caio, certa carga de preconceito de gênero, arraigada em uma sociedade fundada no padrão “branco-europeu-masculino” (WALSH, 2012). Ao que parece, ele não acreditava na capacidade crítica e política delas em estar à frente da coordenação do Acampamento Zequinha Barreto e da direção do MST da regional oeste e deste modo diz: *“elas não deram a importância e acho que não tinham o conhecimento do que é a escola do que é a educação do campo”*. Seu julgamento é equivocado tendo em vista que “as primeiras a se mobilizarem pelo direito as escolas do

campo foram às mães e professoras, depois os pais e algumas lideranças do Movimento” (CALDART, 2004, p.224).

Portanto, elas “as meninas do MST”, que são na realidade as “mulheres sem-terra”, tinham sim, plena consciência da relevância da escola e da educação, pois por estarem inseridas na luta pela terra, sabem que a conquista da escola é também questão basilar dentro do movimento social. Citamos ainda que a luta do MST é feita pela família, todos têm protagonismo e são formados nas “labutas cotidianas”, independente de ser homem, mulher ou criança.

É tendo este entendimento que o MST abre espaço para as mulheres integrarem os núcleos juntamente com os homens, “uma clara tentativa de enfrentar as desigualdades de gênero [...] possibilitando assim, a transgressão de sua invisibilidade social e política”. Isto permite que elas “pensem por si próprias, coloquem sua opinião, se reconheçam como sujeitos capazes, revelando o processo de socialização política e de empoderamento” (SCHWENDLER, 2009, p.218).

A assertiva de Caio, quanto a “possível incapacidade de julgamento” das mulheres sem-terra e da “decisão equivocada delas”, não encontra fundamento, pois as mulheres também fazem parte do MST, e assim como ele têm formação que as respalda a tomar decisões.

Contudo, entendo que a indignação dele talvez esteja fundada em seus anos de militância, este acúmulo o levou a saber que o acordo não deveria ter sido feito, pois talvez vislumbrou que a retirada dessa escola seria um processo irreversível, que representaria a perda de um direito conquistado, portanto, um retrocesso. Entretanto é preciso ponderar que o pacto foi feito, pois foi oferecido a eles e elas a construção de uma “escola regional do MST que atenderia os estudantes dos assentamentos próximos e os filhos de pequenos agricultores ou de outros trabalhadores do campo, do município ou da região”. (CALDART, 2004, p.284).

Todavia, a construção não ocorreu, mas a escola foi nucleada/fechada, resultando assim na desarticulação de um espaço político-pedagógico importante na luta, pois lá havia a formação política das crianças, que participando das reuniões, aprendiam acerca das matrizes do MST, formavam-se e se educavam de maneira concomitante, tinham a oportunidade de desenvolver sua militância social nos Encontros dos Sem-Terrinha feitos no ambiente escolar. Deste modo a escola vinha sendo um lugar de formação que garantia a continuidade do MST (CALDART, 2004, p.249).

Mesmo havendo esta desarticulação política da formação das crianças, os adultos ainda usam este espaço para realizar assembleias, reuniões, até mesmo para evidenciar a relevância dele e demonstrar, que o movimento de luta por terra e por educação ainda resiste, mesmo tendo esta perda irreparável que foi o fechamento da escola, eles/elas se mantêm firmes desenvolvendo seus modos de vida material, com vista a conseguir garantir sua permanência na terra, estão, portanto, em constante luta.

É relevante mencionar que a escola era um elo de interação social e política entre as gerações de “lutadores”, e entre os camponeses e as pessoas que vinham conhecer o acampamento, pois era lá o ponto de encontro, de reuniões, as ações de saúde, as festas, enfim, tudo acontecia neste espaço.

Deste modo são inegáveis os impactos gerados pelo seu fechamento que afetam diretamente as crianças como sinaliza Lia: *“assim, com os alunos, com as crianças que teve que deslocar daqui já é um transtorno, que se desloca daqui pra outro local pra estudar”*. Acerca desta questão Caio relatou:

Muitas famílias, muitas mães que tiveram que tirar seus filhos, para colocar para estudar na cidade, fora do campo, voltar pra a cidade, mais a grande maioria conseguiu se erguer e entender que não tinha jeito naquele momento, e que deveriam ficar aqui, mas a comunidade ficou muito afetada (Entrevista de Caio, agosto de 2017).

Outro impacto gerado foi a desterritorialização, tendo em vista, que algumas famílias saíram do acampamento, indo morar na cidade, para que seus filhos pudessem estudar. Há, dessa forma, um retrocesso, pois novamente os camponeses são alijados de seu direito à educação no e do campo, e em decorrência disso deixam o meio rural e deste modo o agronegócio se hegemoniza convertendo este espaço em uma terra de morte e não de vida, pois a tudo destroem com a moderna agricultura que não se preocupa com a sustentabilidade do ecossistema, mas somente com o lucro.

Aqueles que resistiram e ficaram passam agora, a depender de transporte escolar para poder ir e vir tendo sua aprendizagem muitas vezes comprometida. Como mencionou Iasmim:

[...] esses dias ele nem entrou aqui ele dizendo que foi arrumar o escolar passou de manhã e meu irmão aí na parada igual um bobo, ficou esperando, esperando, quando eu olho meu irmão veio pra casa, parece que ele fez de propósito, eu acho, passou para Luís Eduardo ficou lá e nós bem de tarde sem saber nada, aí nós ficou, como ninguém sabia de nada aí voltaram pra casa e depois de tardzinha, lá vai ele voltando pra o trinta aí minha mãe ligou e aí a diretora: ah minha filha eu não tô nem sabendo disso, não tô sabendo que não veio buscar não. Aí esses dias acho que não tava recebendo ou coisa assim aí não veio buscar nós e as crianças que não tinha carro aí perderam prova, eu perdi duas provas depois que recuperei, aí a sorte é que o Ivan o pai da Agnes

tava aí e meu pai também aí ele tava me levando e levando Micheli (Depoimento de Iasmim, 2º roda de conversa)

Ainda acerca do transporte escolar Vinicius afirmou: *“Teve um dia que disse que ia ter aula dia de sábado, eu e a Cíntia, o Jonas nós ficou esperando foi duas horas que nós veio pra casa, nós pensando que o escolar vinha e nós de bobo lá esperando”*.

Complementando a fala do colega Kelli mencionou:

Igual essa gracinha que fez, e aí choveu, choveu, água, água e sabe o que, que nós fez ia todo mundo de guarda-chuva, os pés tudo molhado, pra não perder aula, eu também fui pra barraca, pisava no chão a sandália grudava, quando chegou lá os pés tudo melecado de lama pra ver se o escolar vinha, e quem disse que o escolar vinha, todo o sofrimento que a gente fazia pra chegar lá e o escolar fazia a gente de besta e não vinha buscar nós. Nós ficava esperando lá um tempão aí o mesmo sobrinho, só que era chuva aí não dava para a gente ficar debaixo e era chuva e nós ia molhando, minha calça molhou, os pés ficava tudo molhado de terra, ele aqui aponta pra (Jonas) molhou a camisa ficou tudo molhado (Relato de Kelli, 2º roda de conversa, dezembro de 2017).

A nucleação submete as crianças a perigos e humilhação, sendo estes tratados como cidadãos de segunda categoria, pois não há preocupação por parte da gestão escolar em avisar que não haverá transporte naquele dia, deste modo tem negligenciado os impactos que isso pode ocasionar no desempenho dos estudantes e ainda não tem buscado solucionar este problema com a gestão pública municipal, pois como sinalizou Iasmim *“aí esses dias acho que não tava recebendo ou coisa assim aí não veio buscar nós e as crianças que não tinha carro aí perderam prova”*. A despeito dos reais motivos, percebemos o impacto negativo da nucleação, pois quando havia a escola na comunidade os estudantes eram assíduos não havia a dependência do transporte escolar e nem os perigos de ocorrer um acidente na estrada durante o deslocamento deles para a unidade escolar.

Além do transporte escolar outras questões têm comprometido a assiduidade das crianças, segundo Iasmim:

[...] às vezes lá tem missa e aí a gente falta um monte de aula mode a missa na igreja pra não incomodar, foi igual o dia da morte de um homem a gente ficou sem aula, porque não tinha como dá aula lá, aí a gente ficou sem ter aula, igual outro dia a gente ficou sem aula porque tava pintando a outra escola e aí a gente ficou sem aula (Relato de Iasmim, 2º roda de conversa, dezembro de 2017).

Iasmim se refere a uma unidade escolar que funciona como anexo à escola-núcleo Manoel Rocha Filho que por ter somente uma sala não suportou o quantitativo

de estudantes tendo que usar este espaço que fica próximo a uma igreja. Quanto a esta questão é imperioso mencionar que o processo de nucleação foi colocado em ação sem, contudo, oferecer escolas que tenham infraestrutura adequada para o quantitativo de estudantes e turmas. Deste modo, Giseli mencionou:

De tarde funciona duas turmas e de manhã três, pré I, pré II e primeiro ano, tudo em uma sala só, tá assim, tem uma um quadro aqui [aponta para a frente], um quadro aqui [aponta pra o lado] e um quadro no fundo. Três [e cita o nome das professoras], ninguém entende nada, dá é dor de cabeça. (Relato de Giseli, 2º roda de conversa, dezembro de 2017).

A organização descrita por Giseli vários professores e turmas em uma mesma sala, assemelha-se à multisseriação, tão criticada e usada como argumento ideológico para a instituição das escolas-núcleos. Assim, inferimos que os motivos que levaram a nucleação são outros, e quem tem sofrido com este processo são os estudantes que ficam apinhados em uma mesma sala, e têm sua aprendizagem comprometida, pois como relata Giseli; “ninguém entende nada”. Isto se deve às condições inadequadas.

A fim de comprovar o que foi dito pela educanda, trouxemos abaixo as fotos retiradas em visita a *lócus*.

Figura 19- Sala de Aula duplicada



(Fonte: Visita à escola Manoel Rocha Filho)

A imagem evidencia que não houve, por parte da gestão pública local, um planejamento para a instituição das escolas-núcleo. Deste modo, segundo a própria diretora, inicialmente as aulas começaram em um galpão alugado pela prefeitura, que foi denunciado por um vereador da cidade por condições insalubres, depois tentando esvaziar a única sala disponível ela até colocou uma turma pra estudar debaixo de uma árvore no pátio da escola, pois mesmo a prefeitura tendo iniciado a construção de 3 salas e 2 banheiros, a obra ficou parada por 3 meses, e devido a isso a sala estava superlotada.

Diante desses fatos cabe perguntar, o que é mais precário: uma instituição escolar com baixo quantitativo de estudantes organizados em multisseriação, ou esta escola-núcleo da forma como descrevemos e comprovamos por imagem? Não obstante cremos que se fosse feito este questionamento para as crianças, principais afetadas com a nucleação, elas iriam preferir continuar estudando na escola da comunidade.

Confirmando esta hipótese trazemos os depoimentos dos estudantes acerca desta questão, segundo Giseli: *“a escola de lá não tem espaço o recreio a gente só acaba de lanchar e já entra pra sala”*. Conforme Jonas: *“lá nós não pode brincar de qualquer brincadeira e aqui pode e também aqui é perto de casa e tem um espaço pra nós brincar, se não tivesse ia ser ruim”*. Acerca desta questão Micheli disse: *“eu prefiro essa escola aqui porque ela tem mais espaço, aqui a gente tem jogos, tem livros pra gente brincar, agora lá não, lá é muito abafado, lá não dá pra gente ficar à vontade”*.

Já Kelli relatou:

Eu gostava mais daqui porque aqui tem areia lá a professora não pode dá as educação física que ela fazia aqui, porque aqui é areia e lá é brita, aqui ela fazia atividade que ela rolava, ela ensinava a gente a abrir as pernas e era muito boa e botava as mãos no chão sem dobrar o joelho e lá ela só faz algumas porque lá é brita, lá a escola é do lado da igreja e aí a gente não pode correr quando tem gente na igreja porque fica chato pra gente brincar [...] (Relato de Kelli, 2º roda de conversa, dezembro de 2017).

Ainda tratando desta questão Iasmim mencionou:

E lá tem secretária e aqui não, aqui só tinha a professora e lá a gente não tem essa liberdade igual nós tinha aqui, porque o monitor, tudo o que a gente vai fazer tem que ter uma pessoa no nosso pé e é muito chato, é a Carmélia (secretária) tá no pé, é a diretora, é a vice, quando a vice-diretora vai lá pra baixo é muito chato ela não deixa a gente brincar do que a gente quer. (Depoimento de Iasmim, 2º roda de conversa, dezembro de 2017).

As falas deixam evidente a preferência pela concepção e pelo projeto educativo da Escola 1º de Maio assentado em uma educação dialógica, problematizadora, que

além de escolarização, formava politicamente, acreditava no potencial de “ser mais” de cada educando. Neste espaço as crianças tinham liberdade para escolher suas brincadeiras, não havia imposição de regras, as decisões eram tomadas pelo coletivo, algo aprendido com a luta social. A educação superava o espaço da sala de aula, pois permitia que os conteúdos da vida adentrassem o espaço educativo, possibilitava aos jovens e adultos experienciar, conhecer e aprender os saberes acumulados pelos camponeses na lida com a terra e na luta por uma sociedade menos desigual, além de conteúdos historicamente construídos.

Já a escola-núcleo ancorada em uma concepção tradicional de educação, que segundo Freitas (2010):

Produce a aceitação da vida e a submissão do aluno às regras vigentes e, em relação à classe trabalhadora, continua a sonegar conhecimento distribuindo-o, quando o faz, segundo o nível que é esperado pelas condições gerais de funcionamento do processo de acumulação de riqueza (p.2)

Não obstante, a escola-núcleo tem se assentado nos princípios citados pelo autor, buscando deste modo, formar um exército de sujeitos alienados e subservientes, e que tal como “vasilhas” precisam ser preenchidos de conteúdos por aqueles que os tem, no caso o professor” tido como único protagonista deste processo educativo, que se ancora na assimilação de conteúdos sem problematização, portanto na educação bancária, castradora, acrítica e antidialógica pratica a educação bancária (FREIRE, 2017).

Ainda considerando as diferenças mencionadas pelos educandos é importante frisar que a escola do acampamento alegada como precária pela gestão municipal, argumento usado para a nucleação, se apresenta em melhores condições que a escola-núcleo, pois em suas limitações contava com: 1 sala de aula, cantina, 2 banheiros e uma sala que funcionava como biblioteca, além de ter um amplo pátio e ao fundo uma horta feita pela professora e pelos estudantes. Isso permitia a elas desenvolver suas múltiplas linguagens, além de aprenderem a lidar com a terra se tornando a nova geração de agricultores camponeses.

Já a escola-núcleo Manoel Rocha Filho e no anexo, existe somente 1 sala de aula, 1 banheiro, 1 cozinha e pátio pequeno que devido ao quantitativo de estudantes não permite a eles desenvolver sua linguagem corporal e se apresenta em condições precárias, conforme relata Carla: “*no trinta aonde eles estão estudando, onde meus*

filhos estão estudando está pior do que a escola daqui de onde nós mora e a escola nossa continua em pé e lá não tem uma pingueira e lá nessa escola de minhas filhas tem". Neste sentido a escola-núcleo não oferece a infraestrutura física adequada para o quantitativo de estudantes que atende.

Além da falta de espaço físico e das precárias condições citadas, outras questões levam os estudantes a preferir a escola 1º de Maio, segundo Kelli:

Eu gostava mais de estudar aqui, quando chega na escola de cima eles recebem a gente mal, uma vez que a gente chegou lá a gente foi pra sala aí a Zuleide falou alto e bruto com nós, aí nós ficou com raiva e saiu da sala, falou sai daqui da sala agora, porque a professora Luma diz que vocês é quieto, aí vocês tem que ficar quieto, aí toda vez que a gente vai pra lá eles quer que a gente fique como cachorro, fica falando coisa com a gente e aqui não tinha isso não (Relato de Kelli, 2º roda de conversa, dezembro de 2017)

Certamente, a fala de Kelli denuncia a existência “de um tipo de [...] violência suave que ocorre onde se apresentam encobertas as relações de poder que regem os agentes e a ordem da sociedade [...]” (BOURDIEU, 1989, p.15). No caso presente tem se exercido por meio da inferiorização dos estudantes do acampamento Zequinha Barreto, que por viverem nesta comunidade e pertencerem ao movimento social que luta por terra, tem recebido tratamento diferenciado, sendo vítimas de constantes atos de humilhação, desprezo e segregação.

Esta violência simbólica advém de sujeitos de sua própria classe, ou seja, a classe trabalhadora, conforme relata a estudante: “[...] quando chega a escola de cima eles recebem a gente mal, uma vez que a gente chegou lá a gente foi pra sala aí a Zuleide falou alto e bruto com nós, [...]”. Semelhante afirmação é feita por Cíntia: “lá na escola o monitor fala que todo mundo do assentamento aqui é fedido [...] chama a gente de doido, de estúpido”.

Segundo Freire (2017): “ao agredirem seus companheiros oprimidos estarão agredindo neles, indiretamente, o opressor também “hospedado” neles e nos outros. Agridem, como opressores, o opressor nos oprimidos” (p.68). O fato é que existe uma luta entre opressor-oprimido e é somente quando o oprimido identifica seu opressor e começa a lutar pela sua humanização, liberta a si e a seu opressor. (FREIRE, 2017).

Infelizmente essa conscientização ainda não ocorreu com os funcionários da escola-núcleo, por isso tem praticados atos de desumanização e violência com as crianças do acampamento. Este diálogo entre Giseli e eu elucidava isso:

Giseli: ei tia, alguém na escola pode chamar a pessoa de encravado, de nome assim? Xingar nós, acusar nós, chama a gente de encravado, de enxerido?

Queina: não tia, não pode, isso aconteceu foi? Você falou para a diretora?

Giseli: não porque a Rejane [professora] disse que se a gente falar a gente fica sem recreio, aí ela inventa um bocado de mentira.

Depois de ouvir este dialogo, Cíntia disse: *“a professora nos meus primeiros dias de aula, passou uns três, quatro dias ela me chamou de encravada, minha mãe disse que se ela me chamar de novo vai na secretaria de educação”*. A palavra “encravada”, usada pela professora, significa aqui na região, aquela pessoa ignorante, que é lento para aprender as coisas, tem, portanto, tom pejorativo. Este ato vai de encontro a assertiva de Freire (2010) que afirma: “Qualquer discriminação é imoral e lutar contra ela é um dever por mais que se reconheça a força dos condicionamentos a enfrentar”. E vai além ao dizer que “a boniteza de ser gente se acha, entre outras coisas, nessa possibilidade e nesse dever de brigar” (p.60-61).

É compartilhando desta indignação de Freire que foi muito difícil ouvir os relatos e não externar minha repulsa e revolta com a atitude de uma pessoa que se diz “professora-educadora”, que ao invés de acolher seus estudantes e trata-los com respeito os inferioriza e os desumaniza. Segundo Arroyo (2012): “Docente é quem ensina e ajuda a interpretar a vida. É o que esperam, sobretudo, as crianças e adolescentes, os jovens e adultos condenados a vidas sem explicação” (p. 256).

Ao subalternizar os educandos do acampamento, a professora e os demais funcionários da escola estão contribuindo para a evasão escolar, como expressa Caldart (2000):

Toda vez que uma escola desconhece ou desrespeita a história das pessoas que tem dentro dela, desvincula da realidade os que deveriam ser sujeitos, não os reconhecendo como tal, ela escolhe ajudar a desenraizar e a fixar seus educandos num presente sem laço. (p.20-21).

Entendo que esta escola-núcleo pode contribuir para a evasão, pois em decorrência dos constantes atos de violência e discriminação os estudantes tendem a não querer frequentar este espaço.

Ademais a nucleação da escola significou também o enfraquecimento das tradições históricas culturais da comunidade, segundo irmã Rosana: *“minha filha tirou essa escola aqui foi um foco tão grande, que acabou a comunidade, era o ponto chave*

pra nós em tudo por tudo”. Isto demonstra que a estratégia do poder público municipal de fechamento da escola foi eficaz, pois por meio dela desarticularam os sujeitos camponeses, enfraquecendo a luta social, a formação política e as manifestações histórico culturais dos acampados.

Ratificando o que foi dito, dona Joana mencionou: “*depois que fechou a escola acabou, não tem mais aquela alegria que sempre tinha, agora é uma alegria só trabalhando, mesmo na luta*”. Então perguntei se os festejos ainda aconteciam, irmã Rosana mencionou: “*não, não tem mais não, passou São João, e não teve mais nada*”. Cátia disse: “antes era muita festa, muita animação, era a coisa mais linda”.

Acerca do enfraquecimento das manifestações culturais e artísticas a professora fez o seguinte relato:

[...] nas datas comemorativas a escola sempre tinha essa presença... E não está acontecendo mais isso. Então as datas, as comemorações, algumas são feitas.... Mas não tem mais aquela mesma alegria de antes, aquele brilho de antes. Porque, até mesmo quando se fazia [comemorações] era a comunidade, vinham pessoas de outras comunidades, tanto do quilômetro 30, daqui de Barreiras... então eram festas em nível e em escala maior. E agora, eles fazem mesmo para eles, voltado para eles. Então, eu acredito que seja ou, falta de alguém para poder estimular isso entre eles. (Entrevista de Luma, outubro de 2017).

A escola 1º de Maio tinha papel axial na preservação das manifestações simbólicas da vida dos acampados, como mencionou Davi:

[...] aqui no pátio da escola tinha a festa da cultura, que tem a noite cultural, que até todo mundo fez e fez a festa a gente cantou a música, alô criança escuta o que eu vou dizer esse papo reto é pra mim e pra você. Tia era uma que tinha aqui que perguntava quem são vocês e aí a gente gritava os Sem Terrinha outra vez, a gente gritava os hinos de ordem, cantava, a gente até fazia paródia das músicas. (Relato de Davi, 2º roda de conversa, dezembro de 2017).

Então pergunto onde eles aprenderam tal coisa? Maurício disse: Luma “*ensinava pra gente até tinha colado aqui, [...] aí ela colocou dois papeis tinha um que era do hino e outro era outra música e aí ela dava o hino do MST a gente pegava pra ler pra aprender as músicas*”. Com efeito, fica evidenciado que a escola do acampamento fortalecia as tradições do MST, ao articular conteúdos da luta por terra em seu currículo escolar e assim conseguia manter viva a memória de luta e para formar a nova geração de militantes sociais.

O fechamento da escola enfraqueceu essas manifestações, promovendo assim a desarticulação política dos moradores do acampamento, como podemos comprovar na fala de Micheli:

Na escola do trinta a gente tem que cantar as músicas religiões da escola, fazer as orações de lá, não podemos cantar o hino do MST, dizer nossas

palavras de ordem, lá não tem mais educação física, só tem português, matemática e história (Relato de Micheli, 1º roda de conversa, outubro de 2017).

A fala de Micheli deixa evidente a violência simbólica praticada contra eles, pois agora são impedidos de “ser”, de vivenciar suas experiências afetivas e conhecimentos estéticos, ligados a cultura do movimento sem-terra, para os quais o hino, a bandeira, as palavras de ordem e a mística são como “alimentos” que os energiza e revigora para a luta. Ao retirar isso deles, os esvaziam de sua subjetividade e os impõe uma cultura estranha. Neste sentido Arroyo (2012) cita: “Ocultar uma cultura é uma forma de ocultar seus sujeitos sociais, étnicos, raciais, camponeses das florestas. Ocultar a cultura popular tem sido uma forma de ocultar o povo como sujeito da cultura” (p.109).

É lutando contra “esse ocultamento, essa negação de que existem outros sujeitos, com outras culturas, que demandam outras pedagogias, outros currículos, outro tipo de escola” (ARROYO, 2012) que o Movimento social luta por escolas do/no campo que tenha um projeto educativo que considere a diversidade dos povos do campo, “que trate de sua cultura, de suas identidades, que os ajude a interpretar seu viver, sua condição de fora de lugar, á procura de ser tratados como humanos. De alguém que os ajude a saber-se lutando por ser humanos”. (ARROYO, 2012, p.256).

Pela discussão feita ao longo desta seção, a escola-núcleo não tem sido esta instituição citada pelo autor, pois naquele espaço os estudantes têm sofrido violência simbólica, racismo, humilhação, tem experienciado processos de segregação que os machuca profundamente, que nega que eles/elas são sujeitos de direitos, que são cheios de potencialidades. Assim não é à toa que fiquem com raiva, que até se revoltam com tudo o que vêm sofrendo, e por isso não estejam gostando de estudar naquele ambiente, pois são constantemente insultados, têm sua identidade e cultura negada, e ainda são obrigados a legitimar crenças e tradições que não são as suas. Deste modo, têm sido vítimas de um processo perverso que pode fazê-los abandonar a escola, pois não é este modelo de escola que tinham em sua escola de lona, lá eram acolhidos, respeitados, vivenciavam uma prática pedagógica dialógica, uma escola inclusiva que tratava de sua realidade, que ia além dos muros escolares, na qual toda a comunidade era sujeita da aprendizagem, onde todos se humanizavam em comunhão mediatizados pelo mundo.

Em decorrência disso é que ao longo das duas rodas de conversa as crianças relataram toda a sua indignação com a nucleação/fechamento e usando a escrita que

aprenderam na escola do acampamento é que clamaram por meio de cartinhas pela reabertura da Escola 1º de Maio.

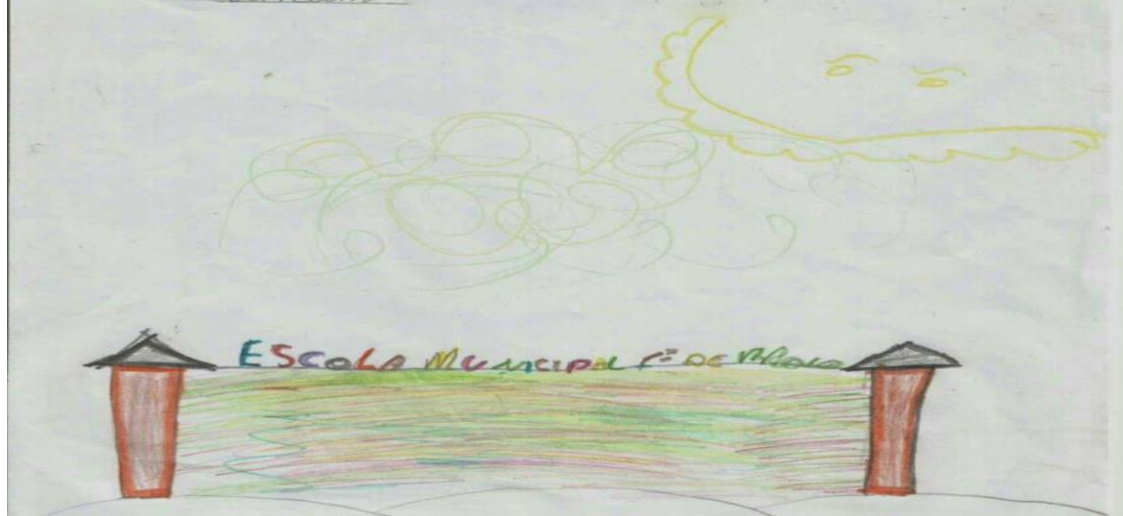
Figura 20: Cartinhas dos alunos do acampamento.



Oi Cezito tu queru Muinto que A Escola Da Resolventamento
 Balto Parque e Muinto legal Mas O Semho foi Muinto em quito
 De Ucha A Escola Da Resolventamento Mas tem flaco que do
 Vantade De Chorar Parque A Escola que tu estudo
 E Muinto chala o maro Adrigado pela atemp

Muinto Adrigado

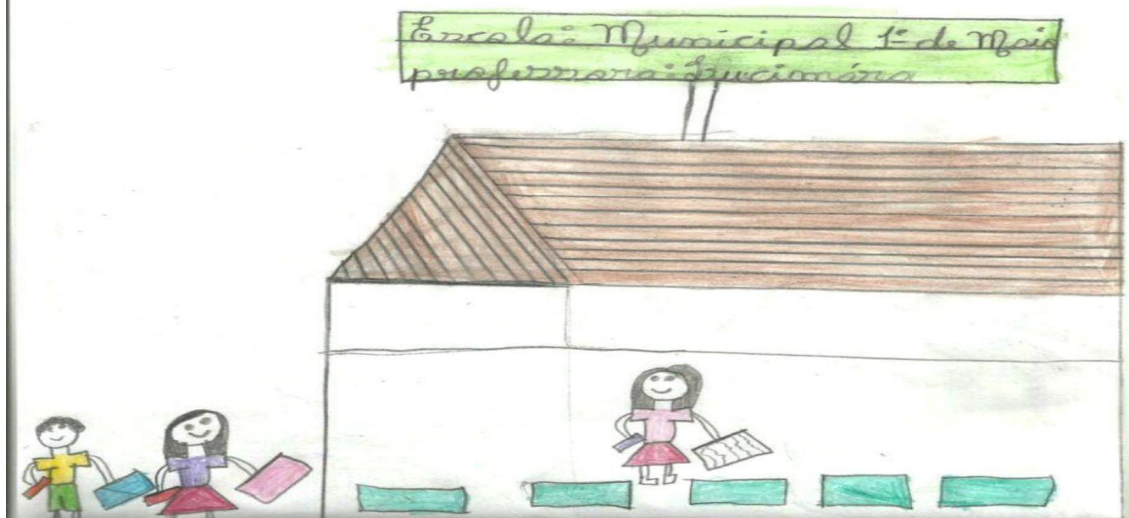
TALLA RANDE



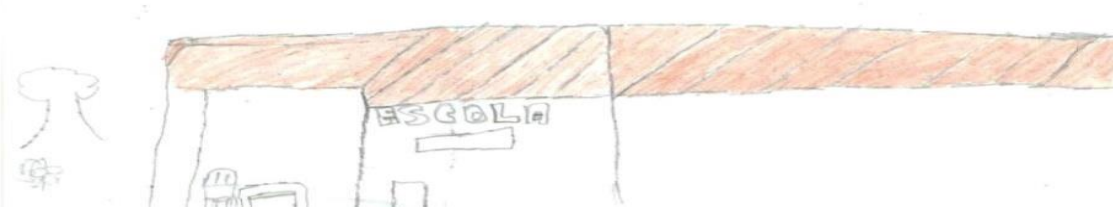
Queremos a professora ou quem quiser ir para a nossa escola: Municipal 1º de Maio. porque ela é melhor que as outras de trinta e eu prefiro a nossa escola ela é muito melhor.



Obrigado pela atenção



Eu gosto da escola de trinta e mais gosto de ir para a escola porque lá eu brinco de jogar brincadeira e eu vou direto na sala de aula e brinco de jogar de novo que eu gosto e também quero voltar a escola de novo o nome dela é escola de trinta e cinco.





meu nome
 eu tem 10. 17 anos

Eu quero que seja Escola
 do a sentaneta vote
 porque que a Escola do
 tanta e muito chata
 porque da professora
 chega os Alunos e o
 muito fica também
 e ligano o Aluno.
 porque eu quero
 escola para
 Escola do a sentaneta. fim.



meu nome
 eu quero que seja
 aqui do a sentaneta vote
 porque que a Escola do
 tanta e muito chata
 porque da professora
 chega os Alunos e o
 muito fica também
 e ligano o Aluno.
 porque eu quero
 escola para
 Escola do a sentaneta. fim.

Então, aqui de agora
 a Escola Premier de mais
 votaci. o pri-
 gata. FCLIS - 1/1/11



As cartas demonstram que a nucleação gerou muitas mudanças no cotidiano das crianças e nas relações que elas estabeleciam com a escola e com as dinâmicas da comunidade. É vidente o sentimento de insatisfação, conforme expressa Carla:

Aonde é que já se viu fechar uma escola dentro de um acampamento do MST, mesmo que tivesse proibido o multisseriado, mesmo que o prefeito tivesse feito qualquer brejeira, mas a escola do movimento do MST não era para ter fechado, falta de conhecimento que fecharam a escola, não era pra ter fechado a escola do movimento do MST (Relato de Carla, obtido por meio de participação observante, novembro de 2017)

Para Carla, independente da infraestrutura precária, a presença da escola é, por si só, garantia de direitos. Mais que isso, *a Escola é do Movimento*, pois “uma escola do MST é também uma escola do campo” (Caldart, 2004). Isto é, com todas as suas limitações estruturais, a escola tem especificidades, dinâmicas, processos e objetivos próprios, cujo valor social para a comunidade não é compreendido pelo poder local. Nessa escola se valorizam os “símbolos do movimento como: a bandeira, o hino, os tipos de brincadeira das crianças, todas as matrizes são incorporadas na proposta pedagógica”. A educação e a formação política ligada à luta social acontecem de maneira concomitante e profundamente vinculadas à vida.

Mas, por hora, as crianças terão que continuar estudando na escola-núcleo. Segundo a secretaria de Educação do Campo, a escola não será reaberta em 2018 já que a ampliação da Escola Manoel Rocha foi concluída e o prefeito tem a intenção de construir, em caráter de urgência, uma escola com 12 salas para atender o Ensino Fundamental I e II na comunidade KM 30. Assim, o processo de nucleação que era anunciado como uma situação provisória até que se concretizasse a reforma ou construção da Escola 1^o de Maio, tem se convertido pouco a pouco em fechamento.

Mesmo diante desse cenário Joaquim se mostra otimista com o futuro: “*não sei se vai ser hoje, ou amanhã, mas qualquer hora esse colégio volta, por enquanto essa mobilização ainda não fizemos, mas vai fazer. Nós tamos pensando até o final de 2018 essa escola está de pé*”. E irmã Rosana complementa: “*se depender de nós da comunidade nós vamos em frente*”. São falas de coragem e esperança que enunciam a luta cotidiana e urgente contra a violação de direitos, pois: “Mais do que nunca é necessário resistir, lutar e avançar frente a esse crime que continua sendo executado – o crime de fechar escolas do campo” (Taffarel e Munarim, 2015, p.47).

CONSIDERAÇÕES FINAIS: E DA BUSCA DE RAÍZES BROTAM OS FRUTOS DO TRABALHO

Ao escrever acerca do tema: Educação do Campo em contextos de resistência e luta pela terra, mal sabia eu que iria reencontrar raízes camponesas, raízes perdidas em decorrência da expropriação vivida pelos meus familiares. O primeiro aprendizado emergido é saber que a luta por terra e educação atravessa os séculos, pois se muitos camponeses sucumbem ao avanço do capital no campo, outros tantos resistem e lutam.

Ciente da resistência empreendida pelos camponeses, esse trabalho se propôs a responder a seguinte questão: *Qual o papel desempenhado pela Educação do Campo no processo de resistência e luta pela terra no contexto da fronteira agrícola do MATOPIBA*. Na tentativa de respondê-la, analisei o papel desempenhado pela Educação do Campo no processo de resistência e luta pela terra na comunidade Acampamento Zequinha Barreto.

Em um primeiro plano, cito que os objetivos da investigação foram respondidos. Sendo possível constatar que o avanço da agricultura em larga escala tem transformado o município de Barreiras, tanto no que diz respeito ao aumento do tecido urbano, quanto a densidade demográfica, principalmente nas áreas urbanas, posto que a moderna agricultura tem expulsado os camponeses do meio rural, fato que aumenta a vulnerabilidade e o fosso social ente os empresários do agronegócio e os sujeitos camponeses ou mesmo os moradores do centro urbano.

Constatei que ao contrário do que se propaga a suposta alta arrecadação propiciada pela moderna agricultura não fica no município, talvez porque aqui, assim como no restante do país os grãos produzidos sejam exportados *in natura*, sem beneficiamento, logo o valor é agregado pelos outros países.

Deste modo toda a suposta rentabilidade financeira que tem feito o país legitimar a agricultura em larga escala não seja assim tão rentável. Creio que esta atividade tem trazido mais visibilidade para a região oeste e para o país, entretanto, se formos considerar a questão em sua radicalidade percebemos que houve um retrocesso, pois o Brasil se reprimarizou, não avançou no que tange o processo de industrialização, se tivesse avançado conseguiria fazer todo o processo de beneficiamento do algodão, soja, milho e poderia gerar mais postos de emprego e ter mais lucro, revertendo isto em benefícios na educação, em saneamento, em saúde.

Os únicos que tem ganhado neste processo são os empresários do agronegócio e as multinacionais que recebem isenção de impostos e créditos financeiros para estabelecer seus empreendimentos agrícolas nos municípios. Claro que após a chegada deles ocorre a vinda de universidades, faculdades, bancos e empresas, fato divulgado pelas agroestratégias como benesses da modernização agrícola. Entretanto as externalidades sociais são bem maiores, como o aumento exacerbado nos preços dos produtos, serviços, no preço das terras tanto no campo como na cidade o que expulsa as pessoas com menor poder aquisitivo dos centros urbanos, afetando diretamente seus modos de vida e as submetendo a violência e marginalização da moradia em áreas periféricas sem nenhuma oferta de serviços públicos da gestão pública municipal

Importa frisar que a modernização agrícola afeta o bem viver das populações camponeses e urbanas, por impor novos hábitos e costumes, por considerar atrasada a cultura dos povos do campo, que relegam hábitos milenares como: as soltas, o trabalho comunitário, o extrativismo, a agricultura de subsistência e suas manifestações artísticas e religiosas como o reisado, festejo de São João e Divino Espírito Santo, tradições que estão pouco a pouco desaparecendo em favor da legitimação da cultura sulista.

Interessante é perceber que os migrantes advindos do sul do país não agregaram hábitos baianos, ao contrário preservam suas tradições, por meio de centro de tradições gaúchas -CTG, por meio de bairros específicos de sulistas e pela criação do município de Luís Eduardo, na qual predomina os costumes deles, sendo os baianos estrangeiros em seu próprio estado. Isto demonstra o poder exercido pelos empresários do agronegócio na região ao conseguirem desterritorializar os nativos e legitimar sua cultura.

É igualmente flagrante os impactos ambientais, sobretudo o perigo de extinção de diversas espécies da fauna e flora e a diminuição de recursos hídricos por conta do desmatamento para formação de novos loteamentos e para expansão de áreas de cultivo. Várias nascentes já desapareceram e houve uma redução dos volumes d'água, principalmente no Rio de Ondas, ocasionada em grande medida pela retirada da mata ciliar para a construção de casas a beira do rio, o que desencadeou assoreamentos e o desaparecimento de espécies de peixes. Todos esses dados aparecem nos relatos dos interlocutores e são ratificados pelos estudos que têm sido desenvolvidos na região. Esses impactos afetam sobremaneira as formas de vida dos camponeses, cuja sobrevivência depende da biodiversidade e da sustentabilidade do cerrado.

As externalidades ambientais citadas afetarão somente os moradores da região, posto que os empresários do agronegócio e as multinacionais pelo seu poder aquisitivo ao constatarem a desertificação dos solos, a diminuição e até a completa escassez de água, migraram para outras regiões do país com potencial agrícola deixando para trás o rastro de devastação ambiental, a exemplo do que já tem ocorrido em diversas cidades do país nas quais as mineradoras exaurem a terra e abandonam estas regiões deixando as consequências para os nativos, solos inférteis e escassez de recursos hídricos, dito de outro modo a situação social dos camponeses só piora com a modernização agrícola.

No que diz respeito ao acampamento Zequinha Barreto, é possível dizer que o avanço das agroestratégias no município de Barreiras amplia e cria entraves à conquista de terra. Após sete anos de permanência na terra, a comunidade não apenas espera por uma decisão da justiça, como também constata dia-a-dia o avanço dos interesses do agronegócio sobre suas terras.

Infelizmente está pressão sobre as terras do acampamento só tendem a aumentar e como os moradores do acampamento desconhecem totalmente o que seja o projeto MATOPIBA e seus objetivos não compreenderam ainda que os entraves para a demarcação das terras e várias das externalidades ambientais percebidas por eles é decorrente deste arranjo territorial, que tem o propósito de esvaziar o campo e exercer seu domínio sobre este espaço.

Em decorrência deste avanço das agroestratégias que os camponeses do acampamento desconhecem completamente a cada dia que passa se veem impossibilitados de sair da condição de provisoriedade típica de um acampamento, pois por estarem rodeados de fazendas do agronegócio e entre duas cidades importantes como Barreiras e Luís Eduardo, são constantemente pressionados a deixar este local para que a moderna agricultura monopolize o meio rural, por não sucumbirem as investidas do capital, eles não vivem completamente desassistidos pelo Estado e pela gestão pública municipal que alinhada aos interesses do agronegócio não oferece nenhum tipo de serviço público aos moradores da comunidade e não são beneficiados por nenhuma política pública, vivendo totalmente desassistidos pela gestão pública municipal, que os relega ao esquecimento e a sua própria sorte.

Mesmo sem o apoio do governo e a despeito de todas as investidas do capital a comunidade tem resistido e conseguido, com recursos próprios, desenvolver seus meios de produção, praticando a agricultura camponesa, criando animais para venda, produzindo biscoitos e artesanatos. Fazem isso de maneira autônoma e autogestionada,

pois nunca receberam qualquer apoio financeiro do Estado. Desenvolvem seus plantios usando os saberes aprendidos na vida comunitária, em suas vivências e na lida coletiva da terra.

O estudo evidenciou que a vida em um acampamento, para além da luta pela sobrevivência imediata, ensina sobre unidade, organicidade, altruísmo, amor ao próximo, renúncia. A vida que se faz em comunidade, transforma todas as dimensões da existência em espaços pedagógicos que capacitam as novas gerações para continuarem a luta por terra, direitos e justiça.

Nesse sentido, a escola aparece nesse contexto como uma importante estratégia de luta, pois é nela que os jovens, as crianças e os adultos se educam nos valores do movimento. Aprendem e ensinam suas tradições culturais, seus símbolos, mística, memória e saberes.

Para os/as moradores/as do acampamento, a escola como espaço edificado é claramente uma forma de torná-los visíveis ao Estado, de demonstrar que eles existem como sujeitos de direitos, que reivindicam o acesso à educação e as condições necessárias para a produção material e simbólica da vida com dignidade. Mas, esse meio de visibilidade é, também, o lugar das reuniões, dos festejos, das noites culturais, do encontro entre gerações, dos aprendizados e das trocas.

Com efeito, em contextos de acampamento onde a vida é provisória e improvisada, há uma relação intrínseca entre comunidade e escola que transcende a participação na gestão e conservação desse espaço físico e no processo pedagógico-político que forma e capacita para a luta. A escola participa tanto na construção dos meios de materialização da vida quanto na produção de sentidos que re-significam o estar vivo e o viver em comunidade. A escola é, portanto, espaço de aprendizados múltiplos, de produção sentidos, de materialização da existência e do forjamento da re-existência.

Considerando o relevante papel exercido pela escola na formação política e humana e na instrumentalização para a luta social é que a gestão pública municipal alinhada aos interesses da moderna agricultura resolveu nuclear a escola 1º de Maio, pois está era uma estratégia na luta por terra e por direitos negados aquela comunidade. Ela conseguiu elevar os níveis de consciência dos camponeses, inserindo-os no mundo da leitura e escrita, oportunizava a cidadania e emancipação deles, além de evidenciar a necessidade do Estado e a gestão pública municipal volver os olhos para aquele acampamento, que por ter se constituído em uma comunidade precisava ter garantido

acesso a serviços públicos, fato que pressionaria para a demarcação das terras e a consolidação do assentamento.

Buscando evitar esta pressão por parte dos moradores do acampamento é que a gestão pública municipal de maneira estratégica nucleou a escola 1º de Maio, pois sabia que isto incidiria de forma negativa sobre a capacidade de mobilização e articulação da comunidade. Esse processo tem gerado a desterritorialização, pois algumas famílias preferiram deixar o acampamento e retornar à cidade para garantir melhores condições de estudo a seus filhos. Disso se conclui que, de fato, a existência de uma escola é fator preponderante para a permanência da comunidade no território e o fechamento dela estimula o processo de esvaziamento do meio rural, favorecendo assim a completa monopolização do capital no meio rural.

Os efeitos da nucleação têm incidido principalmente sobre as crianças, que são vítimas de violência física e simbólica: racismo, discriminação, segregação e toda sorte de humilhação. São esvaziadas de suas subjetividades, pois são impedidas de professar sua fé, cerceadas de vivenciar e cultivar suas místicas, símbolos e brincadeiras, ao tempo que são obrigadas a assimilar e reproduzir a cultura difundida na escola-núcleo.

Saliento também que os estudantes da Educação de Jovens e Adultos também sentiram os impactos da nucleação/fechamento da escola, porque mais uma vez tiveram negado seu direito a processos educativos, retiraram deles a oportunidade de continuar aprendendo e assim constituírem sua cidadania e emancipação.

Compreendo que a nucleação também tem enfraquecido as tradições histórico-culturais da comunidade, posto que não realizam mais seus festejos, como o 1º de maio, dia da ocupação da terra, data simbólica para eles. Também não festejam mais outras datas comemorativas (dias dos pais, mães, crianças, natal), não realizam mais noites culturais, não praticam suas místicas e deixaram de comemorar os aniversários dos moradores. Vivências que traziam alegria, reafirmavam a identidade de sem-terra, produzia sentidos e renovavam as forças para continuarem lutando pela terra, foram simplesmente inviabilizadas e esvaziadas com o fechamento da escola.

Todo este impacto gerado pela nucleação da escola já era esperado pela gestão pública municipal que em consonância com as agroestratégias pretendia acelerar a desterritorialização dos sujeitos, para que a moderna agricultura exercesse sua hegemonia no campo.

Cito que muitas famílias deixaram o acampamento, outras por sua vez permaneceram e junto com a direção do MST demonstram e disseram que sua pauta de

luta é a reabertura da escola. Todavia esta não será uma luta fácil, pois enfrentarão a resistência da gestão antidialógica e arbitrária que desconsidera a vontade da comunidade e toma atitudes alinhadas a interesses do capital, encobrendo seus reais intuitos.

Constatei por meio de investigação com a secretaria do setor de Educação do Campo que a escola 1º de Maio não será reaberta este ano de 2018, tendo em vista que a gestão construiu 3 salas de aula na escola-núcleo e afirmou que irá erguer uma escola com 12 salas na comunidade KM 30 que abarcaria estudantes do acampamento e de outras localidades vizinhas. Deste modo, a gestão demonstrou não ter o propósito de cumprir o acordo feito com os moradores do acampamento em reformar, construir, nem muito menos reabri a escola 1º de Maio como haviam prometido.

Diante disso entendo que por mais adversas que sejam as circunstâncias, concordamos com Caldart (2004): “Tudo se conquista com luta e a luta educa as pessoas [...] manter os sem-terra em estado de luta permanente é uma das estratégias pedagógicas mais contundentes produzidas pelo Movimento” (p.331). Destarte, acredito que é necessário resistir e continuar lutando para conquistar direitos negados e assim ajudar a construir uma sociedade menos desigual.

Finalmente, apesar dos limites e alcances possíveis de um mestrado, espero que este trabalho tenha conseguido contar, com fidelidade e justiça, a história de luta por terra e por educação protagonizada pelos camponeses do acampamento Zequinha Barreto. Meu desejo é que este estudo sirva não apenas como um testemunho da força e da alegria de um povo que luta por justiça e dignidade, mas que cumpra também o papel social de uma pesquisa engajada que denuncia as desumanizações e as violências (expulsões, desterritorializações, humilhações, adoecimentos, ecocídios e epistemicídios) que são produzidas em nome do desenvolvimento e da modernização a qualquer custo.

Entendendo que essa pesquisa representa apenas um recorte da complexa e vasta realidade, apontamos outras questões que surgiram ao longo da pesquisa e que merecem aprofundamento: os efeitos das externalidades socioambientais, decorrentes do avanço das agroestratégias e da fronteira do MATOPIBA, sobre os modos de vida de outros povos e comunidades tradicionais da região; a nucleação de escolas do campo como violação de direitos e como mecanismo de desmobilização da luta pela terra, e o seu avanço na região em virtude da expansão das agroestratégias do capital; o potencial político e pedagógico das escolas do campo que produzem aprendizagens qualitativas,

promovem mobilização comunitária e estimulam a permanência de povos e comunidades tradicionais em suas terras.

Bibliografia

AICAU, Victor. **Estátua homenageia Lamarca e Zequinha Barreto**. Jornal A Verdade, 27 de setembro de 2017. Disponível em: <http://averdade.org.br/2017/09/estatua-homenageia-lamarca-e-zequinha-barreto/>
Acessado em: 04 de outubro de 2017.

ALENTEJANO, Paulo. **Questão Agrária e Agroecologia no século XXI**. In MOLINA, Mônica Castagna et al (orgs). Práticas contra hegemônicas na formação de profissionais das Ciências agrárias: Reflexões sobre Agroecologia e Educação do Campo nos cursos do PRONERA. Brasília. NEAD, 2014. (23-57).

_____. **Questão agrária, universidade e movimentos sociais: desafios á Educação do Campo**. Palestra proferida nos 10 anos da Licenciatura em Educação do Campo na Faculdade UnB Planaltina da Universidade de Brasília de 23 de outubro de 2017.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Agroestratégias e desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios**. In:ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (et al). Capitalismo Globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

ALVES, Vicente Eudes Lemos (org.). **Modernização e regionalização nos cerrados do Centro-Norte do Brasil: Oeste da Bahia, Sul do Maranhão e do Piauí e Leste de Tocantins**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

ANJOS, Maura Pereira dos. SILVA, Queina Lima da. MOLINA, Mônica Castagna. **Construção de uma Escola Vinculada as Lutas Sociais: Proposta da educação do campo para contribuir com as escolas do campo**. Curitiba, novembro de 2017. Disponível em: https://singa2017.files.wordpress.com/2017/12/gt14_1506907130_arquivo_artigoconstrucaodeumaescolavinculadaaslutassociaispropostadaeducacaodocampoparacontribuirnansformacaodasescolasdocampo.pdf . Acessado em 20 de dezembro de 2017.

ARAÚJO, Larissa Gimenes de. D'AGOSTINI, Adriana. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: materiais teórico-metodológicos referentes á luta pela terra e pela educação**. In: VENDRAMINI, Célia Regina, AUED, Bernadete Wrublewski (organizadoras). Temas e problemas no ensino em escolas do campo. 1.ed. São Paulo: Outras expressões, 2012.

ARROYO, Miguel Gonzalez. CALDART, Roseli Salete. **Por uma Educação do Campo**. Mônica Castagna Molina, (organizadores). Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

_____. **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

_____. **Passageiros da noite: do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

AUED, Bernardete Wrublewski. VENDRAMINI, Célia Regina (organizadoras). **Educação do Campo**: desafios teóricos e práticos. Florianópolis: Insular, 2009.

_____. **Temas e problemas no ensino em escolas do campo**. 1.ed. São Paulo: Outras expressões, 2012.

Associação dos Conselheiros Tutelares e ex-conselheiros do Estado da Bahia- Acteba. **Territórios de Identidade da Bahia**. Disponível em: <http://acteba.org/territorios-de-identidade-da-bahia/> Acessado em: 01 de novembro de 2017.

BOURDIEU, Pierre. **Poder simbólico**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil LTDA, 1989, v. único.

BOFF, Leonardo. **Conflitos no campo, suas causas e possíveis saídas**. In: Conflitos no Campo-Brasil 2016 [Coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina Silva Luz, Thiago Valentim Pinto Andrade- Goiânia] CPT Nacional- Brasil, 2016.232 páginas, Goiânia, abril de 2017.

BORGES, Sérgio Silva. ARAÚJO, Henrique Barros Neves de. **O Estado do São Francisco**: uma questão político-econômica ou de identidade e cidadania. Disponível em: <http://www.uesb.br/eventos/ebg/anais/5d.pdf>. Acessado em 20 de outubro de 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Capítulo III, Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acessado em 15 de setembro de 2017.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e base da educação nacional. Brasília – Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2009.

_____. **Resolução nº 2**. Ministério da educação. Conselho nacional de educação. Câmara de educação básica, 28 de abril de 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao_2.pdf. Acessado em 20 de março de 2015.

<https://www.embrapa.br/gite/projetos/matopiba/matopiba.html>. Acessado em 25 de março de 2016.

_____. **Instrução Normativa nº 53**, de 19 de janeiro de 2009.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE. <http://www.cadastrorural.gov.br/estatisticas/cafir-cadastro-de-imoveisrurais/copy-of-total-de-imoveis-ativos-no-cadastro-de-imoveis-rurais-cafir-da-rfb-sao-7-442.515>. Acesso em 10 de setembro de 2017.

_____. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Diferença entre APA e APP não é clara para todos, diz artigo**. Disponível em:

<http://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/889-diferenca-entre-apa-e-app-nao-e-clara-para-todos-diz-artigo>. Acessado em: 31 de outubro de 2017

____ Ministério do Meio Ambiente. **Relatório Técnico de Monitoramento do Desmatamento no Bioma Cerrado**, 2002 a 2008: Dados Revisados. Acordo de Cooperação Técnica MMA/IBAMA/PNUD. Centro de Sensoriamento Remoto-SRC/IBAMA, novembro de 2009.

_____Ministério do Meio Ambiente –MMA: Disponível em: <http://www.mma.gov.br/biomas/cerrado?tmpl=component&print=1>. Acessado em 15 de novembro de 2017.

_____ **Decreto nº 8.447/ 2015**. Plano de Desenvolvimento agropecuário do MATOPIBA e a criação de seu comitê gestor. Presidência da República- Casa Civil-subchefia para assuntos jurídicos. Brasília, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8447.htm.

Acessado em: 13 de outubro de 2016

_____ Lei nº 12.960. Presidência da República. Casa civil: Subchefia para assuntos jurídicos, de 27 de março de 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112960.htm. Acessado em: 10 de julho de 2016.

_____ **Lei Nº 5.709/1971**. Regula a Aquisição de Imóvel Rural por Estrangeiro Residente no País ou Pessoa Jurídica Estrangeira Autorizada a Funcionar no Brasil, e dá outras Providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5709.htm Acessado em 01 de novembro de 2017.

_____ Prefeitura Municipal de Barreiras. **Portaria Nº 002**. Diário Oficial de Barreiras-Bahia- Edição 2440 de 22 de fevereiro de 2017- Ano 11- Atos Oficiais do Executivo. Disponível em: <http://www.barreiras.ba.gov.br/diario/pdf/2017/diario2458.pdf> Acessado em 22 de março de 2017.

_____ **Prefeitura de Barreiras por meio da Secretaria de Educação institui sistema de escolas** – núcleos na zona rural para melhor atender os estudantes. Disponível: <http://barreiras.ba.gov.br/prefeitura-de-barreiras-por-meio-da-secretaria-de-educacao-institui-sistema-de-escolas-nucleos-na-zona-rural-para-melhor-atender-os-estudantes/> Acessado em 28 de março de 2017.

CALDART, Roseli Salet. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**- 3. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

_____ **Caminho para transformação da escola**: reflexões desde práticas da licenciatura em educação do campo. Ed. Expressão Popular – São Paulo, 2010.

_____ **Educação do Campo.** In: Dicionário de Educação do Campo. Caldart, Roseli. et al (orgs) Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012 (79-85).

_____ **A Pedagogia da Luta pela Terra: O movimento social como princípio educativo.** Porto Alegre, junho de 2000. Disponível em: <http://23reuniao.anped.org.br/textos/te3.PDF> Acessado em 10 de julho de 2016.

_____ **Caminhos para a transformação da escola.** In: AUED, Bernadete Wrublewski e VENDRAMINI, Célia Regina (organizadoras). Temas e problemas no ensino em escolas do campo. 1.ed. São Paulo: Outras expressões, 2012.

_____ **Sobre a especificidade da Educação do Campo e os desafios do momento atual.** Mimeo, 2015.

CAMINI, Isabela. **Escola Itinerante - na fronteira de uma nova escola.** São Paulo, Expressão Popular, 2009.

CAMPOS. Nazareno José. **Populações tradicionais e formas de uso comum- transformações atuais em áreas de fronteiras agrícolas.** In: ALVES, Vicente Eudes Lemos (org.). Modernização e regionalização nos cerrados do Centro-Norte do Brasil: Oeste da Bahia, Sul do Maranhão e do Piauí e Leste de Tocantins. 1. Ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA- CPT. **Nota Pública: Cansado do descaso das autoridades, o povo de Correntina reage em defesa das águas.** Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/acoes-dos-movimentos/4101-nota-publica-cansado-do-descaso-das-autoridades-o-povo-de-correntina-reage-em-defesa-das-aguas>. Acessado em 10 de novembro de 2017.

Conselho Editorial (História social do campesinato brasileira). São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

COSME, Claudemir Martins. **Crítica á transformação capitalista da água em mercadoria: águas para a vida, não para a morte.** In: Conflitos no Campo-Brasil 2016 [Coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina Silva Luz, Thiago Valentim Pinto Andrade- Goiânia] CPT Nacional- Brasil, 2016.232 páginas, Goiânia, abril de 2017.

CRUZEIRO, Márcio Antônio. VIANA, Múria Carrijo. **Manifestações, Ocupações e Acampamentos: a dura resistência no campo e a necessidade de articular a luta, para alcançar a justiça fundiária.** In: Conflitos no Campo-Brasil 2016 [Coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina Silva Luz, Thiago Valentim Pinto Andrade- Goiânia] CPT Nacional- Brasil, 2016.232 páginas, Goiânia, abril de 2017.

ELIAS, Denise. **Regiões produtivas do agronegócio: notas teóricas e metodológicas.** In: BERNARDES, Julia Adão; SILVA, Cátia Antônia da; ARRUZZO, Roberta

Carvalho (Orgs.). **Espaço e energia**. Mudanças no paradigma sucroenergético. Rio de Janeiro: Lamparina editora, 2013. p. 49-73.

_____ **Reestruturação Produtiva da Agropecuária e novas regionalizações no Brasil**. In: Modernização e Regionalização nos Cerrados do Centro-Norte do Brasil. ALVES, Vicente Eudes Lemos (org). In: Modernização e Regionalização nos Cerrados do Centro-Norte do Brasil. 1. Ed.- Rio de Janeiro: Consequência Editora- FAPESP, 2015.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Agricultura Camponesa e/ou Agricultura familiar**. Disponível em: http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/flg0563/2s2012/FERNANDES.pdf Acessado em 13 de maio de 2017.

_____ **A questão agrária no limiar do século XXI**. Espaço e Geografia, v.04, p.07 - 24, 2001c.

_____ **O Campesinato no Século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Curitiba/Brasília, Novembro De 2004. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/OUTROS/O%20CAMPESINATO%20NO%20SEculo%20XXI.pdf> . Acessado em 15 de abril de 2016.

_____ **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico** (tese livre docência- volume 1, parte 1 e 2) Universidade Estadual Paulista, faculdade de ciência e tecnologia. Presidente Prudente, junho de 2013. Disponível em: http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/106708/fernandes_bm_ld_prud.pdf?sequence=1 Acessado em 20 de agosto de 2016.

_____ **Reforma Agrária no Brasil, para além de um projeto: uma luta permanente**. In: A questão agrária no século XXI: Escalas, dinâmicas e conflitos territoriais. 1º edição. São Paulo: Outras expressões, 2015.

FERREIRA, Fábio de Jesus; BRANDÃO, Elias Canuto. Educação e Políticas de Fechamento de Escolas do Campo. Disponível em http://estudosdotrabalho.org/texto/gt1/educacao_e_politica.pdf . Acessado em 02 de abril de 2018.

FILHO, Eraldo da Silva Ramos. **De pobre e sem-terra a pobre com-terra e sem sossego: territorialidades da Reforma Agrária de Mercado (1998-2006)**. In: FERNANDES, Bernardo Mançano. MEDEIROS, Leonilde Servolo de. PAULILO, Maria Ingeez (orgs.). Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas, vol.2: a diversidade das formas de lutas no campo. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

FREDERICO, Samuel. **As cidades do agronegócio na fronteira agrícola moderna brasileira**. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/viewFile/1933/1813> . Acessado em 02 de maio de 2016.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 45ed. São Paulo, Cortez, 2003.

_____ **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários á prática educativa**. 41º impressão. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

_____ **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 23º ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

_____ **Pedagogia do Oprimido-** 63. Ed- Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2017.

FREITAS, Luis Carlos de. **A Escola Única do Trabalho: explorando os caminhos de sua construção**. In: Cadernos do ITERRA, n 15, Veranópolis- RS, set. 2010.

_____ **Fechar escolas é crime**. Avaliação educacional- Blog do Freitas, publicado em 28-10-2015. Disponível em: <https://avaliacaoeducacional.com/2015/10/28/fechar-escolas-e-crime/>:Acessado em 17 de dezembro de 2017

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **O Trabalho como Princípio Educativo no Projeto de Educação Integral de Trabalhadores-** Excertos (012). Disponível em:

http://redeescoladegoverno.fdrh.rs.gov.br/upload/1392215839_O%20TRABALHO%20COMO%20PRINC%3%8DPIO%20EDUCATIVO%20NO%20PROJETO.pdf.

Acessado em 20 de abril de 2016.

GARCIA, Júnior Ruiz. FILHO, José Eustáquio Ribeiro Vieira. **A questão ambiental e a expansão da fronteira agrícola na direção do MATOPIBA Brasileiro**-Texto para discussão 2281: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA. Brasília, março de 2017.

GASPAR, Márcia Tereza Pantoja; CAMPOS, José Eloi Guimarães. **O Sistema Urucuia**. Revista Brasileira de Geociências. 37 (4- suplemento): 216-226, dezembro de 2007. Disponível em:

<http://www.ppegeo.igc.usp.br/index.php/rbg/article/view/9236/8715> Acessado em 15 de novembro de 2017.

GONÇALVES, Paulo Rogério. **O MATOPIBA e o desenvolvimento “destrutivista” do cerrado**. Disponível em: <http://www.apato.org.br/documentos/artigo04.pdf> . Acessado em 25 de junho de 2017.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla; MOLINA, Manuel González de. **Sobre a Evolução do Conceito de Campesinato**, 2ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade**: a rede “gaúcha” no Nordeste. Icaraí- Niterói, RJ: EDUF- Editora da Universidade Federal Fluminense, 1997.

_____ **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” á multiterritorialidade- 6 ed, Rio de Janeiro: Bertrand, 2011.

JUNIOR, José Plácido da Silva; WICHINIESKI, Isolete; COSTA, Saulo Barros da. **A pílula dourada do agrohidronegócio**. In: Conflitos no Campo Brasil 2015 (coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Thiago Valentim Pinto Andrade- Goiânia): CPT Nacional, 2015.

JUNIOR et al .Marco Antonio Mitidiero. **Ataques aos direitos dos povos do campo**: as ações do legislativo e executivo federal. In: Conflitos no Campo-Brasil 2016 [Coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina Silva Luz, Thiago Valentim Pinto Andrade- Goiânia] CPT Nacional- Brasil, 2016.232 páginas, Goiânia, 2016.

HADICH, Ceres Luisa Antunes *et al.* **As Jornadas Agroecológicas na construção de uma terra livre de transgênicos**. In: Conflitos no Campo Brasil 2015 (coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Thiago Valentim Pinto Andrade- Goiânia): CPT Nacional, 2015.

.

LEITE, Sergio Pereira. **Agronegócio**. In: Dicionário de Educação do Campo. Caldart, Roseli. et al (orgs) Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012 (79-85).

MACHADO, Vitor. **Causas e Conseqüências da Política Agrária do Regime Militar Pós- 64**: Um estudo sobre a violência no campo. Universitas- Ano 3- Nº 4- Janeiro/julho 2010. Disponível em: <http://revistauniversitas.inf.br/index.php/UNIVERSITAS/article/viewFile/78/60> Acessado em 20 de novembro de 2017.

MAGALHAES, Lucíola Alves; MIRANDA, Evaristo Eduardo. **Nota 5 Técnica-MATOPIBA**: Quadro Natural, Campinas, SP, dezembro de 2014

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. 2º ed. Editora de Humanismo, Ciências e Tecnologia HUCITEC Ltda. São Paulo, Brasil, 1982.

_____ **Os camponeses e a Política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político, 2º edição, Editora: Vozes, Petrópolis, 1983.

_____ **A militarização da questão agrária no Brasil** (Terra e poder: o problema da terra na crise política). 2ª Edição, Petrópolis: 1985.

_____ A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Hucitec, 2000.

MIRANDA, Evaristo de. MATOPIBA: **Desenvolver a agricultura ou os agricultores**. Publicado em Correio Brasiliense, 30 de abril de 2015. Disponível em: <http://www.evaristodemiranda.com.br/postagens/matopiba-desenvolver-a-agricultura-ou-os-agricultores/>. Acessado em 20 de setembro de 2016.

_____ **MATOPIBA**: Delimitação, caracterização, desafios e oportunidades para o desenvolvimento Bahia. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária-EMBRAPA, Brasília, 2014. Disponível em: https://www.embrapa.br/gite/projetos/matopiba/150515_MATOPIBA_BA.pdf Acessado em 10 de novembro de 2016.

_____ MIRANDA *et al.* **Nota Técnica 1**- Proposta de Delimitação Territorial do MATOPIBA: EMBRAPA. Campinas-SP, Maio, 2014. Disponível em: https://www.embrapa.br/gite/publicacoes/NT1_DelimitacaoMatopiba.pdf. Acessado em 20 de maio de 2017.

MOLINA, Mônica Castagna (org.). **Educação do campo**: Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo. Brasília, DF: Articulação Nacional “Por uma educação do campo”, 2004.

_____ SÁ, Lais Mourão. **Escola do Campo**. In: CALDART, Roseli Saete, et al. (orgs) Rio de Janeiro: Expressão Popular; Rio de Janeiro, 2012, p. 324-330.

_____ **Políticas Públicas**. In: Dicionário de Educação do Campo. Caldart, Roseli. et al (orgs) Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

MONDARDO, Marcos Leandro. A “**territorialização**” do agronegócio globalizado em Barreiras-BA: migração sulista, reestruturação produtiva e contradições sócio-territoriais: Revista Nera. Presidente Prudente. Ano 13, nº 17/ pp 112-130/ jul-dez/2010. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1355> Acessado em 20 de julho de 2017.

MOURA, Terciana Vidal. SANTOS, Fábio Josué Souza dos. **A pedagogia das Classes multisseriadas**: Uma perspectiva contra-hegemônica às políticas de regulação do trabalho docente. Maceió, jan/jul, 2012. Disponível em: <http://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/viewFile/658/403>. Acessado em 15 de dezembro de 2017.

MUNARIM, Antônio, BELTRAME, Sônia (orgs.). **Educação do Campo**: reflexões e perspectivas. Florianópolis: Insular, 2010.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura**. Série: Princípios, 3ª Edição, Editora Ática, 1990.

_____ **A geografia das lutas no campo** – 6ª ed. São Paulo: Contexto, 1996.

OXFAM.Org.Br. Informe OXFAM Brasil. **Terrenos da Desigualdade:** Terra, agricultura e desigualdades no Brasil rural, novembro de 2016. Disponível em: http://pnsr.desa.ufmg.br/wp-content/uploads/2016/12/relatorio-terrenos_desigualdade-brasil.pdf. Acessado em outubro de 2017.

PAULA JÚNIOR. **O estrangeiro e a propriedade da terra no mapitoba, a última fronteira agrícola do cerrado**, Revista UFG / Dezembro 2010 / Ano XII nº 9. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/48327/23666> Acessado em 20 de julho de 2017

PISTRAK, M. M. **Fundamentos da Escola do Trabalho**; tradução de Daniel Aarão Reis Filho- 3 ed. São Paulo: Expressão, 2011.

PLOENG, J. D. **Sete teses sobre a agricultura camponesa**. In: PETERSEN, P. (org.). Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Rio de Janeiro: AS-PTA, (p.19-30), 2009.

PORTO-Gonçalves et al. **Agrotóxicos, armas de uma guerra não declarada**. In: Conflitos no Campo Brasil 2015 (coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Thiago Valentim Pinto Andrade- Goiânia): CPT Nacional, 2015.

PORTO-GONÇALVES. **Dos Cerrados e de suas riquezas, não há defesa dos cerrados sem os Povos dos Cerrados**. In: Conflitos no Campo – Brasil 2014 [Coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Edmundo Rodrigues Costa [Goiânia]: CPT Nacional – Brasil, 2015.

_____ **Os cerrados e os fronts do agronegócio no Brasil**. In: Conflitos no Campo-Brasil 2016 [Coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina Silva Luz, Thiago Valentim Pinto Andrade- Goiânia] CPT Nacional- Brasil, 2016.232 páginas, Goiânia, abril de 2016.

ROCHA, Maria Isabel Antunes, HAGE, Salomão Mofarrej (Org.). **Escola de Direito: Reinventando a escola multisseriada**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

SANTOS, Clarice Aparecida dos. **Educação do campo e políticas públicas no Brasil:** o protagonismo dos movimentos sociais do campo na instituição de políticas públicas e a licenciatura em educação do campo na UnB. Brasília: Liber Livro; Faculdade de Educação/Universidade de Brasília, 2012.

SANTOS, Camila Dutra dos. **Difusão do Agronegócio e Reestruturação Urbano-Regional no Oeste Baiano**. Tese de doutorado apresentado a Universidade Estadual do Ceará- Centro de Ciências e Tecnologia- Programa de Pós-Graduação em Geografia- Doutorado em Geografia, Fortaleza, 2016. Disponível em:

http://www.uece.br/mag/dmdocuments/camila_dutra_dossantos.pdf Acessado em 20 de abril de 2017.

SCHWENDLER, Sônia Fátima. **A participação da mulher na luta pela terra: dilemas e conquistas.** In: FERNANDES, Bernardo Mançano. MEDEIROS, Leonilde Servolo de. PAULILO, Maria Ingeez (orgs.). Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas, vol.2: a diversidade das formas de lutas no campo. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

SILVA, Ilsen Chaves da; CAMARGO, Arleide; PAIM, Marilane. **Fênix que renasce ou “praga a ser exterminada”:** escola multisseriada. In: ENPEC-ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO, II. 2008, Brasília-DF. Brasília, 06 a 08 de agosto de 2008. **Anais.** (CPC-02: Formação de Trabalho Docente nas Escolas do Campo). Brasília: UnB, 2008.

SIQUEIRA, Soraia Lemos de; KRUSE, Maria Henriqueta Luce. **Agrotóxicos e saúde humana:** contribuição dos profissionais do campo da saúde: Rev. Esc. Enf. USP, São Paulo, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342008000300024 Acessado em 01/07/2016.

SOBRINHO, José de Sousa. **Territorialização e desterritorialização dos camponeses geraizeiros do vale do rio Arrojado, oeste da Bahia.** In: ALVES, Vicente Eudes Lemos (org.). Modernização e regionalização nos cerrados do Centro-Norte do Brasil: Oeste da Bahia, Sul do Maranhão e do Piauí e Leste de Tocantins. 1. Ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente:** a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil, 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, coedição Fundação Perseu Abramo, 2012.

TAFAREL, Celi Zulke; MOLINA, Mônica Castagna. **Política Educacional e Educação do Campo.** In: Dicionário de Educação do Campo. Caldart, Roseli. et al (orgs) Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

_____. **Pátria Educadora e Fechamento de Escolas do Campo:** O crime continua. Chapecó. 2015. Disponível em <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/3053/1741>. Acessado em 15 de dezembro de 2017.

VENDRAMINI, Celia Regina. **Educação e Trabalho:** Reflexões em torno dos Movimentos Sociais do Campo. Cad. Cedes, Campinas, vol. 27, n. 72, p. 121-135, maio/ago. 2007: Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> Acessado em 18 de abril de 2014.

WAGNER, Alfredo. **As ocorrências de trabalho escravo relativizam a visão triunfalista da chamada “modernização da agricultura”**. In: Conflitos no Campo-Brasil 2016 [Coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina Silva Luz, Thiago Valentim Pinto Andrade- Goiânia] CPT Nacional- Brasil, 2016.232 páginas, Goiânia, abril de 2016.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad y (de)colonialidad: Perspectivas críticas y políticas**. Visão Global, Joaçaba, v. 15, n. 1-2, p. 61-74, jan./dez. 2012.